

TEORIA FEMINISTA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SITUADO

CIÊNCIAS HUMANAS,
BIOLÓGICAS, EXATAS
E ENGENHARIAS



MIRIAM PILLAR GROSSI
CATERINA ALESSANDRA REA (Organizadoras)



**TEORIA FEMINISTA E PRODUÇÃO
DE CONHECIMENTO SITUADO**

CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS,
EXATAS E ENGENHARIAS

FEMINISMOS E CIÊNCIAS

Coordenação: Miriam Pillar Grossi e Tânia Welter

CONSELHO EDITORIAL

Alinne de Lima Bonetti (UFSC)

Carla Giovana Cabral (UFRN)

Caterina Alessandra Rea (UNILAB)

Crishna Mirella Correa (UEM)

Elisete Schwade (UFRN)

Fátima Weiss de Jesus (UFAM)

Isadora Vier Machado (UEM)

Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA)

Marcelo José de Oliveira (UFV)

Mareli Eliane Graupe (UNIPLAC)

Marlene Tamanini (UFPR)

Maria Begoña Sanchez (Universidad de Cadiz)

Melissa Barbieri de Oliveira (UNIOESTE)

Miriam Adelman (UFPR)

Miriam Pillar Grossi (UFSC)

Olga Regina Zigelli Garcia (UFSC)

Patrícia Rosalba Moura Costa (UFS)

Pedro Rosas Magrini (UNILAB)

Paula Pinhal de Carlos (UNILASALLE)

Rosa Blanca Cedillo (UFSM)

Rozeli Maria Porto (UFRN)

Tânia Welter (Instituto Egon Schaden)

LIVROS PUBLICADOS

Trabalho de Campo, ética e subjetividade

Organização: Miriam Pillar Grossi, Elisete Schwade, Anahi Guedes de Mello, Arianna Sala

Coedição: Editora Copiart e Editora Tribo da Ilha

Ano: 2018

Caminhos feministas no Brasil: teorias e movimentos sociais

Organização: Miriam Pillar Grossi e Alinne de Lima Bonetti

Coedição: Editora Copiart e Editora Tribo da Ilha

Ano: 2018

MIRIAM PILLAR GROSSI
CATERINA ALESSANDRA REA

(Organizadoras)

TEORIA FEMINISTA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SITUADO

CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS,
EXATAS E ENGENHARIAS



Florianópolis, 2020

© 2020, Miriam Pillar Grossi e Caterina Alessandra Rea

Coordenação editorial
Tânia Welter

Revisão
Gerusa Bondan

Imagem da capa
Elisa Riemer

É artista gráfica e colagista, constrói sua arte em meio a própria autodescoberta e coloca em imagens a arte de adentrar o próprio universo. Sua arte e seu caminho na militância a levaram a representar o Brasil em exposições internacionais sobre Gênero e Sexualidade. Sua obra mais conhecida “Deleitação [Útero]” ilustra a capa da edição italiana do livro *Come As You Are*, de Emily Nagoski. Para conhecer mais: <https://www.elisariemer.com.br/>

Grafismos da orelha
Felipe Bruno Martins Fernandes

Diagramação e Capa
Rita Motta

Coedição
Editora Tribo da Ilha e Editora Devires

Livro financiado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) - Edital 2012 – Apoio a Núcleos de Pesquisa em Gênero, pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Edital 2012 de Apoio a Núcleos Emergentes - PRONEM.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

T314 Teoria feminista e produção de conhecimento situado [recurso eletrônico on-line] : ciências humanas, biológicas, exatas e engenharias / Miriam Pillar Grossi, Caterina Alessandra Rea (organizadoras). – 1. ed. – Florianópolis (SC) : Tribo da Ilha; Salvador (BA) : Devires, 2020.
336 p. , graf. , tabs. , fots.

Formato: PDF
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: <https://nigs.ufsc.br/>
ISBN: 978-65-86602-03-6 (e-book)
Inclui referências

1. Teoria feminista. 2. Mulheres na ciência. 3. Feminismo – Aspectos Antropológicos. 4. Mulheres nas profissões. 5. Ciências Humanas.
I. Grossi, Miriam Pillar. II. Rea, Caterina Alessandra.

CDU: 396

SUMÁRIO



MULHERES NA CIÊNCIA / GÊNERO E CIÊNCIA: CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO OU DE DOIS CAMPOS DE PESQUISA?.....	1
<i>Miriam Pillar Grossi e Caterina Alessandra Rea</i>	

PARTE I – GÊNERO NO CAMPO DA ANTROPOLOGIA

ENSINAR ANTROPOLOGIA EM OUTROS TEMPOS: AS MULHERES E AS CONFIGURAÇÕES DO MUNDO ACADÊMICO.....	9
<i>Candice Vidal e Souza</i>	

UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES NA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA: RUTH CARDOSO E EUNICE DURHAM.....	29
<i>Bruna Klöppel e Miriam Pillar Grossi</i>	

CONSTRUINDO E CONCRETIZANDO UM PROJETO: A HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA SOB A ÓTICA DE GÊNERO.....	41
<i>Francine Pereira Rebelo e Miriam Pillar Grossi</i>	

EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA NA ÍNDIA.....	59
<i>Vinicius Kauê Ferreira</i>	

ONDE FICA A ANTROPOLOGIA NA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO?.....	79
<i>Giovanna Lícia Rocha Triñanes Aveiro e Miriam Pillar Grossi</i>	

PENSANDO CON CUIDADO LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO: REFERENTES ANTROPOLÓGICOS FEMINISTAS Y UN EJEMPLO ETNOGRÁFICO.....	91
<i>Tania Pérez-Bustos</i>	

PARTE II – MULHERES E TEORIA FEMINISTA NAS CIÊNCIAS HUMANAS

FUSÃO OU COMPETIÇÃO? A EXPERIÊNCIA DE CONJUGALIDADE ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DE QUATRO MULHERES	109
<i>Fernanda Azeredo de Moraes</i>	
“RE-INVENTING THE ‘F’ WORD-FEMINISM”: GÊNERO, MUSEUS E MUSEOLOGIA	135
<i>Julia Moura Godinho e Miram Pillar Grossi</i>	
UM OLHAR SOBRE O PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO...151	
<i>Betina Stefanello Lima</i>	
CONTRIBUIÇÕES DE INTELLECTUAIS FEMINISTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO SÉCULO 19.....	169
<i>Izabela Liz Schlindwein e Miriam Pillar Grossi</i>	

PARTE III – MULHERES NAS ENGENHARIAS E NAS CIÊNCIAS EXATAS

SOBRE NOMES E (RE)NOMES: GÊNERO, HISTÓRIA E ENSINO DA ENGENHARIA NO BRASIL	185
<i>Carla Giovana Cabral</i>	
A PRESENÇA DE MULHERES EM CURSOS DE ENGENHARIA NO SUL DO BRASIL: UM ESTUDO QUALIQUANTITATIVO DE GÊNERO, HISTÓRIA E CIÊNCIA.....	201
<i>Luciana Rosar Fornazari Klanovicz</i>	

PARTE IV – MULHERES NAS CIÊNCIAS BIOMÉDICAS

POR QUE TÃO DEVAGAR? OS OBSTÁCULOS PARA A IGUALDADE DOS SEXOS NA PESQUISA CIENTÍFICA.....	231
<i>Ilana Löwy</i>	
MULHERES NOS CONGRESSOS DE MEDICINA EM PORTUGAL.....	247
<i>Maria Margaret Lopes</i>	
ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO EM MEDICINA DA UFBA: O GÊNERO NAS INTERSEÇÕES (2005-2012)	261
<i>Luzinete Simões Minella</i>	
À SOMBRA DOS HOMENS: A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA BIOLOGIA NO SUL DO BRASIL	277
<i>Felipe Bruno Martins Fernandes, Caterina Alessandra Rea e Miriam Pillar Grossi</i>	
OLHAR DE GÊNERO EM UM LABORATÓRIO CIENTÍFICO	297
<i>Caterina Alessandra Rea</i>	
SOBRE AUTORAS E AUTORES	319

MULHERES NA CIÊNCIA / GÊNERO E CIÊNCIA: CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO OU DE DOIS CAMPOS DE PESQUISA?



Miriam Pillar Grossi
Caterina Alessandra Rea

Este livro reúne reflexões de pesquisadoras/es de diferentes gerações que, vindas/os de múltiplos horizontes intelectuais e acadêmicos, interrogam os campos da ciência e da produção de conhecimento científico desde a ótica teórica feminista. A maioria destas contribuições foi apresentada durante a *Jornada Gênero e Ciências*, organizada pelo NIGS (Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades), na Universidade Federal de Santa Catarina, nos dias 04 e 05 de julho 2013, com o apoio financeiro da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM)¹, sendo, em parte, resultados de pesquisas desenvolvidas em diferentes projetos individuais e coletivos financiados pelo CNPq e CAPES sobre esta temática e desenvolvidos, em sua grande maioria, na UFSC. Os dados das pesquisas de campo e das pesquisas documentais aqui apresentados se referem aos anos de realização destas pesquisas, algumas realizadas no início da década de 2010.

Conforme afirmam algumas pesquisadoras de referência nesta área como Ilana Löwy (2000), Londa Schiebinger (2001) e Evelyn Fox-Keller (2000), o campo de estudos sobre gênero e ciência está dividido em diferentes vertentes e focos de pesquisa. Sintetizamos a estrutura deste campo em quatro grandes linhas fundamentais:

- 1) Estudos históricos sobre mulheres pioneiras e criadoras em diferentes áreas de conhecimento.
- 2) Estudos sobre mulheres na ciência e análise das formas de inclusão, participação, visibilidade delas nas diversas fases da carreira.

¹ Edital 2012 – Apoio a núcleos de Pesquisa em Gênero, projeto Apoio ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS): Ensino, Pesquisa e Extensão da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (governos Lula e Dilma Rousseff).



- 3) Análise da contribuição das epistemologias feministas para o desenvolvimento de um modelo mais democrático e igualitário de ciência.
- 4) Estudos culturais e sociais da ciência (*Science Studies*), voltados à compreensão das formas de intersecção entre conhecimentos científicos (em particular das ciências biomédicas e do conhecimento sobre corpo, modelos de saúde/enfermidade) e conhecimento sobre gênero e sexualidade.

Estas diferentes vertentes e linhas de pesquisa encontram-se representadas nos textos que constituem este livro, que tem como fio condutor a ideia de que qualquer forma de saber é o produto de atividades humanas, fruto de práticas coletivas interconectadas com nosso mundo de representações culturais e simbólicas, com as normas, os discursos e as instituições nas quais estamos inseridas. Este texto procura superar a separação entre ciências experimentais/exatas, cujo domínio seria o mundo da natureza conhecido segundo os processos de uma epistemologia realista, e ciências humanas e sociais, cujo domínio seria a sociedade, as produções simbólicas e, então, as construções humanas. Como recorda Sheila Jasanoff (2004), o conhecimento científico não é um domínio externo e transcendente ao mundo social, mas ele “embute e é embutido nas práticas sociais, identidades, normas, convenções, discursos, instrumentos e instituições, – em breve, em todo o edifício que chamamos social. O mesmo pode-se dizer, e de maneira ainda mais forte, da tecnologia” (JASANOFF, 2004, p. 3).

Partindo deste campo conceitual de referência, estruturamos o livro em quatro partes. Buscamos analisar tanto a posição de mulheres nas ciências sociais e humanas, nas ciências biomédicas e nas engenharias, como a produção e reprodução de representações e discursos sobre gênero nestas disciplinas. É nossa intenção evitar a reprodução de formas de dualismo e de separação entre estas áreas de conhecimento, sendo que este dualismo se tornou, na história da ciência e da epistemologia, um motivo de exclusão das mulheres de determinadas áreas, as das chamadas ciências exatas e experimentais. Este último campo teria acesso a um modelo supostamente mais alto e certo de cientificidade, ou seja, de racionalidade, de objetividade, de neutralidade e, então, de perfeição epistemológica. A evocação desta suposta diversidade de estatutos epistemológicos entre as ciências exatas e da natureza (as ditas ciências duras) e as ciências humanas e sociais foi utilizada para afastar as mulheres da produção de conhecimento racional e objetivo.

Contestando estas históricas divisões, o conjunto de textos aqui apresentados pensa o campo da ciência como um campo de relações de poder, de hierarquias e desigualdades socialmente definidas. Ou seja, o campo científico não



é uma dimensão de puras ideias, nem de fatos e fenômenos naturais diretamente acessíveis em si mesmos, mas, nos termos que já Pierre Bourdieu tinha mostrado com clareza, ele é um mundo social com suas regras e instituições, onde os critérios de objetividade são sapientemente orquestrados e produzidos em base de acordos ao mesmo tempo políticos e cognitivos.

A primeira seção de textos apresenta a atuação de mulheres na Antropologia e a articulação de questões de gênero nessa área. A posição das mulheres na construção de um campo científico e acadêmico como a Antropologia, hoje, no Brasil, faz o objeto do texto de **Candice Vidal e Souza**. Segue a contribuição de **Bruna Klöppel** e **Miriam Pillar Grossi**, trazendo uma reflexão sobre as utilizações da categoria gênero, especialmente na Antropologia Brasileira na segunda metade do século XX, através do estudo das carreiras intelectuais de Ruth Cardoso e Eunice Durham, pioneiras na área da antropologia urbana. **Francine Pereira Rebelo** e **Miriam Pillar Grossi** registram os aprendizados de uma pesquisa desenvolvida pela equipe de bolsistas do NIGS, em 2008, por meio da realização de verbetes para a redação do “Dictionnaire des femmes créatrices”, que visa a dar visibilidade aos trabalhos de mulheres artistas e intelectuais em diferentes áreas de conhecimento; enquanto **Vinicius Kauê Ferreira** ilustra como, na sua trajetória pessoal, os estudos de gênero e feministas o levaram a se interessar à constituição de outros campos de pensamento “periféricos” como a formação e consolidação da Antropologia indiana, com suas tensões e debates, principalmente voltados a demarcar este campo em relação com a tradição dos estudos subalternos. A construção de um campo de saber e de suas formas de transmissão e de ensino faz, também, o objeto do texto de **Giovanna Lícia Rocha Triñanes Aveiro** e **Miriam Pillar Grossi** que analisam o lugar das questões antropológicas e de gênero na disciplina da Sociologia do ensino médio.

A discussão sobre a noção de *excelência acadêmica* é apresentada em diferentes textos e reflete o debate atual que permeia a avaliação da ciência, hoje, no Brasil. Apresentada como algo que caracteriza o *ethos* predominante da pesquisa científica de ciências exatas e biológicas, baseada na lógica da produção e da competição, ela é questionada por uma análise feminista que vê, na colaboração em equipe e na produção compartilhada de conhecimento, um caminho mais profícuo da produção atual do saber. O último texto desta seção, apresentado pela antropóloga colombiana **Tania Pérez-Bustos**, interroga esta questão desde o ponto de vista de uma antropologia feminista, analisando a proposta de uma *ciência cuidadora*. A ideia de *cuidado* é aqui trabalhada não como um comportamento feminino essencializado, mas como uma prática ético-política, como uma postura feminista que permite pensar o trabalho científico desde pressupostos diferentes.

Através deste olhar, a prática da produção de ciência parecerá, então, como a construção de redes, de tramas ou, mesmo, de um tecido de relacionamentos, de responsabilidades e de interdependências que contribuem a enfrentar a situação de parcialidade e incerteza de cada produção de conhecimento. Um exemplo etnográfico relativo à situação da Colômbia serve de modelo para situar as possibilidades de introduzir o *ethos* do *cuidado* na produção de conhecimento científico.

A segunda seção do livro alarga a análise ao campo das ciências humanas e à atuação, nelas, das mulheres. Dissimetrias de gênero, relações conjugais e parceria intelectual são, ontem como hoje, objeto de permanente tensão e negociação para muitas cientistas. Nesta direção, o texto de **Fernanda Azeredo de Moraes** analisa quatro casos de “endogamia acadêmica” no contexto das ciências sociais brasileiras. Se a experiência de casais intelectuais parece constituir sempre mais uma realidade comum, pelo menos nas ciências sociais, é preciso se perguntar como esta relação se constrói no dia a dia, ou seja, como estes sujeitos, mulheres e homens, conseguem articular parceria afetivo-conjugal e carreira acadêmica. Através da reconstrução das vivências e das trajetórias de quatro mulheres cientistas (a antropóloga Josildeth Gomes Consorte, a semiotista Jerusa Pires Ferreira e as sociólogas Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins e Nadya Araujo Guimarães) em relação conjugal com homens intelectuais, a autora mostra o jogo constante de cumplicidade e competição no qual estas relações se alimentam. **Julia Moura Godinho** e **Miriam Pillar Grossi** mostram como o mundo artístico e museológico está, também, historicamente caracterizado por atitudes androcêntricas e pela predominância dos homens. “Por que não tem havido grandes mulheres artistas” e por que esta necessidade de insistir no termo “mulheres artistas”, quando pelos homens é suficiente usar a simples categoria de artista? O trabalho de **Betina Stefanello Lima** apresenta a experiência do Prêmio Construindo Igualdade de Gênero, uma das ações do Programa Mulher e Ciência, promovido pelo CNPq em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República. Este estudo mostra uma das principais estratégias de política científica no âmbito do Governo Federal, na época petista, para a promoção da equidade de gênero, nos campos científico e tecnológico. **Izabela Liz Schlindwein** e **Miriam Pillar Grossi** apresentam as contribuições de mulheres intelectuais e protofeministas do século XIX, em particular as de Julie Engell, imigrante alemã que teve grande influência na educação brasileira e Nísia Floresta, uma das pioneiras da educação das mulheres e do feminismo no país.

As últimas duas seções apresentam a posição das mulheres em áreas de conhecimento tradicionalmente consideradas como as mais masculinas: das Ciências Exatas, em particular representadas pelas Engenharias, e as Ciências Biomédicas.

Carla Giovana Cabral lida com trajetórias de mulheres engenheiras e, em particular, com a geração de mulheres pioneiras nas faculdades de Engenharia brasileiras; apresentando a figura de Helena Amélia Oehler Stemmer, esposa de Caspar Stemmer, um dos primeiros professores da Escola de Engenharia Industrial da UFSC, Carla Cabral junta algumas linhas fundamentais de pesquisa: trajetórias de mulheres nas ciências, estudo de conjugalidades acadêmicas e análise de práticas de ensino da Engenharia, no contexto de Santa Catarina. O texto de **Luciana Rosar Fornazari Klanowitz** segue na pesquisa sobre mulheres engenheiras apresentando, segundo um olhar de gênero, a história da formação do campo das engenharias, tradicionalmente considerado como homogêneo e neutral, concentrando-se sobre os principais polos de graduação e pós-graduação em Engenharias nos estados do Sul do Brasil.

Por que tão devagar? – interroga-se o texto de **Ilana Löwy** sobre a difícil integração de mulheres em determinados campos científicos e, sobretudo, a ainda mais difícil paridade de gênero nas oportunidades de carreiras acadêmicas e acesso a posições de chefia e de poder. O caso estudado por **Maria Margaret Lopes** sobre a posição de mulheres em congressos de Medicina em Portugal ilustra esta situação. Por meio de uma perspectiva de intersecção que articula fatores de gênero, raça, classe e geração, **Luzinete Simões Minella** faz uma análise do perfil de estudantes de graduação em Medicina da Universidade Federal da Bahia, enquanto **Felipe Bruno Martins Fernandes**, **Caterina Alessandra Rea** e **Miriam Pillar Grossi** mapeiam as diferentes subáreas das ciências biológicas numa universidade do Sul do Brasil, mostrando onde a presença e a contribuição de mulheres são mais ou menos visíveis. O texto de **Caterina Alessandra Rea** introduz a análise do impacto das questões de gênero na área das Ciências Farmacológicas. Baseando sua análise em diferentes laboratórios e departamentos de Farmacologia do Sul do Brasil, este texto interroga a presença e visibilidade de mulheres nas instituições científicas pesquisadas, como a produção de discursos sobre gênero nesta área de atuação.

Temos, portanto, neste livro, um leque de visões sobre as questões de gênero e ciência que contribuem para o fortalecimento deste campo emergente no Brasil. Os trabalhos aqui apresentados abrem, também, portas para novas pesquisas a serem produzidas sobre diferentes campos de conhecimento científico, oferecendo diversos instrumentos de análise para pensar a articulação de gênero e ciência.

Salientamos, por fim, que a publicação deste livro se deve ao apoio da Secretaria de Políticas para Mulheres, a partir do Edital 2012 de Apoio a núcleos de pesquisa sobre gênero, e que praticamente todas as pesquisas aqui publicadas tiveram apoio financeiro, na forma de bolsas de estudos e auxílios de pesquisa do

CNPq e CAPES, organismos de fomento ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil.

Referências

FOX-KELLER, Evelyn. “Histoire d’une trajectoire de recherche. De la problématique ‘genre et sciences’ au thème ‘langage et science’”. In: GARDEY, Delphine; LÖWY, Ilana. *Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 2000.

JASANOFF, Sheila (Ed.). *States of Knowledge. The co-production of Science and Social Order*. London/New York: Routledge, 2004.

LÖWY, Ilana. “Universalité de la Science et connaissances situées”. In: GARDEY, Delphine; LÖWY, Ilana. *Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 2000.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

[VOLTA AO SUMÁRIO]

Parte I

**GÊNERO NO CAMPO
DA ANTROPOLOGIA**

ENSINAR ANTROPOLOGIA EM OUTROS TEMPOS: AS MULHERES E AS CONFIGURAÇÕES DO MUNDO ACADÊMICO²



Candice Vidal e Souza

Introdução

A presença das mulheres nos cursos de graduação em Ciências Sociais é registrada em várias faculdades pelo Brasil desde as décadas de 1930 e 1940. Ou seja, desde que os cursos de ciências sociais foram implantados no Brasil (SPIRANDELLI, 2008). A perspectiva de escolarização em nível superior torna-se, a partir desse momento, uma etapa do percurso biográfico de mulheres de camadas urbanas médias e altas que, depois de formadas, poderão assumir profissões inéditas no trajeto usual das mulheres de gerações passadas. Entre estas profissões, a carreira universitária se inclui entre aquelas classificadas como não tradicionais, ou seja, áreas dominadas pela atuação de homens³. Muitas dessas moças

² Este trabalho deriva da pesquisa *Trajetórias femininas na Antropologia brasileira: ensino, pesquisa e a transmissão disciplinar* (CNPq/SPM-PR) e apresenta os primeiros resultados das entrevistas com mulheres que desempenharam papel pioneiro como alunas de cursos de ciências sociais e áreas afins nos anos 1950-1960 e iniciaram suas carreiras como professoras em universidades do nordeste e sul do Brasil. O roteiro geral das entrevistas está no Anexo 1. Agradeço a Miriam Pillar Grossi, Fernanda Azeredo de Moraes e Tarcísio Rodrigues Botelho pela colaboração e estímulo em várias fases dessa pesquisa e a/o parecerista anônima/o pelos comentários pertinentes e substantivos. A pesquisa também se beneficiou das discussões durante a Jornada Gênero e Ciências, promovida pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades/PPGAS/UFSC nos dias 4 e 5 de julho de 2013.

³ Considero a distinção utilizada por Sherry B. Ortner na pesquisa com homens e mulheres da (sua) turma de 1958 da *Weequahic High School*, em Newark (New Jersey, EUA). Ela distingue as ocupações das mulheres em donas de casa, carreiras femininas tradicionais (profissões tradicionais e empregos tradicionais) e carreiras femininas não tradicionais (ORTNER, 2003, p. 251); professoras universitárias são incluídas no último grupo.

formaram-se em cursos superiores, mas podem ter seguido a vida como donas de casa e mães de família; outras assumiram a área de especialização e tomaram a perspectiva de ter uma carreira como projeto de vida, que pode combinar ou excluir casamento e/ou filhos. Para as carreiras nas ciências naturais, temos estudos que refletem sobre o trabalho de mulheres nos laboratórios de pesquisa e nas publicações da área (FERREIRA et al., 2008). Recuperar as características da atuação das mulheres nas ciências sociais em suas décadas iniciais no Brasil, da mesma forma que para as ciências naturais, exige que se marque a existência de “incontáveis anônimas”, as quais compartilharam espaços sócio-científicos (universidades, laboratórios, congressos, publicações) com “mulheres notáveis” (FERREIRA et al., 2008, p. 45), muitas vezes tomadas como exceções à regra (LOPES, 2003).

Em relação aos cursos das áreas de humanidades, ainda sabemos pouco sobre a inserção profissional dessas ex-alunas das primeiras décadas de ensino de disciplinas de ciências sociais como pesquisadoras e professoras universitárias em sua área de formação. A pesquisa que apresento neste trabalho considera os percursos de aprendizagem e profissionalização de mulheres atuantes em várias universidades brasileiras, compreendidos como arranjos de possibilidades e estrangulamentos dados por sua vida pessoal, familiar e pelas condições das carreiras acadêmicas em seu tempo e lugar.

A pesquisa sobre as trajetórias femininas na Antropologia brasileira intenta conhecer e localizar temporal, espacial e institucionalmente os percursos de professoras e pesquisadoras em Antropologia responsáveis pela transmissão e pela produção do conhecimento das sociedades desde a visada antropológica, em articulação com seus pares masculinos, em relação ao campo de possibilidades institucionais de seu tempo, levando-se, também, em consideração, a coexistência com outras áreas das ciências sociais e humanas. Trata-se de encaminhar a reflexão sobre a história das ciências sociais como um problema sócio-antropológico, notadamente no que se refere às dinâmicas históricas, geracionais e regionais (centros e periferias) do campo acadêmico nacional, articuladas aos condicionantes de gênero.

Para compreender as experiências acadêmicas de antropólogas brasileiras acentuando aspectos de gênero e família, idade, geografia institucional de formação e de atuação profissional, está-se assumindo que as configurações institucionais para a reprodução da Antropologia nas universidades operam como um “sistema de prestígio”, tal como definem Sherry B. Ortner e Harriet Whitehead: “The sets of prestige positions or levels that result from a particular line of social evaluation, the mechanisms by which individuals and groups arrive at given levels or positions, and the overall conditions of reproduction of the system of statuses”

(ORTNER; WHITEHEAD, 1981, p. 13). A visada sobre as histórias de minhas entrevistadas, que entrelaçam carreira e universo doméstico-familiar, incorpora a perspectiva dessas autoras de que “the study of gender is inherently a study of relations of asymmetrical power and opportunity” (ORTNER; WHITEHEAD, 1981, p. 4), mas acrescenta as assimetrias fundadas em regionalidade e na temporalidade das gerações antropológicas. A pesquisa tem como hipótese que todos esses critérios de hierarquização são englobados por parâmetros hegemônicos de avaliação da excelência científica de cada época, os quais, ao fim e ao cabo, classificam mulheres e homens que fazem a Antropologia brasileira no dia a dia do trabalho universitário. Resta investigar, a partir das trajetórias recolhidas, como se entremeou o conjunto de fatores produtores de assimetrias na vida de mulheres particulares.

O universo de entrevistadas é composto por professoras de Antropologia de universidades federais de vários estados das regiões Nordeste e Sul do Brasil. O número preciso de professoras que serão entrevistadas ao término da pesquisa ainda é incerto; fiz rastreamento de cerca de 40 nomes a partir de publicações da Associação Brasileira de Antropologia (ECKERT; GODOI, 2006; TRAJANO FILHO; RIBEIRO, 2004; SANTOS, 2006). No entanto, ao iniciar as entrevistas, deparei-me com referências a vários outros nomes não identificados anteriormente, assim como tive a notícia da morte de várias das professoras registradas. Creio que, ao todo, terei cerca de 50 professoras para entrevistar.

Até agosto de 2013, realizei treze entrevistas com professoras das seguintes universidades: UFPR, UFPE, UFMA, UFPB (Campina Grande) e UFC⁴. Elas foram identificadas a partir de publicações da ABA ou de atividades com apoio da ABA; recorri, também, a contatos com colegas das respectivas cidades. Outro recurso de mapeamento desses conjuntos de professores são os artigos ou livros que informam sobre a constituição do campo das ciências sociais, e da Antropologia, em particular, em cada local⁵. A maioria das entrevistadas está aposentada dos encargos da universidade, ainda que algumas se mantenham produtivas em outras áreas ou realizando tipos variados de consultorias e trabalhos técnicos.

A opção pelo recorte regional foi determinada pelo interesse em considerar a dimensão das relações entre centros e periferias do mundo universitário brasileiro, atentando para as distinções regionais internas à totalidade nacional. Como se sabe, essas posições são instáveis, contextualizadas e relacionais. Evita-se, portanto, a imputação de classificações fixas dessa geografia do mundo acadêmico

⁴ Consultar quadro com dados gerais sobre as entrevistadas no Anexo 2.

⁵ Alguns exemplos são Santos (2006), Coelho (1989; 2011), Oliveira (2006).

brasileiro, mas seguimos a forma usual de segmentação “espacial” assumida pelos próprios antropólogos (TRAJANO FILHO; RIBEIRO, 2004). Pretende-se, no entanto, observar como esta dimensão aparece nas narrativas biográficas das entrevistadas na condição de possível fator compreensivo de seus percursos na Antropologia. As regiões Nordeste e Sul possuem grupos de antropólogos organizados e produtivos desde os anos 1970, mas se sabe da presença do ensino de Antropologia social/cultural desde a primeira metade do século XX em algumas capitais dos estados nordestinos e sulistas (AZEVEDO, 1984). Compreende-se, porém, que os núcleos fundadores da Antropologia brasileira em sua forma contemporânea estão em universidades do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo (RUBIM, 1997). A escolha das regiões para a realização das entrevistas pode ser tomada como primeira etapa de um projeto maior que se estenderia a outras universidades das regiões Norte e Centro-Oeste, considerando o mesmo enquadramento analítico e metodológico.

O objetivo de pesquisa é focar, dar visibilidade e analisar histórias profissionais/pessoais de mulheres mais e menos notáveis nas ciências sociais, pois que a ênfase no registro memorialístico apenas de cientistas sociais renomadas não consegue perceber a produção das hierarquias e desigualdades no universo acadêmico, por se concentrar apenas em trajetórias modelares (BASTOS, 2006; Projeto CPDOC-FGV- Cientistas Sociais). Como já percebo nas primeiras investidas de pesquisa, a memória local das ciências sociais se registra por meio de artigos, livros e eventos celebrativos, que são postos no lugar da fala sobre o regional, são responsáveis por nomear e elucidar os percursos profissionais daqueles que, ao longo do tempo, fizeram a Antropologia Brasil afora. No entanto, as biografias recolhidas até o momento informam sobre percursos de trânsito entre núcleos de formação centrais (ou tomadas por nacionais, quer dizer, sem características de regionalidade) e as instituições de onde partem; além de registrarem encontros, trocas afetivas e de trabalho, projetos conjuntos entre professores-pesquisadores da área de Antropologia dos estados das regiões Nordeste e Sul considerados nesta fase da pesquisa. Deixo claro que esta investigação não toma como partida qualquer demarcação canônica de quem são os verdadeiros, os maiores ou os melhores cientistas sociais brasileiros. Ainda recuso qualquer parâmetro de trajetória modelar de intelectual acadêmico e, em particular, de mulheres acadêmicas. A meu ver, a adoção de classificações e sistemas de “ranqueamento”⁶ (por exemplo,

⁶ Ranquear significa, aqui, construir hierarquizações dentro de uma totalidade, incluindo a dimensão de disputa e competição interna a um grupo por acesso às posições superiores, seu prestígio simbólico e ganhos materiais. Compreender que a competição no mundo acadêmico pode se dar

os níveis que distinguem os pesquisadores do CNPq e as notas da CAPES para os programas de pós-graduação) é parte do trabalho nativo de diferenciação do próprio mundo acadêmico e se permeassem este trabalho e a aproximação às narrativas dos inúmeros sujeitos que escuto não estaria operando uma atitude antropológica de compreensão dos processos sociais.

Nota-se, também, que, nos registros de narrativas autobiográficas de cientistas sociais (mulheres e homens), há uma tendência forte a excluir ou não aprofundar assuntos como vida familiar, conjugalidade, relações de gênero em articulação com a construção da carreira profissional (BASTOS et al., 2006; TRINDADE, 2012). A dimensão pessoal é notadamente importante para o caso dos casais intelectuais ou, ainda, dos *anthropological couples* (MORAES, 2012; HANDLER, 2004; CORRÊA, 2003)⁷ e não deveria ser excluída da conversa com homens e mulheres sobre suas biografias. Propõe-se que o tema da família vá além da família de origem, usualmente tomada como ponto de partida nas entrevistas com cientistas sociais, e incorpore a(s) família(s) construída(s) pelo sujeito em foco.

Londa Schiebinger atenta para as interferências entre a vida privada e vida profissional dos cientistas mulheres e homens:

Os arranjos domésticos *são* parte da cultura da ciência. Apesar da distinção histórica entre as esferas doméstica e pública, a vida privada não está separada da vida pública. E o conflito que muitas mulheres encontram entre família e carreira também não é apenas um assunto privado. A cultura profissional foi estruturada com o pressuposto de que um profissional tem uma esposa-do-lar, e se beneficia de seu trabalho não remunerado (SCHIEBINGER, 2001, p. 183).

Desse modo, considera-se que é necessário tomar o enredo de relações entre colegas mulheres, entre mulheres e homens, entre alunas e orientadores, como, também, o âmbito conjugal e afetivo dessas cientistas sociais que construíram carreiras intelectuais no feminino. A abordagem da experiência das mulheres

sob outros códigos, em outras épocas, é fundamental para o acesso ao mundo em que se formaram as minhas entrevistadas.

⁷ Homens e mulheres contando sobre suas vidas podem fazer seleções distintas de personagens e eventos significativos. De acordo com sua pesquisa, Sherry Ortner percebeu que as narrativas masculinas não mencionavam mulheres e filhos. Por sua vez, “unlike many men’s stories of success, the women’s stories are always played out against a backdrop of marriage and family” (ORTNER, 2003, p. 253). Homens e mulheres da ciência podem ser convidados a pensar seu trabalho relacionalmente quanto às parcerias profissionais e àquelas familiares e afetivas, mesmo que tal demanda seja da entrevistadora.

no campo universitário em seu tempo e locais particulares pode nos mostrar o feixe de relações e determinações variadas, implicadas em trajetórias e circuitos de relações pessoais e profissionais.

Carreiras femininas e cenários institucionais

De modo geral, olhar a história da Antropologia pela presença das mulheres significa enfrentar o modo usual de construção do cânone disciplinar ou acrescentar retratos na parede onde estão penduradas apenas as “figuras icônicas” das tradições nacionais de Antropologia, como propõe Louise Lamphere (2004). Justifica-se, assim, falar em processos de marginalização e subalternização do trabalho, da memória, da ação criadora e formadora de inúmeras mulheres que pontuam nas antropologias centrais e periféricas (internacionais e intranacionais). No entanto, a escolha da pesquisa por enfatizar as experiências de professoras vai além da ideia de adicionar nomes femininos ao rol dos antropólogos brasileiros. Intenta-se compreender aspectos das relações de gênero, tais como a posição das mulheres no sistema de prestígio de seus departamentos universitários, as expectativas imaginadas e pretendidas para suas carreiras antropológicas em articulação com eventos e relações extra-acadêmicas, que se objetivam/subjetivam em contextos acadêmicos situados (por exemplo, nas condições de trabalho vividas pelas professoras) e na vida pessoal de mulheres da ciência.

O desconhecimento dos fazeres antropológicos de tantas professoras responsáveis pela disseminação do saber disciplinar Brasil afora reproduz entre nós a posição menor ou invisível de tantas outras mulheres antropólogas. Entretanto, na pesquisa em foco, não apenas a condição de sexo importa para se entender a produção da marginalidade (SOUZA, 2006; PINA-CABRAL, 2008). As dinâmicas dos mundos intelectuais produzem exclusão e esquecimento também de homens situados em posições minoritárias (por razões de classe social, raça, sexualidade, formação intelectual) ou de mulheres situadas em posições privilegiadas do ponto de vista econômico⁸. A idade também deve ser percebida como um dado que pode impor dificuldades à inserção feminina na carreira acadêmica⁹.

⁸ Veja-se os trabalhos sobre as professoras da USP, Spirandelli (2008), Trigo (1997), Ciacchi (2008; 2009).

⁹ O projeto OWAN (*Older Women Anthropologists Personal/Professional Narrative Project*) reuniu autobiografias de antropólogas que obtiveram tardiamente seus PhDs, em torno dos 54 anos (ver CATTELL; SCHWEITZER, 2006). Antes de a Antropologia fazer parte de suas vidas, tiveram trajetórias multifacetadas do ponto de vista familiar, conjugal e profissional. As histórias apresentadas adiante, neste texto, são de mulheres que se iniciaram jovens na Antropologia e viveram décadas para o trabalho

No Brasil, ainda que tenhamos iniciativas importantes de registro e análise de trajetórias de mulheres intelectuais (PONTES, 2008; CORRÊA, 2003; SPIRANDELLI, 2008; CIACCHI, 2008, 2009), várias dimensões dos processos de diferenciação deste mundo intelectual por gênero, classe social, formações acadêmicas e pertencimento institucional necessitam ser enfrentadas de modo comparativo e abrangente. A pesquisa sobre as mulheres nas ciências sociais deve se preocupar em considerar a sua presença em ambientes institucionais prestigiados (que também pode configurar uma posição relativa de subalternização em relação a trajetórias masculinas equivalentes), assim como a condição daquelas mulheres professoras e pesquisadoras que constroem suas vidas (pessoais e profissionais) em contextos considerados marginais ou ex-cêntricos. A contribuição da pesquisa ora apresentada seria o conhecimento ampliado, não fragmentado, das biografias de mulheres com carreiras intelectuais na antropologia brasileira, relegadas ao esquecimento e ao desconhecimento de suas condições particulares de trabalho em contextos menos nobres da transmissão e da reprodução disciplinar.

Os percursos de formação das entrevistadas permitem, ainda, recolocar a separação entre centros e margens do mundo acadêmico intranacional, pois que aparecem as mudanças (para outras capitais e para o exterior) ou os deslocamentos semanais para a realização de pós-graduação, as viagens para congressos, a recepção de pesquisadores em visita por suas universidades, as discussões de pesquisa e a participação em equipes de pesquisadores que trabalhavam em suas regiões. Fluxos e trânsitos que não eliminam as configurações hierárquicas, mas que desenham mundos desigualmente articulados¹⁰.

Os antecedentes dessa pesquisa atual remetem à investigação sobre a Antropologia em Minas Gerais, que realizo desde 2003¹¹. As entrevistas com homens e mulheres que ensinaram Antropologia na Universidade Federal de Minas Gerais desde os anos 1960, dos quais alguns foram alunos dos primeiros professores

na universidade, ao tempo que a vida familiar e pessoal seguia seu curso. Proponho que a imputação do lugar de “irrelevância” a partir de certas vozes, lugares e processos do mundo intelectual pode ser o resultado da combinação da idade física com o *envelhecimento do renome*. Por envelhecimento do renome quero afirmar que o prestígio e a notoriedade desfrutadas em um momento da carreira podem arrefecer com o passar dos anos em razão da não circulação entre novas gerações, da não leitura, da não citação, da exclusão dos “estados da arte” de determinado campo temático.

¹⁰ Para uma análise da hierarquia nos mundos científicos, ver Elias (1982).

¹¹ Refiro-me aos projetos “Hierarquias intelectuais e lutas de classificação nas Ciências Sociais: a construção da posição institucional da Antropologia em Minas Gerais” (CNPq 403366/2003-8; FIP/PUC-MG 2004/42-P) e “Reconstruindo trajetórias intelectuais no ensino de Antropologia em Minas Gerais: organização e análise do arquivo FAFICH/UFMG e do acervo Marcos Magalhães Rubinger” (FAPEMIG APQ 3305-5.06/07).



de Antropologia da capital mineira ainda nos anos 1950, produziram o primeiro momento de reflexão a respeito das desigualdades e hierarquias classificatórias que se produzem no mundo intelectual. Elogios, reconhecimento e gratidão coexistem com ridicularização, fofocas depreciativas, questionamentos morais e intelectuais. A seguir, encaminhei a reflexão sobre as professoras de antropologia entrevistadas, retomando a dimensão da vida familiar e pessoal que marcava as narrativas delas e de poucos homens. Quanto à situação de entrevista naqueles anos, pergunto-me, hoje, se não encaminhava, também, as perguntas para esses temas no caso das mulheres e de um professor em especial, que mencionava seus casamentos e separações ao contar sobre seu percurso turbulento na universidade. Na época, meu interesse mais acentuado eram as dinâmicas da subalternização, do sofrimento subjetivo produzido por configurações institucionais específicas, da divisão entre campos disciplinares que tinham impactos nas relações interpessoais e perspectivas de carreira.

Desde que decidi privilegiar as mulheres, tem sido possível capturar empiricamente e compreender a condição de subalternização máxima da professora de Antropologia. Proponho que tanto na situação em que a Antropologia está em desvantagem no quadro das outras ciências sociais ou em comparação com centros hegemônicos da disciplina, quanto naquela que uma determinada instituição ocupa uma posição elevada na hierarquia disciplinar, o lugar da antropóloga que “apenas” ou “sobretudo” se dedica a ensinar Antropologia para graduandos é aquele que mais sofre o desprestígio e o esquecimento na construção e difusão do saber antropológico. Como já percebo nas entrevistas realizadas até o momento, mesmo que todas as professoras tenham feito mestrado e algumas o doutorado, são lembradas como professoras ou situadas nesse lugar. Pode ser um lugar de reconhecimento (ex-alunos agradecidos, como Salete Cavalcanti e Luciana Chianca¹²) ou de apagamento (pelas gerações mais novas que valorizam a produtividade auferida nos padrões CAPES).

Mulheres ou homens que sejam referidos como professores de Antropologia são aqueles candidatos mais prováveis ao esquecimento, o qual é agravado nos casos em que a pessoa não publicou livros ou artigos acadêmicos de relevo. Neste caso, perecer na memória de seus alunos e colegas será um destino quase certo depois de aposentados ou mortos. Enquanto vivos, podem receber qualificações depreciativas (“mediocre”, “preguiçoso”, “covarde”, “provinciano”) ou, ainda, ser alvo de fofocas e brincadeiras¹³. Atualmente, diante das evidências de

¹² Ver Cavalcanti (2010) e Chianca (2011).

¹³ Para a descrição das acusações e juízos que podem ser acionadas nos mundos acadêmicos, ver o estudo de Lepowski (2000).

que muitas das professoras que já encontrei são autoras de livros e artigos, penso na dimensão da temporalidade interferindo na permanência ou não dos textos que publicamos. O que mantém um texto vivo e suas autoras (e também autores) reconhecidos? Não me parece que apenas o conteúdo estrito do trabalho é responsável por esta sobrevivência, mas, sim, as propriedades específicas do campo intelectual universitário que remetem a uma infinidade de trabalhos ao passado do esquecimento, vale dizer, à exclusão das citações e das referências. Neste caso, o lugar menor que se pode capturar em atribuições feitas no presente da pesquisa a profissionais já aposentadas ou em fins de carreira se justifica na equação pouca publicação = pouca importância. No entanto, nas viagens da pesquisa, escuto, também, o reconhecimento e admiração dos alunos e ex-alunos, que situam várias dessas professoras em lugares nobres de suas histórias¹⁴. É bastante frequente, também, as entrevistadas mencionarem a qualidade de seu desempenho docente e o reconhecimento dos alunos no tempo em que ensinavam e nos momentos posteriores que encontram seus ex-alunos mundo afora, atuando em vários campos profissionais, mas se dizendo gratos pelas aulas que receberam.

Aproprio-me da distinção feita por Helena Bomeny entre títulos científicos e títulos didáticos (BOMENY, 1994, p. 60) para indicar que as professoras que conheci até o momento não pareciam perceber como distintas e/ou conflitivas suas atividades como pesquisadoras e professoras (da graduação, sobretudo). A considerar as classificações que circulam nos espaços acadêmicos, nota-se a separação entre as ordens de desempenho científico e didático e a prevalência da primeira (objetificada em índices de publicações em periódicos) sobre a segunda. Nesse aspecto, tem-se uma ruptura entre gerações intelectuais enunciada em várias entrevistas.

O embate entre a reputação positiva, construída em anos de atividade profissional nas universidades públicas, e a contestação de suas competências, que pode se dar com a chegada de novos professores, os quais aplicam critérios de julgamento de seu tempo e perspectiva de formação, foi mencionado em vários relatos. Está-se a falar, aqui, das mudanças nos departamentos e as facetas violentas dos combates universitários em microescala. Os momentos de conflito entre os antigos e os recém-chegados, relatados em várias entrevistas, podem ser apanhados por esses efeitos de divisão enunciados em algumas ocasiões mais críticas.

¹⁴ Pude observar esse movimento de ex-alunos em torno das professoras, notadamente Simone Soares, durante a espera pelo início das atividades da Mesa Redonda *Caminhos da Antropologia na Universidade Federal do Ceará (UFC)*, realizada no dia 5 de agosto de 2013 como parte da programação da IV REA/ XIII ABANNE em Fortaleza (CE).

Cecília Helm contou em entrevista que uma prima sua assistia a uma aula na UFPR com professor recém-chegado que disse aos alunos que, com sua chegada, ia “começar a Antropologia no Paraná”. Esse sentimento também se expressa no diagnóstico de que parece que o pessoal recém-chegado quer “passar o mata-borrão em cima” dos mais antigos, no comentário de Cecília Helm¹⁵.

As mulheres professoras de Antropologia

Para as professoras de Antropologia que se formaram nos anos 1960, os cursos de ciências sociais eram opções menos valorizadas, como o demonstra o apelido de “cursos Walita” que recebiam em Belo Horizonte nesta época. Essa denominação remete àquela expressão de que há certos cursos “espera marido”: os dois rótulos indicam a permissão para mulheres fazerem sua formação acadêmica enquanto esperam a definição de seu papel principal como esposas, donas de casa e mães de família. Para aquelas que se aventuraram a uma carreira de pesquisadoras e professoras, as humanidades representavam uma perspectiva de formação aceitável, porém uma profissão menos valorizada¹⁶.

No entanto, essa formação não está, necessariamente, ligada a um projeto de profissionalização. De acordo com o argumento de Maria Helena Bueno Trigo (1997), observa-se, nas trajetórias de alunas e professoras da USP a partir de 1930, que, apesar de “diferenças em função de suas origens e trajetórias de vida, [...] há uma certa semelhança entre as posturas das mulheres de cada década” (TRIGO, 1997, p. 170). Ao passar dos anos, o embate entre o casamento, a vida doméstica e a profissionalização vai-se tornando “mais presente e mais premente”. Isso é diferente de afirmar que o projeto profissional ganha maior adesão dessas alunas.

As professoras que encontrei no Nordeste e no Sul frequentaram cursos de ciências sociais ou de áreas vizinhas (uma nos anos 1950 e as restantes nos sessenta) e tiveram condições de permanecer na universidade. Todas elas tiveram que administrar a vida doméstica e profissional, estando ou não casadas com parceiros também acadêmicos. Na maior parte dos casos que escutei, o papel colaborador dos maridos é considerado, embora muitos tivessem profissões que os

¹⁵ Entrevista à autora, 26 de março 2013.

¹⁶ A professora Maria Lígia Pires comentou, a respeito do grande número de mulheres nas ciências humanas do Paraná (não apenas na Antropologia), que ser professora universitária seria uma boa opção para moças de famílias tradicionais em Curitiba, pois permitiria trabalhar sem “sair do pedestal” (entrevista à autora, 25 de março de 2013).

obrigavam a viagens e deslocamentos constantes. Neste caso, o apoio no cotidiano vinha de parentes (mãe, sogra, pai, sogro, cunhadas) e de empregadas domésticas. O que é comum é o fato da profissionalização pela entrada no quadro permanente de um departamento universitário e a ocupação de uma posição de estabilidade. A dimensão do trabalho intelectual e suas exigências (pesquisas, viagens para congressos e pesquisas, pós-graduação) podem exigir adequações temporárias nesses arranjos rotineiros, mas nada escutei sobre algum casamento que tenha sido desfeito por incompatibilidade entre a vida universitária e a vida familiar¹⁷. Podem acontecer licenças e interrupções para cuidar de problemas de saúde de filhos, mas não um questionamento da escolha profissional, como ocorreu em gerações passadas. Sobretudo para essas mulheres pioneiras, “o casamento é a prova de fogo na trajetória das mulheres que pretendem uma profissionalização” (TRIGO, 1997, p. 178)¹⁸.

Como entrevistadora, ofereço marcadores do tempo biográfico para orientar as narrativas: tempos e espaços familiares, tempos e espaços profissionais. Pretendo que descrevam e reflitam sobre as relações sociais que marcam cada contexto de vivência. As entrevistas são realizadas em casas (mais comuns), gabinetes na universidade e escritórios em repartições, quarto e saguão de hotel. Nas casas e gabinetes de trabalho vejo bibliotecas, que, além dos livros, apresentam fotos e objetos familiares. Algumas vezes a entrevista tem a presença de animais da casa. Observo que o lugar de moradia explicita as condições de vida de professoras de classes médias altas e daqueles menos aquinhoados. Há o empobrecimento relativo de alguns, especialmente homens e mulheres que passaram por muitas separações e divórcios desvantajosos e que ficaram com o encargo de sustentar os filhos. Esses encontros podem me colocar diante da evidência do adoecimento, do envelhecimento e suas dificuldades físicas ou de intensa atividade e disposição (muitos compromissos, família e atividades criativas diversas).

As narrativas de professoras aposentadas de universidades federais sobre sua formação em Antropologia e sua inserção profissional informam sobre as

¹⁷ A pesquisa realizada por Renata Prado com pesquisadoras 1A do CNPq revela que “o impacto do talento e sucesso profissional é positivo em relação aos filhos, e negativo no subsistema conjugal, gerando conflitos e competições” (PRADO, 2010, p. 68).

¹⁸ Dado que a formação em Antropologia normalmente significa a conclusão da pós-graduação com algum tipo de pesquisa de campo, atentar para as condições pessoais em que se deu essa etapa da profissionalização é um fato que importa para o estudo das carreiras de mulheres e homens antropólogos. Note-se que essa informação foi solicitada para a construção das 58 biografias de antropólogas apresentadas em GACS et al., 1989, uma vez que os colaboradores deveriam considerar “marital status and how this affected the subject’s career, especially with regard to conducting fieldwork, alone and with others” (KHAN In GACS et al., 1989, p. xiv).

configurações das relações de gênero entrelaçadas com as condições de classe social em tempos e contextos institucionais específicos. Os percursos de formação de cada uma delas acionam relações diversas: trânsitos entre instituições, relações com tutores e colegas, deslocamentos espaciais, arranjos familiares.

A referência aos maridos, sua formação profissional e postura frente às escolhas profissionais de suas mulheres é um tema sobre o qual refletem. As relações conjugais mostram que, diferentemente de Schiebinger (2001), a escolha de um parceiro também com carreira acadêmica (ou com posição participativa e compreensiva dos aspectos da carreira acadêmica) é decisiva para o sucesso profissional das mães acadêmicas. O tema da endogamia disciplinar na Antropologia surge para algumas entrevistadas quando se referem a colegas de universidade. Entretanto, estas relações específicas não serão exploradas na pesquisa atual¹⁹.

As mudanças trazidas pela maternidade no curso de suas vidas profissionais e pessoais são temas centrais dos relatos. Causa espanto à nossa percepção contemporânea de direitos no Brasil o fato de que várias professoras se afastaram por pouco tempo das aulas após terem seus bebês. O exemplo de Cecília Helm, que foi convocada por Loureiro Fernandes a retomar suas aulas na UFPR um mês após o nascimento de sua primeira filha, em 1963, revela, também, as obrigações envolvidas nas relações de chefia/tutoria, quando as mulheres jovens estavam submetidas a demandas de seus “protetores”. No âmbito do sistema de cátedras²⁰, conformado por relações hierarquizadas, a confusão entre mundos pessoais e profissionais parece mais evidente. Simone Simões (UFC) teve que assumir a vaga na universidade com o primeiro filho ainda nos primeiros meses de amamentação. No geral, todas garantiram suas licenças-maternidade e, eventualmente, licenças especiais por causa de doenças graves dos filhos. No caso da UFPE, como notou Maria Brayner, alguns professores do departamento têm filhos com deficiência. Ela mesma, cujo quarto filho nasceu com Síndrome de Down, teve que protegê-lo do pai médico, que o rejeitou, e levá-lo para uma cirurgia em São Paulo. Celina Ribeiro, sua colega na UFPE, tem um filho sur-

¹⁹ Sobre os casais acadêmicos, ver Hallstein; O’Reilly (2012), Moraes (2012), Ferber; Loeb (1997).

²⁰ O sistema de cátedras ou cadeiras funcionou como unidade básica de ensino e pesquisa nas universidades brasileiras até a reforma universitária de 1968. Cada cátedra era composta de um professor catedrático, que selecionava seus assistentes e coordenava seus trabalhos junto às disciplinas de responsabilidade da cadeira. Por esta razão, “o catedrático não só acumulava em sua função titulada autoridade acadêmica na definição dos campos de estudo, dos métodos a serem privilegiados e das questões a serem perseguidas, como também concentrava em sua pessoa uma autoridade político-administrativa por ser um avalista e/ou censor das demandas existentes para ingresso no magistério superior” (BOMENY, 1994, p. 59).

do que a fez optar, por exemplo, por não fazer um doutorado. Esta professora transformou sua experiência com a aprendizagem do filho em tema de pesquisa antropológica. Maria Lígia Pires, da UFPR, licenciou-se para cuidar do terceiro filho, que, ainda bebê, teve grave doença ocular que exigia idas frequentes a São Paulo e cuidados rotineiros intensivos²¹.

À parte desses eventos específicos, a rotina do cuidado com os filhos e a casa se entrelaçava com o trabalho na universidade. No caso das professoras de Curitiba, chamou-me a atenção que todas se referiam à presença constante, diária, na universidade. A particularidade do Departamento de Antropologia da UFPR na época que estava na ativa era a quantidade de encargos na graduação, pois este grupo conseguiu incorporar a Antropologia em grades curriculares de numerosos cursos. Esse fato explicaria, segundo as entrevistadas, o sucesso (de demanda e de qualidade) do curso de Especialização em Antropologia da UFPR, iniciado em 1972. As professoras contratadas no início dos anos setenta foram alunas do curso, que trazia professores reconhecidos de vários centros de pesquisa em Antropologia no Brasil. Logo a seguir, foram se afastando para realizar mestrados e doutorados em Curitiba e em outras cidades.

Várias entrevistadas se incluem nas primeiras turmas de pós-graduados em Antropologia dos anos 1970. Todas percebem que viveram um cenário de mudanças nas universidades brasileiras com as demandas de qualificação dos docentes e responderam a elas na medida de suas possibilidades pessoais. Quando se aposentaram, algumas relatam estarem presenciando a transição rumo a ambientes mais competitivos e desagradáveis de trabalhar. Esse sentimento de ruptura com um padrão de convivência anterior, que não era livre de conflitos, mas que construiu uma experiência em comum que transcende o trabalho e perdura após a aposentadoria, é expresso com nitidez no grupo que conheci no Paraná. Dentre essas professoras, há um grupo fixo e contínuo de amigas, que se reúne com frequência. Inclusive tinham um encontro marcado na semana em que eu estava em Curitiba. A impressão das conversas acontecidas até o momento é que elas tiveram e têm vidas multifacetadas, tendo sido a Antropologia e a vida intelectual o caminho preferencial de sua satisfação pessoal, contudo, uma escolha que não excluiu vivências pessoais e profissionais outras.

²¹ As entrevistas foram realizadas em 22 de abril de 2013 (Celina Ribeiro e Maria Brayner) e 25 de março de 2013 (Maria Lígia Pires).



Estamos a falar de nós mesmas? Continuidades e descontinuidades geracionais e as classificações do mundo acadêmico

Por favor, tire o senhora da sua forma de tratamento e me chame apenas de Vera. Afinal, apenas gerações nos separam. No mais certamente teremos muito em comum. Um abraço. Vera (trecho de e-mail recebido em 7 de novembro de 2013, em contato para marcação de entrevista).

Recorro a algumas questões exploradas pelo debate em torno das etnobiografias (GONÇALVES, 2013) para me situar nestas conversas com minhas entrevistadas sobre vida intelectual. O início de todas as entrevistas (considerando-se, também, o primeiro contato por telefone ou por e-mail) acontece com a apresentação da pesquisa e de mim mesma (que pode incluir todos os seguintes aspectos ou apenas alguns deles: onde trabalho, onde e quando me formei e fiz pós-graduação, minha condição de mãe de duas meninas em um casamento heterossexual de “dupla-carreira acadêmica”). Esses aspectos de minha vida podem aparecer ao longo da conversa ou ao seu final, dependendo de perguntas ou situações geradas pelas entrevistadas. Sinto que esses momentos geram aproximações de várias naturezas. De modo geral, são entrevistadas mulheres com biografias intelectuais, muitas delas já familiarizadas como o conhecimento universitário-científico desde a geração de seus pais e mães²², que podemos definir como sujeitos autorreflexivos. Nesse contexto, conversam com alguém que pertence a seu universo profissional, ainda que sem coincidência de geração ou local de formação e trabalho. Além do que, são recorrentes os cruzamentos pontuais de trajetórias na Antropologia (instituições de formação, conhecidos em comum, eventos biográficos).

Trata-se de “narrativas partilhadas” que Marco Antonio Gonçalves sintetiza na frase “Eu sei que você sabe que eu sei o que você quer dizer” (GONÇALVES, 2013, p. 23). Considera o autor que a

[...] questão que parece ser a mais fundamental na construção do ‘falar de si’: uma operação de inclusão do outro, o compartilhamento de uma experiência. A imbricação entre a criação pessoal de um *eu* e a formulação sociológica de um *self* depende de outrem para que ganhe sentido (GONÇALVES, 2013, p. 23).

²² Agradeço ao professor Mario Bick que me chamou atenção para a necessidade de conhecer a existência de referências femininas nas redes familiares das entrevistadas (mães, tias, irmãs etc.) que demonstrassem independência e valorização dos estudos e do trabalho feminino fora de casa.



Além de analisar o conteúdo de algumas entrevistas já realizadas, reflito sobre aspectos das relações de gênero e das gerações intelectuais que são evidenciados com a presença da pesquisadora e a divulgação da pesquisa em contextos institucionais do presente. A comparação, o contraste entre modos de ensinar e pensar a Antropologia, a construção social da memória institucional são dimensões envolvidas nas conversas variadas que a pesquisa provoca: eventos nos quais as diferenças hierárquicas do mundo intelectual se atualizam.

Encontrar essas antropólogas nascidas entre os anos 1930-1940 tem provocado, também, um encontro com minha geração (nascida em torno de 1970) e suas diferenças que se evidenciam ao passar do tempo. Uma delas seria a distinção entre quem se tornou mãe acadêmica, casada ou não. Parece-me haver menor sensibilidade aos percursos de outras mulheres e homens entre quem aderiu aos modelos homogeneizadores das carreiras, que finda por ser um modelo masculino do trabalhador ideal.²³ Como acontece entre antropólogos, a pesquisa consiste em processo reflexivo e autorreflexivo, no qual pontua a historicidade dos padrões de carreira – notável quando realizamos a sociologia dos percursos e dos juízos do mundo universitário –, a consciência de estar num mundo de combates, assim como de parcerias de vidas que perduram por décadas, ambas as possibilidades acontecendo entre gerações diferentes e internamente a cada uma delas.

Esta pesquisa permite refletir sobre o que posso denominar de *construção social da relevância e da irrelevância acadêmica*, considerando-se fatores como gênero, trajetórias geracionais, tempos e configurações institucionais. Mostramos, sobretudo, a pluralidade dos modos de fazer um caminho profissional na Antropologia brasileira. Para compreender respeitosamente essa diversidade, é recomendável estender o conjunto dos argumentos contemporâneos e atualizados sobre a cultura dos outros (enumerados, por exemplo, em ORTNER, 2006) àquele universo do qual tod@s fazemos parte, a cultura da ciência. As ciências naturais e sociais que são praticadas por sujeitos situados em espaços de relações pessoais e profissionais que se fazem entremeando-se ao longo das vidas.

Referências

AZEVEDO, Thales de. “Primeiros mestres da Antropologia nas Faculdades de Filosofia.” *Anuário Antropológico* 82. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 259-277.

²³ Para uma reflexão sobre os parâmetros do trabalho acadêmico sob um viés de gênero e de geração, ver Hallstein; O’Reilly (2012).

BASTOS, Élide Rugai et al. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006.

BEHAR, Ruth. "Introduction: Out of Exile". In: BEHAR, Ruth e GORDON, Deborah A. (Eds.). *Women Writing Culture*. Berkeley: University of California Press, 1995.

BITENCOURT, Silvana Maria. *Maternidade e carreira: reflexões de acadêmicas na fase do doutorado*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

BOMENY, Helena. "A reforma universitária de 1968: 25 anos depois". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 9, n. 26, p. 51-65, out. 1994.

CATTELL, Maria G. "Voices of women anthropologists. Autobiography, Social History and Anthropology". In: CATTELL, Maria G.; SCHWEITZER, Marjorie (Eds.). *Women in Anthropology: autobiographical narratives and social history*. Walnut Creek (CA): Left Coast Press, 2006.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. *Memorial. Campos, reflexão e memória*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

CHADWICK, Whitney; De COURIVRON, Isabelle (Orgs.). *Significant Others: creative and intimate partnership*. London: Thamesand Hudson, 1993.

CHIANCA, Luciana. "Formação e "Cultura da Avaliação": dilemas e possibilidades da antropologia na pós-graduação". *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, ano XXVIII, n. 35, p. 169-186, outubro 2011.

CIACCHI, Andrea. "Gioconda Mussolini: uma trajetória bibliográfica". *Revista de Antropologia*, v. 50, p. 181-223, 2008.

_____. "Pedras no caminho: Gioconda Mussolini no campo paulista das Ciências Sociais". In: 33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, 2009.

COELHO, Elizabeth M. B. "Antropologia na Universidade Federal do Maranhão: ensino, pesquisa e extensão". *Cadernos de Pesquisa*, v. 5, n. 2, p. 87-100, jul.-dez, 1989.

_____. "As ciências sociais na UFMA". In: FARIA, Regina Helena Martins de; COELHO, Elizabeth Maria Beserra (Orgs.). *Saberes e fazeres em construção: Maranhão séc. XIX-XXI*. São Luís: EDUFMA, 2011.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003.

CPDOC-FGV. Cientistas sociais de países de língua portuguesa: histórias de vida. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/cientistassociais>>.

ECKERT, Cornélia; GODOI, Emília Pietrafesa de (Orgs.). *Homenagens. Associação Brasileira de Antropologia 50 Anos*. Blumenau: Nova Letra, 2006.

ELIAS, Norbert. "Scientific Establishments". In: ELIAS, Norbert; MARTINS, Hérmonio; WHITLEY, Richard (Eds.). *Scientific Establishments and Hierarchies*. Dordrecht: Reidel, 1982.

ENGELKE, Matthew. "'The endless conversation': fieldwork, writing, and the marriage of Victor and Edith Turner". In: HANDLER, Richard (Ed.). *Significant Others. Interpersonal and Professional Commitments in Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 2004.

FERBER, Marianne A.; LOEB, Jane W (Eds.). *Academic Couples: problems and promises*. Urbana: University of Illinois Press, 1997.

FERREIRA, Luiz Otávio; AZEVEDO, Nara; GUEDES, Moema; CORTES, Bianca. "Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969)". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 43-71, jun. 2008.

GACS, Ute; KHAN, Aisha; McTINTYRE; WEINBERG, Ruth (Eds.). *Women anthropologists. Selected biographies*. Urbana: University of Illinois Press, 1989.

GOLDE, Peggy. *Women in the Field. Anthropological Experiences*. Berkeley: University of California Press, 1986.

GONÇALVES, Marco Antonio. "Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens". In: GONÇALVES, M. A.; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vera Z. (Orgs.). *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

HALLSTEIN, D. Lynn O'Brien; O'REILLY, Andrea. *Academic Motherhood in a Post-Second Wave Context. Challenges, Strategies and Possibilities*. Bradford (Canadá): Demeter Press, 2012.

HANDLER, Richard (Ed.). *Excluded Ancestors, inventible traditions. Essays toward a more inclusive history of Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 2000.

_____. *Significant Others. Interpersonal and Professional Commitments in Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 2004.

_____. *Central Sites, Peripheral Visions. Cultural and Institutional Crossings in the History of Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 2006.

KHAN, Aisha. "Introduction". In: GACS, Ute; KHAN, Aisha; McTINTYRE; WEINBERG, Ruth (Eds.). *Women anthropologists. Selected biographies*. Urbana: University of Illinois Press, 1989.

LAMPHERE, Louise. "Unofficial histories: a vision of Anthropology from the margins". *American Anthropologist*, v. 106, n. 1, p. 126-139, 2004.

LEPOWSKI, Maria. "Charlotte Gower and the subterranean history of anthropology". In: HANDLER, Richard (Ed.). *Excluded Ancestors, inevitable traditions. Essays toward a more inclusive history of Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 2000.

LOPES, Maria Margaret. "Gênero e ciências no país: exceções à regra?". *Comciência (Mulheres na Ciência)*, n. 50, dez./jan. 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br>>. Acesso em: 17 out. 2013.

LUTZ, Catherine. "The gender of the theory". In: BEHAR, Ruth; GORDON, Deborah A. (Eds.). *Women Writing Culture*. Berkeley: University of California Press, 1995.

MORAES, Fernanda Azeredo de. "*Pântanos de relações e colchões de cumplicidade*": academia e conjugalidade na perspectiva de quatro mulheres intelectuais. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

OLIVEIRA, Márcio de (Org.). *As ciências sociais no Paraná*. Curitiba: Prototexto, 2006.

ORTNER, Sherry B.; WHITEHEAD, Harriet. "Accounting for sexual meanings". In: _____ (Eds.). *Sexual Meanings: the cultural construction of gender and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

ORTNER, Sherry B. *New Jersey Dreaming. Capital, culture, and the class of '58*. Durham: Duke University Press, 2003.

_____. *Anthropology and social theory: culture, power, and the acting subject*. Durham: Duke University Press, 2006.

PINA-CABRAL, João de. "History of Anthropology and personal biography". *Anthropology Today*, v. 24, n. 6, dec. 2008.

PONTES, Heloísa. “Crítica de cultura no feminino”. *Mana*, v. 14, n. 2, p. 511-541, outubro 2008.

PRADO, Renata Muniz. *O talento em perspectiva feminina: características individuais e familiares de pesquisadoras de destaque no Brasil*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Universidade de Brasília, Brasília.

PULICI, Carolina. *De como o sociólogo deve praticar o seu ofício: as Cátedras de Sociologia da USP entre 1954 e 1969*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROHDE, Joy Elisabeth. “It was no ‘pink tea’: gender and american anthropology, 1885-1903”. In: HANDLER, Richard (Ed.). *Significant Others. Interpersonal and Professional Commitments in Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 2004.

RUBIM, Christina de Rezende. “Os Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas”. *Horizontes Antropológicos*, ano 3, n. 7, p. 97-128, outubro 1997.

SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org.). *Memória da Antropologia no Sul do Brasil*. Florianópolis: EDUFSC/ABA, 2006.

SCHIEBINGER, Londa. “Ciência e vida privada”. In: _____. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

SILVERMAN, Sydel (Ed.). *Totems and teachers. Perspectives on the History of Anthropology*. New York: Columbia University Press, 1981.

SOUZA, Candice Vidal e. “O ensino de Antropologia em Belo Horizonte.” In: ECKERT, Cornélia; GODOI, Emília Pietrafesa de (Orgs.). *Homenagens. Associação Brasileira de Antropologia 50 Anos*. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 281-286.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

STOCKING JR., George W. “Antropologia em Chicago: a fundação de um departamento independente 1923-1929.” In: PEIXOTO, Fernanda Arêas; PONTES, Heloísa; SCHWARCZ, Lilia (Orgs.). *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). *O campo da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ContraCapa Livraria/ABA, 2004.

TRIGO, Maria Helena Bueno. *Espaços e tempos vividos: estudo sobre os códigos de sociabilidade e relações de gênero na Faculdade de Filosofia da USP (1934-1970)*. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TRINDADE, Héliogio. *Ciências Sociais no Brasil. Diálogos com mestres e discípulos*. Brasília: Anpocs; Liber Livro Editora, 2012.

ANEXO – Roteiro geral das entrevistas

1. Local e data de nascimento; família de origem, irmãos, profissão dos pais; formação escolar.
2. Formação universitária: como escolheu a Antropologia; aspectos da formação em seu curso; professores/aulas/temas/colegas, homens, mulheres.
3. Início da vida profissional (data; modo de contratação); descrição da vida institucional (envolvimento na criação e cursos de graduação e de pós-graduação, núcleos de pesquisa, cargos administrativos).
4. Como era a área de Antropologia (relações com outros colegas e departamentos).
5. Como organizava a vida familiar e profissional no período da formação pós-graduada (aulas e viagens de campo). Quem cuidava dos filhos? Viagens para estudo e trabalho?
6. Impactos na vida profissional após conclusão da pós-graduação? Manteve contatos/vínculos com colegas, orientador/a, professores?
7. Casamentos: profissão do marido, distribuição do tempo, divisão de tarefas com o marido, como encarava o seu trabalho na universidade. Separações; filhos, netos (licenças-maternidade); deslocamentos devidos a necessidades familiares (trabalho do marido, doenças de filhos ou outros parentes). Afastamentos por doenças?
8. Aposentadoria: Em que contexto pessoal e profissional aconteceu? Qual o lugar da Antropologia e do trabalho intelectual na sua vida após a aposentadoria?

[VOLTA AO SUMÁRIO]

UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES NA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA: RUTH CARDOSO E EUNICE DURHAM



Bruna Klöppel
Miriam Pillar Grossi

Introdução

Esse trabalho se insere no quadro do projeto “Um olhar de gênero sobre a história e a transmissão da Antropologia em diferentes países do mundo”, realizado com apoio do CNPq¹ que busca estudar a constituição e a organização institucional, política, acadêmica e os principais sistemas de formação antropológica de diferentes Antropologias nacionais em suas articulações com redes, associações e instituições internacionais. Partimos da perspectiva proposta por Gustavo Lins Ribeiro e Arturo Escobar (2009), que entendem que a história da Antropologia só pode ser efetivamente entendida se levarmos em conta sua estreita ligação com relações desiguais de poder e estudar as mulheres no campo da Antropologia é uma das formas de entender estas relações no interior da disciplina.

No quadro desse projeto, buscamos, com nossa pesquisa, apreender, através de um olhar dos estudos de gênero, as trajetórias de duas antropólogas amplamente reconhecidas na Antropologia Brasileira: Ruth Cardoso e Eunice Durham. Tivemos como objetivos principais: compreender as limitações impostas e as contribuições dadas pela categoria gênero em suas trajetórias e perceber como se projetaram na Antropologia Brasileira na segunda metade do século XX com carreiras intelectuais muito próximas e marcadas pela parceria intelectual durante várias décadas. Ainda, é de fundamental relevância destacar que partimos de

¹ Projeto PIBIC/CNPq/UFSC que apoiou, de 2011 a 2014, as pesquisas de Bruna Klöppel e PQ CNPq (2010-2014), que apoiou as pesquisas de Miriam Pillar Grossi sobre este tema.

uma perspectiva feminista que, sabendo do forte viés androcêntrico das ciências, acredita ser importante dar visibilidade às mulheres cientistas. Dentro do campo da Antropologia, são muitas as que poderiam ser destacadas como de grande influência para a consolidação da disciplina, mas acreditamos que as biografias das antropólogas brasileiras Ruth Cardoso e Eunice Durham mereciam especial atenção dado que, conforme nos mostra Gilberto Velho (2008), são pioneiras no campo da Antropologia Urbana no Brasil e fazem parte da primeira geração de mulheres da área que, entre outras características, conciliaram a carreira intelectual com vida conjugal e de mãe, um dos temas recorrentes na literatura da área de estudos de gênero e ciências (SCHIEBINGER, 2001).

Para essa discussão, colocamos, inicialmente, a perspectiva de gênero à qual nos filiamos ao considerar gênero como uma “categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual” (GROSSI, 1998, p. 5). Isso significa dizer que pensamos o gênero como relacional, situado social e historicamente. Além disso, é importante ressaltar que a categoria gênero sozinha não dá conta de todas as relações de poder existentes, e está sempre em intersecção com outras categorias, como raça, classe, sexualidade, entre outras. É necessário, portanto, um olhar atento a essas intersecções que, como nos ensina Antônio Flávio Pierucci (1999), estão presentes “num mesmo indivíduo de pertencimentos múltiplos, múltiplas lealdades, múltiplas posições, múltiplas identificações e identidades grupais, múltiplos ‘reposicionamentos’ além do mais” (p. 143). Por esse motivo, acreditamos ser de suma importância situar as antropólogas pesquisadas como mulheres brancas de camadas médias em formação nos anos 1950/60 na Universidade de São Paulo, lugar privilegiado no cenário intelectual nacional; além disso, é importante considerar, ainda, que as duas estiveram em casamentos heterossexuais em suas vidas.

Ruth Cardoso

Ruth Villaça Corrêa Leite Cardoso nasceu em Araraquara, interior de São Paulo, e é proveniente de família de elite da região, sempre tendo estudado em bons colégios. Ruth Cardoso foi pioneira nos estudos urbanos e de gênero no Brasil e especialista em movimentos sociais e políticas públicas. Formou-se na Universidade de São Paulo, em 1952, e fez pesquisas importantes sobre a comunidade de imigrantes japoneses na cidade de São Paulo, resultando em obras como “O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses” (1959), além de sua tese de doutorado, intitulada “Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos

japoneses no estado de São Paulo” (1972). Foi exilada após o golpe militar de 1964 e, até 1968, permaneceu distante do País, morando na França e no Chile, países nos quais lecionou na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Quando retornou ao Brasil, participou da fundação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), onde fez pesquisas importantes sobre movimentos sociais e organizações não governamentais. Voltou a ocupar a cadeira de Antropologia na Universidade de São Paulo nos anos 1970 e seu trabalho, nesse período, foi marcado por uma parceria com Eunice Ribeiro Durham, que a orientou em sua pesquisa de doutorado. Organizou também sua obra mais conhecida, “Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa” (1986), na qual, ao lado de sua parceira intelectual e outras e outros pesquisadoras/es de peso, analisa os dilemas éticos e metodológicos que a pesquisa antropológica implica (GROSSI; FERREIRA apud DIDER; FOUQUE; CALE-GLUBER, 2013, p. 757).

Como feminista, também foi uma das primeiras cientistas de sua geração a se interessar por temas como o movimento de mulheres, a reprodução, a adoção e as políticas de controle de população. Deu, ainda, relevantes contribuições ao campo de estudos sobre juventude, sendo sua principal publicação, nessa área, a obra “Bibliografia sobre a Juventude” (1995), que foi feita em parceria com sua orientanda Helena Sampaio. Em 2006, dois anos antes de falecer, é reconhecida e homenageada pela Associação Brasileira de Antropologia, recebendo a Medalha “Roquette Pinto de Contribuição à Antropologia Brasileira” durante a sessão de abertura da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia em Goiânia.

No ano de 1953, Ruth Cardoso casou com o então também estudante de Ciências Sociais da USP, e hoje sociólogo e ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Ficaram casados durante 55 anos, até a morte da antropóloga, e tiveram um filho, Paulo Henrique (nascido em 1954), e duas filhas, Luciana (nascida em 1958) e Beatriz (nascida em 1960). Na biografia escrita por Ignácio de Loyola Brandão (2010), o primogênito conta que “era ela quem tomava conta, papai só entrava em cena por conta dela, ficava no mundo dele, não queria problemas, esse negócio de filhos é um incômodo. O criar era com ela” (p. 62). Ainda, em entrevista concedida à Revista Bravo (2012), Fernando Henrique diz:

Eu, liberal, concordava teoricamente com as reivindicações do feminismo. Ruth, igualitária, tratava de fazê-las acontecer. Ela sempre quis, por exemplo, que todos da família a ajudassem no trabalho doméstico. Para um homem da minha geração, assumir atribuições dessa natureza beira o absurdo. Mesmo assim, às vezes, eu tirava a louça da mesa após as refeições. Foi o máximo de concessão que me permiti².

² Fernando Henrique Cardoso em entrevista concedida à Revista Bravo (2012).



Essas informações deixam claro que a responsabilidade pelo trabalho doméstico e pelos cuidados dos filhos ainda era atribuída à antropóloga, que acumulava, dessa maneira, o trabalho de cientista e professora com aquele realizado em casa, onde contava, provavelmente, com o apoio de empregadas domésticas, algo comum entre as mulheres de sua classe social e geração. Tais dados empíricos acabam por corroborar a tese de Londa Schiebinger (2001), a qual afirma que a ciência foi organizada em torno do pressuposto de que os cientistas não estão envolvidos nas tarefas diárias de reprodução, o que acaba por não ser verdadeiro para a maioria das cientistas mulheres. Dessa forma, esses arranjos domésticos, que são, também, parte da cultura da ciência, permitem a perpetuação desse modelo de conhecimento em que apenas o homem, geralmente branco e de elite, é personagem legitimado.

Ainda que fosse muito mais próxima da academia e da pesquisa do que da vida política institucional, quando seu marido, pela primeira vez, foi candidato a senador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1978, Ruth Cardoso acabou por assumir uma postura diferente. Como ela mesma narra:

Naquele momento eu estava diante de uma situação diferente. Nunca tinha sido de me inserir em grupos de mulheres, ainda que conhecesse e me relacionasse com muitíssimas pessoas que participavam da luta feminista e se organizavam em círculos que agregavam os nomes mais variados. Todavia, convivia com um problema de ordem pessoal, a minha rebeldia a engajamentos. Militância não combinava comigo. Havia uma pergunta importante. Como me comportar sendo mulher de candidato? Não queria saber de ficar num comitê, dar plantão na sede da campanha. Foi quando me veio a ideia. Havia, sim, algo em que eu poderia ser útil. Era mobilizar as mulheres e montar, estruturar, uma série de questões que nos afligiam, para levar à campanha, mobilizar o eleitor e os políticos. Houve receptividade, vários grupos se juntaram, até mesmo a Federação das Mulheres, entidade ligada à esquerda radical (BRANDÃO, 2010, p. 112-113). Habia

A partir daí, Ruth Cardoso passa a se envolver com os movimentos feministas, atuando em várias frentes, como no SOS Mulher, no conselho editorial do jornal *Mulherio*, no Conselho Especial da Condição Feminina, no Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da Pró-Reitoria da USP e, ainda, no Grupo de Estudos da Mulher do PMDB, no qual esteve ao lado de importantes feministas brasileiras, como Heleith Saffioti, Eva Blay, Marta Suplicy, dentre outras. Tinha, dentro dessas organizações, um papel fundamental, já que trazia suas diversas experiências de viagens e contatos com outros movimentos sociais

de mulheres ao redor do mundo para dentro desses grupos. Além disso, nas palavras de Eva Blay, “ela deu legitimidade ao feminismo, uma corrente que no começo era ridicularizada” (BRANDÃO, 2010, p. 123).

Depois de assumir outros cargos políticos, em 1995, seu marido assume a Presidência da República. Apesar da forte resistência em deixar a academia de lado para ir à Brasília, a antropóloga acabou por reinventar o papel de primeira dama por meio de seu trabalho voltado para as políticas públicas, como demonstrou Gilberto Velho (2008) em um dos obituários dedicados a ela. Através do programa Comunidade Solidária, atuante até os dias de hoje, engajou-se na produção de políticas sociais inovadoras, estimulando iniciativas e abrindo oportunidades para efetivos projetos de cidadania.

Eunice Durham

Eunice Ribeiro Durham também é amplamente reconhecida no campo da Antropologia do Brasil. Proveniente de uma pequena burguesia ascendente, Eunice, assim como Ruth Cardoso, também estudou em “bons colégios”. Seu pai, José Querino Ribeiro, era oriundo de famílias tradicionais do interior paulista e era professor na área de Educação da Faculdade de Filosofia da USP. Já sua família materna tinha origem italiana. Junto com Ruth Cardoso, foi pioneira nos estudos de Antropologia Urbana (VELHO, 2008) e, assim como ela, fez toda a sua formação e carreira na Universidade de São Paulo. Atuou, principalmente, com migração rural e urbana, movimentos sociais urbanos e organização familiar das classes populares. Já nas últimas décadas, tem se dedicado ao campo das políticas de educação no Brasil, e ainda está em atividade. Além disso, foi coordenadora do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP (1989-2005), pesquisadora e membro do Conselho do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP (2005- hoje), membro do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Ensino Superior (1997 a 2001), Presidente da Fundação CAPES (1990-1991), Secretária Nacional de Educação Superior do Ministério de Educação (1992) e Secretária Nacional de Política Educacional do Ministério da Educação (1995-1997). Da mesma forma que Ruth Cardoso, Eunice também casou com um intelectual – o antropólogo estadunidense John Durham –, com quem teve seu único filho em meados da década de 1960, porém logo se separou.

Os três primeiros trabalhos de Eunice Durham, conforme conta a própria autora (2004; 2012), foram feitos sob a égide do paradigma funcionalista, predominante na Universidade de São Paulo na década de 1950, época em que as

autoras estudadas se graduaram. Também nessa década, Roger Bastide e Florestan Fernandes iniciaram uma mudança temática que se refletiu em todas as ciências sociais: as pesquisas tiraram o foco dos atores da velha sociedade tradicional para, então, se dedicarem à novidade, voltando-se para estudos sobre a urbanização, a industrialização, o operariado, dentre outros. Essa mudança ecoou nas primeiras pesquisas realizadas por Eunice Durham sobre migrantes rurais, na medida em que, nelas, ficam claras dimensões tanto da sociedade tradicional quanto da nova sociedade em construção.

Contudo, a partir da década de 1960, as ciências sociais da USP, principalmente a Sociologia, passaram a ver no marxismo um instrumental teórico relevante na construção de novas pesquisas, o que ia de encontro ao funcionalismo antropológico que, segundo a própria Eunice, “privilegiava os processos de integração, deixando em segundo plano o conflito e a dominação, fundamentais na análise marxista” (DURHAM, 2004, p. 29). Tal paradigma deixava a Antropologia numa situação complexa, conforme ela relata:

Desprovido de uma teoria do simbolismo e voltado para problemas macroestruturais das sociedades capitalistas que só são adequadamente captados na dimensão histórica, o marxismo não pode ser transposto de modo imediato para a interpretação dos resultados da investigação empírica limitada, qualitativa, multidimensional que caracteriza o trabalho de campo antropológico. [...] De modo geral, continuou-se a fazer pesquisa como os funcionalistas, mas tentando encontrar ‘ganchos’ que permitissem interpretar os resultados com conceitos como ‘modo de produção’, ‘relações de trabalho’ e ‘luta de classes’ (DURHAM, 1986, p. 23-24).

Ainda na visão da autora, mesmo que fornecesse um pano de fundo, a teoria marxista não permitia responder às perguntas que formulava em suas pesquisas, que estava voltada para uma dimensão diversa da realidade social. Além disso, apesar de o funcionalismo se mostrar teoricamente inadequado, seus métodos de pesquisa não eram facilmente substituíveis. Dali em diante, Eunice ficou em uma posição difícil. Isso porque, ao mesmo tempo em que a temática da família havia sido central em suas pesquisas e o paradigma marxista a desprezava como uma instituição retrógrada e fadada ao desaparecimento, o diálogo com a Sociologia e a Ciência Política era fundamental para uma antropóloga que trabalhava com populações urbanas. Como saída, dedicou-se a uma reflexão que, em suas palavras, “procurava identificar e valorizar a especificidade da Antropologia, seus métodos de investigação e o conceito de cultura”. Com sua transferência para o



Departamento de Ciência Política, acabou por concentrar esforços em legitimar o conceito de cultura no debate teórico da época, empreitada na qual obteve sucesso.

Apesar da defesa do funcionalismo antropológico frente ao marxismo, Eunice Durham (2004) expõe, também, suas críticas, principalmente no que se refere a uma teoria da mudança centrada nos conceitos de aculturação e assimilação, na qual se pressupõe que um dos grupos envolvidos no processo de transformação seja passivo, sendo apenas incorporado por outro. Esse foi um dos pontos que acabou distanciando Gioconda Mussolini, Ruth Cardoso e Eunice Durham da orientação teórica de Egon Schaden e Emilio Willems. Ademais, pontua que essa abordagem era claramente insuficiente para dar conta do processo de transformação que ocorria no País.

Em função dessa vontade de entender a importância do conceito de cultura na teoria e prática antropológicas, Eunice Durham resolveu se dedicar a fazer uma revisão crítica do funcionalismo clássico, à época já considerado ultrapassado. Objetivava compreender “o sentido da revolução que ele havia operado, e analisar em que medida seus pressupostos eram ainda incorporados nas abordagens mais recentes” (DURHAM, 2004, p. 30-31).

Assim, analisou as monografias de Bronislaw Malinowski, avaliando que era na etnografia que residia a riqueza do funcionalismo. Esse trabalho deu origem à sua tese de livre docência e ao livro “A reconstrução da realidade: um estudo da obra etnográfica de Bronislaw Malinowski”, além de outros artigos.

Além dessas pesquisas, outras obras importantes foram publicadas pela antropóloga, como é o caso de “O Ensino Superior em Transformação” (2001) e “A Dinâmica da Cultura” (2004), ambos da década de 2000.

Outro ponto importante de sua trajetória na Antropologia diz respeito à sua eleição para a presidência da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), instituição que presidiu de 1980 a 1982, sendo a primeira mulher a ocupar tal cargo. Roberto Cardoso de Oliveira (1988) constata a sua importância para a associação e afirma que Eunice transformou a ABA

de uma entidade exclusivamente voltada a suas reuniões bienais (únicos momentos em que efetivamente a ABA atuava) para um órgão de intensa participação política (ainda que não partidária), devotado simultaneamente aos seus compromissos culturais e à participação política na sociedade civil mobilizada em defesa da democracia (p. 136).

É também à frente dessa Associação que Eunice Durham (2012) conta ter vivido um episódio no qual teve que negociar com os coronéis e com a FUNAI que,

à época, além de realizar massacres, impedia alguns antropólogos de irem a campo. Na busca de tal negociação, Eunice comenta da necessidade de “lançar uma presença forte e científica” que tornasse a Antropologia legítima frente ao governo autoritário. Dentre seus comentários, diz ter comprado para a ocasião um terno branco, para que não fosse “nem como homem, nem como mulher”, a fim de melhor se aproximar de um imaginário compartilhado pelos coronéis de como deveria ser uma cientista. Tal imaginário condiz com a realidade na medida em que faz parte do que Londa Schiebinger (2001) chama de “culturas da ciência”, que seriam caracterizadas pelos “seus rituais de conformidade cotidiana, códigos governando a linguagem, estilos de interações, modos de vestir-se, hierarquias de valores e práticas” (SCHIEBINGER, 2001, p. 139). Formados, predominantemente, pelos praticantes masculinos da ciência. Ainda, tais considerações podem ser relacionadas com a experiência de pesquisa de Ruth Landes no Brasil (GOODE, 1978), quando é quase impedida de realizar sua pesquisa por ser uma mulher sozinha, acusada de não ser uma cientista, mas, sim, uma “mulher de vida fácil”. Está em jogo, aqui, o que já se refletiu de que “talvez para se proteger deste risco, muitas antropólogas se escondem sob a capa de um ‘terceiro gênero’, nem homem, nem mulher, mas um ser neutro e assexuado” (GROSSI, 1992, p. 12-13). Pode-se dizer que tal situação se verifica na experiência relatada por Eunice Durham.

Há, por fim, ainda outro momento em que, na sua fala, Eunice demonstra que a categoria gênero marcou sua trajetória como antropóloga. No episódio da série *Narradores Urbanos* (ECKERT; ROCHA, 2009) sobre a autora, ela diz que, especialmente no início de sua carreira, quis fazer pesquisas com índios. Contudo, conta que Egon Schaden, seu orientador, desencorajou-a porque “ele não gostava que as assistentes fossem trabalhar com índios, ele achava muito perigoso” (NARRADORES URBANOS, 2009). Ou seja, como a demissão das assistentes, naquele momento, dava-se de forma direta e informal, dependendo apenas do arbítrio do titular da cadeira, é provável que a hipótese de desafiar suas recomendações fosse pouco considerada por suas assistentes. Resta claro, assim, que não fosse o gênero da antropóloga pesquisada e as relações de poder intrínsecas ao sistema acadêmico da época, de cátedras e, portanto, ainda muito patriarcal, provavelmente sua trajetória teria se desenvolvido de forma diversa.

Conclusões

Talvez, diferentemente do que antropólogos homens – que também se formaram na primeira metade do século XX – tenham interpretado como “acaso”

para explicar os rumos de suas carreiras (PEIRANO, 1992), em geral, no campo da etnologia indígena, as antropólogas mulheres da mesma geração, certamente por suas reflexões feministas, tenham compreendido mais precocemente os limites sociais que estavam postos para o desenvolvimento de suas carreiras científicas.

Sem dúvida, o fato de ambas terem desenvolvido suas carreiras em uma das principais instituições universitárias do país, a USP, aliado ao fato de estarem incluídas em importantes redes acadêmicas (compartilhadas, também, por seus maridos), pode ter contribuído para que Ruth Cardoso e Eunice Durham tenham tido o lugar de destaque que tiveram no desenvolvimento da Antropologia Urbana entre as décadas de 1970/1980 no Brasil.

É claro que essa pesquisa não se pretende exaustiva, sendo as trajetórias das autoras pesquisadas muito mais ricas que os dados aqui apresentados. Contudo, acreditamos que tais dados são suficientes para conseguirmos pensar as dinâmicas de poder e as relações de gênero na história da Antropologia Brasileira do século XX. Certamente, os dados que recolhemos mostram que estas importantes antropólogas mulheres tiveram carreiras mais significativas do que as de muitas outras de sua geração, como as estudadas por Fernanda Moraes (2012) que estão mais invisibilizadas nos discursos hegemônicos sobre a história da disciplina.

Por fim, tal pesquisa trouxe grandes aprendizados no projeto de iniciação científica no qual foi desenvolvido, sobretudo porque permitiu a imersão na história do campo, podendo, assim, entender melhor a Antropologia Brasileira e aprofundar os estudos de gênero e suas intersecções. Também destacamos a importância da formação teórica densa que se adquiriu participando das reuniões do Grupo de Estudos Gênero, Feminismo e Ciências, coordenado pelas professoras Miriam Pillar Grossi e Caterina Alessandra Rea. Sem tais aprofundamentos teóricos, não teria sido possível a análise desses dados empíricos, já que a Antropologia, como aprendemos com as sujeitas de pesquisa, não pode ser feita sem um entrelaçamento consistente entre dados e teoria.

Referências

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. *Ruth Cardoso*. Rio de Janeiro: Globo, 2010.

BRAVO! Revista. *Memórias do Presidente*, n. 174, Editora Abril, fevereiro de 2012.

CORRÊA, Mariza. *História da Antropologia no Brasil (1930-1960)*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1987.

_____. *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003.

CARDOSO, Ruth; DURHAM, Eunice. “Conversa com Eunice Durham e Ruth Cardoso.” In: FRY, Peter; ECKERT, Cornelia; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Brasília/Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia/Nova Letra, 2007. p. 221-242.

CARDOSO, Ruth C. L. *A Aventura Antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO, Ruth C. L. *Estrutura Familiar e Mobilidade Social*. São Paulo: Primus Comunicação, 1995.

CARDOSO, Ruth C. L.; SAMPAIO, H. *Bibliografia sobre a juventude*. São Paulo: EDUSP, 1995.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A dinâmica da cultura: ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

_____. “Eunice R. Durham”. *Revista de Antropologia* [on-line]. v. 46, n. 2 [cited 2012-09-17], p. 361-363, 2003. Acesso em: 17 set. 2012.

_____. Depoimento Fórum. *Trajetórias da ABA: História, Memória, Depoimentos*. Reunião Brasileira de Antropologia. São Paulo, julho de 2012.

ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza da. *Narradores urbanos: Antropologia urbana e etnografia nas cidades brasileiras – Eunice Durham*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2009.

GROSSI, Miriam Pillar; KAUÊ FERREIRA, Vinicius. “CARDOSO, Ruth [Araquara 1930 – São Paulo 2008].” In: DIDER, Béatrice; FOUQUE, Antoinette; CALE-GLUBER, Mireille (Orgs.). *Dictionnaire des Femmes Créatrices*. Paris: Edition des Femmes; Antoinette Fouque, 2013.

GROSSI, Miriam Pillar. “Identidade de Gênero e Sexualidade.” *Antropologia em Primeira Mão*. Florianópolis, p. 1-18, 1998. (versão revisada - 2010)

_____. *Antropólogas do Século XX: Uma história invisível?* (Conferência) UFSC, 2010.

_____. *Um olhar de gênero sobre a história e a transmissão das Antropologias contemporâneas em diferentes países do mundo*. Projeto de pesquisa apresentado ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica, 2009.

_____. “Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo””. In: _____ (Org.). *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: Claudia Lago, 1992.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da periferia ao centro – trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2010.

MICELI, Sergio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 2. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais; IDESP, 1995.

MORAES, Fernanda Azeredo de. “Pântanos de relações e colchões de cumplicidade”: academia e conjugalidade na perspectiva de quatro mulheres intelectuais. 2012. 173f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. “A organização dos antropólogos brasileiros: a ABA.” Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

PEIRANO, Mariza. “Artimanhas do acaso.” Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

PEIRANO, Mariza. “A Teoria vivida – Reflexões sobre a orientação em Antropologia”. Revista ILHA, v. 6, n. 1 e 2, p. 207-216, jul. 2004.

PIERUCCI, Antonio Flavio. “A diferença faz diferença, ou a produtividade social da diferença” In: _____. *Ciladas da Diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 119-149.

RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo. “Antropologías del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder.” In: _____. *Antropologías del mundo: transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder*. México: The Wenner-Gren International/Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social/Universidad Autónoma Metropolitana/Universidad Iberoamericana, 2009. p. 25-54.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Tradução de Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VELHO, Gilberto. “Ruth Corrêa Leite Cardoso”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 271-274, 2008.

CONSTRUINDO E CONCRETIZANDO UM PROJETO: A HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA SOB A ÓTICA DE GÊNERO



Francine Pereira Rebelo
Miriam Pillar Grossi

Este artigo e as outras publicações que lhe acompanham são resultado direto das Jornadas Gênero e Ciências, realizadas no mês de julho de 2013 na Universidade Federal de Santa Catarina, organizadas pelo NIGS (Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades). O encontro teve dois dias de duração e o objetivo principal da primeira tarde, momento em que foram expostos os resultados da pesquisa de graduação, visava a um retorno público às experiências antropológicas e teóricas vivenciadas pelas bolsistas de iniciação científica do NIGS nos últimos anos. Apesar da diversidade das pesquisas apresentadas, um eixo comum perpassava todos os trabalhos: Gênero e Antropologia.

Como bolsista de iniciação científica do NIGS entre 2007 e 2009 e dentre os projetos ali realizados, analisamos, nesse artigo, a pesquisa desenvolvida para o *Dictionnaire des femmes créatrices*. Esta pesquisa aconteceu durante os dois semestres de 2008. No primeiro semestre, nos dedicamos apenas à leitura e discussão de textos em um grupo de estudos dirigido por Carla Cabral, sendo que, no segundo semestre, iniciamos a elaboração dos verbetes.

O projeto do dicionário é o resultado da parceria que o NIGS estabeleceu com a equipe de pesquisa coordenada por Bárbara Glowcwski no *Laboratoire d'Anthropologie Sociale* (Laboratório de Antropologia Social) na França para a elaboração de verbetes que viriam a compor um Dicionário de Criadoras que permitisse dar visibilidade às histórias de mulheres criadoras das mais diversas áreas.

O dicionário mapeia as criadoras conhecidas – ou ainda desconhecidas – que, individualmente ou coletivamente, marcaram sua época e abriram novas vias em algum campo da atividade humana. Seu campo de estudo cobre todos os continentes, épocas, todas as disciplinas tradicionais – artísticas, literárias, filosóficas



e também científicas – e se estende das esportistas às lideranças políticas; passando, ainda, por artistas, intérpretes e mulheres que tenham realizado uma obra original. A equipe do NIGS e a equipe coordenada por Barbara Glowcewski ficaram, então, responsáveis por recuperar as trajetórias das mulheres na Antropologia.

Deste modo, o projeto do dicionário de Criadoras consistiu em uma detalhada pesquisa biográfica e bibliográfica para a produção de verbetes sobre a trajetória intelectual de renomadas antropólogas de diferentes nacionalidades. A pesquisa foi feita através de sites na internet, leitura de biografias e da bibliografia das antropólogas estudadas pela equipe. Por meio do resgate das histórias profissionais das antropólogas – trajetória acadêmica, publicações, premiações científicas, cargos, linhas teóricas – atreladas a aspectos de suas vidas privadas – data e local de nascimento, origem familiar, relações com colegas, casamento, filhos – nós buscamos recuperar as contribuições dessas antropólogas para a disciplina no século XX.

A primeira versão dos verbetes, em português, era escrita pelos/as bolsistas e colaboradores/as; posteriormente, eram reescritos pelas professoras Miriam Grossi e Carla Cabral, sendo, por fim, traduzidos para o francês pela professora Miriam Grossi e revisados por outros pesquisadores franceses. Nem todos os verbetes produzidos pela equipe do NIGS participaram da publicação final do Dicionário, dado o detalhado processo de pesquisa final, a rigorosa seleção da publicação e a impossibilidade de contemplar todas as antropólogas. De todo modo, os verbetes produzidos que acabaram não fazendo parte da publicação final encontram-se no acervo do NIGS com projeto de publicação on line e continuidade do projeto.

Dentre as várias antropólogas listadas por sua contribuição para a Antropologia, pesquisamos, mais especificadamente, as inglesas Mary Douglas e Marilyn Strathern, e as brasileiras Heloísa Alberto Torres e Manuela Carneiro da Cunha. No Dicionário de Criadoras foram publicados os verbetes de Manuela Carneiro da Cunha e de Marilyn Strathern. Apesar de nem todas se declararem feministas, suas contribuições à visibilidade das mulheres na Antropologia são inquestionáveis, servindo como abertura a outras antropólogas e ajudando na construção de uma ciência mais igualitária.

Refletindo sobre as trajetórias dessas mulheres, acabamos por refletir sobre nossas próprias trajetórias e desafios como pesquisadoras. A elaboração desse artigo se deu cinco anos depois do início do projeto. Ao escrever este artigo, foi possível revisar um trabalho realizado durante a iniciação científica no segundo ano da graduação, sob a luz dos aprendizados obtidos no mestrado³.

³ Francine Pereira Rebelo realizou o Master 1 na Université de Avignon (França) em 2011/2012 e ingressou em março de 2013 no mestrado em Antropologia da UFSC.

Deste modo, apresentamos, nesse artigo, resumidamente, o material coletado para a elaboração dos verbetes e, por fim, Francine reflete sobre essas diferentes trajetórias, como a entrada e reconhecimento das mulheres na Antropologia contribuíram para a disciplina e como sua participação nesse projeto internacional contribuiu para sua formação acadêmica.

A construção da trajetória de mulheres na Antropologia

Heloísa Alberto Torres e a importância do trabalho de campo

Das quatro antropólogas estudadas, diferentes estruturas familiares e profissionais foram encontradas. A primeira pesquisada, Heloisa Alberto Torres, também conhecida por *Dona Heloisa*, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1895, sendo filha de um importante político e jornalista, Alberto de Seixas Martins Torres (CORRÊA, 1997; CASA DE CULTURA HELOISA ALBERTO TORRES, 2009). Foi a primeira mulher a dirigir o Museu Nacional, com importantes contribuições na formação de jovens pesquisadores e no apoio a antropólogos estrangeiros que desejavam realizar trabalhos de campo no Brasil.

Em 1918, Dona Heloisa ingressou no Museu Nacional como assistente do professor Roquette-Pinto. Em 1925, foi aprovada, em primeiro lugar, no concurso para professora substituta da Divisão de Antropologia, Etnografia e Arqueologia do Museu, interina em 1926 e efetiva em 1931. Heloisa assumiu o cargo de diretora do Museu Nacional em 1938 e geriu a instituição até 1955, quando foi exonerada do cargo com outros intelectuais brasileiros. Mantinha estreitas relações com Bertha Lutz, uma das pioneiras do feminismo de primeira onda no Brasil (CORRÊA; MELLO, 2009)⁴.

Internacionalmente, Heloisa teve um papel relevante para a Antropologia, participando de diversos eventos no Brasil, Argentina e França. Organizou a Primeira Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953, no Museu Nacional, e, em 1955, na Bahia, foi uma das fundadoras da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), onde foi eleita para o primeiro Conselho Científico (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. *Histórico*; CORRÊA, 1997).

⁴ Bertha Lutz, líder feminista e bióloga, ingressou no Museu Nacional em 1919, ano seguinte ao da chegada de Heloísa. Nesse mesmo ano, Bertha funda a Liga pela Emancipação Intelectual Feminina. Em 1922, com o objetivo de promover a educação e a profissionalização das mulheres, Bertha Lutz funda a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). A FBPF é considerada uma das principais instituições de agremiação de mulheres até a década de 1970 no país (SOUSA, 2008).



Representando o Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres fez parte de diversas instituições, como do Serviço de Proteção aos Índios – SPI (criado em 1910) e, depois, na FUNAI – Fundação Nacional do Índio, que o substituiu em 1967; no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas (de 1933); no Conselho Nacional de Proteção aos Índios (de 1939). Foi, ainda, a partir de 1955, vice-presidente e, posteriormente, presidente da ONICOM (Organização Nacional de Museus/*International Council of Museums*) (CORRÊA; MELLO, 2009).

Na Antropologia, Heloisa privilegiava e defendia o trabalho de campo, auxiliando jovens pesquisadores no desenvolvimento da Etnologia, além de se empenhar na questão da valorização cultural e social das comunidades indígenas brasileiras. Em 1934, com o título “A mulher entre os índios do Brasil”, Heloisa deu um curso de extensão no museu. Apesar das poucas publicações sobre suas expedições, a antropóloga, além de primeira mulher a se tornar diretora do Museu Nacional, teve destaque em diversos cargos institucionais que ocupou (CORRÊA; MELLO, 2009).

Dona Heloisa empenhava-se, também, no intercâmbio entre pesquisadores e conseguiu reunir e agenciar a vinda de diversos antropólogos estrangeiros, aproveitando suas estadias para o auxílio dos jovens. Charles Wagley, William Lipking, Buell Quain e Ruth Landes, assim como James e Virginia Watson, e Yolanda e Robert Murphy foram alguns dos antropólogos que realizaram pesquisas no Brasil com seu apoio (VENÂNCIO, 2004).

Heloisa nunca se casou ou teve filhos, destino impensável para as mulheres da época, mas condizente com uma pesquisadora que valorizava o trabalho de campo. A dificuldade de conciliação dos papéis de esposa e profissional são questões não superadas ainda hoje nos mais diversos campos científicos, como nos mostra Cabral (2010). Além disso, como aponta Corrêa (1995), as antropólogas que iam a campo nesse período tinham três possibilidades: ou faziam parte de uma equipe profissional com seus maridos, ou eram mal vistas e caluniadas pelos outros profissionais, ou, no caso das pesquisadoras não estrangeiras, podiam herdar o renome do pai, como no caso de Heloisa. Essa herança permitiu que, mesmo não sendo casada, Heloisa pudesse realizar trabalhos de campo.

Heloisa Alberto Torres morreu aos 81 anos, em sua casa, em Itaboraí, onde morava com a irmã. A casa em que viviam foi convertida, em 1995, no mais importante centro cultural de Itaboraí: a Casa de Cultura Heloisa Alberto Torres, seguindo seu desejo (CASA DE CULTURA HELOISA ALBERTO TORRES, 2009).

Manuela Carneiro da Cunha: muitas trajetórias em uma só

Manuela Carneiro da Cunha nasceu em Cascais, Portugal, no dia 16 de julho de 1943. Os pais eram judeus húngaros que deixaram o país natal por causa da guerra. Depois disso, moraram em vários países. A falta de raízes da família em Portugal foi marcante na vida da antropóloga, desde o jardim de infância, onde estudou em um colégio inglês, depois na escola francesa, Liceu Francês, até a vinda para o Brasil, com 11 anos (PINHEIROS, 2009).

Chegando ao país, o pai da antropóloga conseguiu se estabelecer e progredir financeiramente. Ao escolher a escola para matricular as filhas, optou pelo Colégio Roosevelt: a família achava que a Manuela e as irmãs deveriam deixar os colégios estrangeiros e tentar criar raízes no Brasil. Manuela Carneiro da Cunha detestou este colégio, assim como o próximo no qual estudou, Colégio Mackenzie.

Aos quatorze anos, a antropóloga mudou para um colégio do qual gostou, a escola de freiras *Des Oiseaux*, colégio da elite para mulheres de São Paulo. Os pais da antropóloga, apesar de judeus, não eram praticantes e precisaram casar no religioso para que ela pudesse ingressar nessa instituição. Lá, Manuela Carneiro da Cunha teve aula com renomados professores, como o arqueólogo Ulpiano Bezerra de Menezes e a professora de Português Leonor Fávero (CARNEIRO DA CUNHA, 2007).

“Meu pai queria que eu fosse médica – dizem que toda família judia gosta de ter médicos na família. Então, eu me preparei para faculdade de Medicina” (CARNEIRO DA CUNHA, 2007, p. 245). Manuela Carneiro da Cunha nunca chegou a ingressar na faculdade de Medicina. Junto com o terceiro colegial, a antropóloga fez o curso pré-vestibular e tentou o vestibular de Medicina. Ficou como excedente, mas não foi chamada. Um ano depois se inscreveu para Física e foi aprovada em primeiro lugar. Por causa do grande número de greves na universidade, o pai preferiu mandar Manuela Carneiro da Cunha para França. Foi então que cursou Matemática.

Lá, as disciplinas de Física e Matemática eram ensinadas juntas, no primeiro ano, e a estudante acabou se interessando mais por Matemática e a partir deste interesse resolveu fazer matemática pura. Gostava, principalmente, de Lógica e de Álgebra. Essa trajetória de interesse entre as diferentes áreas do conhecimento continuou ao longo de sua carreira, e, no início da década de 1960, a antropóloga começou a se interessar pelo Estruturalismo (CARNEIRO DA CUNHA, 2007b).

Ainda na França, em 1963, a antropóloga se casou com seu primeiro marido, Marianno Carneiro da Cunha. O casal já namorava no Brasil e ele estava lá fazendo uma tese de assiriologia na *École des Hautes Études*.



Foi por ter feito Matemática que a antropóloga foi aceita por seu grande incentivador, Lévi-Strauss. Primeiramente, Manuela Carneiro da Cunha teve que apresentar, em um seminário do professor, a tese de um canadense que aplicava álgebra no livro “As Estruturas Elementares do Parentesco”, clássico do Lévi-Strauss. A antropóloga assistiu aos seminários por três anos, de 1967 a 1970. Na *École des Hautes Études* seguiu, também, outros cursos, como o ministrado pelo etnólogo Hans Dietschy e o de Julian Pitt-Rivers (CARNEIRO DA CUNHA, 2007).

Em 1970, por pressão financeira dos pais, a antropóloga retornou, com o marido e filho, ao Brasil. Lévi-Strauss contribuiu, ainda, com uma carta de apresentação que foi o passaporte da antropóloga. Chegando ao país, soube de um mestrado em Antropologia na UNICAMP. Manuela Carneiro da Cunha foi da primeira turma de pós-graduação, que tinha como professores/as Peter Fry, Verena Stolcke, Antônio Augusto Arantes, Francisca Keller e Roberto Da Matta (CARNEIRO DA CUNHA, 2007).

Foi durante o mestrado que escreveu seu primeiro artigo, “Lógica do Mito e da Ação. O Movimento messiânico canela”, enviado para Lévi-Strauss que gostou e entregou para a revista *L’Homme*, onde foi publicado em destaque. No ano seguinte, Manuela Carneiro da Cunha foi convidada para dar aula na UNICAMP (LIUDVIK, 2009).

Inicialmente, o envolvimento da antropóloga com a etnografia aconteceu mais no campo bibliográfico, com ajuda do trabalho de Julio César Melatti e de outras etnografias disponíveis. Nessa fase, Manuela Carneiro da Cunha ficou pouco tempo fazendo pesquisa de campo, apenas três semanas na primeira experiência. Em consequência desses estudos, escreveu *Os Mortos e os Outros*, oriundo de tese de doutorado, onde defendia que a lógica dos grupos amazônicos das terras baixas era diferente das sociedades africanas no que dizia respeito à morte (LIUDVIK, 2007).

Nos anos de 1975 e 1976, a antropóloga foi, com o marido e dois filhos, para a Nigéria. A princípio, Manuela Carneiro da Cunha foi acompanhar o cônjuge, mas resolveu desenvolver uma pesquisa própria sobre descendentes de escravos que retornaram à Nigéria. Resultou desse trabalho o livro *Negros estrangeiros* (1985).

Em 1980, o marido Marianno faleceu, e a antropóloga abandonou este assunto por um tempo, voltando a retomá-lo no ano em que esteve na Universidade de Cambridge, de 1981 a 1982, resultando na tese de livre-docência da antropóloga na USP.

Em 1978, a antropóloga foi presidente cofundadora da Comissão Pró-Índio em, São Paulo. Nessa época, várias comissões pró-índio emergiram, houve uma

grande mobilização popular por causa de uma proposta de lei encaminhada pelo ministro que propunha a emancipação dos chamados índios aculturados. A partir daí, a questão de identidade étnica, estudada por Manuela, tornou-se uma questão política central (PINHEIRO, 2009).

As décadas de 1980 e 1990 foram de intenso trabalho e reconhecimento para a antropóloga. De 1982 a 1984, Manuela foi Chefe do departamento de Antropologia na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Em 1982 foi, também, diretora de estudos visitante na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Em 1985, foi professora visitante no Museu Nacional do Rio de Janeiro-MN/RJ e Presidente da Associação Brasileira de Antropologia – ABA, de 1986 a 1988.

Em 1988, a professora fundou o Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, na USP, que dirigiu até 1994. De 1988 a 1990, foi representante da comunidade científica no Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Em 1990, foi *Tinker Visiting Professor* na Universidade de Chicago. De 1991 a 1993, a professora foi chefe de departamento de Antropologia na Universidade de São Paulo – USP. Ainda em 1991 foi Diretora de estudos visitante no *Laboratoire d'Anthropologie Sociale* do *Collège de France*. De 1993 a 2000 codirigiu o projeto coletivo intitulado “É possível populações tradicionais gerenciarem áreas de conservação? Um projeto piloto na Reserva Extrativista do Alto Juruá” (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIA). Este projeto resultou na obra “Enciclopédia da Floresta - O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações” (2002), organizado por Carneiro da Cunha e Mauro Barbosa de Almeida, seu companheiro atualmente.

A antropóloga ainda é membro do Conselho Diretor do Programa de Direitos Humanos na Universidade de Chicago desde 1997. Professora visitante na Universidade Pablo de Olavide, Sevilha, em 2000. *Fellow* do *Center for Advanced Study in the Behavioral Sciences*, Stanford, no período de 2001/2002. Em 2001, foi eleita para a Academia Brasileira de Ciências. Recebeu, ainda, vários prêmios e homenagens nacionais e internacionais (CURRICULUM LATTES, 2013).

Atualmente, Manuela Carneiro da Cunha é leitura obrigatória não só para os pesquisadores do campo da Etnologia, mas para todos os antropólogos. A pesquisadora continua politicamente atuante na defesa dos direitos das populações indígenas, nesse momento considerado por Carneiro da Cunha como um momento de “uma ofensiva sem precedentes no Congresso contra os índios”. Comprometimento político e a pesquisa acadêmica ética voltada para assegurar os direitos das populações pesquisadas mostram-se um importante legado deixado pela autora.

Marilyn Strathern: o nome que perdura na Antropologia britânica

No dia 6 de março de 1941, nasce, em North Wales, Ann Marilyn Evans, filha de Joyce Florence Evans e Eric Charles Evans. Posteriormente, com o casamento, em 1963, com o antropólogo Andrew Jamieson Strathern, passa a ser conhecida por Marilyn Strathern. A união durou vinte três anos, mas o nome perdurou e é com ele que assina toda sua obra.

Marilyn Strathern se consagrou na Antropologia através de contribuições em diversas áreas, como etnologia melanésia, aos estudos de gênero, à teoria da troca e do parentesco e à antropologia da modernidade tardia. A antropóloga é, também, conhecida por sua participação em questões atualmente polêmicas, como novas tecnologias reprodutivas e propriedade (BOURDIEU, 1996, p. 187).

A formação da antropóloga aconteceu principalmente no *Girton College*, Universidade de Cambridge. De acordo com informações disponibilizadas pela instituição, a mãe de Marilyn Strathern formou-se também nesse local, em 1929, assim como sua filha, Bárbara, que teve sua formação em 1988. Três gerações de mulheres da mesma família interferiram na construção e receberam influências desta importante escola.

Em 1960, a antropóloga, em Cambridge University, recebeu seu Bachelors Degree, Masters Degree (1967), e Ph.D. em Antropologia (1968). Foi, ainda, nesse local, que trabalhou com antropólogos renomados, como Edmund Leach e Meyer Fortes (ASAO, s.n.t.).

O interesse de Strathern pela Antropologia começou com as leituras dos escritos de Rousseau durante as aulas de História. Motivada, a estudante não se limitou aos ensinamentos do colégio e nos fins de semana ia visitar sítios arqueológicos no sul da Grã-Bretanha (GUIMARÃES et al., 2012).

A curiosidade de aprendizado característica de uma pesquisadora se aperfeiçoou em Strathern, e, alguns anos depois, a antropóloga realizou um trabalho extenso junto aos povos da Nova Guiné. Como feminista, também contemplou, em sua pesquisa, os aspectos da vida das mulheres e as diferenças de gênero (GUIMARÃES et al., 2012).

Já nos primeiros anos de sua carreira, a antropóloga fez várias viagens a Papua, Nova Guiné. Neste local, Strathern analisou vários temas, entre eles, a autodecoração, solução de litígios e o papel das mulheres. Diversas publicações da autora foram decorrentes deste trabalho, como *Self-Decoration in Mount Hagen*, *Women in Between* (1972) e *The Gender of the Gift* (1988), considerado um clássico (ASAO, s.n.t.).

As visitas da antropóloga por esse local se estenderam por décadas, desde 1963 a 1966, quando trabalhou como pesquisadora até 1995, sendo que retornou a Papua por dois meses para um trabalho de campo sobre compensação matrimonial (GIRTON COLLEDGE, s.n.t.).

A autora retoma esta extensa pesquisa junto aos povos da Nova Guiné para debater outros temas, como a questão das novas tecnologias reprodutivas, padrões de parentesco europeus e americanos, teoria do caos e propriedade intelectual e cultural. Essa junção entre as experiências etnográficas anteriores e o debate de questões atuais pode ser considerada uma peculiaridade inovadora da antropóloga.

Marilyn Strathern se interessava, também, pelo Reino Unido em suas pesquisas de campo. A autora analisou principalmente as questões de parentesco, tecnologias genéticas e reprodutivas, auditoria e cultura. As experiências coletadas pela antropóloga nesse campo renderam algumas publicações que se somaram à grande quantidade de material produzido pela autora (GIRTON COLLEDGE, s.n.t.).

Como profissional renomada, Marilyn Strathern recebeu diversos prêmios e honorários por seus trabalhos. Em 1976, recebeu a medalha Rivers Memorial, prêmio dedicado pelo Royal Anthropological Institute por importantes trabalhos antropológicos (ASAO, s.n.t.).

No ano de 1987, a autora foi eleita membro da British Academy. Este título identifica uma alta distinção acadêmica em algum ramo das ciências sociais ou humanidades, evidenciada por publicações de trabalhos. Os membros desta academia podem usar as letras FBA (*Fellow of British Academy*) após o nome (GIRTON COLLEDGE, s.n.t.).

A autora foi homenageada em 1993, 1994 e 1996, recebendo Hon. DSc. (Edinburgh), Hon. DSc. (Copenhagen), e Foreign Hon. Member, American Academy of Arts & Sciences, respectivamente. Em 2001, por serviços prestados à Antropologia Social, Marilyn Strathern recebeu, pela Ordem do Império Britânico, o título de DBE, *Dame Commander of the British Empire*.

Em 2003, a antropóloga recebeu a medalha Viking Fund, da Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research. O Wenner-Gren Foundation é uma fundação de apoio à investigação em antropologia biológica da humanidade e origens culturais e tem como objetivo fomentar a criação de uma comunidade internacional de investigação em Antropologia.

No ano de 2004, Marilyn Strathern recebeu a medalha Huxley. Esta distinção foi instituída em 1900, em memória de Thomas Henry Huxley, e é a mais alta honra à disposição do Royal Anthropological Institute. Anualmente, por votação do Conselho, é eleito um cientista por um trabalho de investigação antropológica no sentido lato (DURHAM UNIVERSITY, 2007).



A antropóloga ainda recebeu outros títulos, como Hon. D. Litt (Oxford) em 2004; 30th Anniversary of Independence Medal, Papua New Guinea, em 2005; Hon. Dpol. (Helsinki) e Hon. D. (Panteion University, Athens), em 2006 e Hon. DSc. (Durham) em 2007 (BRITISH ACADEMY, 2012).

Concomitantemente às publicações e recebimento de prêmios, Marilyn Strathern traçou uma importante carreira dentro das universidades. Em 1970, a antropóloga teve bolsa de pesquisa pela Unidade de Pesquisa da Nova Guiné (*Research Fellow in New Guine Research Unit*) e foi, também, bolsista de pesquisas na Escola de Pesquisas de Estudos do Pacífico (*Senior Research Fellow in the Research School of Pacific Studies*), ambas na Universidade Nacional da Austrália (ASAO, s.n.t.).

No Girton College, a antropóloga foi Fellow and Lecturer de 1976 a 1983 e Trinity College de 1984 a 1985, em Cambridge. Em 1985, foi escolhida para professora de Antropologia Social na Manchester University. Marilyn Strathern tem sido Mistress do Girton College desde 1998 (DURHAM UNIVERSITY, 2007).

Marilyn Strathern teve uma vida pessoal intimamente interligada à Antropologia: foi casada com o antropólogo Andrew Strathern, com quem compartilhou os trabalhos de campo. Dessa relação, a antropóloga teve seus três filhos.

Mary Douglas: reconhecimento e contribuição da Antropologia britânica

Mary Douglas nunca se descreveu senão como antropóloga. Autora de um grande número de obras, destacou-se na Europa e na Inglaterra. É considerada uma das mais importantes antropólogas da escola britânica do século XX.

Com o nome de Margaret Mary Tew, a antropóloga nasceu em San Remo, Itália, em 25 de março de 1921. Era filha de Gilbert Charles Tew, membro do serviço civil indiano, e Phyllis Twomey. Quando a mãe faleceu, Mary Douglas tinha 12 anos e sua irmã mais nova, Patricia, tinha 9. As duas foram morar com os avós maternos. Ambas foram educadas no convento Sagrado Coração, na Inglaterra. Com as freiras, Mary Douglas aprendeu valores importantes para sua posterior reflexão em trabalhos sobre instituições, regras, símbolos e hierarquias, alimentando seu interesse pelos estudos da religião ao longo de toda sua vida (THE MEDLAR PRESS, s.n.t.).

Aos 18 anos, a antropóloga ingressou no *St 's Anne College*, um dos colégios da Universidade de Oxford, para estudar Filosofia, Economia e Ciências Políticas, lugar onde recebeu influências do famoso antropólogo E. E. Evans-Pritchard, seu mentor, quem a familiarizou com o pensamento sociológico francês. A trajetória

de Mary Douglas na Universidade de Oxford se prolongou até 1951. Em 1943, graduou-se em bacharel (B.A.) em *Modern Greats*; em 1947, recebeu seu título de M.A.; em 1948, *B.Sci.* (Bachelor of Science Degree); e, em 1951, seu *Ph.d.* (BRUNEL UNIVERSITY LONDON, s.n.t.).

Em Oxford, Mary Douglas foi aluna de Max Gluckman, antropólogo social da escola britânica, e Meyer Fortes, ambos nascidos na África do Sul. Ainda nesta instituição, ela teve contato com os antropólogos africanistas, profissionais importantes, principalmente nos primeiros 15 anos de sua carreira. Nesse período, Mary Douglas focou suas pesquisas quase exclusivamente à África (TAMBASCIA, 2008).

No período de 1943 a 1947, foi, também, empregada pelo Escritório Colonial Britânico (*British Colonial Office*), mesmo local onde trabalhara seu pai, estando nesse emprego nos anos finais da Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, com o retorno dos períodos de paz, regressou a Oxford para fazer sua pós-graduação em Antropologia Social.

Em 1949 e 1950, como bolsista da *International African Institute*, a antropóloga realizou um trabalho de campo no *Belgian Congo*, atual República Democrática do Congo. Estudando os povos *Lele of Kasai*, sociedade matrilinear, Mary Douglas se especializou em etnografia dos povos africanos centrais e concluiu seu Ph.D. Três anos depois, retornou ao campo. Um novo retorno acontece 34 anos depois, em 1987. Depara-se com novos contextos e se entristece com a degradação ecológica do local (TAMBASCIA, 2008).

Em 1951, a antropóloga ingressou na *University College London* como professora (*lectureship*), onde ensinou Antropologia por aproximadamente 25 anos. Foi em 1970 que a antropóloga conquistou uma cadeira própria na universidade. Na *University College London*, Mary Douglas se relacionou com os professores da *Brunel University* e com figuras conhecidas da Antropologia, como Suzette Heald e Adam Kuper (THE GUARDIAN, 2007; BRUNEL UNIVERSITY LONDON, s.n.t.).

Mary Douglas foi uma das poucas mulheres a conseguir uma cátedra na Inglaterra. Apesar de não ser considerada uma feminista, a antropóloga se preocupou, em seus trabalhos, com atividades concernentes aos espaços considerados femininos, como rituais de limpeza doméstica, refeições e eventos com familiares e amigos.

Na década de 50, Mary Douglas se casou com James Douglas, economista do Departamento de Investigação do Partido Conservador. Possivelmente, esse contato com o partido conservador explique algumas preferências políticas de Douglas, geralmente consideradas conservadoras, em uma época em que a Antropologia preferia se posicionar como radicalmente igualitária.

No mesmo período, nasceram os três filhos da antropóloga: Janet, James e Philip (THE GUARDIAN, 2007). Mary Douglas não abandona a carreira, mas, através de sua biografia, é notória sua preocupação em acompanhar o crescimento dos filhos nesse mesmo período onde escreve e conclui seu doutorado.

É somente em 1963 que a antropóloga publica seu primeiro livro, sobre sua experiência em campo, *The Lele of Kasai*. Nessa obra, a autora analisa conceitos de poluição, higiene e tabu na África, Europa e Oriente, procurando sempre reconhecer os vínculos entre estruturas sociais e modos de pensamento, e a reflexão desses fatores nos comportamentos simbólicos. Os conceitos apresentados nesse livro unem os escritos de Mary Douglas às ideias de Durkheim e Mauss (TAMBASCIA, 2008).

Apesar de ter sido integrante da *University College London* de 1951 até 1978, Mary Douglas, durante esse período, realizou visitas acadêmicas a várias universidades, como Universidade de Sorbonne (1967), *University of Illinois* (1969), *University of Chicago* (1969), *New York University* (1978-79), *Columbia* (1979-80) e *Yale* (1980-81) (NORTHWESTERN UNIVERSITY LIBRARY, s.n.t.).

Foi nessa mesma época que Mary Douglas publicou um grande número de obras, marcadas pelo humor e pela ironia, peculiaridade da autora, por sua formação oxfordiana, que lhe resultou em ideias holistas, anti-idealistas e sociológicas, e pelas influências estruturalistas de Durkheim. Dessas obras, podemos considerar duas, que tiveram maior destaque: *Pureza e Perigo* (1966) e *Natural Symbols* (1970).

É importante, também, lembrar a relevância de seus outros trabalhos e sua ampla contribuição para a Antropologia. A autora editou vários livros e foi autora de numerosos textos e artigos de opinião que apareceram em publicações como o *Times Literary Supplement*, *New Society*, e *Journal of the Royal Anthropological Institute* (NORTHWESTERN UNIVERSITY LIBRARY, s.n.t.).

Por volta de 1977, a autora estabeleceu-se em Nova Iorque, onde trabalhou como diretora de pesquisas sobre cultura na Fundação Russell Sage. Esse é um importante centro de pesquisa em ciências sociais dos Estados Unidos e financiador de estudos acadêmicos.

Em 1981, a autora foi nomeada *Professor Avalon* na *Northwestern University*, em conjunto com o departamento de Antropologia e História da literatura e das religiões. Mary Douglas se aposentou em 1985, o que não a impediu de continuar publicando suas obras.

Mesmo com a idade avançada, na década de 90, a professora continuou a fazer viagens e a escrever. Em 2004, seu marido James morreu. E no dia 16 de



maio de 2007, aos 86 anos de idade, é ela, uma das mais importantes antropólogas britânicas, quem falece (THE GUARDIAN, 2007).

É possível encontrar várias biografias a respeito dessa respeitável antropóloga, assim como reflexões, debates e críticas sobre o que escreveu. As ideias de Mary Douglas, suas notórias percepções e analogias brilhantes perpetuam-se após seu falecimento e ainda alcançam os estudantes de Antropologia de todas as fases em vários lugares do mundo.

Re-construindo trajetórias: considerações finais

É perceptível que este ensaio é insuficiente para apresentar a vida dessas antropólogas sem que nenhum aspecto seja deixado de fora. De todo modo, é interessante notarmos que, apesar das diferentes trajetórias familiares, profissionais e políticas, um ponto em comum que as une é suas carreiras profissionais na Antropologia. Nessa área, além de serem professoras e pesquisadoras de referência, todas conquistaram importantes funções e reconhecimento público, servindo como exemplos para jovens antropólogas e antropólogos e permitindo uma maior visibilidade da disciplina em diferentes contextos nacionais.

Para Grossi (1992), a presença das mulheres na Antropologia vai além da questão de “pensar o ponto de vista da outra”; a presença de mulheres em campo, principalmente com a Antropologia Americana, após 1968, abriu espaço para outro questionamento: a da relação sujeito e objeto. Segundo Grossi, na construção ideológica do gênero feminino, a ideia da mulher com uma tendência “natural” à subjetividade explicaria a presença deste elemento no campo; por outro lado, este “traço cultural de gênero” acaba tornando-se um desencadeador da “emergência do subjetivo no trabalho de campo”. Obviamente, o simples fato de ser ou não mulher não obriga a esta reflexão e muitas mulheres pesquisadoras assumem um posicionamento de neutralidade e racionalidade científica. De todo modo, é graças a essa emergência desse discurso “feminino” que podemos parar de interpretar um papel de cientista neutro e refletir com seriedade a respeito desse elemento central no campo: a subjetividade. Ou, ainda, como nos sugere outra antropóloga, Jeanne Favret-Saada (2005, p. 161), em seu trabalho de campo sobre feitiçaria no Bocage francês:

Ora, minha experiência de campo – porque ela deu lugar à comunicação não verbal, não intencional e involuntária, ao surgimento e ao livre jogo de afetos desprovidos de representação – levou-me a explorar mil aspectos de uma opacidade essencial do sujeito frente a si mesmo.

Essas “permissividades femininas”: discutir a subjetividade, pensar o ponto de vista da outra, aceitar o livre jogo de afetos, ser afetada – além de milhares de outras possibilidades nos encontros intersubjetivos – devem ser exploradas por nós como pesquisadoras/es, mas, além disso, devem auxiliar na exploração de (outras) milhares de possibilidades de encontros intersubjetivos, deixando, assim, de ser uma questão puramente metodológica e tornando-se uma questão também epistemológica.

Reflexões pessoais de Francine Pereira Rebelo

No que diz respeito à minha trajetória acadêmica, a participação no Dicionário de Criadoras e o contato com essas diferentes trajetórias permitiram não só a incorporação, na minha trajetória, de elementos colocados à luz pelos trabalhos dessas pesquisadoras, mas oportunizou que eu compreendesse a importância de um trabalho em equipe, longo, organizado e com anos de duração, além de possibilitar que eu ficasse a par dos protocolos universitários internacionais, o que me serviu de incentivo para o aprendizado da língua francesa e para a realização, no ano de 2011, de uma pós-graduação na França.

Ao retratar elementos da vida pessoal, como casamento, filiação, local de origem e elementos da vida profissional, como correntes teóricas, orientadores/as, colegas, universidades, além de orientações políticas, podemos refletir sobre como os elementos subjetivos (e objetivos) que compunham a vida dessas mulheres foram centrais para sua formação acadêmica. Elas, assim como nós, tinham que lidar com a família, emprego, cobranças, medos, oportunidades, fracassos e sucessos. Reconhecer esses percalços permite que as novas gerações de antropólogas conheçam e enfrentem com sinceridade os desafios da profissão e da vida.

Referências

ABA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. *Histórico*. Disponível em: <www.abant.org.br/?code=1.0>. Acesso em: 05 ago. 2013.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. *Manuela Carneiro da Cunha*. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/~mmcc>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

ASAO – ASSOCIATION FOR SOCIAL ANTHROPOLOGY IN OCEANIA. *Marilyn Strathern*. Disponível em: <<http://www.asao.org/pacific/honoraryf/strathern.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: EDFGV, 1996. p. 183-191.

BRITISH ACADEMY. *Marilyn Strathern*, 2012. Disponível em: <http://www.brit-ac.ac.uk/about/medals/Leverhulme_Medal_2012.cfm>. Acesso em: 05 ago. 2013.

BRUNEL UNIVERSITY LONDON. *Mary Douglas*. Disponível em: <<http://www.brunel.ac.uk/about/people/honorary-graduates/honorary-graduates-2001/professor-mary-douglas>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

CABRAL, Carla Giovana. “Preconceitos que permanecem: gênero nas Ciências Naturais e Exatas”. VII SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, ST-25. *Anais...* 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/C/Carla_Cabral_25.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2013.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Conversa com Manuela Carneiro da Cunha”. In: GROSSI, Miriam et al. (Orgs.). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “O Brasil está perdendo uma oportunidade histórica”. *Revista de História*, set. 2007b. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/manuela-carneiro-da-cunha>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

CCHAT – CASA DE CULTURA HELOISA ALBERTO TORRES, 2009. Disponível em: <<http://casadeculturaheloisaalbertotorres.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

CORRÊA, Mariza. “A natureza imaginária do gênero na história da antropologia”. *Cadernos Pagu*, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, n. 5, 1995.

CORRÊA, Mariza; MELLO, Januária (Orgs.). *Querida Heloisa/Dear Heloisa: cartas de campo para Heloisa Alberto Torres*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, 2009.

CORRÊA, Mariza. “Dona Heloisa e a Pesquisa de Campo”. *Revista Antropologia*, São Paulo, v. 40, n. 01, p. 11-54, 1997.

CURRÍCULO Lattes. *Manuela Carneiro da Cunha*. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4781551J1>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

DURHAM UNIVERSITY. *Marilyn Strathern*, 2007. Disponível em: <https://www.dur.ac.uk/resources/ceremonies/congregation/strathern_marilyn.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2013.

MENDONÇA, Ricardo. “Dilma cede à pressão dos ruralistas e rifa os direitos indígenas, diz antropóloga da USP”. *Folha de São Paulo*, 14 jul. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1310677-dilma-cede-a-presao-dos-ruralistas-e-rifa-os-direitos-indigenas-diz-antropologa-da-usp.shtml>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

GIRTON COLLEGE. *Marilyn Strathern*. Disponível em: <<http://www.girton.cam.ac.uk/girtons-past/mistresses>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

GROSSI, Miriam P. “Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo””. *Trabalho de Campo e Subjetividade*. Florianópolis: PPGAS, 1992.

GUIMARÃES, Bruno; GIRARDO, Luisa; OLIVEIRA, Mariana; HARAVAMA, Rui. “Pontos em expansão: uma conversa com Marilyn Strathern”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, USP, n. 21, p. 1-360, 2012.

LIUDVIK, Caio. “Meio sem ambiente.” *Folha de São Paulo*, Caderno Mais, 25 out. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2510200901.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

NORTHWESTERN UNIVERSITY. “Mary Douglas.” *Archival and Manuscript Collection*. Disponível em: <<http://findingaids.library.northwestern.edu/catalog/inu-ead-nua-archon-1201>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

PINHEIRO, Marcelo. “O Brasil de Manuela.” *Revista Brasileiros*, 30 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/2009/11/30/o-brasil-de-manuela/>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

RIBEIRO, Adelia Maria Miglievich. “Uma mulher intelectual em tempos pioneiros: Heloísa Alberto Torres, nação e a formação das ciências sociais brasileiras”. *Boletín Onteaiken*, n. 10, nov. 2010. Disponível em: <<http://onteaiken.com.ar/ver/boletin10/1-6.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

SOUSA, Lia G. P.; SOMBRIO, Mariana M. de O.; LOPES, Maria Margaret. “Para ler Bertha Lutz”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, p. 315-325, 2005.



SOUSA, Lia G. P. *Educação e profissionalização em ciências. Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro, décadas de 1920 e 30*. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. Anpuh-São Paulo. Poder, violência e exclusão, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Anpuh/SP, v. XIX, p. 1-12, 2008.

STRATHERN, Marilyn. “No limite de uma certa linguagem”. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, out. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S010493131999000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 ago. 2013.

TAMBASCIA, Christiano Key. *Mary Douglas em campo: o trabalho de campo no Kasai e o contexto de produção do saber antropológico na academia britânica do pós-guerra*. In: GT 22 – Etnografando o fazer científico. ANPOCS, 2008. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2506&Itemid=230>.

THE GUARDIAN. *Obituary: Dame Mary Douglas*, 18 maio 2007. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/news/2007/may/18/guardianobituarie.obituarie>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

THE MEDLAR PRESS. *Mary Douglas*. Disponível em: <<http://www.medlarpress.com/Author-55-Mary-Douglas.html>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

VENÂNCIO, Ana Teresa A. “A questão do gênero na história da antropologia no Brasil”. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 19, n. 55, jun. 2004.

[VOLTA AO SUMÁRIO]

EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA NA ÍNDIA¹



Vinicius Kauê Ferreira

Ao longo dos últimos anos, tenho me deparado regularmente com um olhar de estranheza quando indagado sobre a temática das minhas pesquisas de mestrado e doutorado. Tenho estudado a história da Antropologia na Índia. Para alguém interessadx nos debates contemporâneos sobre fluxos de circulação de conhecimento acadêmico e de pesquisadorxs no âmbito global, esses olhares interrogativos não são incompreensíveis. Afinal, logicamente, seria ao menos inesperado encontrar umx pesquisadorx brasileirox decididx a estudar um tema eminentemente “teórico” – para lembrar essa divisão perversa entre “teoria” e “etnografia” – em lugar tão ex-ótico, como a Índia. É interessante perceber como certas regiões, e questões, parecem permanecer como uma espécie de “posse epistemológica” de algumas poucas escolas nacionais – outro parâmetro perverso às Ciências Sociais. Contudo, apesar de considerar essencial para a Antropologia contemporânea essa discussão sobre as continuidades do colonialismo epistemológico, não é isso que pretendo discutir neste capítulo.

Voltemos às minhas apresentações enquanto acadêmico. “Naturalmente”, uma segunda questão se coloca após a primeira, indagando-me sobre o porquê dessa escolha. Então, o ar duvidoso do interlocutor se transforma, com frequência, num olhar inquisitorial, pois respondo que meu interesse pela história da Antropologia na Índia vem da minha formação no campo da crítica feminista à ciência, do qual me aproximei durante minha graduação em Ciências Sociais. Nesse momento, tendo eu já explicado que minha pesquisa não está centrada, contudo, na presença das mulheres no campo científico indiano, sinto-me rolando uma bola

¹ Agradeço à Miriam Pillar Grossi pela leitura e comentários atentos deste texto, que me permitiram avançar nas ideias aqui desenvolvidas.



de neve. É como se, então, qualquer resquício de seriedade que pudesse subsistir em minha pesquisa escoasse por um ralo que vai entupir ao primeiro argumento de que a crítica feminista não fala apenas de mulheres ou de relações de gênero.

Antes, precisamos ter claro que as epistemologias feministas falam de conhecimento num sentido muito vasto, expandindo-se além das categorias *gênero* e *mulheres*. E com isso não digo que as questões de gênero são um ponto secundário ou um desdobramento de questões “centrais” ou “mais amplas”, como pretende grande parte da reflexão epistemológica tradicional (frequentemente conservadora). Pelo contrário, essas relações constituem, certamente, o núcleo duro de todo universo social e de todo campo de produção de saber. O que digo, mais precisamente, é que a reflexão feminista é importante à formação intelectual de toda pesquisad(x)r, trabalhando sobre relações de gênero ou não. E, sublinho, sua importância não está apenas no fato de que ela nos habilita a identificar relações de poder, que, talvez, não veríamos de outro modo no campo das relações de gênero; mas, também, porque o seu potencial epistemológico nos conduz a ler todo tipo de relações sociais através de uma perspectiva mais plural e inovadora, o que me parece muito coerente com um projeto de conhecimento antropológico.

Assim, eu pretendo, ao longo deste capítulo, mostrar como a reflexão feminista me conduziu a pensar a história da Antropologia na Índia em termos que considero mais afinados com um projeto antropológico de conhecimento. Para isso, trarei um pouco de minha trajetória acadêmica, mas apenas o necessário para evidenciar alguns encadeamentos fortes entre instâncias que são apenas artificialmente apartadas. A seguir, retomarei algumas linhas de minha dissertação de mestrado, para mostrar como a convergência entre Antropologia e crítica feminista à ciência se cristalizam em minhas reflexões sobre a história da Antropologia.

Artimanhas do acaso

Tentando não ser repetitivo, eu gostaria de retomar a minha introdução para avançar em algumas ideias sobre esses encadeamentos aparentemente casuais. Uma das respostas que frequentemente dou às pessoas curiosas por saber como cheguei aos estudos sobre a Índia é bastante vaga, parecendo com algo como “bem, você sabe, às vezes a vida nos leva por caminhos inesperados”. É verdade que eu logo descobri que esse tipo de resposta pode evitar delongas, mas é verdade, também, que essa “explicação” é inspirada em um dos ensinamentos de Mariza Peirano.



Em seu artigo “Artimanhas do acaso” (1992), Peirano reflete sobre o sentido conferido ao acaso na rememoração de trajetórias intelectuais. A antropóloga explica que, durante suas entrevistas, da década de 1970, com alguns dxs autorxs centrais das Ciências Sociais brasileiras, era comum ouvir respostas como “foi por acaso” para explicar certos caminhos tomados por essxs pesquisadorxs – como, por exemplo, o porquê de Florestan Fernandes se iniciar nos estudos sobre raça. Peirano, contudo, de modo muito sagaz, entrevê as “artimanhas” dessa evocação constante feita ao acaso. O mérito de sua análise está, primeiramente, em não se contentar com o acaso como explicação – e preciso admitir que eu mesmo pude comprovar que esse argumento é bastante eficaz, mesmo com mxs colegas antropólogxs – e, sobretudo, em identificar as nuances e ambivalências desse argumento.

Em suma, Peirano lembra que o acaso se apresenta num interstício de significados: não é do plano do “racional”, ou melhor, de uma “racionalização”, ou, ainda, de uma explicação retrospectiva buscando certa coerência através de circunstâncias concretas; mas, também, não pertence ao plano da magia, pois não diz respeito a uma intervenção exterior determinando o acontecimento dos fatos; tampouco está no plano da predestinação, afinal, não há a crença de uma predeterminação ou de um *karma* imutável. Mas o que seria o “acaso”, então? Resumidamente, a autora reconhece que o acaso, nesses casos, permanece como um evitamento da racionalização da própria vida; um “abrir mão”, por parte de sociólogxs, de uma consciência sociológica sobre si mesmxx ou da construção de “totalidades significativas” sobre suas trajetórias. Trata-se, antes, de uma dimensão que complementa aquelas outras: uma dimensão que concerne a um certo relaxamento que cede lugar aos imponderáveis da vida real. As razões existem, e podem ser elencadas, mas o acaso é aquilo que, quando evocado, confere certa “dimensão humana essencial à compreensão dos fenômenos sociológicos” (1992, p. 19).

Assim, retomo essa reflexão para argumentar que são esses acasos que me levaram dos estudos de gênero à história da Antropologia na Índia. Ou, dito de outro modo, pretendo explorar esses acasos, acreditando que, finalmente, me farei entender nos encadeamentos de minha trajetória acadêmica.

O cientista em laboratório: Gênero, Ciência e História da Antropologia

Partirei de meu ingresso, em 2008, no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), vinculado ao Laboratório de Antropologia Social (LAS) da UFSC, para rastrear o caminho entre as epistemologias feministas e a

história da Antropologia na Índia. Inicialmente, tentarei mostrar que esses rastros me conduzem ao que considero ser um dos eixos fundamentais de minha formação durante a graduação: a constituição do campo da Antropologia no Brasil.

Na segunda fase do curso de graduação em Ciências Sociais, quando passei a integrar o NIGS, ingressei em um grupo de estudos sobre *Gênero e Ciência*, no qual iniciei leituras acerca da crítica feminista à ciência e à Antropologia (CORRÊA, 2003; GROSSI et al., 2006; SCHIEBINGER, 2001). Compreendi, ali, que os estudos feministas sobre ciência não se restringiam à condição das mulheres nesse campo (como poderíamos pensar, à presença de mulheres na ciência, ou aos saberes produzidos *pelos* ou *sobre as* mulheres etc.), pois falar de androcentrismo na produção científica implica falar sobre etnocentrismo, racismo, colonialismo, entre outros aspectos que se expandem e se correlacionam de diversas formas. Compreendi, também, que a problemática das relações de gênero que permeiam a dinâmica própria ao campo científico não é apenas um desdobramento de alguma discussão epistemológica central, genérica, pois as questões de gênero são tão centrais na constituição da ciência quanto o debate sobre objetividade, racionalidade e realidade, por exemplo. Compreendi que essa noção de generalidade na epistemologia, essa ideia de que haveria questões “universais” em oposição a questões secundárias (como gênero e raça) é, em si, um meio de marginalizar discussões que são fundamentais, como as relações de gênero, na produção do saber científico.

Esse grupo de estudos se inscrevia num projeto mais amplo, intitulado *Dicionário de Antropólogas*², que tinha como objetivo resgatar a trajetória de mulheres antropólogas que, reconhecidas ou não, dedicaram-se a importantes pesquisas e discussões teóricas em Antropologia, além de terem realizado trabalhos inovadores em museus e instituições diversas. Latino-americanas, estadunidenses e europeias, eram muitas delas: negras, indígenas, pesquisadoras pioneiras que tiveram seus trabalhos ofuscados ou deslegitimados por diversas razões: por serem esposas de pesquisadores renomados (e, portanto, sendo sempre lembradas como “a esposa de...”, ou “a Sra. ...”), por abordarem temáticas de pouco prestígio (como relações de gênero, às vezes), ou, que, mesmo vindo de uma condição social confortável, eram discriminadas pelo fato de serem mulheres num espaço predominantemente masculino. Nesse momento, fui bastante afetado por leituras

² O projeto Dicionário de Antropólogas surgiu através da participação do NIGS na publicação da obra *Dictionnaire des Femmes Créatrices*, organizada pela *Edition des Femmes* de Paris. Nesse contexto, o NIGS ficou responsável pela redação das biografias intelectuais de mulheres antropólogas a serem publicadas nessa obra. O lançamento do dicionário, com suas 4800 páginas, foi realizado em novembro de 2013.

de autoras feministas que me ajudaram a teorizar sobre as histórias que estávamos recontando.

Cito, especialmente, a antropóloga brasileira Mariza Corrêa (2003), que trata de jogar luz sobre a trajetória de algumas mulheres que contribuíram significativamente com a Antropologia brasileira. Corrêa está preocupada em refletir sobre o que significou “ser mulher” no campo antropológico da primeira metade do século XX. Um dos capítulos de seu livro *Antropólogas e Antropologia* é intitulado “A natureza imaginária do gênero na história da Antropologia”, onde a autora explora a ideia do “andrógino” para aludir ao modo como eram vistas as mulheres que rompiam com as expectativas socialmente atribuídas a elas no mundo do trabalho. Ao borrarem as “separações simbólicas do que deveria estar unido, ou as uniões simbólicas do que deveria estar separado”, essas mulheres poluíam (DOUGLAS, 1976) as definições de masculino/feminino.

Também, através das pesquisas das antropólogas brasileiras Miriam Grossi e Carmen Rial (2002; 2006; 2008), tive conhecimento das etnografias pioneiras que mulheres francesas, alunas de Marcel Mauss, realizaram no norte da África em meados do século XX. Além de etnografias, várias dessas mulheres desempenharam importantes funções em museus e universidades. Dentre essas mulheres, cito Germaine Tillion, que escreveu diários de campo sobre sua experiência nos campos de concentração nazistas dos anos 1940 (TILLION, 1997), mas, também, textos pioneiros sobre a condição das mulheres África-mediterrâneas (TILLION, 1970).

Por fim, evoco minha leitura da filósofa estadunidense da ciência Londa Schiebinger (2001), que busca responder se a crítica feminista à ciência refletiu em mudanças significativas na constituição do campo científico e na produção de seus conhecimentos. Ela realiza uma análise sistemática das transformações ocorridas em cinco campos da ciência (medicina, primatologia, arqueologia, física e matemática) a fim de evidenciar o alijamento das mulheres de laboratórios e projetos de pesquisa. Paralelamente, ela retraça os caminhos da crítica feminista nos estudos sobre a ciência ao longo do século XX. Ao empregar o termo “cultura científica”, a filósofa denuncia a falsa separação entre público e privado, que cria as condições de produção de uma ciência androcêntrica, na medida em que essa separação dissimula o fato que atribuições associadas ao âmbito privado (ou seja, ao espaço supostamente “feminino”) são fundantes da produção científica.

Desse panorama emerge minha entrada no campo da história da Antropologia e da epistemologia, em articulação com a crítica feminista. Mas esses dois eixos, histórico e epistemológico, confluem, em seguida, num olhar um pouco mais etnográfico.



No ano de 2009, fui contemplado com uma bolsa de pesquisa que tinha por objetivo mapear a presença dos estudos de gênero nos cursos de graduação de Santa Catarina. Esta pesquisa, baseada em entrevistas com professorxs e alunxs de todo o estado, permitiu que eu cunhasse um saber sobre o campo dos estudos de gênero em Santa Catarina, vivenciando a dinâmica acadêmica (teórica, política, burocrática etc.) das instituições que visitei. Nesse momento, minhas leituras estavam voltadas para o ensino de Antropologia e dos estudos de gênero (GROSSI et al., 2006), além de me manter atento às questões referentes à constituição das Ciências Sociais no Brasil (PRANDI, 1980; VELHO, 2008).

Foi nesse ínterim, desde a perspectiva de gênero, que comecei a me interessar pela discussão sobre ciência e saber num sentido mais amplo. Comecei a me questionar sobre minha fala enquanto pesquisador, em suas implicações sociais e políticas. Essa postura foi especialmente catalisada pela minha formação em Antropologia, pois entendia que ela é a disciplina que requer e permite, por excelência, um diálogo efetivo entre distintos saberes, acompanhado de uma atitude autocrítica e reflexiva.

Portanto, meu interesse por questões epistemológicas, ou gnosiológicas – na falta de termos menos carregados por uma filosofia universalista e eurocêntrica para pensar o conhecimento, apesar de haver tentativas interessantes de ressignificar esses termos (NUNES, 2010) – sempre se manteve vivo em minhas reflexões. Contudo, apesar de, desde cedo, ter visualizado na Antropologia possibilidades palpáveis de praticar uma ciência mais autocrítica e de reconhecer seu engajamento em discussões acerca de metodologias mais simétricas e diálogos internacionais menos provincianos, minhas inquietações sobre o conhecimento antropológico continuavam. Afinal, parecia-me que ele permanecia atrelado aos resquícios da história de uma ciência colonialista, androcêntrica e eurocêntrica (HARDING, 1996).

Esta era também a perspectiva do projeto do qual participava como bolsista entre 2009 e 2011, intitulado *Um olhar de gênero sobre a história e a transmissão das antropologias contemporâneas em diferentes países do mundo* (GROSSI, 2010), que teve por objetivo estudar a formação da Antropologia em diferentes contextos nacionais, bem como a organização das instituições e políticas acadêmicas associadas a elas.

Enfim, minha aproximação com a teoria pós-colonial foi decisiva para conceber novas possibilidades de fazer Antropologia. Foi a partir da leitura da filósofa americana Sandra Harding (2006), que, através da crítica feminista à ciência, mostra como as diferentes vertentes da teoria pós-colonial surgem para pensar a condição de inúmeros povos e sujeitxs sociais, que iniciei uma exploração mais sistemática dessa corrente. A autora esboça um interessante panorama do desenvolvimento das várias epistemologias feministas contemporâneas, de diferentes



lugares, evidenciando as mútuas contribuições, críticas, divergências e heranças existentes entre elas. Segundo ela, os estudos pós-coloniais, sendo orientados para a compreensão e o desenvolvimento de populações vulneráveis, dispensam grande importância às experiências de grupos inseridos em diferentes culturas. Os estudos pós-coloniais contribuem à compreensão das relações entre o nível local e o nível global e, portanto, da inserção de pequenas comunidades na estrutura das instituições supranacionais e da economia política global.

Além de minha formação teórica, remeto-me, também, à minha participação como representante discente no Colegiado de Antropologia desta universidade, iniciada em 2010, que tem se mostrado um espaço privilegiado para a compreensão sobre como teoria antropológica, política, linhagens, subjetividades (até mesmo biografias) e performances se articulam de modo bastante refinado na constituição da disciplina e de um campo teórico. Essa experiência me fez olhar com mais atenção para o que considero uma lacuna teórica do campo: a ausência de uma Antropologia da Política que se volte à *política antropológica*, isto é, uma análise antropológica da constituição cotidiana, contingente e negociada do campo antropológico. Considero que seria um avanço significativo termos condições de realizar uma etnografia dos departamentos de Antropologia, de modo semelhante ao que o francês Bruno Latour (2000) e o estadunidense Paul Rabinow (1996) têm feito nos laboratórios de ciências, ao seguir cientistas e engenheirxs na fabricação cotidiana dos “fatos científicos”. Mas essa é outra conversa.

Seguir xs cientistas em laboratório, bem como em reuniões departamentais, em suas universidades, em sala de aula e em eventos científicos tem me mostrado que a constituição de uma disciplina não se dá apenas no plano abstrato do debate teórico – como usualmente aprendemos nas cadeiras de teoria antropológica –, mas é, também, cotidiana, contingente, subjetiva, negociada e retórica. E, sobretudo, enfatizar que essa compreensão surge de minha formação nos estudos feministas. Resgatando minha trajetória acadêmica, pretendo sustentar minha posição de que é através da articulação entre teoria, pesquisa, vivência de debates (políticos, acadêmicos e subjetivos) de pesquisadorxs e a experimentação da dinâmica acadêmica que pude construir um olhar próprio – mas dialogado – sobre o que considero as instâncias constitutivas de qualquer disciplina científica.

Outras histórias da Antropologia

Meu interesse pela história da Antropologia na Índia nasceu de uma questão muito específica, referente às disputas por legitimidade no seio da comunidade

antropológica indiana. Essa questão se fez presente a mim durante a palestra da professora Miriam Grossi, intitulada *Antropólogas no século XX: uma história invisível*, ministrada em 2010. Ao apresentar os resultados de suas pesquisas de pós-doutorado, ela expôs a cisão entre antropólogxs indianxs que permanecem trabalhando na Índia e aqueles diaspóricxs, que passam a ocupar posições de ensino em universidades europeias e estadunidenses. Para muitxs professorxs indianxs, autorxs como Gayatri Spivak e Homi Bhabha não representam absolutamente a produção intelectual indiana em sua diversidade, e apenas dificilmente podem reivindicar uma posição de subalternidade. Eles seriam, ao fim das contas, “westernized intellectuals”³.

Mas um outro lado dessa crítica vem a complexificar o debate sobre narrativas marginalizadas e legitimidades de fala na produção do campo disciplinar, tornando mais claro como a reflexão feminista nos habilita a decifrar esses jogos discursivos. Além dxs pesquisadorxs indianxs trabalhando na Índia, xs intelectuais diaspóricxs sofrem uma dura crítica vinda dxs intelectuais “ocidentais”, que veem com maus olhos a crítica pós-colonial ou subalternista. Dentro desse debate, xs intelectuais diaspóricxs internacionalmente reconhecidxs são acusadx de constituir uma espécie de burguesia intelectual que negocia legitimidades nativistas num mercado acadêmico global. Certxs críticxs são bastante incisivxs ao afirmar que pesquisadorxs tiram proveito de uma posição ambivalente, oscilando entre a subalternidade (nos EUA) e a hegemonia (na Índia), para “fazer dólares” nas universidades americanas⁴.

Afinal, o que essas questões têm a ver com os debates no campo das epistemologias feministas? Entendo que essas disputas por legitimidade acadêmica estão intimamente ligadas a algo que a história feminista da ciência busca mostrar há décadas: os discursos de reivindicação e de cassação de legitimidade são, certamente, constitutivos do campo científico. Se voltamos aos estudos de Mariza Corrêa sobre as mulheres antropólogas, percebemos que discursos de deslegitimação intelectual eram mobilizados na criação de espaços marginais, ambivalentes, reservados às cientistas mulheres. Em ambos os casos – mulheres cientistas no início do século, ou pesquisadorxs diaspóricxs – há uma liminaridade que se apresenta, seja por ocuparem espaços intersticiais, como no caso das mulheres descri-

³ A lista de críticas é extensa: Ahmad (1995); Appiah (1992, p. 149); Dirlik (1997, capítulo 3); Visvanathan (2008). Para uma interessante análise desse panorama, ver o volume 158 da revista *L'Homme*, organizado por Jack Assayag e Véronique Bènèi (2000). Trata-se de um número temático dedicado à questão dxs intelectuais em diáspora, enfocando, sobretudo, o caso indiano.

⁴ Esta lista é igualmente extensa, apesar de, talvez, ser mais ácida: Bauman (1998, capítulo 4); Chomsky (1998); Friedman (1999); Robbins (1993, capítulos 5 e 6).



tas por Corrêa, seja por se afirmarem através de uma *identidade*, uma identidade subalterna no caso dxs intelectuais diaspóricxs. Em suma, para citar novamente um trecho de Corrêa, ambos os casos representam o risco de borrar as “separações simbólicas do que deveria estar unido, ou as uniões simbólicas do que deveria estar separado”. De um lado, como as mulheres nas ciências, essxs intelectuais são abjetxs por parecerem um tanto obscurxs, por não se encaixarem em posições binárias tradicionalmente operantes no sistema acadêmico internacional⁵; por outro lado, tal qual o caso da pesquisa feminista, uma brecha se abre à denúncia de um discurso qualificado como “identitarista”, porque afirmando a importância do “lugar de fala” que marca a produção intelectual de novas correntes teóricas⁶.

O que considero central em meio a esse panorama bastante complexo, é o fato de ter sido a perspectiva feminista que me ajudou a perceber o que se denomina de *identidade*, um certo sentimento de pertença, e a *experiência* como elementos fundadores de todo conhecimento, inclusive o científico. Mais ainda, foi a diversidade intrínseca à história do feminismo – com os seus *black feminism*, feminismos *chicanos*, entre outros – que formou, em mim, um olhar produtivo sobre esse desejo da afirmação do lugar de fala de todx sujeitx cognoscente. Assim, minha formação nas epistemologias feministas foi sempre uma fonte de inspiração argumentativa quando eu encontrava em textos, ou ouvia frequentemente de professorxs de Antropologia, na França, que xs intelectuais indianxs eram “identitaristas” ou “essencialistas”. Sabendo que esse tom acusatório era uma estratégia comum de desqualificação de toda forma de conhecimento subversiva dos cânones das Ciências Sociais – essa crítica partia, majoritariamente, de estruturalistas, dumontianxs, neopositivistas ou outrxs resistentes à discussão sobre a localidade do saber –, a reflexão feminista me dizia que existia algo de mais complexo e interessante a ser estudado nesse emaranhado de legitimidades; algo que ia além do moralismo acusatório que me parecia tão pobre em face do que sempre representou para mim o projeto antropológico de conhecimento.

Por outro lado, é preciso admitir que não existe uma crítica epistemológica feminista como bloco hegemônico, e, que, portanto, essa filiação que afirmo

⁵ Não afirmo, contudo, que essa ambivalência seja fundada pelxs intelectuais indianxs em diáspora. Lembremo-nos do caso de intelectuais como Franz Fanon, Aime Césaire e Albert Memmi que, vindos das colônias francesas, fizeram suas carreiras em prestigiosas instituições parisienses, num espaço liminar entre o reconhecimento e a suspeição.

⁶ Em seu artigo intitulado “*Feminification of theory*” (1995), Dipankar Gupta associa o feminismo à emergência e ao fortalecimento do discurso pós-moderno na Índia. Para Gupta, o avanço articulado do feminismo e da pós-modernidade significaria o descaso com a teoria – pois nenhuma verdade é mais aceita – e com a intersubjetividade – pois um “identitarismo” inerente ao feminismo sustentaria que, por exemplo, apenas mulheres podem falar sobre mulheres.



precisa ser mais bem delineada. De certa forma, a crítica a um “essencialismo nativista” ou a um “identitarismo” ativada contra intelectuais indianas nem sempre é falsa. De fato, retomando a história dessas disputas por legitimidades na constituição progressiva das Ciências Sociais na Índia, e, principalmente, das correntes que emergem com força a partir dos anos 1990, nos deparamos com discursos que poderíamos considerar essencialistas.

Cito, por exemplo, a posição de parte do movimento feminista *dalit*⁷ que, sobretudo a partir do final da década de 1980, passou a ocupar o debate político indiano na luta pelos direitos das mulheres *dalit*. Em suma, como mostra Sharmila Rege (1998), muitas intelectuais indianas adotam a posição de que apenas mulheres *dalit* podem falar *sobre* mulheres *dalit*. Importante enfatizar, essa postura não diz respeito apenas às mulheres *dalit*, mas ao movimento *dalit* de forma geral, incluindo os homens. Com efeito, a ideia de que apenas *dalits* podem pesquisar *dalits* tem ganhado força e se institucionalizado na universidade indiana (GURU, 1993; 1995; KUMAR, 2005; OOMMEN, 2005).

De todo modo, enquanto antropólogo interessado em compreender esses movimentos de reivindicação de legitimidades e de “desengajamentos” do outro, ficava claro, para mim, que era preciso ir além do tom acusatório que marca os textos – e, sobretudo, as falas – da maior parte dxs antropológxas participando desse debate. Durante minha pesquisa, eu estive interessado em pensar esses golpes de deslegitimação como constitutivos da história da Antropologia na Índia – e, quem sabe, fora dela também –, porque constitutivos da sociabilidade humana. Recorrendo à minha formação feminista, tive a inspiração necessária para entender esse desejo de representatividade como produtivo de campos de saber, na medida em que engendra debates importantes para o seu avanço e permeia todas as Ciências Sociais, de um modo ou de outro.

Dentro da literatura indiana, cito o escrito de Sharmila Rege, intitulado “*Exorcising the fear of identity: interrogating the ‘language question’ in sociology and sociological language*” [“Exorcizando o medo da identidade: interrogando a ‘questão linguística’ na sociologia e na linguagem sociológica”]. Considero esse texto, assim como outros da mesma autora, extremamente profícuo para refletir sobre essas conexões entre as disputas por legitimidade e os discursos acusatórios nas Ciências Sociais. Além disso, foram as ideias de Sharmila Rege que me

⁷ O termo *dalit* faz referência aos grupos anteriormente denominados *intocáveis*, que constituem as populações à margem do sistema de castas, e, portanto, mais estigmatizadas. Com a promulgação da nova constituição indiana, em 1949, a prática da *intocabilidade* foi proibida, e, a partir da década de 1970, o termo *dalit* ganhou projeção nacional como denominação empregada por movimentos sociais na luta contra a intocabilidade.

ajudaram a compreender como os estudos feministas constituem as Ciências Sociais na Índia de modo muito amplo. E é isso que pretendo explorar na sessão seguinte, finalizando meu argumento.

The fear of identity: feminismo, dalits e a “crise” da sociologia na Índia

O artigo publicado por Sharmila Rege, em 2011, é uma leitura retrospectiva de um debate que marcou a sociologia⁸ na Índia entre as décadas de 1970 e 1990 – e que se estende até os dias de hoje. A socióloga reconstitui o sentimento de angústia que se instaurou na comunidade sociológica indiana daquela época em razão de processos associados à expansão do ensino universitário. Mais especificamente, grande parte da sociologia indiana, sobretudo aquela produzida nos grandes centros, se levantou contra o que se poderia chamar de uma “popularização” do ensino universitário no país. A polêmica girava em torno das políticas de reserva de vagas para estudantes das castas mais baixas, historicamente marginalizadas do sistema formal de ensino⁹. Para muitos professorxs, essa expansão articulada com cotas significava a “mediocrização” (MADAN, 1974) ou, ainda, uma “provincianização” da sociologia (RAO; RAO, 1977), na medida em que “mérito” passaria a se tornar uma palavra tabu e que as línguas regionais tomavam o lugar do inglês no ensino universitário e na produção sociológica.

Essa expansão significou uma renovação no perfil dxs alunxs, e, em seguida, dxs professorxs de sociologia na Índia. Portanto, significou o delineamento de um novo perfil da própria sociologia na Índia. Na prática, no contexto dessas políticas, muitos jovens *dalits*, ou de castas muito baixas, começavam a acessar o ensino superior. O que se viu foi a reconfiguração de uma disciplina profundamente brãmene e anglófona, que passou, a partir de então, a se confrontar com

⁸ Esclareço que os limites entre sociologia e antropologia são bastante diferentes na Índia, em relação à diferenciação feita no Brasil. Muito do que é classificado como sociologia, na Índia, seria classificado de antropologia no Brasil. Na verdade, em sua maioria, o termo antropologia é usado, na Índia, para as pesquisas em antropologia física ou biológica, ou do estudo dos “povos tribais”, como são chamadas, ainda, as populações *Adivasi*. Em minha dissertação, desenvolvo de modo detalhado essa questão, mas, para este texto, é suficiente esclarecer que uso os termos de modo intercalado, sem qualquer prejuízo ao rigor conceitual necessário ao trabalho de pesquisa.

⁹ Essas políticas de discriminação positiva são o equivalente às cotas de cunho socioeconômico e racial que vigoram há alguns anos nas universidades brasileiras. Na Índia, contudo, essas práticas são muito mais antigas, datando da década de 1970, e sendo aprofundadas no início da década de 1990, com a instituição da famosa Comissão Mandal [*Mandal Commission*] (PATEL, 1995).

os desafios que se colocavam: novas línguas, novos campos, novas problemáticas, novos debates, novas teorias, novas metodologias, novas pedagogias etc. Contudo, as respostas a essa transformação foram muito reticentes: nesse momento, um embate acadêmico se instala entre aqueles que urgem pelo reconhecimento desse novo panorama e aqueles que resistem a esse cenário, que passa, por sua vez, a ser visto como uma “crise” da disciplina.

A linguagem da crise atravessa o debate da década de 1970¹⁰, sendo menos presente nas revistas ao longo dos anos 1980, apesar de continuar viva. Assim, é em 1993, com a publicação de um artigo de Veena Das, então professora da Universidade de Delhi, que a polêmica ganha fôlego novamente e, dessa vez, novos caminhos. Em seu “*Sociological research in India: the state of crisis*”, Das retoma a noção de “crise” para denunciar a “mediocrização” da sociologia na Índia, lamentando a queda de qualidade da formação dispensada e do que é produzido por estudantes e professorxs. Não poderei entrar em detalhes nos artigos publicados, com seus autorxs e argumentos, mas o que interessa apreender é que, na década de 1990, cerca de vinte anos depois da instauração dos primeiros movimentos desse debate, o cenário da sociologia já é bastante diferente no país, acarretando em desdobramentos muito diferentes daqueles da década de 1970.

Resumidamente, uma série de novxs professorxs, de universidades centrais e regionais, se impõe no debate de modo a inverter a relação entre críticxs e criticadxs. Nesse momento, com uma geração inteira de pesquisadorxs formadxs nos estudos sobre *dalits* e mulheres, o discurso acusatório às identidades e às línguas regionais perde lugar para a denúncia de uma sociologia elitista e conservadora. Enquanto Das reclama uma maior integração da comunidade sociológica indiana através do inglês, autorxs de universidades menores acusam Das de pouco conhecer o que é produzido na Índia por estar excessivamente preocupada com o que se produz na Europa e nos Estados Unidos (GIRI, 1993). Enquanto Madan reclama da “mediocrização” do ensino, do enfraquecimento do seu espírito cosmopolita, professorxs feministas anunciam a necessidade de novas pedagogias e o estabelecimento de novas relações entre professorxs e alunxs e entre alunxs e o conhecimento sociológico.

Nesse momento, também, inicia-se um ataque intenso ao feminismo na Índia, em contraponto à emergência dos estudos sobre mulheres e de gênero – muitos deles associados às correntes “diferencialistas” às quais fiz menção

¹⁰ Uma análise dos números da revista “*Sociological Bulletin*”, da revista da *Indian Sociological Society*, dessa década, é uma excelente estratégia para entender as principais questões dessa controvérsia.

anteriormente¹¹. Paralelamente, ganha força o debate sobre a condição *dalit*, com o surgimento de novos campos, como os *dalit studies* (KUMAR; KUMAR, 2005), a sociologia *dalit* (KUMAR, 2005) ou, ainda, a “perspectiva não brâmane” [*non-brahmanic perspective*] (DAHIWALE, 2005). Evidentemente, essas correntes também se engajam nos debates sobre as mudanças no seio da sociologia indiana, e precisam lidar com uma série de acusações: sendo essencialismo, identitarismo e provincianismo algumas delas¹².

Mas, voltemos ao texto de Sharmila Rege, onde ela analisa esse cenário. Ao empregar o termo “*fear of identity*”, a socióloga feminista pretende desconstruir uma sorte de ansiedade (ela utiliza o termo “*anxiety*”) que se instala face à entrada de novos quadros de estudantes e a consolidação de novos campos de estudos. “*The fear of identity*” é a denúncia a uma concepção conservadora de conhecimento sociológico, que nega a sua localidade – geográfica, social e cultural – e a de *sxs* agentes. Segundo Rege, mas, também, Sujata Patel (1995), trata-se da reação elitista e conservadora de uma comunidade eminentemente brâmane pouco acessível a determinados debates e sujeitxs. Para Rege e Patel, esses traços marcaram o desenvolvimento da disciplina ao longo do século XX e se refletiriam na sua produção ainda hoje.

Um maior investimento nesse complexo jogo de acusações, representatividades e legitimidades seria necessário, mas não será possível neste capítulo. Em resumo, o que pretendo deduzir desse panorama é que a crítica feminista se apresenta, aqui, em dois níveis distintos, mas correlacionados. Num plano, talvez o mais evidente, vemos o seu lugar no desenvolvimento das Ciências Sociais na Índia, sobretudo a partir da década de 1990. Nesse sentido, eu argumento que o feminismo não apenas aparece como uma nova corrente teórico-epistemológica, mas que, mais, ele lidera uma renovação do campo disciplinar como um todo. O feminismo é o primeiro – e talvez o único – movimento a propor respostas à “crise” que se instaura nas Ciências Sociais e que persiste por vinte anos – e, provavelmente, ainda hoje. Num segundo plano, que se articula com o primeiro, é uma perspectiva feminista, articulada à Antropologia, que me ajuda a identificar a produtividade desses debates, fugindo do discurso acusatório, e me aproxima da análise de Sharmila Rege. É importante sublinhar certa nuance do que tento desenvolver: não digo apenas que minha formação no feminismo me leva a ver

¹¹ Para esse debate, ver os artigos publicados em *Economic and Political Weekly*, no qual autorxs debatem, numa sucessão de artigos sobre o feminismo nas ciências sociais na Índia. Em ordem cronológica: Rege (1994); Gupta (1995); John (1995); Thapan (1995); Haider (1995); Guru (1995).

¹² Esses debates se desenvolvem também nas páginas de *Economic and Political Weekly*, mas ocupam de modo igualmente interessante a grande imprensa, como o jornal *Times of India* e *The Hindu*.

na crítica feminista a abertura de um novo ciclo na sociologia desse país. Mais precisamente, afirmo que a análise de Sharmila Rege, desde um quadro de análise feminista, representa a inspiração necessária para compreender essas grandes contendas por legitimidade. Consequentemente, como síntese desses dois planos, considero que a crítica feminista – em sua pluralidade – representa um avanço tanto para o campo sociológico da época quanto para as análises contemporâneas sobre o passado desse campo.

Considerações finais: por uma nova história da Antropologia

Um dos desdobramentos mais importantes do debate que atravessa a década de 1990 é a aparição, nos últimos dez anos, de uma série de publicações coletivas que pretendem reescrever a história da sociologia e da Antropologia na Índia. Esse movimento recente é um desdobramento direto da consolidação dos estudos feministas e *dalits* no interior das instituições de ensino superior no país. Se, num primeiro momento, essas correntes reivindicaram novas teorias, novos campos, novas metodologias e novas temáticas, reivindica-se, atualmente, a redação de uma nova história da disciplina. Essa realização é bem representada por trabalhos já referidos aqui, mas ainda há outros, como os de S. M. Dahiwale (2005), Sujata Patel (2010 e 2011) e Maitrayee Chaudhuri (2010). Todas essas publicações não somente incorporam a crítica feminista à história da ciência, mas o fazem, sobretudo, tendo em vista as especificidades do contexto indiano, a saber: questionando a hegemonia de paradigmas como a nação, a anglofonia e o bramanismo na organização e produção da sociologia.

Ensaia-se, assim, uma nova etapa necessária à renovação da disciplina, que diz respeito à construção de uma nova historiografia. Trata-se da consolidação de novas narrativas sobre escolas e paradigmas teóricos, necessária à Antropologia contemporânea. Aliás, esse debate não é específico ao contexto nacional indiano. Pelo contrário, ele se inscreve numa vaga de publicações internacionais, muitas transnacionais, que reivindicam a construção dessas novas histórias da Antropologia. Cito, como exemplo, a obra organizada por Gustavo Lins Ribeiro e Arturo Escobar, recentemente traduzida para o português, intitulada *Antropologias Mundiais: transformações da disciplina em sistemas de poder* (2009). Essa obra é o resultado do desejo de pluralização das narrativas sobre a história da Antropologia em diferentes lugares do globo e converge de forma clara – mesmo que não intencional – com as obras publicadas recentemente na Índia. Não afirmo, aqui, que a obra se caracterize como uma obra feminista, ou, mesmo, que se

fundamente declaradamente no debate feminista, mas, sim, que ela compõe um quadro de publicações contemporâneas que estão em sintonia com a crítica feminista à ciência em seu desejo de reescrita de uma história marginal do conhecimento. Na verdade, é preciso dizer que, apesar de seus méritos, falta ao projeto *Antropologias Mundiais* o devido reconhecimento e incorporação expressa da crítica feminista.

Certamente, essa convergência entre novos debates nas Ciências Sociais internacionais e velhos debates dos estudos feministas – como é o caso dessa nova historiografia da disciplina – podem nos falar muito, ao mesmo tempo, sobre o vigor do pensamento feminista e a falta de reconhecimento de suas contribuições a uma reflexão contemporânea importante. Talvez porque, para grande parte de nossa comunidade, reconhecer essas influências teóricas ainda signifique posicionar-se nesse lugar ambivalente e perigoso do qual nos fala Corrêa. O que importa é que os debates feministas sobre história da ciência têm se tornado cada vez mais presentes no debate mais amplo nesse campo. Isso apenas mostra a força do pensamento feminista contemporâneo, que consolida sua influência sobre as Ciências Sociais como um todo. Assim, eu gostaria de finalizar, reiterando meu argumento central desse capítulo: os estudos feministas sobre a ciência, ou as epistemologias feministas, têm feito mostrar sua vitalidade para a análise de processos muito amplos. Não à toa, esses estudos têm emergido como via de renovação de campos disciplinares e têm tido suas premissas apropriadas por outros estudos que não se declaram necessariamente feministas, mas que reconhecem cada vez mais a importância da crítica feminista da ciência e também do debate epistemológico feminista.

Considero que essas tessituras teóricas têm aberto novos caminhos às Ciências Sociais como um todo. Uma análise mais aprofundada sobre como o feminismo tem sido apropriado por outras correntes que não se inscrevem no debate feminista seria uma contribuição sem dúvida importante para as humanidades em geral. De minha parte, o certo é que um investimento nesse sentido me ajudaria a não precisar mais evocar o acaso ao falar de minha trajetória acadêmica.

Referências

AHMAD, A. “The Politics of Literary Postcoloniality”. *Race and Class*, v. 3, n. 36, p. 1-20, 1995.

APPIAH, K. A. *In my father's house: Africa in the philosophy of culture*. New York: Oxford University Press, 1992.

ASSAYAG, J.; BÉNÉÏ, V. “À demeure en diaspora”. *L’Homme*, n. 156, p. 15-28, 2000.

BAUMAN, Z. *Globalization. The Human Consequences*. London: Polity Press and Blackwell, 1998.

BÊTEILLE, A. “Être anthropologue chez soi: un point de vue indien”. *Genèses*, v. 2, n. 67, p. 113-130, 2007.

CHAUDHURI, M. *Sociology in India: intellectual and institutional practices*. Jaipur: Rawat Publications, 2010.

CHOMSKY, N. “Le vrai visage de la critique post-moderniste”. *Agone*, n. 18-19, p. 49-62, 1998.

CORRÊA, M. *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003.

DAHIWALE, S. M. *Understanding the Indian Society: The Non-Brahmanic Perspective*. New Delhi: Rawat Publications, 2005.

DAS, V. “Sociological Research in India: The State of Crisis”. *Economic and Political Weekly*, v. 28, n. 23, p. 1159-1161, 5 jun. 1993.

DIRLIK, A. *The Postcolonial Aura. Third World Criticism in the Age of Global Capitalism*. Boulder: Westview Press, 1997.

DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976. (Coleção Debates)

FRIEDMAN, J. “The Hybridization of the Roots and the Abhorrence of the Bush”. In: FEATHERSTONE, M.; LASH, S. *Space and Culture. City, Nation, World*. London; Thousand Oaks-New Delhi: Sage Publications, 1999. p. 230-256.

GERMAINE Tillion: onde há perigo nós a encontramos sempre. Direção: Miriam Pillar GROSSI e Carmen Silvia RIAL. [S.l.]: [s.n.], 2008.

GIRI, A. “Creating a community of discourse in sociology in India”. *Economic and Political Weekly*, v. 28, n. 29-30, p. 1538-1539, 1993.

GROSSI, M. P. “Duas Germaines e uma Denise: as alunas de Mauss”. In: GROSSI, M. P.; MOTTA, A.; CAVIGNAC, J. A. *Antropologia francesa no século XX*. Recife: Massangana, 2006. p. 239-256.

_____. *Antropólogas nos século XX: uma história invisível? Palestra ministrada nos Diálogos Transversais em Antropologia*. Florianópolis: [s.n.], 2010.

_____. *Um olhar de gênero sobre a história e a transmissão das antropologias contemporâneas em diferentes países do mundo*. Projeto de pesquisa. Florianópolis: [s.n.], 2010.

GROSSI, M. P.; TASSINARI, A.; RIAL, C. S. *Ensino de Antropologia no Brasil*. Florianópolis: Nova Letra, 2006.

GUPTA, D. “Feminification of theory”. *Economic and Political Weekly*, v. 30, n. 12, p. 617-620, 25 mar. 1995.

GURU, G. “Dalit Movement in Mainstream Sociology”. *Economic and Political Weekly*, v. 28, n. 14, p. 570-573, 3 apr. 1993.

_____. “Dalit Women Talk Differently”. *Economic and Political Weekly*, v. 30, n. 41, p. 2548-2550, 14-21 oct. 1995.

HAIDER, S. “Once More to Feminification of Theory”. *Economic and Political Weekly*, v. 30, n. 36, p. 2272-2276, 9 sep. 1995.

HARDING, S. “Otros ‘otros’ y las identidades fragmentadas: cuestiones para epistemólogos.” In: _____. *Ciencia y Feminismo*. Madrid: Morata, 1996. p. 142-170.

_____. “Estudios feministas poscoloniales sobre ciencia: recursos desafíos, diálogos”. In: MARTÍNEZ, C. R. *Género y currículo: aportaciones del género al estudio y práctica del currículo*. Madrid: Akal Ediciones, 2006. p. 19-36.

JOHN, M. E. “‘Indisciplined Outpourings’: Myth and Bathos of Male Exclusion”. *Economic and Political Weekly*, v. 30, n. 22, p. 1333-1336, 3 jun. 1995.

KUMAR, A.; KUMAR, S. *Dalit Studies in Higher Education: Vision and Challenge*. Delhi: Deshkal Publication, 2005.

KUMAR, V. “Situating Dalits in Indian Sociology”. *Sociological Bulletin*, v. 54, n. 3, p. 514-532, sep. 2005.

KUPER, A. “Culture, Identity and the Project of a Cosmopolitan Anthropology”. *Man, New Series*, v. 29, n. 3, p. 537-554, sep. 1994.

MADAN, T. N. “The Teaching of Sociology in India: Somme Comments”. *Sociological Bulletin*, v. 23, n. 1, p. 113-118, mar. 1974.

MAUSS segundo suas alunas. Direção: Miriam Pillar GROSSI e Carmen Silvia RIAL. [S.l.]: [s.n.], 2002.

OOMMEN, T. K. "Understanding the Indian Society: The Relevance of the Perspective from Below". In: DAHIWALE, S. M. *Understanding the Indian Society: The Non-Brahmanic Perspective*. New Delhi: Rawat Publications, 2005. p. 33-50.

PATEL, S. *The ISA Handbook of Diverse Sociological Traditions*. London: Sage, 2010.

PATEL, S. "The Ideological and Political Crisis of Early Nineties: On Mandal, Mandir and Communal Tensions". In: SAVUR, M.; MUNSHI, I. *Contraditions in Indian Society: Essays in Honour of Professor A. R. Desai*. Delhi: Rawat Publications, 1995. p. 211-237.

_____. *Doing Sociology in India: Genealogies, Locations, and Practices*. New Delhi: Oxford University Press, 2011.

PEIRANO, M. "Artimanhas do acaso". *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 89, p. 9-21, 1992.

PRANDI, J. R. *Os futuros cientistas sociais: algumas características, avaliações e expectativas dos alunos de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo*. São Paulo: FFLCH-USP, 1980.

RAO, S. V. V.; RAO, C. R. P. "Reflections on the Crisis of Indian Sociology". *Sociological Bulletin*, 1977.

REGE, S. "If this is Tuesday, it must be social roles': Sociology and challenge of gender studies". *Economic and Political Weekly*, v. 29, n. 19, p. 1155-1156, 7 mar. 1994.

_____. "Dalit Women Talk Differently: A Critique of 'Difference' and Towards a Dalit Feminist Standpoint Position". *Economic and Political Weekly*, 31 oct. 1998. WS39-WS46.

_____. "Exorcising the Fear of Identity: Interrogating the 'Language Question' in Sociology and Sociological Language". In: PATEL, S. *Doing Sociology in India: Genealogies, Location, and Practices*. New Delhi: Oxford University Press, 2011. p. 213-240.

ROBBINS, B. *Secular Vocations: Intellectuals, Professionalism, Culture*. London: Verso, 1993.

SARKAR, S. "The Decline of the Subaltern in Subaltern Studies". In: SARKAR, S. *Writing Social History*. Delhi: Oxford University Press, 1997. p. 83-108.

SCHIEBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Tradução de Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001. 384p. (Coleção Mulher)

SWARAP, R. “Excellence Relegated to Mediocrity”. *Economic and Political Weekly*, v. 29, n. 4, p. 208, 22 jan. 1994.

THAPAN, M. “Partial Truths: Privileging a ‘Male Viewpoint’”. *Economic and Political Weekly*, v. 30, n. 23, p. 1399-1400, 10 jun. 1995.

TILLION, G. *Le harem et les cousins*. Paris: Seuil, 1970.

_____. *Ravesbrück*. Paris: Seuil, 1997.

VELHO, O. “A antropologia e o Brasil, hoje”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 5-9, fev. 2008.

VISVANATHAN, S. “Hegemonía oficial y pluralismos contestatarios”. In: RIBEIRO, G. L.; ESCOBAR, A. *Antropologías del mundo*. Popayán, Colombia: Diseño Grafico e Impresiones, 2008. p. 287-310.

[VOLTA AO SUMÁRIO]

ONDE FICA A ANTROPOLOGIA NA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO?



Giovanna Lícia Rocha Triñanes Aveiro
Miriam Pillar Grossi

Em 2008, a disciplina de Sociologia conquistou espaço como componente curricular obrigatório dos três últimos anos da educação básica de todo o Brasil, segundo a Lei nº 11.684/08¹. Tal conquista carrega uma longa história de esforços de profissionais das ciências sociais pela sua consolidação, bem como sua inconstância nas grades curriculares dos estados brasileiros desde 1925, com a Reforma Rocha Vaz. Após a aprovação da lei de 2008, se proliferam, no interior das associações científicas e nos cursos de licenciatura em Ciências Sociais, as discussões sobre metodologias de ensino da disciplina, conteúdos a serem ensinados, formação e condições de trabalho de professores. Do mesmo modo, cresce a produção de trabalhos de mestrado e doutorado produzidos no país sobre o tema, como aponta o Gráfico 1, especialmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, como mostra o Gráfico 2 (HANDFAS, 2011). Entre 1993 e 1996 havia 4 trabalhos produzidos sobre o tema; entre 2006 e 2010 foram 21. De 1993 a 2010 somam-se 35 trabalhos, sendo 21 deles produzidos nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

¹ Em Santa Catarina o ensino de Sociologia é ancorado pela Lei complementar nº 173, de 21 de dezembro de 1998, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 170/98, que dispõe sobre o sistema de educação estadual e inclui a disciplina de Sociologia na grade curricular.

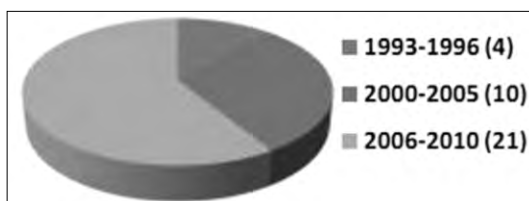


Gráfico 1 – Produção acadêmica (por ano)

Fonte: Handfas (2011, p. 392).

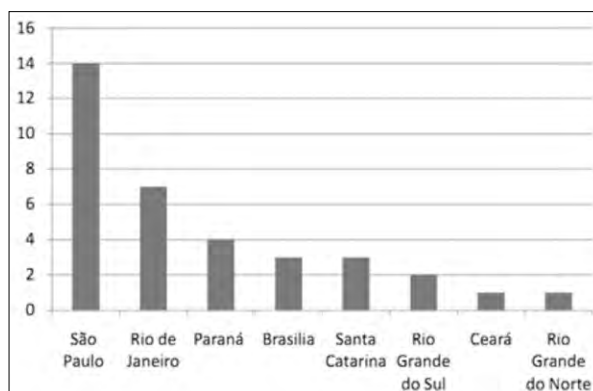


Gráfico 2 – Produção acadêmica (por estado)

Fonte: Handfas (2011, p. 395).

A partir de 2010, a disciplina de Sociologia passa a fazer parte de diferentes programas para o ensino médio da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC). Destaco duas ações envolvendo intelectuais de universidades variadas do território nacional dos diferentes campos das ciências sociais: a publicação, em dezembro de 2010, do livro *Explorando o Ensino: Sociologia*, e a inclusão da disciplina no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o Ensino Médio (PNLEM) de 2012.

O volume sobre a disciplina de sociologia da *Coleção Explorando o Ensino* é um dos 22 volumes lançados pelo MEC, sob a responsabilidade de elaboração da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), desde que a *Coleção* foi planejada, em 2004, com o objetivo de apoiar o trabalho e a formação de professores do ensino fundamental e médio². Amaury Cesar Moraes, professor do departamento de educação da Universidade de São Paulo (USP), é organizador da obra e membro

² Todos os volumes são encaminhados ao território nacional e este, de sociologia, chegou aos professores a partir de agosto de 2011, mês posterior à conclusão desta pesquisa.

da Comissão de Ensino da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) que, em parceria com membros da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), contribuiu com suas especializações dentro das ciências sociais para a composição do livro.

O PNLEM é um dos braços do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), iniciado em 1929 (Antigo Instituto Nacional do Livro [INL]) que, atualmente, distribui, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), livros didáticos de todas as áreas disciplinares para as escolas que os solicitarem. O Programa avalia obras submetidas por editoras segundo critérios e princípios elaborados coletivamente por uma Comissão Técnica, Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologia para a Educação Básica do Ministério da Educação, e, neste caso, membros da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias a partir de uma instituição responsável, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Um dos critérios para a inclusão de livros é “assegurar a presença das contribuições das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Ciências política e Sociologia” (BRASIL, 2011, p. 8). De 14 livros submetidos à equipe de pareceristas, coordenada pela instituição executora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, na área da sociologia, foram selecionados somente dois livros. Um dos aspectos apontados é a

tímida presença de contribuições da antropologia e da ciência política. As teorias e os métodos antropológicos, por exemplo, contribuem muito para o exercício da desnaturalização dos fenômenos sociais, mas os livros abdicam até mesmo de apresentar relatos etnográficos, desprezando as possibilidades fecundas de deslocamento cultural proporcionadas por tais relatos (BRASIL, 2011, p. 13).

E, ainda, em uma das duas resenhas apresentadas das obras selecionadas, os pareceristas apontam que há carência da contribuição de “reflexões e indagações próprias da Antropologia” (BRASIL, 2011, p. 30) que exigirá esforço do professor para o enriquecimento da percepção crítica. Assim como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1999, as três áreas de formação do cientista social são entendidas como fundamentais para o desenvolvimento de uma “perspectiva analítica do mundo social” (BRASIL, 2011, p. 8).

As inquietações que norteiam esta pesquisa dialogam com as interfaces entre antropologia e educação, onde encontramos os trabalhos de Ari Sartori (2010) sobre os conteúdos trabalhados nas disciplinas de antropologia em outros cursos de graduação, os de Neusa Gusmão (2003; 2009) sobre a presença dos diálogos possíveis entre essas duas temáticas em encontros acadêmicos da antropologia no

país, apontando a falta de um campo consolidado nesta área³. Ressalto, também, o livro publicado pela ABA, *Ensino de Antropologia no Brasil* (GROSSI; TASSI-NARI; RIAL, 2006), que reúne três momentos e seus contextos, nos quais essa discussão esteve presente na ABA, até 2004, ocasião em que a gestão da ABA cria a *Comissão de Ensino de Antropologia*, na época coordenada por Yvonne Maggie, com o objetivo de congregar professores de várias regiões do Brasil na elaboração de diagnóstico e de reflexão sobre o ensino de antropologia na contemporaneidade (GROSSI, 2006).

Entretanto, são os trabalhos de Amurabi Oliveira (2011), de Flávio Marcos da Silva Sarandy (2004) e de Cassiana Takagi (2007) que se aproximam de uma investigação sobre a presença de conteúdos da antropologia na educação básica. O primeiro, sobre o conceito de cultura nos livros-didáticos e seu aporte para os objetivos desse ensino. O segundo apresenta uma análise dos conteúdos das ciências sociais acadêmicas presente em quatro livros didáticos de Sociologia de 1980, constatando, além de outras coisas, que, nos espaços em que “questões onde se poderia esperar uma maior mobilização da Antropologia” (SARANDY, 2004, p. 125) aparecem leituras à luz da Sociologia, interpretações de perspectivas da “Sociologia funcionalista” (Durkheim) ou da “Sociologia crítica” (Marx). Por fim, o terceiro analisa documentos nacionais de orientação de conteúdos, relatórios de estágios, 162 planos de ensino e livros didáticos. Cassiana Takagi fala de um “equivoco” no título da disciplina, Sociologia, uma vez que os conteúdos a serem trabalhados no ensino médio correspondem aos das ciências sociais, ou seja, não só de sociologia, mas de antropologia e de ciência política. Além disso, a autora aponta a predominância do campo da sociologia e “dos clássicos” como, também, uma forma de legitimar a disciplina na educação básica.

Sendo assim, a questão norteadora desta pesquisa, realizada durante os meses de maio e junho de 2011, foi mapear a presença da antropologia nas salas de aula do ensino médio na Grande Florianópolis de forma qualitativa.

Na pesquisa de campo, aplicamos questionários com perguntas abertas em três turmas de ensino médio (somando 126 questionários); contamos com 10 questionários online para professores; fizemos entrevista semiestruturada com dois professores de Sociologia e organizamos 3 grupos focais: 1) com sete estudantes do ensino médio, bolsistas de Iniciação Científica no Ensino Médio pelo

³ Nestes trabalhos Gusmão também investiga as abordagens antropológicas sobre o processo de ensino e aprendizagem e questões teórico-metodológicas envolvendo as duas áreas, também presentes no bloco “Antropologia da Educação” do dossiê lançado na revista *Inter-legere* do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em julho de 2011. Disponível para consulta em: <<http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/09/inter-legere.htm>>.

CNPq (PIBIC EM), integrantes do NIGS, na época, que representam cinco escolas estaduais da grande Florianópolis; 2) com três bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, chamado “Projeto PIBID”, coordenado pela professora do Departamento de Metodologia de Ensino (MEN) do Centro de Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Dra. Nise Jinkings; 3) com cinco estagiários da licenciatura do currículo antigo do curso de licenciatura.

Nas respostas que obtivemos, aparecem, de forma indissociável: a antropologia ausente na “sociologia escolar”, o demérito e desvalorização da licenciatura, e um ensino precário na escola e na universidade.

Antropologia ausente

Nesse momento, pós-obrigatoriedade do ensino de sociologia no ensino médio a partir de 2008, como disse Simone Meucci, se inaugura uma segunda onda de estudos sobre, então, como a sociologia tem sido ensinada no ensino médio. Na esteira dessa onda, perguntamos o que os professores e graduandos entendiam como conteúdos ou usos “mais da antropologia” a serem empregados em sala de aula. Não definimos, a priori, quais eram esses conteúdos, tampouco limitamos o entendimento da área a um enquadramento disciplinar.

É possível apontar, como consenso, as temáticas de gênero e sexualidade, etnocentrismo, cyberespaço, questões indígenas, territorialidade, etnicidade, comportamento, grupos, movimentos sociais (LGBT), biografias e cultura. Esta, a mais recorrente nos programas, apareceu como “tudo aquilo que é produzido pelo homem. Pode ser passageiro”. Tais temas são trabalhados nas unidades comumente pensadas para segundos ou terceiros anos. Professores mencionaram que costumam trabalhar mais a antropologia nas unidades “instituições sociais”, “cultura e ideologia” e “indivíduo, cultura e sociedade”. Ouvi um relato de um professor que iniciou a disciplina no 1º ano, trabalhando as biografias dos alunos.

Segundo os professores e os alunos, o material didático usado com mais frequência é uma compilação de textos considerados pertinentes pelo professor montando uma apostila usada por professor e alunos. Nas respostas dos professores, os textos selecionados para tal são variados. Mencionaram trechos de livros didáticos (mais recorrente), textos de síntese dos conteúdos de sua autoria ou de autoria de colegas, textos de livros acadêmicos ou sites de Sociologia considerados acessíveis aos alunos, capítulos do livro *Sociologia*, de A. Giddens, e trechos de apostila de cursinho pré-vestibular.



A carência em saber como deve ser ensinado o conteúdo da disciplina, qual metodologia de ensino utilizar, apareceu, no campo, associada, em contrapartida, à falta de clareza por parte dos professores sobre “o quê” deve ser ensinado nessa disciplina, às dúvidas sobre quais são seus objetivos e à necessidade de legitimação da disciplina. Esta é, então, dotada de uma aparência científica que não atinge o objetivo dos professores que ouvimos: o diálogo entre os conteúdos e a realidade dos alunos.

Simone Meucci avaliou 14 livros didáticos sobre Sociologia. Ela percebeu dois sentidos apresentados para a disciplina. Um voltado para a denúncia das desigualdades e outro para ações politicamente corretas. Ao primeiro sentido ela ponderou uma espécie de saudade de um tempo pré-capitalismo, contra o consumo. No segundo sentido, pregava-se um respeito à diversidade, a não violência e que indicavam, por vezes, a realização de trabalhos voluntários. Em ambos os sentidos, ela apontou a ausência de um pensamento sociológico e uma função normativa forte da disciplina, acrescentando que “apesar da intermitência da disciplina, seus sentidos e conteúdos permanecem inalterados”⁴.

No tocante aos conteúdos antropológicos, segundo ela, eles são quase inexistentes. Aparecem, em alguns livros, os conceitos de cultura, de etnocentrismo e de diversidade cultural, voltados para a prática do respeito, articulados ao segundo sentido da Sociologia – exposto a cima. Para ela, a função de desnaturalização e estranhamento para compreensão do outro, pela qual a antropologia poderia ser articulada, não é usada. Ela não identificou, em nenhum dos livros, alguma etnografia ou algum exercício etnográfico.

Todos os professores que participaram da pesquisa têm como preocupação presente a inclusão das três áreas das ciências sociais em seus planos de ensino. Todos manifestaram que trabalham mais a partir da sociologia e acrescentam os conteúdos antropológicos quando possível. A dificuldade de achar materiais didáticos de conteúdos diferentes dos comumente estudados, como “os clássicos” (famosos três porquinhos: Marx, Weber e Durkheim), trabalho, estado e classes sociais, somada à falta de tempo para elaboração das aulas e de novos materiais didáticos, é apontada como um fator importante no momento de selecionar os conteúdos a serem estudados e a forma como serão trabalhados em sala.

A apresentação de um pôster sobre este trabalho em um grupo de trabalho (GT) do 2º ENESEB foi emblemática. Ao final das apresentações, iniciamos

⁴ Fala na mesa “Diretrizes curriculares para o ensino de Sociologia”, realizada durante o 2º ENESEB, sobre sua participação na comissão técnica de avaliação dos livros didáticos submetidos ao MEC no PNLD 2012.

o debate. Um comentário sobre meu trabalho questionava as justificativas da pesquisa, uma vez que “os antropólogos nunca se envolveram com a Sociologia”, “há duas reuniões da ABA ela se eximiu da responsabilidade desse ensino, dizendo que esse assunto era da Sociologia”, “eles não querem a licenciatura e com o REUNI só os cursos de Sociologia terão habilitação para o ensino na educação básica, obviamente”, “só a Sociologia se preocupa com isso. A Antropologia só quer separação”, “quem lutou pela Sociologia no EM? Os sociólogos!”. Outra participante comentou: “enquanto o nome da disciplina for sociologia, a política e a antropologia não vão se envolver”.

A essa cena, acrescento uma discussão gerada na reunião aberta da comissão de ensino da SBS após o 2º ENESEB, mas recorrente em outros momentos do Congresso da SBS, quando um dos participantes apontou que a realização do encontro, no mesmo ano do Congresso Brasileiro de Sociologia, era necessária para marcar uma presença política frente aos sociólogos “que não se importam com o ensino de Sociologia. Eu sou a única trouxa do meu departamento[de Sociologia numa instituição importante do país]que se preocupa com isso”.

Diante disso, a discussão entre a comunidade acadêmica sobre a legitimidade de a antropologia compor o ensino de sociologia não está dada pela sua garantia legal e nos PCNEMs. Ela encontra meandros da alçada de outra investigação que contemple, além dela, as discussões dentro dos departamentos e eventos das áreas afins das ciências sociais.

Bacharelado malfeito

Essa é uma das formas com que um dos licenciandos em ciências sociais definiu o curso de licenciatura. Outro estudante disse, “ainda se pensa que é o aluno de segunda que vai para a licenciatura, de segunda classe social e que não tem boas notas”. Graduandos percebem que dar aula na escola básica é visto pelos professores e colegas de sala como um desvio na formação de cientista social. Era unânime, nesse grupo, a certeza de que o único mercado de trabalho evidente para os formandos no curso é a docência, seja na educação básica, seja na carreira acadêmica. Este foi um argumento fundamental para a crítica da “falta de envolvimento do curso” com a área da licenciatura. Essa distância é justificada pela percepção de que os cursos de ciências sociais não organizam seus programas curriculares voltados para a formação de professores ou, mesmo, para a licenciatura, uma vez que as disciplinas da licenciatura no curso de ciências sociais, que são responsabilidade dos centros de educação desde a Reforma Universitária de

1968, estão aquém das disciplinas comuns oferecidas pelos departamentos das três áreas para as duas habilitações. Tais disciplinas não trazem como um problema a ser investigado qual a preparação desejável e específica desse professor.

Anita Handfas (2009) mostra que há três modelos diferentes de currículo presentes em universidades públicas brasileiras: o “três + um”, o bacharelado e licenciatura com a mesma origem e percursos separados e o que oferece essas formações de formas distintas. Tratamos, então, nesta pesquisa, do formato presente em 12 das 51 universidades que oferecem o curso correspondente ao formato presente na UFSC e que se concentram na região sul – o bacharelado e licenciatura separados.

Para a autora, a discussão em torno desses modelos de formação está na oposição entre pesquisa e ensino, teoria e prática, pesquisador e professor. Como pano de fundo, a “famosa valorização do bacharelado” em detrimento à licenciatura, percebida como menor. Para Rogério Mendes de Lima (2009), tal desprestígio pode ter raízes nas condições precárias da educação mais ampla e na sua condição de mantenedora do *status quo*. Além disso, para ele, os cursos de ciências sociais como um todo não organizam seus programas curriculares voltados para a formação de professores ou, mesmo, para a licenciatura.

Juliana Polesa Maçaira e Marina de Carvalho Cordeiro (2009) alinham essas dificuldades da formação do professor de sociologia aos meandros trilhados pela própria inclusão da disciplina na educação básica.

Assim como se aponta para a intermitência da sociologia na educação do país e suas implicações no desenvolvimento e consolidação da disciplina, bem como na produção de materiais didáticos específicos, podemos apontar para a descontinuidade nas propostas de formação docente que, ainda que diferentes, mantinham (e mantêm) a dicotomia entre saberes docentes e científicos, resultando numa separação e desarticulação entre teoria e prática, conteúdo e método (p. 249).

Ademais, tal habilitação não seria vista como também voltada para a pesquisa ou formação de um pesquisador para o ensino. Nessa perspectiva, a licenciatura é entendida como uma alternativa “emergencial” pelos alunos e não como uma carreira profissional por toda a comunidade acadêmica de cientistas sociais, “dar aula para o ensino básico é um demérito, um desvio na formação do cientista social” (LIMA, 2009, p. 201).

Acrescenta-se a esse quadro a não obrigatoriedade de formação especificamente voltada para o ensino para que mestres e doutores deem aula no curso de graduação, como aponta Amaury Cesar Moraes (2003). Quando cursam

bacharelado, muitos vão para a pós-graduação e, por sua vez, acabam sendo professores-pesquisadores dessas instituições. Em última instância, a formação de cientista social é a formação de um educador. No entanto, não se valoriza sua formação enquanto tal. No mesmo caminho vão os critérios de avaliação de professores e programas de cursos de pós-graduação, pouco voltados para as salas de aula. Estabelecendo uma dicotomia entre bons professores e bons pesquisadores e replicando tal fissura aos alunos em formação.

Como consequência, temos a baixa recepção de trabalhos voltados para essa temática nos departamentos de ciências sociais. Em 2011, havia, no país, somente 5 grupos de pesquisa voltados para o ensino na escola básica em departamentos de Sociologia⁵. É na área da educação que muitos dos trabalhos produzidos na pós-graduação, em mestrados e doutorados, desde 1993, são acolhidos e levados a cabo, como mostra o Gráfico 3, elaborado por Anita Handfas (2010). De 1993 a 2010, dos 35 trabalhos produzidos sobre o tema, 22 foram em programas de educação:

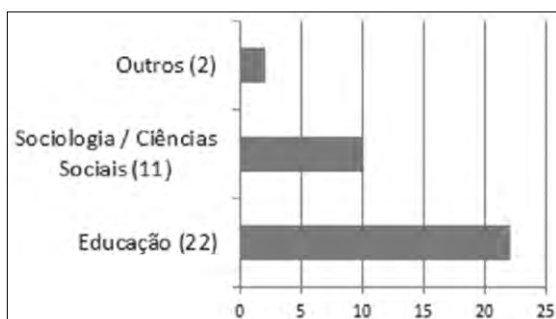


Gráfico 3 – Produção acadêmica de Ensino de Sociologia de mestrado e doutorado em Programas de Pós-Graduação de 1993 a 2010
Fonte: Handfas (2011, p. 397).

Considerações finais

A ausência de conteúdos antropológicos apareceu justificada pela distância histórica da antropologia da luta pela inclusão da disciplina de sociologia no ensino

⁵ As instituições nas quais estão alocados são: UEL, UFAL, UFMT, UFPR e UFRGS. NEUHOLD, Roberta. “Contribuições do meio acadêmico-científico aos debates sobre o ensino de Sociologia na escola básica.” Trabalho apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba. 26 a 29 de jul. 2010. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/sbs2011/arquivos/2_7_2011_14_49_45.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2011.

médio. Entretanto, ela também não conquistou grande espaço de legitimação dentre os próprios sociólogos, que ainda lutam, nos eventos acadêmicos, para que a licenciatura e o ensino sejam atividades reconhecidas e valorizadas pela comunidade acadêmica – bem como abraçadas pelos programas de pós-graduação que compõem as três áreas das ciências sociais.

A escassez de recursos didáticos com conteúdos diversificados e relevantes para os alunos do ensino médio, além das dificuldades de pensar metodologias específicas para as diversas possibilidades de conteúdo a serem trabalhados na disciplina, são problemas viciados cujas soluções o campo universitário tem se preocupado pouco em buscar.

Mesmo que seja uma preocupação dos professores articularem sociologia, antropologia e ciência política, as condições nas quais trabalham têm garantido um ensino pouco inovador e deficiente das ciências sociais. Como disse Simone Mucci⁶, a disciplina de sociologia necessita encontrar outros argumentos, além da obrigatoriedade, para se legitimar enquanto tal na grade curricular do ensino médio. Precisa mostrar sua cientificidade, a radicalidade da sua proposta e enfrentar os problemas da formação de professores, garantindo, na prática docente rotineira, a especificidade que a formação na área pode proporcionar para além das condições de trabalho homogêneas. O desafio está dado no que se ensina e aprende nas escolas, e, sobretudo, no que se ensina e aprende na universidade. O livro da *Coleção Explorando o Ensino: Sociologia*, distribuído para os professores, e a inclusão da sociologia no PNLD, garantindo padronização nos conteúdos a serem ensinados são respostas com grande potencial.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Sociologia*. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-guia-do-livro-didatico>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio. Parte IV*. Brasília, 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

⁶ Fala sobre os trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho Ensino de Sociologia do XV Congresso Brasileiro de Sociologia de 2011.

GROSSI, Miriam. “Ensino de Antropologia: uma “velha” História na ABA”. In: GROSSI, Miriam; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen (Orgs.). *Ensino de Antropologia no Brasil*. Florianópolis/Blumenau: ABA/Nova Letra, 2006. p. 7-11.

GROSSI, Miriam; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen (Orgs.). *Ensino de Antropologia no Brasil*. Florianópolis/Blumenau: ABA/Nova Letra, 2006.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. “Entrelugares: Antropologia e educação no Brasil”. *Revista do Centro de Educação UFSC*, v. 3, n. 1, p. 29-46, jan./abr. 2009.

_____. (Org.). *Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados*. São Paulo: Biruta, 2003.

HANDEFAS, Anita. “Formação de professores de Sociologia: reflexões sobre diferentes modelos formativos”. In: HANDEFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; RIBEIRO, Adélia Maria M. et al. *A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2009. p. 187-196.

_____. “O estado da arte do ensino de sociologia na educação básica: um levantamento preliminar da produção acadêmica”. *INTER-LEGERE: Dossiê Ciências Sociais e Educação – Diálogos e Olhares Cruzados*, Rio Grande do Norte, UFRN, p. 386-400, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/interleger/09/pdf/09es02.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

INTER-LEGERE: Dossiê Ciências Sociais e Educação – Diálogos e Olhares Cruzados. Rio Grande do Norte, UFRN, jul./dez. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/09/inter-legere.htm#topo>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

LIMA, Rogério Mendes de. “A Sociologia no ensino básico: desafios e dilemas”. In: HANDEFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; RIBEIRO, Adélia Maria M. et al. *A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2009. p. 197-202.

MAÇAIRA, Juliana Polessa; CORDEIRO, Marina de Carvalho. “Ser professor, ser estagiário e formar docentes: reflexões sobre experiências de estágios supervisionados e práticas de ensino”. In: HANDEFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; RIBEIRO, Adélia Maria M. et al. *A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2009. p. 247-274.

MORAES, Amaury Cesar. “Licenciatura em ciências sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato”. *Tempo Social*, USP, abr. 2003.

_____ (Coord.) . *Sociologia: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v. 15)

OLIVEIRA, Amurabi. A difícil apreensão do conceito de cultura no Ensino Médio. Apresentado no Grupo de Trabalho 37 – Etnografias e Culturas Escolares no Mundo Ibero-Latino-Americano na IX RAM. 2011. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/ram/arquivos/9_6_2011_18_3_18.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2011.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. *A Sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de Sociologia para o ensino médio no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCHS, PPGSA, 2004.

SARTORI, Ari. *A experiência como mediadora no ensino da antropologia para quem não vai ser antropólogo*. 2010. 400f. Tese (Doutorado) – UFSC, Florianópolis.

TAKAGI, Cassiana. *Ensinar Sociologia: análise de recursos do ensino na escola média*. 2007. Dissertação (Mestrado) – USP, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.labes.fe.ufrj.br/teses_e_dissertacoes/takagi_cassiana-ensinar_sociologia-analise_de_recursos_de_ensino_na_escola_media.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2011.

[VOLTA AO SUMÁRIO]

PENSANDO CON CUIDADO LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO: REFERENTES ANTROPOLÓGICOS FEMINISTAS Y UN EJEMPLO ETNOGRÁFICO¹



Tania Pérez-Bustos

Albores del cuidado en la pregunta antropológica y feminista sobre la ciencia

La cultura de la no cultura, así han llamado algunas antropólogas feministas como Sharon Traweek (1988) y Emily Martin (1998) al territorio de la ciencia, campo de privilegios y prestigios anclados en valores asociados con la neutralidad, el distanciamiento, la universalidad. Cualidades que también han sido descritas como androcéntricas por teóricas como Donna Haraway (2004), Sandra Harding (1996) y Diana Maffia (2005). No en el sentido de que representen una cierta idea de masculinidad genérica, sino en tanto que devienen de prácticas concretas performadas por sujetos particulares: hombres-blancos-europeos-muertos dirá Haraway (2004, p. 19), refiriéndose a la figura del testigo modesto en los albores de la ciencia moderna². De modo particular esta representación va a estar encarnada en los experimentos públicos practicados por Robert Boyle en el siglo XVII³. En este sentido nos recuerda Maffia (2007):

¹ Una versión preliminar de esta reflexión fue presentada en el Coloquio de Antropología Feminista que tuvo lugar en Buenos Aires Argentina, agosto del 2013 y en la Jornada internacional Trabajo de Campo, Ética y Sexualidad, Florianópolis, septiembre de 2013.

² Sobre esto habría que señalar que otras masculinizadas particulares, construidas como subalternas por este lugar hegemónico de una subjetividad masculina particular (blanca, europea, propietaria) también han tenido un lugar marginal o ausente de la producción de conocimiento experto, como sería el caso de los varones racializados como indígenas o afros (MAFFIA, 2007).

³ Para mayor detalle, ver el análisis desarrollado por Liliana Vargas-Monroy (2010) sobre el trabajo de Haraway y en particular sobre su reflexión acerca de la representación artística del experimento



[...] el conocimiento que se erige como principal logro humano y como visión universal y objetiva del mundo, expresa el punto de vista que las feministas llamamos “androcéntrico”: el del varón adulto, blanco, propietario, capaz. Las propias instituciones que estos varones crean, legitiman y justifican la falta de condiciones indispensables del resto de los sujetos para participar en ellas: nos niegan racionalidad, capacidad lógica, abstracción, universalización, objetividad, y nos atribuyen condiciones a las que les restan cualquier valor epistémico: subjetividad, sensibilidad, singularidad, narratividad (p. 65).

Ahora bien, este binarismo de género y sus subsecuentes dicotomías sostienen una configuración simbólica del territorio de la producción de conocimiento experto. Esta va a tener efectos particulares en la manera como se estructuran las prácticas científicas: en la constitución de los equipos de trabajo, en las relaciones que quienes hacen parte de esos equipos establecen entre sí y con otros “afuera” de estos equipos, en el tipo de expectativas que se crean sobre la forma en que se deben hacer las cosas.

Así, el ethos científico está construido y construye ciertas expectativas y normas de género que atraviesan y dan forma a la cultura de la ciencia, promoviendo prácticas e interacciones basadas en el género y legitimando una cierta posición de sujeto para quienes hacen ciencia. La eficacia simbólica de este entramado explica que haya algunos campos del saber masculinizados (como la ingeniería o la filosofía) y otros feminizados (como el trabajo social y la enfermería, asociados además con el cuidado) (DAZA; PÉREZ-BUSTOS, 2008), pero también que haya prácticas dentro del campo que se asuman como más legítimamente asociadas con la producción de conocimiento experto, como por ejemplo escribir artículos en revistas indexadas y presentar ponencias en congresos internacionales, versus otras que son vistas como menos propias o centrales a estos desarrollos epistémicos, como las prácticas de comunicación pública de la ciencia que involucran desde el trabajo con comunidades de base hasta la socialización de resultados con públicos diversos y a través de diferentes plataformas que materializan los encuentros entre ciencias y sociedades (PÉREZ-BUSTOS; BOTERO MARULANDA, 2013a; PÉREZ-BUSTOS, 2013).

de Boyle “la bomba de vacío” realizada en 1768 por Joseph Wrihth of Derby (*an Experiment on a bird in the air pump*). Es interesante aquí las relaciones de género que se configuran entre testigos modestos (varones blancos) que hablan de la ciencia de forma distante y que la explican a mujeres representadas como emocionalmente frágiles y por tanto necesitadas de tutela para alcanzar este conocimiento. Es de señalar que Haraway utiliza este ejemplo como metonimia del instrumento científico en general (HARAWAY, 2004, p. 15).



En este sentido, un estudio reciente desde el campo de la comunicación con un enfoque psicosocial (KNOBLOCH-WESTERWICK; GLYNN; HUGE, 2013) señala que existen potenciales inconsistencias entre los roles de género que son socialmente atribuidos a las mujeres y aquellos que son vistos como propios del ejercicio de una profesión científica⁴. Desde esta lectura se encuentra que dicha incongruencia entre uno y otro rol, en sentido genérico, afecta las percepciones que las personas tienen sobre la calidad y el interés que se atribuyen a los trabajos científicos desarrollados por mujeres (en su diversidad) o incluso los valores positivos o negativos que son otorgados a trabajos científicos que pueden categorizarse como femeninos o masculinos; por ejemplo los que se asocian culturalmente con trabajos de cuidado como aquellos enfocados a poblaciones infantiles y/o vulnerables versus los que se relacionan con una esfera pública más marcada como los referidos a la política o el conflicto.

Son pocos los estudios antropológicos que se han realizado sobre esta ciudadela (MARTIN, 1998) en contextos latinoamericanos (HERNÁNDEZ; ARVANITIS; VINCK, 2012; VESSURI, 1986), menos aún los que han seguido una perspectiva feminista (SALGADO, 2006; DÍAZ del CASTILLO; OLARTE SIERRA; PÉREZ-BUSTOS, 2012; PÉREZ-BUSTOS, 2011a). Aquellos en los que he participado de manera reciente han buscado cuestionar algunos supuestos binarios que considero se encuentran a la base de las reflexiones de género en el estudio social de la ciencia en nuestra región (FERNÁNDEZ RUIZ, 2006; PÉREZ SEDEÑO, 2011; TOVAR, 2006; VESSURI; CANINO, 2006). De manera particular me ha interesado problematizar la concepción homogénea de lo femenino y lo masculino como lados opuestos, resumen de la diversidad, que entretejen estas pesquisas y que llevan a suponer que el género en la ciencia es un asunto de hombres y mujeres, o de hombres versus mujeres, pues éstas son pocas o invisibles o marginales dentro de la ciudadela en cuestión. Busco con ello discutir la idea de que lo femenino solo puede ser comprendido como lo no masculino, como si no tuviese estatuto propio y por tanto no pudiese ser estudiado en sí mismo, sin que quepa la duda permanente de lo que ocurre con los hombres en un determinado campo o estudio en el que la presencia femenina es predominante. Con esto he pretendido (y pretendo) hacer un llamado a la diversidad presente en la construcción simbólica de lo femenino en la ciencia, y a las perplejidades que

⁴ Cuando digo socialmente atribuidos, no digo que sean esencialmente femeninos sino que son construidos simbólicamente de ese modo (PÉREZ-BUSTOS, 2010a; 2010b; 2011b).

de allí deriven, desde las que quizás podamos pensar en otras ciencias, puede que, sucesoras⁵.

En esta línea de argumentación ¿Será que el ethos científico regula nuestras prácticas, costumbres y moralidades sólo desde los principios de la competitividad, la universalidad, la objetividad y el distanciamiento? Quizás no. Me interesa pensar creativamente la posibilidad de que la ciencia y la tecnología puedan ser territorios configurados por otras éticas, una apuesta crítica por que se configuren como feministas desde sus fronteras. Creativa en el sentido más científico de todos, siguiendo a Beatriz Preciado “no me interesa descubrir la verdad sino inventarla, producirla” (“Pienso, luego existo – Beatriz Preciado”, 2013) y pensando con Puig de la Bellacasa (2011), mi apuesta se dirige a dar cuenta de cómo el campo científico puede estar configurado por un ethos del cuidado.

A propósito del cuidado, sus puntos ciegos y sus apuestas

La pregunta por el cuidado no es reciente para la teoría feminista. En América Latina éste se ha pensado desde la sociología del trabajo y ha permitido visibilizar las condiciones de marginalidad e invisibilidad de oficios asociados con el sostenimiento de lo vital como por ejemplo aquellos relacionados con el trabajo doméstico, el cuidado de personas enfermas, mayores, infantes, por mencionar algunos casos (ARANGO GAVIRIA; MOLINIER, 2011). Desde estas lecturas se ha señalado la feminización del trabajo de cuidado (ARANGO GAVIRIA, 2011; CARRASCO, 2001), pero incluso se ha llegado a problematizar la vinculación de este tipo de oficios con una idea homogénea de lo femenino. Al respecto se ha planteado la necesidad de pensar en el cuidado como un ethos feminista, antes que como una ética femenina (ARANGO GAVIRIA; MOLINIER, 2011); en tanto que el cuidado, como ethos, deviene y se configura desde prácticas y apuestas políticas particulares, las cuales no dejan de estar atravesadas por configuraciones de género que las ubican contextual y simbólicamente en el lugar de la alteridad radical o de la subalternidad.

⁵ Siguiendo a Harding (1996), una ciencia sucesora no reemplazaría con un discurso unitario y opuesto a la ciencia de la ilustración, por el contrario esta perspectiva abogaría por una ciencia que emergería de la multiplicidad de voces y que incluso se permitiría crecer y pensar en sus quiebres y puntos ciegos, en sus incoherencias. En este sentido, las ciencias sucesoras invertirían la jerarquía de las ciencias dando mayor privilegio a aquellos conocimientos que reconocen los procesos de construcción social de los que han sido parte y por tanto sus propias agendas políticas. Unos conocimientos que en suma serían más objetivos en tanto que procuran políticas de la libertad.



El énfasis que estas aproximaciones han puesto sobre el cuidado como un oficio precarizado y feminizado, ha conducido a que el cuidado se traduzca en el oficio. Es decir a que lo comprendamos principalmente como asociado con trabajos como los ya mencionados (labores domésticos oficios orientados al “cuidado” de adultos mayores, infancia, personas enfermas) y por tanto a que asumamos una posición teórico-política que aboga por su reconocimiento en la esfera de las políticas públicas. En este sentido pienso que hemos perdido de vista que como oficio el cuidado es ante todo cualquier práctica que realizamos orientada a “mantener, continuar y reparar nuestro mundo, de manera que podamos vivir en él tan bien como sea posible. Ese mundo incluye nuestros cuerpos, nuestro ser, y nuestro ambiente y todo aquello que hacemos para entretejer una compleja red del sostenimiento de la vida” (FISCHER; TRONTO, 1990, p. 40). No considerar esta complejidad puede conducir a que la metáfora del oficio con la que comprendemos el cuidado contribuya a reforzar asociaciones esencialistas sobre este con la maternidad y la subalternidad (BEASLEY; BACCHI, 2007) construidas desde las diferencias de género y con ello perder de vista el potencial transformador que tiene una ética y una política en las que el cuidado sea visto como un principio no solamente marginal (MOLINIER, 2012). Lo que intento argumentar no es que la subalternidad y la feminización no sean características definitorias del cuidado, sino que ellas no definen el cuidado totalmente, sino solo de modo parcial. Resumir en estas metáforas la comprensión de este ethos supone construirlo como meramente subalterno y feminizado, lo que es peligroso, sobre todo si retomamos el cuestionamiento antes señalado sobre las discusiones binarias, centradas en las diferencias de género que han configurado los estudios sobre el género y la ciencia en la región. En palabras de Joan Tronto

[...] si bien la ética del cuidado debe ser una preocupación importante para la teoría feminista, el debate no debe centrarse en las diferencias de género [...] La equivalencia entre el cuidado y lo “femenino” es cuestionable pues supone que existe una articulación entre diferencias de género y morales diferenciales, y de ello no hay evidencia sólida. Asumir esto es una posición estratégicamente peligrosa para el feminismo pues la simple afirmación de que las diferencias de género existen en un contexto social que identifica lo masculino con la norma, contiene la implicación de que lo femenino es no sólo diferente sino inferior [subalterno]. Esto es filosóficamente atrofiante ya que si el feminismo piensa el cuidado como categorizado por este tipo de diferencias de género ello supone la trampa de defender la moralidad femenina o de las mujeres antes que el reto de observar críticamente a los problemas y promesas filosóficos [epistemológicos] del cuidado en sí (TRONTO, 1987, p. 663 [mi traducción])⁶.

⁶ Lo cual no implica desconocer que el cuidado está configurado por el género y por tanto feminizado. Sin embargo ello no supone concluir que por tanto es femenino, en tanto que no masculino (BRAIDOTTI, 2000).

Apuntes etnográficos al cuidado en la producción de conocimiento científico

Entonces ¿habrá cuidado más allá de ciertos oficios feminizados? Siguiendo a Berenice Fischer y Joan Tronto, sin duda. En un estudio de carácter etnográfico que realizamos con unas colegas (PÉREZ-BUSTOS et al., 2014) a propósito del trabajo de identificación de víctimas que realizan principalmente mujeres bacteriólogas y microbiólogas, entrenadas como genetistas forenses, en el marco del conflicto interno colombiano, pudimos identificar que el cuidado está presente en esta puesta en práctica de ciertos conocimientos científicos, en al menos cuatro dimensiones. Me interesa a continuación definir cada una de ellas para luego presentar algunos ejemplos concretos de estas dimensiones desde las narrativas de las genetistas forenses entrevistadas⁷.

El cuidado es una ocupación marginal. En el campo de la producción de conocimiento es algo que hacemos. Una práctica performativa, una manera de hacer e intervenir en la cotidianidad desde posturas éticas, políticas y afectivas muy particulares (HARAWAY, 2008; PUIG de la BELLACASA, 2011; SINGLETON, 2011). En este sentido, los asuntos del cuidado en la ciencia y la tecnología son de carácter ambivalente y marcadamente políticos. Los hemos entendido como aquellas prácticas cotidianas que sostienen lo vital en sí mismo y que se encuentran embebidas en una variedad de campos científicos; no por ello en todos. Estas prácticas están situadas y son contextualmente específicas, y cómo pasa con el trabajo doméstico para la macroeconomía, en general son invisibles⁸. Este es el caso del trabajo modesto de identificación de víctimas que realizan genetistas en los laboratorios de genética forense de la fiscalía en Colombia, que valga decir es un trabajo desarrollado por mujeres⁹. Ahora bien, cuando digo que

⁷ Retomo para este caso el trabajo de campo realizado con mis colegas Maria Fernanda Olarte Sierra y Adriana Díaz del Castillo (PÉREZ-BUSTOS et al., 2014).

⁸ Ese lugar invisible y de cuidado también lo he identificado en el papel que tienen las prácticas comunicativas de científicas trans (PÉREZ-BUSTOS, 2014) lesbianas (PÉREZ-BUSTOS; BOTERO MARULANDA, 2013b), o racializadas como negras (PÉREZ-BUSTOS; BOTERO MARULANDA, 2013a) o indígenas (PÉREZ-BUSTOS; GARCÍA BECERRA, [n.d.]), en especial cuando su investigación y trabajo experto se ubica en las fronteras del campo científico y el trabajo comunitario o el activismo.

⁹ Cuando digo modesto estoy queriendo subrayar la condición poco visible de estas tareas. No sólo por razones de seguridad. En el sentido de que es una práctica de identificación de víctimas en un contexto de guerra interna y si las personas que las realizan son demasiado públicas esto puede ir en detrimento de la seguridad de ellas y de sus familias. Sino también por la posición que estas tareas ocupan vis-a-vis el trabajo de análisis que desarrollan genetistas con perfil más analítico, quienes

los asuntos del cuidado en la ciencia tienen una dimensión política, me refiero no solo a la obligación moral que tenemos de volver visible el papel que las prácticas de cuidado tienen en configurar el conocimiento experto, sean estas performadas por mujeres o no, sino sobre todo a la necesidad epistemológica de comprender, cómo esas prácticas dan forma a una ciencia situada (HARAWAY, 1988) y por qué no cuidadosa (PÉREZ-BUSTOS, 2014; PUIG de la BELLACASA, 2012).

Las otras tres dimensiones que emergieron del trabajo etnográfico mencionado, y que valga decir han servido de referente para analizar etnográficamente otros casos, permiten comprender el cuidado como una práctica que subraya formas particulares de articular dimensiones afectivas, racionales y prácticas; o como diría Hilary Rose (1983), búsquedas por producir conocimiento desde nuestras manos, nuestros cerebros y nuestros corazones, que tienen lugar no sólo en los laboratorios, los escritorios o los archivos, sino en estrecha relación con los públicos, las víctimas, las comunidades. Esto último supone tensionar o incluso resquebrajar las fronteras de la ciudadela científica y pensarla de modo interconectado con problemas sociales de orden diverso, además de orientada hacia ciertas políticas de la libertad, la inclusión, el reconocimiento.

En este sentido, el cuidado es también un modo de relacionarse con aquello que estudiamos, un modo cuidadoso de producir conocimiento. Tanto porque ello implica una artesanía particular, es decir una práctica minuciosa, sistemática y con rigurosidad metodológica que orienta la producción de conocimiento experto, como porque dicha artesanía supone interdependencias y construye *relacionalidades*, que nos configuran como científicas y científicos con otras y otros no científicos¹⁰. Así, un modo cuidadoso de hacer ciencia, supondrá relaciones de co-responsabilidad de las que tenemos que hacernos cargo (SINGLETON, 2011). Es decir relaciones desde las que como científicas y científicos estamos en capacidad consciente y deseosa de dar cuenta de las y los otros, de poder responder por lo que sucede en las realidades que atraviesan las prácticas científicas y que

ven el trabajo forense como meramente técnico y de poca contribución al campo de la genética. En este contexto el hecho de que esté feminizado es ante todo un marcador cultural, un atributo simbólico que responde a una cierta configuración demográfica de ciertas prácticas. Ahora bien cuando enfatizo que además de ser invisible está feminizado, no estoy señalando que estas sean características inseparables, sino que son, en este caso, co-constituyentes de unas ciertas prácticas cuidadosas en el quehacer científico.

¹⁰ Retomando a Puig de la Bellacasa (2012) entiendo el concepto de *relacionalidades* como aquel que busca comprender la producción de pensamiento y conocimiento no como algo propio o parte de lo racional, de la razón, sino como algo en principio producido desde las relaciones. En este sentido la relacionalidad, en sentido plural, compone una cierta política del cuidado fundada en necesidades y vínculos que operan en múltiples niveles.

afectan nuestras y otras vidas (incluso desde una responsabilidad marcada por la incertidumbre y la parcialidad). Pero también relaciones que nos hacen ser científicas y científicos a partir de esos vínculos; devenimos sujetos de ciencia desde esas relacionalidades con las y los otros (PÉREZ-BUSTOS, 2014).

Por último, esta ocupación marginal que es el cuidado, constituye también una preocupación. Una manera particular de relacionarse con el futuro. Entendido el futuro como aquello marcado por las contingencias propias de la cotidianidad, esas que constriñen el trabajo cuidadoso (me refiero aquí a la inconmesurabilidad de lo que no podemos controlar desde la ciencia que producimos pero que afecta nuestro quehacer científico), pero también como los horizontes ético-políticos que orientan nuestro trabajo en el campo de la ciencia. La reparación, la transformación social, las búsquedas por pensar con cuidado de modo que podamos contribuir a entretejer una compleja red que sostenga lo vital. Y aquí no estoy aludiendo a un sentido abstracto de las redes vitales, sino a las acciones concretas que realizamos para conseguir estar y ser en interdependencia. Asuntos que sin duda ponen de presente la relación estrecha, aunque impura o no legítima, que puede existir y que en algunos casos efectivamente existe entre academia y activismo.

Veamos algunos ejemplos. El trabajo que realizan las genetistas forenses en Colombia es una práctica de cuidado desde la que se repara el tejido social de una nación en guerra interna por más de medio siglo. Este trabajo sin embargo se torna invisible en la esfera pública cuando la geopolítica de las industrias culturales reproduce localmente una cierta retórica CSI. Me refiero aquí a la manera como las noticias televisivas representan el papel de la genética forense en un contexto de guerra interna y lo hacen reproduciendo imaginarios sobre estas prácticas que son muy similares a los que son presentados en la serie televisiva norteamericana *CSI*¹¹. Así, quienes identifican víctimas son vistos como testigos modestos de la realidad, hombres-blancos-norteamericanos con mucho prestigio, cuyo relación con las víctimas es distante y se limita al análisis de su ADN. Análisis que por lo demás es siempre certero e incluso heroico llegando incluso a respaldar políticas de seguridad democrática de corte neoliberal y nacionalista (DÍAZ del

¹¹ *Crime Scene Investigation* es una serie norteamericana que salió al aire en el año 2000 y que tuvo una gran acogida en América Latina, obteniendo el más alto rating en el 2009. La serie trata casos de crímenes comunes que son resueltos a través del uso de la ciencia forense. La gran acogida que esta serie ha tenido ha generado en la teleaudiencia una apropiación particular del conocimiento forense que en ocasiones no se ajusta a la realidad de lo que ocurre en los laboratorios. Este fenómeno no ha sido estudiado en Latinoamérica, pero se conoce en los contextos anglosajones como el efecto CSI (SCHWEITZER; SAKS, 2007).



CASTILLO et al., 2012). Lejos de esta realidad representada mediáticamente, el trabajo feminizado de estas genetistas supone una articulación permanente entre pensar, hacer y sentir. En palabras de una de estas genetistas:

[Resolver un caso] da tranquilidad, es un logro científico y personal. También es un compromiso con la familia que está esperando para enterrar a su ser querido, además porque uno lee el expediente, conoce el campo y conoce a la familia. Pero también es un reto resolver algo que es difícil en lo técnico y en lo analítico (Juliana).

Vemos aquí como identificar víctimas desde la genética forense no puede pensarse de modo desarticulado entre el reto analítico y técnico (pensar y hacer) que emerge de la existencia de pocos datos poblacionales de referencias (en términos genéticos) con las cuáles contrastar los restos forenses a ser analizados, pero también de la existencia de pocas muestras forenses, dadas las condiciones en las que estas son encontradas (pensemos aquí en cuerpos descuartizados o contaminados por otro material orgánico o sacados en medio de zonas en pleno conflicto, lo que va a implicar pericia técnica al analizar muestras que no siempre están en estado ideal para ser analizadas). Más aún, Juliana nos trae de presente que este reto no puede pensarse desarticulado de las emociones que involucra cuando lo que hay entre manos es la reparación de las familias de las víctimas (sentir).

Hay que señalar en todo caso que esta articulación entre pensar-hacer-sentir es un trabajo altamente cuidadoso, pero así mismo no muy bien remunerado, cuyo principal reconocimiento está relacionado con la reparación de las víctimas. En palabras de Margarita:

En este trabajo uno no se puede equivocar porque solo hay una muestra muy escasa que no se puede reemplazar, si se contamina la muestra se pierde todo el caso...aquí no nos podemos equivocar...es una investigación judicial y es de la reparación de familias de lo que estamos hablando [...] Es una cuestión de gratificación. No es dinero, medicina legal tiene unos sueldos muy malos. Los que estamos ahí es porque tenemos la vocación. Porque queremos y deseamos hacerlo (Margarita).

Esta práctica científica cuidadosa implica muchas veces no poder concentrarse en producir un trabajo académico sobre el proceso que pueda ser publicado. Ahora bien, el hecho de que este trabajo no se publique coloca este quehacer en el plano de lo meramente técnico, para los ojos de sus pares académicos.



Las genetistas de Medicina Legal, solo hacen la parte técnica, no van más allá, no logran hacer investigación en el sentido estricto... se limitan a la parte de laboratorio. Eso es todo lo que hacen. No saben como hacer investigación (Sandra).

Sobre esto Azucena explica:

Muchos colegas geneticistas nos viven diciendo “todas esas muestras que ustedes tienen y no las comparten, hagamos algo con esas muestras [refiriéndose a más análisis moleculares]” Pero no es tan sencillo. Cuando se informa a las familias sobre el procedimiento es claro que el propósito del estudio es la identificación de víctimas. Si podríamos pedirles autorización para poder utilizar esta información, que es suya, en el análisis molecular de de frecuencias poblacionales y genética de poblaciones, pero estas familias están ya lo suficientemente consternadas con la situación por la que están pasando que ¿para qué pedirles más?

La reflexión es clara ¿para qué la investigación si no para la reparación? El asunto es ¿por qué lo segundo, que supone cuidado, no parece ser congruente con lo primero, que es visto como científico? ¿No es acaso posible pensar el quehacer de estas genetistas como una ciencia cuidadosa?

A modo de cierre

Ahora bien, a pesar de esta invisibilidad que atraviesa las prácticas científicas de estas genetistas forenses, quisiera argumentar que su reconocimiento, constituye una promesa feminista por re-ensamblar lo negado dentro de este territorio, en este caso me refiero al cuidado (PUIG de la BELLACASA, 2011). Más aún subrayar que a través de ese lente, la práctica científica de estas genetistas cobra relevancia para los estudios sociales de la ciencia desde una perspectiva feminista en al menos dos sentidos.

En primer lugar, y de manera específica, ella contribuye a reparar un tejido social rasgado por el conflicto interno, y lo hace poniéndole rostro a nuestras muertes anónimas. Esto antes que a cualquier otra cosa o como norte de cualquier otra cosa (la genética de poblaciones, por ejemplo). Me interesa subrayar el trabajo pendiente que esto conlleva para la antropología feminista. Una deuda que nos permita articular simbólicamente la tarea de reparar con el trabajo científico. Y me refiero aquí no al sentido legal de la palabra “Reparación”,

sino a las connotaciones artesanales y de cuidado, que esta acción trae consigo: “reparar”, zurcir, remendar, tejer, para reparar una nación descosida por la que se escapa la memoria de lo que somos y por tanto se nos acorta la imaginación sobre lo que podemos ser. En este tiempo en espiral en el que la labor artesanal de las costureras, las bordadoras, las tejedoras se asemeja al trabajo científico de las genetistas forenses se hace perentoria la exploración etnográfica de la metáfora del tejido. En particular cuando ella se orienta a la recuperación de la cultura y su sostenimiento en el tiempo a través del trabajo cuidadoso de artesanas y artesanos. Ello supone atrevernos desde la antropología feminista en el Sur Global a conectar asuntos que a primera vista no son del mismo dominio (¿y qué no es eso si no tejer?): relaciones entre trabajos de cuidado particulares, el oficio de la artesanía, la genética forense, la comunicación pública de la ciencia¹². Queda abierta así la pregunta de lo que pueda devenir de estos cruces impuros para la configuración especulativa de ciencias sucesoras.

En segundo lugar, y haciendo aquí algunas extrapolaciones. Quisiera señalar que estas lecturas feministas a la ciencia desde el ethos del cuidado abren nuevas posibilidades de re-imaginar la práctica científica en América Latina. No sólo como una práctica que contribuye a la endogamia de la ciencia, que enarbola, sin quererlo quizás, el privilegio de sus testigos modestos y sus valores, muchas veces distantes de las realidades y las problemáticas locales de su entorno, sino que permite descolocar ese estatuto de realidad y situarlo en los vínculos, los afectos, los contactos. Dando así paso a una práctica científica que emerge del pensar con otros, como un principio que privilegia la interdependencia epistemológica antes que la autonomía y la competitividad en la producción de conocimiento experto (PUIG de la BELLACASA, 2012). Así, introducir el ethos del cuidado para pensar la ciencia es ante todo una invitación para imaginarnos la relación que ciertos sujetos feminizados, y por tanto ruidosos, impuros, excéntricos (no solo diferentes), como estas genetistas por ejemplo, tienen con este lugar de privilegio, en especial cuando de una forma u otra lo configuran, lo entretejen.

Referências

ARANGO GAVIRIA, L. G.; MOLINIER, P. *El trabajo y la ética del cuidado*. Medellín: La Carreta, 2011.

¹² En estas líneas tengo un trabajo de investigación por iniciar que busca ahondar en esta dirección y del que habrá resultados en los próximos años (PÉREZ-BUSTOS; FRANCO-AVELLANEDA; MEDINA CHÁVEZ; GONZÁLEZ RIVERA; CORRALES CARO, 2013).

_____. “El cuidado como ética y como trabajo”. In: ARANGO GAVIRIA, L. G.; MOLINIER, P. (Eds.). *El trabajo y la ética del cuidado*. Medellín: La Carreta, 2011. p. 15-21.

ARANGO GAVIRIA, Luz Gabriela. “El trabajo de cuidado ¿servidumbre, profesión o ingeniería emocional?”. In: ARANGO GAVIRIA, L. G.; MOLINIER, P. (Eds.). *El trabajo y la ética del cuidado*. Medellín: La Carreta, 2011. p. 91-109.

ARELLANO HERNÁNDEZ, A.; ARVANITIS, R.; VINCK, D. “Circulación y conexión mundial de saberes: elementos de antropología de los conocimientos en América Latina”. *Revue d'anthropologie des connaissances*, v. 6, n. 2, 2012. DOI:10.3917/rac.016.i.

BEASLEY, C.; BACCHI, C. “Envisaging a new politics for an ethical future: Beyond trust, care and generosity towards an ethic of ‘social flesh’”. *Feminist Theory*, v. 8, n. 3, p. 279-298, 2007. DOI:10.1177/1464700107082366.

BRAIDOTTI, R. *Sujetos Nómades*. Buenos Aires: Piados, 2000.

CARRASCO, C. “La sostenibilidad de la vida humana: ¿Un asunto de mujeres?”. *Mientras Tanto*, n. 82, p. 43-70, 2001.

CASTAÑEDA SALGADO, M. P. “La antropología feminista hoy: algunos énfasis claves”. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. XLVIII, n. 197, p. 35-47, 2006.

DAZA, S.; PÉREZ-BUSTOS, T. “Una reflexión sobre los indicadores de género y ciencia en Colombia”. *Virajes, Revista de antropología y Sociología*, n. 10, p. 29-51, 2008.

DÍAZ del CASTILLO, A.; OLARTE SIERRA, M.; PÉREZ-BUSTOS, T. “Testigos modestos y poblaciones invisibles en la cobertura de la genética humana en los medios de comunicación colombianos”. *Interface: Comunicação-saude-Educação*, v. 16, n. 41, p. 451-468, 2012.

FERNÁNDEZ RUIZ, L. “Género y Mujeres académicas: ¿hasta dónde la equidad?”. *Ciencia, Tecnología y Género en Iberoamérica, Monografías 29*, Madrid, CSIC, p. 55-66, 2006.

FISCHER, B.; TRONTO, J. “Toward a Feminist Theory of Caring”. In: ABEL, E. K.; NELSON, M. K. (Eds.). *Circles of Care: Work and Identity in Women's Lives*. New York: State University, 1990. p. 35-62.

HARAWAY, D. “Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective”. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

_____. “Modest-Witness @ Second-Millennium” (1996). In: HARAWAY, D. (Ed.). *The Haraway Reader*. New York: Routledge, 2004. p. 223-250.

_____. *Testigo_Modesto@Segundo_Milenio. HombreHembra@_Conoce_Oncorotón: Feminismo y Tecnociencia*. Barcelona: UOC, 2004.

_____. *When Species Meet*. Minneapolis: Universidade de Minnesota, 2008.

HARDING, S. *Ciencia y Feminismo*. Madrid: Morata, 1996.

KNOBLOCH-WESTERWICK, S.; GLYNN, C. J.; HUGE, M. “The Matilda Effect in Science Communication: An Experiment on Gender Bias in Publication Quality Perceptions and Collaboration Interest”. *Science Communication*, v. 35, n. 5, p. 603-625, 2013. DOI:10.1177/1075547012472684.

MAFFIA, D. “Epistemología Feminista: por una inclusión de lo femenino en la ciencia”. In: GRAF, N. B.; FLORES, J. (Eds.). *Ciencia, tecnología y género en Iberoamérica*. México: Universidad Autónoma de México; Plaza y Valdés, 2005. p. 623-633.

_____. “Epistemología feminista: La subversión semiótica de las mujeres en la ciencia”. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, v. 12, n. 28, p. 63-98, 2007.

MARTIN, E. “Anthropology and the Cultural Study of Science”. *Science Technology & Human Values*, v. 23, n. 1, p. 24-44, 1998.

MOLINIER, P. *El trabajo de cuidado y la subalternidad*. Bogotá: Escuela de Estudios de Género; Universidad Nacional de Colombia, 2012.

PÉREZ SEDEÑO, E. “Mujeres y pioneras en las ciencias: Una Mirada a la realidad iberoamericana”. *Ciência, Tecnologia e Gênero. Abordagens iberoameicanas*, Curitiba, UTPFR, p. 213-232, 2011.

PÉREZ-BUSTOS, T. “La feminización cultural de las prácticas educativas: etnografías de la popularización de la ciencia y de la tecnología en dos países del sur”. *Revista CS, Colombia*, n. 6, p. 159-191, 2010a.

_____. *Los márgenes de la popularización de la ciencia y la tecnología. Conexiones feministas en el sur global*. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2010b.

_____. “Expediciones en la cotidianidad, diálogos feministas entre el saber ancestral y el conocimiento científico”. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, v. 16, n. 36, p. 63-84, 2011a.

_____. “Feminización y popularización de ciencia y tecnología en la política científica colombiana e india”. *Revista Iberoamericana de Ciencia Tecnología y Sociedad*, v. 6, n. 17, p. 77-103, 2011b.

_____. “Lecturas feministas de la comunicación pública de la ciencia en Colombia: Un análisis de prácticas documentadas visibles e invisibles”. *Maguaré*, v. 27, n. 1, 2013.

_____. “Of caring practices in public communication of science: Seeing through trans-women scientists’ experiences”. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 2014.

PÉREZ-BUSTOS, T.; BOTERO MARULANDA, D. “Entre el afuera y el adentro. La configuración del campo académico y sus fronteras desde las prácticas comunicativas de científicas negras en Colombia”. *Revista Co-herencia*, v. 10, n. 18, p. 189-220, 2013a.

_____. “Tejiendo redes de cuidado en la comunicación/educación del conocimiento científico: perspectivas desde sexualidades otras”. *Fazendo Gênero. Simposio 3: A relação entre os tempos da produção científica e o gênero na cultura acadêmica/científica atual*. Florianópolis, p. 1-25, 2013b. Disponível em: <<http://www.es.fazendogenero.ufsc.br/10/>>.

PÉREZ-BUSTOS, T.; FRANCO-AVELLANEDA, M.; MEDINA CHÁVEZ, A. M.; GONZÁLEZ RIVERA, R.; CORRALES CARO, D. “Bordando el conocimiento propio: Sistematización de experiencias y diseño participativo del tejido como práctica de cuidado en Cartago, Valle”. Bogotá, *Convocatoria 609 Colciencias – Proyecto seleccionado para financiación*, 2014-2016.

PÉREZ-BUSTOS, T.; GARCÍA BECERRA, A. “Situating women scientists with non-normative gender positions in the Colombian national system of science and technology”. *Acta Colombiana de Psicología (en evaluación - número especial en Equidad de Género)*, [s.d.], p. 1-21.

PÉREZ-BUSTOS, T.; OLARTE SIERRA, M. F.; DIAZ del CASTILLO, A. “Working with care: experiences of invisible women scientists practicing forensic genetics in Colombia”. In: MEDINA, E.; MARQUES, I.; HOLMES, C. (Eds.). *Beyond Imported Magic: Studying Science and Technology in Latin America. (in press)*. Cambridge: MIT Press, 2014.

PIENSO, luego existo – Beatriz Preciado. *A la carta Televisión y Radio*. Retrieved August 16, 2013. Disponível em: <<http://www.rtve.es/alacarta/videos/pienso-luego-existo/pienso-luego-existo-beatriz-preciado/1986547/>>.

PUIG de la BELLACASA, M. “Matters of care in technoscience: Assembling neglected things”. *Social Studies of Science*, v. 41, n. 1, p. 85-106, 2011. DOI:10.1177/0306312710380301.

PUIG de la BELLACASA, M. “Nothing comes without its world”: thinking with care”. *The Sociological Review*, v. 60, n. 2, p. 197-216, 2012. DOI:10.1111/j.1467-954X.2012.02070.x.

ROSE, H. “Hand, Brain, and Heart: A feminist epistemology for the natural sciences”. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 9, n. 1, p. 73-90, 1983.

SCHWEITZER, N. J.; SAKS, M. J. “The CSI Effect : Popular Fiction about Forensic Science Affects the Public’s Expectations about Real Forensic Science”. *Jurimetrics*, v. 47, p. 357-364, 2007.

SINGLETON, V. “When Contexts Meet: Feminism and Accountability in UK Cattle Farming”. *Science, Technology & Human Values*, v. 37, n. 4, p. 404-433, 2011. DOI:10.1177/0162243911418536.

TOVAR, P. “Indicadores nacionales de género, ciencia y tecnología”. In: ICANH (Ed.). *Memorias seminario: Las mujeres colombianas en el sistema de ciencia y tecnología: obstáculos y logros*. Bogotá, 2006.

TRAWEEK, S. *Beamtimes and lifetimes: The world of high energy physics*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

TRONTO, J. “Beyond Gender Difference to a Theory of Care”. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 12, n. 4, p. 644-663, 1987.

VARGAS-MONROY, L. “De testigos modestos y puntos cero de observación: las incómodas intersecciones entre ciencia y colonialidad”. *Tabula Rasa*, n. 12, p. 73-94, 2010.

VESSURI, H. “The Social Study of Science in Latin America”. *Social Studies of Science*, v. 17, n. 3, p. 519-554, 1986.

VESSURI, H.; CANINO, M. V. “Igualdad entre géneros e indicadores de ciencia en Iberoamérica”. In: GUBER (Ed.). *El Estado de la Ciencia. Principales Indicadores de Ciencia y Tecnología Iberoamericanos/ Interamericanos* (RÍCyT.). Buenos Aires, 2010.

Parte II

**MULHERES E TEORIA FEMINISTA
NAS CIÊNCIAS HUMANAS**

FUSÃO OU COMPETIÇÃO? A EXPERIÊNCIA DE CONJUGALIDADE ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DE QUATRO MULHERES¹



Fernanda Azeredo de Moraes

Conjugalidade intelectual

Ao analisar a história da antropologia nacional, Mariza Corrêa afirma: “ainda que os casamentos endogâmicos à disciplina não sejam raros, são raramente tematizados no âmbito profissional” (2003, p. 197). Longe de raros, com um rápido olhar sobre departamentos universitários, principalmente da área de ciências humanas, pode-se arriscar afirmar que tal endogamia aproxima-se mais de uma regra que de uma exceção. Um cotidiano próximo que, conscientemente ou não, vem escorregando de nossas análises sobre o campo científico e acadêmico nacional.

Apresentarei, nesse artigo, um rápido olhar sobre a chamada “endogamia acadêmica”², a partir das experiências de quatro professoras da área de ciências humanas da cidade de São Paulo, olhando para as diferenças de experiências

¹ Como, nesse artigo, optei por focar minha análise nas dinâmicas relativas à conjugalidade, não atentarei para questões importantes tais como filiação acadêmica, construção de prestígio, formas de sucesso (normativas e marginais) e os efeitos de condicionantes de classe, raça e gênero nas diferentes experiências profissionais dessas mulheres. Para saber mais sobre esse assunto, ver: MORAES, Fernanda Azeredo. “Pântanos de relações e colchões de cumplicidade”: academia e conjugalidade na perspectiva de quatro mulheres intelectuais. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2012. 183f.

² Chamo, aqui, de endogamia acadêmica, a prática comum de casamento entre colegas de uma mesma área disciplinar (e, muitas vezes, também departamento universitário). Trata-se de uma homogamia de campo profissional e intelectual que me parece importante para esses sujeitos na tessitura de suas relações afetivas e suas carreiras.



(primeiro e segundo casamento), para problemas similares apontados (fusão e competição) e para relações importantes que emergiram em seus depoimentos (divisão do trabalho doméstico e intelectual e nomeação).

É importante dizer que, antes de ter contato com essas quatro professoras, havia desenhado meu projeto de pesquisa propondo trabalhar com *casais* de intelectuais do cenário acadêmico nacional, de modo “a refletir sobre essas parcerias conjugais como projetos criativos, com a criação, em parceria, de uma obra intelectual (artística ou política) que borra as fronteiras entre ação pública e relacionamento privado”. Minha pergunta norteadora inicial para esta pesquisa era: “Como, para esses sujeitos, a parceria afetiva-conjugal se articula com um projeto de vida intelectual?”³.

Contudo, como é comum na Antropologia, a experiência de campo propôs-me outras questões. Ao entrar em contato com diferentes casais, recebi, seguidamente, uma mesma resposta por parte das mulheres: “eu posso falar, mas meu marido não está disposto”. A negação masculina a envolver-se em uma pesquisa sobre conjugalidade, território tradicionalmente relegado ao feminino, aponta fortemente para muitas questões sobre relações de gênero. Revisitando a teoria de Anthony Giddens (1993), poderíamos sugerir, por exemplo, que a chamada transformação das mulheres na modernidade tardia em *especialistas de intimidade* (ou *especialistas do coração*, como ele também coloca) – sujeitos que forjam suas autoidentidades de maneira relacional e reflexiva, reconstruindo emocionalmente seu passado em um processo ativo de engajamento com o futuro – as colocaria como interlocutoras mais engajadas em questionamentos como os que propunham, ao contrário de homens que, de acordo com a generalização do autor, focariam seus processos identitários no mundo do trabalho com diminuídas experiências de partilha, pouca valorização de diálogo e intimidade. Mas, mesmo que sociologicamente, sobre o silêncio e a negação posso apenas hipotetizar.

Não obstante, essa negação revelou-me um outro recorte da pesquisa, um outro campo tão ou mais interessante daquele que havia me proposto de início: mergulhar especificamente na trajetória intelectual dessas mulheres, suas formações, relações com a carreira e com o casamento. Pensar pelas ricas categorias de uma de minhas interlocutoras, Nadya Araujo Guimarães: **Pântanos de relações e colchões de cumplicidade**. As instabilidades, provações e desafios que a vida acadêmica suscita, e as relações de companheirismo e parceria buscadas e experimentadas em suas uniões com colegas intelectuais. Ao invés de direcionar minhas perguntas para casais, passei a privilegiar a perspectiva feminina sobre parcerias

³ Trecho extraído do meu projeto de qualificação (novembro, 2010).

intelectuais e trabalho acadêmico. Ainda imbuída do projeto de trabalhar com casais, realizei, com a ajuda de colegas, amig@s, familiares, orientadora e, é claro, da internet, um levantamento de possíveis sujeitos interlocutores para a pesquisa. Dado um primeiro contato via e-mail com uma informante e a minha ida por três meses para a cidade de São Paulo, os outros contatos desenvolveram-se no modelo “bola de neve” (KNAUTH; CERES; HASSEN, 2000), com indicações, pelas próprias informantes, de outras possíveis interlocutoras.

Assim, a partir dos “imponderáveis do campo”, desenhou-se um grupo de quatro mulheres informantes principais dessa pesquisa: a antropóloga Josildeth Gomes Consorte, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 83 anos; a semiotista Jerusa Pires Ferreira, professora da mesma instituição, 75 anos; a socióloga Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins, 72 anos; e a também socióloga Nadya Araujo Guimarães, 63 anos, ambas professoras da Universidade de São Paulo (USP).

No processo de remontar as trajetórias dessas quatro mulheres foi inevitável atentar para as transformações pelas quais passou o sistema acadêmico nacional entre as décadas de 1950 e 1970 e, depois, entre os anos de 1980 a 2000, e perceber, junto a estas mudanças institucionais, como se modificaram as condições para a formação e consagração de mulheres intelectuais e cientistas. Como coloca Maria Hermínia Tavares de Almeida (1989), a história das Ciências Sociais, até meados da década de 1960, pode ser vista como “um penoso processo de construção institucional, onde os fracassos somaram bem mais do que os êxitos” (p. 192). Fica claro que os diferentes desvios e obstáculos pessoais aqui narrados fazem parte de um quadro instável de formação institucional, agravado pelas relações de gênero em transformação. Se, na década de 1950, pelas histórias de Josildeth e Jerusa, observamos roteiros pouco formalizados de carreiras, pautados por indicações, comissionamentos e convites pessoais, esse cenário logo se transformou na década seguinte, como demonstram as trajetórias de Heloisa e, principalmente, de Nadya, caminhando para o modelo formalizado, burocrático e orientado pelas instituições de fomento à pesquisa que hoje conhecemos.

Com essas quatro mulheres estabelecidas como informantes principais, realizei entrevistas em profundidade, focando em suas narrativas de história de vida a partir de roteiros, por vezes previamente revisados por elas, por vezes não. As entrevistas foram, em sua maioria, realizadas no espaço de trabalho dessas mulheres, as suas salas na universidade. Esses espaços são também coloridos com tons de “lar”, sendo constituídos por objetos pessoais, principalmente fotos, pôsteres e quadros relativos a interesses de pesquisa ou lugares de viagens e estadias acadêmicas. São igualmente forrados por prateleiras repletas de papéis (teses,

dissertações e monografias das quais participaram de orientações ou defesas, além de excertos de trabalhos, questionários de pesquisa)⁴.

Diferentes em tantos pontos – como em idade, carreira (vide Quadro 1) e formato de casamento (vide Quadro 2) –, essas mulheres não estão aqui por acaso. Ao contrário do que é comum na sociologia e na história social do meio intelectual, não me dedico, aqui, a refletir sobre um grupo específico (PONTES, 2010; 1998; ARRUDA e GARCIA, 2003), mas, sim, sobre uma *experiência específica*⁵: a de mulheres heterossexuais, intelectuais que, ao longo da segunda metade do século XX, casadas com homens que também se dedicavam a profissões artístico-intelectuais, ponderaram desenvolvimento profissional e cuidados familiares, de modo a apaziguar conflitos e alcançar objetivos.

Aparte as diferenças geracionais e geográficas (que, obviamente, não são negligenciáveis), esse foi um esforço de autoantropologia (STRATHERN, 1987), de colocar em questão ideais de carreira e conjugalidade partilhados e problematizados por minhas informantes e por mim, de fazer uso de nossas ferramentas teóricas para refletir sobre nossos próprios padrões de gênero, conjugalidade, trabalho e reconhecimento.

Assim, com essas trajetórias dispostas aqui, lado a lado, emergem algumas perguntas: Primeiro: Como essas mulheres articularam, ao longo de suas vidas, parcerias conjugais intelectuais e carreiras acadêmicas individuais? Essa forma de parceria tem um peso particular para suas carreiras? Existe aqui um outro modelo de conjugalidade?

Significant/Necessary Others

Foi no meio universitário que minhas informantes começaram a tecer relações de afeto e afinidade, e três delas encontraram seus companheiros⁶. Para as

⁴ Em dois casos, o de Nadya e de Heloisa, é interessante ressaltar que, com diferentes recursos arquitetônicos, as salas são divididas com os companheiros: no primeiro caso, em que ambos seguem atuantes na universidade, são salas geminadas; no segundo, é uma mesma sala que leva o nome dos dois professores na porta, já aposentados e frequentando raramente o espaço. Em um único caso as entrevistas foram realizadas na residência da informante (vide nota 12). Todas as entrevistas foram transcritas e repassadas para suas autoras para que pudessem revisá-las.

⁵ Como coloca Rosana Guber: “El campo no es un espacio geográfico, un recinto que se autodefine desde sus límites naturales (mar, selva, calles, muros), sino una decisión del investigador que abarca ámbitos y actores; es continente de la materia prima, la información que el investigador transforma en material utilizable para la investigación” (2005, p. 47).

⁶ Como podemos acompanhar no Quadro 2, Heloisa casou-se com seu namorado de tempos de faculdade, companheiro com quem segue até hoje. Nadya casou-se pela primeira vez com um co-

pioneiras da antropologia –Emilia Snethlage, Leolinda Daltro e Heloisa Alberto Torres –, como remonta Mariza Corrêa (2003) e também Miriam Grossi (2006) ao analisar as trajetórias de algumas alunas de Marcel Mauss, não foi “permitido” o casamento. A ruptura entre o universo feminino do doméstico para o mundo masculino e público da pesquisa era radical demais nas primeiras décadas do século XX para que esses dois modelos de gênero pudessem ser harmonizados.

Se as conquistas feministas encontravam-se, já, em andamento entre o final da década de 1950 e a década de 1960, de forma que mulheres conseguissem realizar-se profissionalmente e também se casarem e terem filhos, esta experiência estava longe de ser pouco problemática ou facilmente harmonizável. Assim, o que resta perguntar aqui é se a partir desses novos ideais de gênero as relações conjugais e familiares foram ou não construídas de formas diferenciadas, e que efeitos isso teve sobre a carreira profissional dessas mulheres.

De fato, de acordo com Schiebinger, Henderson e Gilmartin (2008), a endogamia acadêmica não só é permitida, como também valorizada dentro do cenário universitário estadunidense:

O “valor acrescido” profissional das parcerias é particularmente forte para casais acadêmicos. Os parceiros partilham interesses intelectuais e discutem seus trabalhos entre si. **A divisão de redes de contatos profissionais** é, provavelmente, o maior ganho em termos de carreira para casais acadêmicos em comparação com outros tipos de casais. 58% dos casais acadêmicos compartilham contatos, mentores, colegas e amigos, em comparação a um quarto ou menos de docentes com parceiros em outras ocupações. **Isso aumenta consideravelmente o alcance de cada parceiro no círculo de mentores, amigos e patronos do companheiro. Na academia, onde poder e privilégio se repartem ainda muitas vezes de acordo com gênero, raça ou etnia, acesso a múltiplos círculos de conhecimento e influência pode potencialmente impulsionar carreiras** (2008, p. 37-39 [tradução e grifos da autora]).

Assim, além dessa expansão de redes dada pela “dupla inserção” – de forma que um é sempre uma constante no espaço de produção do outro, gerando,

lega de faculdade e, anos mais tarde, estabeleceu uma nova união com um colega de departamento. Jerusa, após um primeiro casamento com um engenheiro, casou-se, já madura, com um parceiro de discussões intelectuais. Josildeth é aqui o contraexemplo, a única que, fora do espaço acadêmico, casou-se com um artista. Todavia, seu caso serve como contrapeso para melhor observarmos as relações estabelecidas tanto pelos sujeitos dessas uniões quanto pelo cenário acadêmico, de professores e colegas, que aprovam ou desaprovam essas relações cotidianas, utilizando estrategicamente de tais dados pessoais como argumentos em disputas profissionais ou em definições de comprometimento, como veremos nesta parte do texto.



frequentemente, possibilidades de trocas de informações, oportunidades⁷ e indicações –, pude perceber que a “homogamia profissional” tende a ser bem vista por colegas e professores também por outro motivo.

Sobre a decisão de casar-se com um ator, Josildeth conta ter encarado a reprovação dos colegas: “Dr. Thales [*Thales de Azevedo, seu orientador de graduação*] disse para mim assim um dia ‘olha esses casamentos, olha esses casamentos!’ [...] ‘Artista? Casar com artista?’. Quem tinha mais intimidade, dizia: ‘está louca?’” (Entrevista, 03 de maio de 2011). Segundo ela, o mundo teatral era percebido por seus colegas como composto por valores e rotinas muito dispare das que eles viviam como cientistas sociais; diferenças que conflitariam com um ideal de formação profissional. 1950 era um momento de institucionalização e profissionalização das ciências sociais no país, através dos órgãos e faculdades recém-criadas, procurava-se demarcar um território autônomo e científico que legitimava essa perspectiva em emergência. Torna-se claro que o modelo de casamento ideal, aqui, é o de homogamia profissional. Nesse discurso, o casamento, talvez principalmente para a mulher, é a extensão de uma identidade idealizada e, ao mesmo tempo, frágil, facilmente poluível pela convivência em outros espaços. Sugiro que, de modo geral, o casamento é parte importante na constituição ideal da profissional.

É extensa a bibliografia no campo de estudos da arte e da literatura sobre como a conjugalidade e a produção criativa se inter cruzam na vida de diversos casais. Whitney Chadwick e Isabelle de Courtivron (1993), analisando uma grande lista de casais de artistas que, ao longo do século XX, misturaram criatividade e parceria íntima, levantam como senso comum a ideia de *Significant Other*⁸, modelo em que um parceiro seria o “significativo”, aquele que cria e produz seja artisticamente ou intelectualmente, enquanto o outro seria *o outro*, o que apoia e cria as condições necessárias para a produção do companheiro. O que os casos reunidos por elas revelam, todavia, são os diferentes arranjos para que ambos os parceiros possam ser, ao mesmo tempo, em diferentes medidas, *significant* e *other*. Esses arranjos não indicam, é sempre bom frisar, necessariamente, divisões igualitárias

⁷ É parte importante do relato de Heloisa, por exemplo, as várias viagens acadêmicas feitas com o marido, em que, via de regra, dada a proeminência de seu companheiro no seu campo de estudos, ele era convidado como professor visitante em universidades estrangeiras e esse convite era estendido a ela, de modo a possibilitar uma estadia familiar (as filhas iam junto). Em todas essas situações, ela lembra as vantagens familiares – viagens e aprendizado de língua pelas filhas – e profissionais – contatos, acesso a bibliotecas e periódicos inexistentes no Brasil, possibilidades de diálogo com outros pensadores de sindicalismo – acrescidas.

⁸ *Significant other* é um termo bastante utilizado na língua inglesa, de caráter mais formal, para se referir ao companheiro ou cônjuge de alguém, literalmente como “seu outro especial”.

entre o trabalho intelectual e doméstico. Pelo contrário, eles contam as diferentes formas como esses afazeres foram terceirizados ou centralizados, de acordo com relações de gênero, para possibilitar a parceria de dois sujeitos criativos.

No relato “Carta a D.” (2007), o sociólogo André Gorz demonstra ter vivido um processo diferente com sua esposa Dorine, no qual a produção e trabalho intelectual dela tomavam um lugar invisibilizado em que a autoria era sempre exclusiva do marido. Ruth Perry (1984) refere-se a esse tipo de experiência de Dorine Gorz – e tantas outras *silent partners* na história do pensamento e das artes ocidentais – como a de uma *necessary other*, aquela (e muito raramente, aquele) que atua discretamente nos bastidores, criando condições objetivas, domésticas e, mesmo, intelectuais (fazendo pesquisas em arquivos, transcrevendo fichas...) para que o trabalho do companheiro possa desenvolver-se. É aquela, como a autora aponta, que aparece apenas nas dedicatórias dos livros a que poucos dão atenção⁹. Como colocou Jerusa Pires Ferreira em dado momento, é o papel da *alma que incentiva*.

Catherine Lutz (1995) afirma que a teoria, da mesma forma que a arte em nossa cultura, constrói-se a partir do ideal d’*O Artista*, da narrativa do gênio. Resquícios do período Romântico que ligariam processos criativos/productivos, intelectuais ou artísticos¹⁰ à figura de um sujeito, sempre no masculino, solitário, que, apesar de “falar do mundo, não faz parte dele”.

Há uma importante conexão entre *gênio* e *gênero* que permeia nossos ideais de produção de conhecimento. Assim, observar trajetórias intelectuais femininas, que, via de regra, descumprem esse ideal de produção solitária, e que ainda são conjugadas com a parceria com outros intelectuais, pode ajudar-nos a desatar a teia que esconde o caráter coletivo e colaborativo que todo esforço autoral possui. Assim, proponho, aqui, inspirada nos escritos de tantas outras feministas (CHADWICK; COURTIVRON, 1993; PERRY; BROWNLEY, 1984; BEHAR; GORDON, 1995), que repensemos conceitos já rotos de autonomia, singularidade e sucesso.

Fusão-Competição

Em minha primeira incursão em campo, com meus planos de pesquisa ainda incertos, tive uma conversa com a Prof^a. Heloisa Martins. Tendo como tema a carreira acadêmica, Heloisa comentou achar bom que nenhuma de suas filhas

⁹ Como ela exemplifica: “to my wife (husband), to whom I owe more than I can express” (PERRY, 1984, p. 22).

¹⁰ Se é que essa diferença pode ser facilmente articulada.

escolheu enveredar pela sociologia, seguindo seus passos e os do marido. Segundo ela, no campo universitário, tão concorrido e competitivo, existiria uma pressão muito grande sob os filhos que seguem na mesma área dos pais, tanto no sentido de terem seus trabalhos sempre comparados, quanto por serem alvo constante de comentários e acusações de nepotismo e oportunismo. Sobre isso, perguntei-lhe se esses problemas não aconteciam também com casais que dividem esse universo, ao que ela prontamente assentiu. Para ilustrar o ponto, contou-me que sua filha mais velha, como ela, também conheceu o marido na graduação e, que, atualmente, ambos trabalham em áreas distintas dentro do Departamento de Geociências da USP. Na aula de concurso da filha, o tema sorteado foi exatamente a área de especialidade do marido; de acordo com Heloisa, uma sorte por um lado – pois ela já tinha contato e conhecimento do assunto –, mas, por outro, uma situação delicada que serviu como fonte para fofocas e acusações de que o marido teria feito a aula para ela.

Demonstra-se, assim, que é no trabalho acadêmico onde, muitas vezes, a parceria endogâmica intelectual revela-se uma faca de dois gumes. Dificuldades que podemos sintetizar em termos de **fusão e competição** .

Tão presente nos argumentos de Jerusa e Heloisa é o incômodo com uma percepção comum de colegas e desconhecidos de uma suposta unidade entre o casal, de que as ideias e posicionamentos de um, normalmente do marido, se estenderiam ao outro. Essa presumida fusão não seria, obviamente, igualitária. Vemos, aqui, aquela sombra à que se refere Mariza Corrêa (2003), onde a figura proeminente do marido automaticamente obscurece trabalho, mérito e individualidade da companheira¹¹. Categoria relacional aparentemente inofensiva para muitos, “esposa de” oculta em si a pressuposição de uma relação de subordinação não apenas conjugal, mas também de produção e pensamento. Como Jerusa colocou diversas vezes, é constante por parte de observantes externos – seja por jornalistas, colegas etc. – o enquadramento do casal em um modelo tradicional de conjugalidade, colocando-a, como mulher e mais jovem, em uma posição desigual, subalterna, ou, mesmo, de discípula, mesmo sem ter nunca sido aluna de seu companheiro. Ela comenta:

O ruim é que eu tinha uma autonomia e uma personalidade conquistada a duras penas, não é, e de repente a figura dele tem uma história de luta na

¹¹ Não é incomum encontrarmos, ainda hoje, referências à Simone de Beauvoir como “a mulher de Sartre”. Um exemplo, encontrado por acidente na internet, é o trabalho de Pizzinga (2009), intitulado: “Pensamento de Jean-Paul Sartre e Existencialismo de sua mulher, Simone de Beauvoir”. Disponível em: <<http://svmmvmbonvm.org/sartresim.pdf>>.



guerra [...] enfim, **ele tem uma heroicidade... já o estatuto masculino dá ao sujeito uma proeminência. Eu me recuso a ser *mulher do Boris!* Eu sou a **companheira dele e dialogo com ele**, estou há 25 anos com ele. [...] Então eu tenho na literatura, nas artes, no meu fazer, na minha leitura de mundo a mola central, se é com Boris, melhor! Eu tenho respeito e admiração e acho que eu tenho colaborado muito na obra dele, não é, como ele colabora na minha. [...] nem eu me considero discípula do Boris, **eu me considero amiga e dialogante com ele, e não me considero discípula dele não. Porque eu tenho uma formação diferente, e se alguém tiver que ser discípulo, que sejam os dois!** (FERREIRA, entrevista em 24 de outubro de 2011).**

Além da sombra do renome (CORRÊA, 2003), o caso de Heloisa indica outros “perigos da fusão” relativos às disputas por hegemonia política intradepartamento. Em 1978, durante o concurso para efetivação de professor@s do Departamento de Sociologia da USP, seu marido havia recentemente rompido relações com dois colegas, criando um impasse na formação da banca julgadora. Heloisa, por solidariedade e concordância, alinhou-se contra alguns colegas poderosos e a favor do marido. Frente à situação, outra banca foi composta, porém, o conflito estava estabelecido e as relações entre Martins e muitos de seus colegas rompidas – status que se estendia sobre Heloisa.

[...] durante o concurso ele nem estava aí [*havia feito as provas antes para cumprir compromissos de pesquisa na Amazônia*], o dia que eu li a prova ele não estava, o dia em que eu dei aula, ele nem estava aí, entendeu. E **os comentários também ele nem ouviu, porque eu que ouvi tudo, e eu vi a reação das pessoas!** Você precisa ver o desprezo com que me trataram [...] disseram que eu tinha sido protegida pela banca, sabe, que eu já sabia de antemão qual era o resultado do concurso. [...] **Todo mundo comentou que eu tinha sido favorecida, que a banca tinha ficado intimidada pela ação do Martins, o aprovou em primeiro lugar e colocou a mulher do Martins em sétimo lugar! Quer dizer, eu não tinha tido nenhum mérito, não foi pelo meu desempenho** foi porque eu era mulher [...] (MARTINS, entrevista de 29 de março de 2011 [grifos meus]).

Em ambos os casos, essa imposição de um formato “fusional” sobre o casal por um olhar externo engendra em discursos e práticas que sublinham as diferenças individuais. Em toda sua fala, Heloisa sempre reforça que seus temas de pesquisa e referenciais teóricos eram completamente distintos dos do companheiro, que nunca cogitaram pesquisar juntos e até que não influenciaram em nada o pensamento um do outro. Para um observante externo, essas diferenças talvez não sejam tão óbvias, ou perceber-se-ia mais os pontos de encontro do que

divergências¹², todavia, elas são essenciais para que se criem identidades intelectuais individuais sólidas que possam se contrapor a essa “ameaça fusional”. Podemos entender as afirmações de individualidade como uma forma de refutar tentativas de imposição de modelos tradicionais de conjugalidade e gênero.

Como Tânia Salem (2007) aponta ao discutir o modelo do “casal grávido” em camadas médias urbanas, o ideal de conjugalidade igualitária contemporâneo pressupõe uma não hierarquização de gênero dentro da relação, onde os parceiros se encontrariam em pé de igualdade em seus direitos e deveres. Tal paridade ideal, como Maria Luiza Heilborn (2004) afirma, seria uma atualização da premissa básica do individualismo igualitário, a da recusa do englobamento limitador das potencialidades e particularidades “naturalmente individuais”.

Assim, além da fusão, a competição seria outra dinâmica igualmente nefasta de desrespeito às fronteiras individuais estabelecidas. Como coloca Nadya,

[*ela e seu companheiro*] Trabalhamos juntos, mas desde que passamos a estar juntos nunca mais trabalhamos o mesmo tema [...] **Aí sim é uma questão de sanidade.** [...] porque olhe só, quando você desbrava um tema, você está restabelecendo essa situação inaugural do pântano, certo? [...] **Se estamos ambos começando a trabalhar com radicalismo da classe trabalhadora, vamos ambos batalhar por apresentar no mesmo grupo da ANPOCS, vamos ambos batalhar por publicar na mesma revista, você está entendendo?** (GUIMARÃES, entrevista de 30 de junho de 2011 [grifos meus]).

A não competição é, aqui, um valor dado, aparentemente não problematizado ou discutido e que modela as trajetórias de cada um dos parceiros. Ela é uma regra implícita, subentendida, estabelecida uma vez que a competição nega as posições de companheirismo e igualdade tão valorizadas nas relações de conjugalidade. Como colocam Londa Schiebinger, Andrea D. Henderson e Shannon K. Gilmartin (2008), “Academic couples [...] place a relatively high premium on balance and equality in their relationships” (p. 35).

Por outro lado, como define Pierre Bourdieu, “O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial” (1983, p. 122). Assim, o antídoto para a possível competitividade, fruto da intensa convivência, seria, mais uma vez, o estabelecimento de fronteiras e diferenciações, seja em termos de cam-

¹² O foco na temática do trabalho (seja no mundo rural ou urbano), a preocupação com uma sociologia engajada e a influência do pensamento de Marx (mais ressaltada no trabalho dele do que no dela).

po de interesse, seja em termos de ênfase em certas facetas da carreira, em diferentes “perfis acadêmicos”¹³. Como coloca Nadya: “Eu acho que o problema é quando você superpõe [...] o coração das metas. Quer dizer se vamos disputar as mesmas metas no mesmo lugar, aí realmente é competição...” (GUIMARÃES, entrevista de 30 de junho de 2011). Assim, para além de temas ou referenciais teóricos, é importante, nas “estratégias de harmonia” desses casais, que haja diferentes objetivos de carreira, ou seja, que ambos não estejam atrás dos mesmos títulos, das mesmas bolsas ou dos mesmos cargos. É necessária uma microdiferenciação dentro do campo que possibilita a criação de espaços individuais que promovam uma convivência não competitiva no meio universitário, e que, assim, mitigue conflitos no espaço conjugal. Vemos, aqui, o esforço por compatibilização de duas esferas sociais com ideais amplamente incompatíveis.

Primeiro casamento e Segundo casamento

Por sua vez, essa igualdade estatutária é contraposta por uma tentativa de frisar uma complementariedade subjetiva presente no enaltecimento das particularidades individuais; a igualdade no plano formal seria “compensada” pela diferenciação, geradora de reciprocidade – ou *reverberação*, como coloca Jerusa sobre sua relação com Boris. Jerusa conta que, em seus primeiros anos em São Paulo, enquanto ainda se debatia para se adaptar ao “sul” e encontrar interlocutores que partilhassem de seus interesses e de suas leituras – de matriz russa e estrutural –, recebeu a indicação de uma amiga: “essas coisas das quais você fala, essas coisas que você lê, essa *Tipologia da Cultura...* o seu dialogante aqui é um homem chamado Boris Schnaiderman” (FERREIRA, entrevista de 24 de outubro de 2011). “*Tipologia da Cultura*”, aqui mencionado, é um livro do semioticista russo Yuri Lotman, até hoje apontado pelo casal, de forma irônica, como responsável pela união. “Nós casamos por causa de Lotman. (*risos*)” (FERREIRA; SCHNAIDERMAN, entrevista de 24 de outubro de 2011).

¹³ Defino, aqui, por perfis acadêmicos, as orientações individuais tomadas dentro da docência universitária, podendo ser focadas na pesquisa, aquisição de títulos e produção bibliográfica, no ensino e na orientação em seus diferentes estágios, na dedicação ao trabalho de extensão com a comunidade, na política acadêmica e na intenção de acúmulo de cargos e poder dentro da instituição, entre outros. É claro que não são identidades puras, e, que, juntos, esses compõem a gama de funções exigidas de um intelectual dedicado à universidade, o rodízio de cargos de chefia departamental é praxe em muitos departamentos pelo Brasil, todavia, esses perfis representam orientações, vertentes diferentemente privilegiadas no cotidiano de cada profissional.



“Nós casamos por causa de Lottman”. Frase que, mesmo dita em tom descontraído, revela uma importante característica desse tipo específico de conjugabilidade: a da necessidade da partilha de uma identidade intelectual, e, dessa forma, cultural e política. O ambiente que valoriza a troca e diálogo intelectual está estampado nos apartamentos em que vivem¹⁴, forrados de livros e obras de arte, povoado por orientandos e colegas sempre chegando e saindo.

A relação ainda trouxe, como sempre traz nesses casos, uma expansão significativa da rede intelectual de ambos. Ainda na esfera da família, há um investimento mútuo no carinho com os netos partilhados. Como ela coloca na dedicatória a Boris de seu livro *Armadilhas da memória* (2004), “a relação é uma **partilha** de territórios e descobertas”. Da mesma forma que na união de Nadya e Sérgio – segundo casamento, já com uma idade avançada, carreiras bem estabelecidas e filhos adultos da união anterior –, distâncias e fronteiras são mantidas “pelo bem das individualidades”, todavia, a cumplicidade afetiva advinda da relação conjugal é também aproveitada para o desenvolvimento de trabalhos, estudos e pesquisas e, por outro lado, é suporte para uma compreensão cotidiana dos compromettimentos e rotinas do trabalho acadêmico.

... a cumplicidade afetiva produz boas parcerias em termos do trabalho. Não é pântano de relação, não é promiscuidade. Mas a boa cumplicidade afetiva, eu acho que ela é condição para o trabalho, entende. E esse tipo de cumplicidade você tem em uma relação de companheirismo, de afeto ou de casamento. Isso é bom, **quando você tem relações emocionais intensas elas podem ser [...] colchões de cumplicidade**, e colchões de cumplicidade sempre ajudam. O suporte emocional, na divisão de trabalho. **Quer dizer, como você está próximo, você sabe o quanto custa**(GUIMARÃES, entrevista de 30 de junho de 2011 [grifos meus]).

¹⁴ Apenas com Jerusa nossos encontros se passaram em sua casa, em um bairro nobre e central de São Paulo. A casa em que vivem os professores Jerusa Pires Ferreira e Boris Schneiderman forma-se por apartamentos confortáveis em um mesmo prédio, com vista para as copas do Parque Buenos Aires e para o mosaico de centenas de janelas dos edifícios vizinhos. O apartamento do andar superior é utilizado como escritório, onde fica grande parte dos livros de Bóris. O do piso inferior é vivido como casa, onde fica a maior parte dos objetos de arte e decoração adquiridos por Jerusa e ele ao longo da vida. Este é o apartamento-lar, onde ouvem música, aconchegam-se, dormem e recebem socialmente, enquanto o do piso superior dedica-se aos estudos, aos livros, a receber colegas e alunos. Jerusa ainda possui um outro apartamento, algumas ruas abaixo, onde moravam antes e onde ainda se encontram muitos de seus livros. Atualmente, com o adoecimento de Boris, a divisão de funções dos apartamentos foi um pouco alterada: Boris, com seus seis enfermeiros que se revezam 24 horas por dia e com as dificuldades da doença, fica mais no apartamento-escritório do andar superior. Jerusa passa a maior parte do tempo lá com ele, descendo para o outro apartamento apenas para trabalhar e descansar.

Observa-se que a segunda união, na perspectiva desses casais, toma formatos muito mais reflexivos e identitários, no sentido de que envolvem um engajamento consciente com as diferenças do outro (valorizadas), e frisa a homogamia de interesses e posicionamentos. Acredito que a foto abaixo (à direita), de Boris e Jerusa sentados na escadaria de seu antigo prédio, ilustra bem meu argumento: em uma imagem espontânea e pouco posada, ambos se encontram lado a lado em uma situação informal, sentados juntos, na escada, descontraídos, parecendo conversar. Mesmo assim, ele hesita em colocar a mão no ombro dela, ao passo que ela se permite descansar o cotovelo na sua perna. A consciência e a liberdade parecem se fazer presentes na imagem. Na foto, vemos os muitos lances galgados, o que sugere cumplicidade do casal, que, em um momento de descanso, marcado pela idade, planeja como subir juntos os degraus à frente.



À esquerda: Josildeth Gomes Consorte e Renato Consorte em sua foto de casamento. Rio de Janeiro, 1959 (retirado de PACE, 2005). À direita: Jerusa Pires Ferreira e Boris Schnaiderman, São Paulo (Foto extraída de FERREIRA, FREIRE e MEIRELLES, 2008).

Já a foto à esquerda, retrato de casamento da antropóloga Josildeth Gomes Consorte com o ator Renato Consorte, de 1959, aponta para outras questões



importantes para pensar esses “primeiros casamentos”. A formalidade é a primeira diferença que salta aos olhos: a foto de estúdio, posada frente um fundo infinito para destacar o casal trajando roupas de casamento: ele de terno escuro e ela de vestido branco de noiva, simples, moderno e discreto, com apenas uma rosa na mão. Ele sentado em primeiro plano faz jus à sua fama de ator cômico, com uma expressão de quem finge bom comportamento; ela, atrás, com rosto tranquilo, descansa a mão no ombro dele como quem dá salvaguarda.

É interessante ressaltar que todas essas mulheres casaram-se pela primeira vez antes dos 30 anos, sendo em apenas um dos casos por pressão familiar. Todas se uniram por uniões civis formais, abandonando seus patronímicos familiares e adotando o nome dos esposos. Ainda, em todos os casos, o casamento levava, em diferentes graus, a família em consideração, incluindo-os nas cerimônias e decisões. Parece-me que tais características apontam para o fato de que essas uniões celebradas entre o final dos anos 1950 e começo de 1970, quando todas elas ainda davam seus primeiros passos profissionais, e seguidas, imediatamente, em todos os casos por filh@s, adotavam mais um roteiro tradicional de vida do que um projeto reflexivo particular, observado nos segundos casamentos. Josildeth, a que casou mais velha do grupo, conta que a decisão se deu pois “Já estava achando que o que queria mesmo era me casar, ter família, chegava de estar sozinha” (Entrevista de 03 de maio de 2011). Jerusa casou-se jovem, por decisão familiar. Nadya e Heloisa casaram quando eram recém-formadas com colegas de faculdade, também sem maiores explicações ou teorizações.

Como Nadya indica, essas primeiras uniões carregavam, de modo geral, o peso de harmonizar o cuidado com os filhos e a casa com o investimento profissional de cada um dos cônjuges.

Olha só: se você estabelece uma relação com alguém que se torna depois seu colega quando você é uma pessoa completamente madura, senhora do seu lugar, isso é muito diferente de fazer isso quando você está negociando o lugar no mundo, e quem está no seu lado é alguém que negocia também o lugar dele. (...) Isso foi igual com o meu primeiro marido, né, nós estávamos juntos na universidade, na verdade nós tivemos tensões muito grandes! Não estávamos no mesmo departamento, mas estávamos no mesmo mercado! E é uma coisa horrível você sair e disputar um lugar no mercado e um conseguir e o outro não. (...) A quantidade de tensão que isso colocava na vida familiar era mo-nu-men-tal! Porque tem uma coisa de reconhecimento, é claro! Todo mundo que olha de fora olha comparativamente: “que gracinha, os dois terminaram a graduação, um tá trabalhando o outro não! Um já dá aula na universidade e o outro não! Um já passou no mestrado e o outro não! Um defendeu a dissertação e o outro



não! Um está entrando no doutorado e o outro apenas está começando o mestrado!”, você está entendendo? **Isso tudo rebate aonde? Na vida familiar. Com uma força enorme!** (GUIMARÃES, entrevista de 30 de junho de 2011 [grifos meus]).

Assim, para além do tema da competição, já problematizado, encontra-se a questão objetiva e imediata do cuidado doméstico, seus arranjos e suas consequências para a produção profissional (ingresso na pós-graduação, duração de mestrado ou de doutorado, tempo para escrita e para pesquisa...). Como coloca Londa Schiebinger (2001), e como colocou Virgínia Woolf [1928] (1990) muitos anos antes, nosso ideal ascético e cartesiano de ciência pressupõe *um cientista* livre das tarefas cotidianas de cuidado e reprodução de si e do grupo familiar, alguém que possa terceirizar por completo os trabalhos da sobrevivência cotidiana de forma a se dedicar exclusivamente à “busca de conhecimento”. Como afirma Londa (2001): **“Apenas um corpo sem outros corpos dele dependentes pode ser verdadeiramente transcendente”** (p. 151). Esse ideal é assim imediatamente barrado para mulheres que, para se dedicarem a atividades intelectuais, necessitam reformular o modelo tanto de atividade intelectual quanto de cuidado doméstico, seja pelo acúmulo de tarefas, seja pela procura por uma divisão mais igualitária das mesmas.

Heloisa teve sua primeira filha em 1971, logo após ser contratada como professora do departamento de Sociologia da USP e com planos de começar um mestrado. Com a filha bebê, o marido em constantes viagens de pesquisa para o Vale da Paraíba, dando aulas para o curso diurno e noturno e seguindo as pesquisas de mestrado, Heloisa pôde contar com a ajuda de duas empregadas domésticas e, esporadicamente, da sogra e do pai. Já Josildeth, com um marido ator, trabalhando à noite e dividindo-se entre Rio de Janeiro e São Paulo, e com sua rotina de trabalho no INCRA, contava com a ajuda de sua mãe e de pajens (como ela mesma chama) no cuidado dos filhos. Articular essas redes, sempre sob a administração delas, permitia que, com as crianças sob o olhar atento de outras pessoas, elas pesquisassem, dessem aulas, escrevessem, corrigissem trabalhos...

Mesmo com essas redes, para que um parceiro passe meses fazendo trabalho de campo, longe de casa, ou se dedique quase integralmente à sua produção, para que ele renuncie à vida cotidiana em nome de um objetivo científico/criativo, como colocaria Londa Schiebinger (2001), é necessário que o outro esteja (mais) disponível para o cuidado dos filhos e da casa; para a reprodução das condições da vida cotidiana, é preciso que o outro assuma funções de um *necessary other* (BROWNLEY; PERRY, 1984), por assim dizer. E, para que esse parceiro, por sua

vez, possa dedicar-se, no dia a dia, a essas funções reprodutivas, certas limitações rapidamente se impõem em seu trabalho.

Mesmo assim, a valorização da qualidade de acordo, compromisso mútuo e responsabilidade compartilhada é muito presente no discurso sobre o cuidado com @s filh@s. Não percebo, aqui, um esforço por delegar e redividir tarefas, mas uma disposição para acumulá-las, para si. Contudo, seria errado afirmar que se trata, então, de um modelo conjugal e familiar completamente tradicional, uma vez que há uma grande diferença nos discursos: o tom não hierarquizado e de constantes conversas e acordos revela, sim, uma valorização da igualdade nessas experiências, tanto entre o casal quanto com @s filh@s, promovendo uma vida familiar e conjugal não impositiva e pouco hierarquizada, onde os pais, em diferentes intensidades, esforçam-se para respeitar as demandas e participar da criação d@s filh@s. Dessa forma, revela-se, no doméstico, uma valorização – clássica das camadas médias – da infância, da educação e da criação, em paralelo à desvalorização (ou naturalização) das tarefas de reprodução e cuidado do lar, do cozinhar, limpar, lavar, passar...

Em relação a um outro momento, experimentado igualmente por Josildeth, relativo ao zelo e atenção ao parceiro adoecido, Jerusa resume bem a relação dessas mulheres com o cuidado¹⁵:

Porque enquanto ele está lá lendo os livros dele e ficando em casa **a grande máquina da gestão de tudo sou eu**, né: máquina da gestão dos meus filhos, máquinas de gestão profissional, quer dizer, sou eu que resolvo tudo (*rindo*), contrato, tiro, faço compra... [*Antes do adoecimento de Boris*] havia um pouco mais de divisão... **mas a mulher sempre tem essa carga, ainda mais que eu sou mãe de filhos, avó de netos e essas coisas todas que fazem com que você ganhe quase que... uma outra espinha dorsal**, duas para poder

¹⁵ Parece-me importante lembrar que, apesar de ser significado, aqui, como uma capacidade feminina, o cuidado é, nesses casos, experimentado em relações que superam uma moralidade de gênero. Como observado anteriormente sobre as relações de Simone de Beauvoir e Jean Paul Sartre (BEAUVOIR, 1990) e André e Dorine Gorz (GORZ, 2008), o cuidado do parceiro é parte essencial de um roteiro de envelhecimento conjugal. Apesar do “peso social feminino” relativo a essa função e a tradicional formação de casais por homens mais velhos e mulheres mais novas, nenhuma dessas condições é regra, como o caso de André Gorz – que cuidou da esposa doente – bem demonstra. O que podemos depreender desses casos de casais de intelectuais maduros é que o cuidado não é uma função exclusiva de uma certa moralidade de gênero, mas é, também, correlato à conjugalidade, à associação espontânea baseada em valores ao mesmo tempo românticos e igualitários. O impulso por esse cuidado “vem de dentro”, como coloca Jerusa, se torna impensável não fazê-lo, uma vez que o companheirismo e a dedicação são valores fundantes para essas relações. O cuidado me parece parte essencial do companheirismo presente tanto nesse quanto em tantos outros ideais de conjugalidade.



aguentar, não é, e **para não se transformar em alguém que se acomoda diante ou seja da idade ou seja daquilo que vem** (FERREIRA, entrevista de 24 de outubro de 2011 [grifos meus]).

Máquinas gestoras de relações. Assim, o cuidado é reformulado e essencializado como uma capacidade positiva e empoderadora feminina, que “dá à mulher duas espinhas dorsais”, que possibilita sua atuação em múltiplas esferas, uma vez que é uma dedicação que não parte de uma imposição, mas de uma escolha individual.

Nomeação e renome

Há, ainda, uma articulação muito importante, presente em todas as experiências observadas, que não foi ainda problematizada: a da nomeação. Josildeth Silva Gomes se tornou Josildeth Gomes Consorte; Jerusa Castro Lima de Carvalho foi para Jerusa de Carvalho Pires Ferreira, e, mais tarde, Jerusa de Carvalho Schneiderman; Heloisa Helena Bataiola Teixeira renomeou-se Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins; Nadya Neves de Araujo passou para Nadia Araujo Catros, e, depois, Nadya Araujo Guimarães. Foram com seus “segundos nomes” que todas elas tiveram a maior parte de suas publicações e construíram suas carreiras.

Mariza Corrêa, ao analisar trajetórias intelectuais de antropólogas no Brasil na primeira metade do século XX, afirma: “Ao serem assim renomeadas [*no casamento*], essas mulheres se tornam então esposas, e passam a ser assim também consideradas pelos outros” (1995, p. 114). Através da prática do renome matrimonial, as mulheres seriam sempre esposas, sempre percebidas *em relação* à pessoa que leva aquele novo nome como seu nome próprio, o seu marido. De maneira similar, Lévi-Strauss (1997) afirma que, na França, se uma mulher viúva é conhecida como “*veuve Dummont*” é porque, quando vivo o marido, ela era “*Madame Dummont*”, ela já havia abandonado seu autônomo, seu nome próprio, por um termo que indicava sua relação com o marido. Ao casar-se, ela deixou de ter um autônomo e passou a possuir um tecnônimo, um nome eminentemente relacional.

De acordo com Pierre Bourdieu (1998), o nome próprio não veicula nenhuma informação sobre o seu portador, ele é apenas uma marca da *personalidade*, da individualidade socialmente construída à custa de uma alta abstração. O nome próprio seria, então, “um ponto fixo num mundo que se move”, uma identidade social constante e durável que garante ao indivíduo o fundamento da unidade, o fio condutor da identidade pessoal frente a “uma rapsódia heterogênea

e disparatada de propriedades biológicas e sociais em constante mutação” (p. 187) que seria a vida. Portanto, o nome é, para Bourdieu, a marca da ilusão biográfica da identidade, é a assinatura do indivíduo.

Mas o indivíduo, que aqui o autor toma de forma generalizada, é um indivíduo masculino – além de ocidental – que permanece com o mesmo nome por toda a vida. A teoria bourdiesiana de uma identidade essencial e imutável, mesmo enquanto ilusão simbolizada pelo nome próprio, me parece não condizente com as experiências dessas mulheres que são renomeadas e se renomeiam ao longo da vida.

Já o antropólogo português João de Pina-Cabral, ao analisar a nomeação em países lusófonos (2005; 2010) e as relações estabelecidas a partir desse processo, afirma, ao contrário de Bourdieu, que os nomes funcionam como marca das relações afetivas e sinalizadores emocionais. Eles indicam que relações são estabelecidas, obscurecidas ou privilegiadas pelos indivíduos nomeados. O nome, aqui, não é apenas um título imutável dado ao nascimento, ele é um código articulável com espaço para manobra para que o indivíduo nomeado aproprie-se do nome, tome-o como seu nome *verdadeiro*. Assim, temos escolha, podemos optar pelo uso do sobrenome materno em detrimento do paterno, preferir por um tempo um apelido para, mais tarde, apresentar-se pelo nome do meio. Não se trata mais de uma identidade una e constante, mas de um processo plural e em contínuo movimento de engajamento, desengajamento e reengajamento com a panóplia de possibilidades que emergem da sociabilidade cotidiana (PINACABRAL, 2010). É através dessa articulação entre ser nomeado e nomear-se, aceitar o nome dado como seu, que se localizam os discursos que atribuem, como coloca o autor português, a qualidade do nome de nome *verdadeiro*, aquele tomado para si, internalizado, que o identifica. Há, nesse processo, como ele afirma, uma ponderação ontológica (*ontological weighting*), uma pesagem das relações enaltecidas pelo nome adotado e da sua importância para o indivíduo nomeado.

Na ocasião de seu casamento com Boris, Jerusa contou ter sido impedida, pelo escrivão, de manter o nome Pires Ferreira, adquirido no matrimônio anterior, sem uma autorização do ex-esposo. Nessa situação, viu-se obrigada a assumir o nome Schnaiderman de seu novo esposo, fonte de desconforto frente à identidade étnica, religiosa e familiar que o nome acarreta e da qual ela não partilha. “Eu não sou Schnaiderman e não quero ser, entende. Conhecendo a família dele de perto eu sei que eu não sou Schnaiderman, então, para que esse **aplique falso**, não é? Eu sou Jerusa Pires Ferreira, quero ser Jerusa Pires Ferreira...” (FERREIRA, entrevista de 24 de outubro de 2011 [grifos meus]). De fato, ela continua a assinar como Jerusa Pires Ferreira, recusando o nome imposto como seu. Da mesma forma que argumenta Josildeth sobre seu nome de casada (Consorte), vemos, aqui, a construção de uma relação de verdade e identidade com o nome, pautada, principalmente, pelo tempo. O nome pelo qual “se conhecem há mais tempo” é o seu

nome de fato. Não há um saudosismo com o nome de batismo, há muito perdido, mas uma valorização do nome que tomam para si ao construírem-se como mulheres adultas e profissionais.

A troca de sobrenome na ocasião do casamento é um modo de nomeação marcado especialmente por dinâmicas tradicionais de gênero já há muito apontadas pela crítica feminista: seria uma forma de nomeação eminentemente patrilinear em que a mulher, e apenas a mulher, perderia o sobrenome materno de batismo e assumiria o sobrenome familiar paterno de outrem, pelo qual seria interpelada daí por diante. As mulheres que fossem nomeadas por essa regra teriam seu tecnônimo, para usar temos levi-straussianos, formado por suas relações com outros homens – pelo sobrenome paterno do seu pai e sobrenome paterno de seu marido, de forma a apagar as linhagens maternas.

Como já muito foi apontado (BUTLER, 1997; PINA-CABRAL, 2005), é pela interpelação de outrem, pelo uso do nome em uma convocação, que emergimos socialmente como sujeitos, sujeitos especialmente marcados por esse nome chamado, definidos por ele dentro de uma matriz identitária unitária. Dentro dessa perspectiva, essas mulheres que assumem o sobrenome de seus maridos seriam assim sempre percebidas, como aponta Mariza Corrêa (2003), como *mulheres de*, menos individualizadas, mais relacionais, uma vez que, no lugar de um nome próprio, são referidas por um nome de casada, o “nome de outrem”. Essa perspectiva me parece negligenciar as sutis – mas não menos importantes – subversões dessas regras de nomeação e as relações de apropriação que as mulheres desenvolvem com seus re-nomes.

Caso exemplar é a experiência de Nadya. Após seu casamento, no começo da década de 1970, ela deixou de utilizar seu nome de solteira – Neves Araujo – para adotar o nome Araujo Castro, não exatamente por escolha, mas, segundo ela, por uma imposição legal da época, que obrigava a mudança no nome das mulheres ao matrimônio. Para a jovem engajada, tal imposição não foi facilmente aceita, representava um espaço de tentativa de luta e barganha: se a renomeação era inevitável, que o novo nome pudesse ao menos ser escolhido. Ao invés de adotar o nome de família do pai de seu marido, adotou o Castro, materno, em homenagem à sogra com quem tinha ótimas relações. Menos de 20 anos depois o casamento acabou, mas o nome continuou; nesse entremeio, Nadya já havia publicado um número relevante de trabalhos sob a rubrica CASTRO, N. A.¹⁶, já havia “feito um

¹⁶ De acordo com seu Memorial de 2002, entre 1972 e 1997 (tempo em que utilizou o nome Castro), a autora publicou 44 trabalhos sozinha e 55 em parceria com outros autores, totalizando 99 trabalhos de diferentes tipos sob essa assinatura.



nome”, literalmente, o seu renome (CORRÊA, 1995; 2003). Por essa motivação, escolheu manter o nome de casada após a separação. Como ela conta:

Deixei o nome. E lhe falo a verdade, o nome começou a me pesar. **Quer dizer, o nome traz com você a história de relações. Nenhum nome é neutro, sobretudo porque ele não nasceu com você, quer dizer, aquele nome viveu comigo menos que vinte anos, entende, eu já tinha quase cinquenta, quarenta e muitos, né. E aí eu lhe confesso, depois de uns poucos anos eu tinha um arrependimento atroz. Eu dizia “que diabo, eu tive a oportunidade de voltar ao meu nome, e não fiz, né”. [...]** Porque às vezes você passa a página na sua vida e **tinha uma coisa que me acompanhava, e não era qualquer coisa, era a coisa que me identificava face aos outros, que era o seu nome. [...]** Quando eu casei de novo, eu não casei... no papel como a gente fala. Quando resolvemos casar de papel, um dia a pessoa que tava tramitando os papéis me perguntou **“com que nome você quer ficar?”** (GUIMARÃES, entrevista de 30 de junho de 2011 [grifos meus]).

Nessa oportunidade, Nadya colocou seus possíveis nomes na balança, ponderou-os não apenas ontologicamente, como colocaria Pina-Cabral (2010), mas, ao que me parece, sobretudo relacionalmente. Qual relação ela queria frisar com essa renomeação? Seu nome de batismo há muito lhe tinha perdido significado; com as relações com a família de origem distanciadas, o nome do segundo casamento era o que estava contente em abrir mão, restando, assim, a nova relação com Sérgio Guimarães, sublinhada e homenageada com essa escolha de nomeação.

Assim, dentro dessa estrutura cultural de nomeação, todo nome é um referencial de relações, seja ele de homem ou de mulher, casada ou solteira. Talvez o ideal, aqui, principalmente no caso dessas mulheres, fosse não falarmos de nomes próprios, referindo a uma situação perene de propriedade, mas de nomes *apropriados*, nomes que são tomados para si, feitos seus, a partir de uma equação que leva em conta o teor de escolha tido nesse processo de nomeação e o tempo vivido com o nome em questão. Assim, o nome perde sua qualidade de marca individual para se tornar um ponto em um feixe de relações, indicando escolhas e caminhos. Passamos, portanto, aparentemente, de um modelo identitário individualista para outro, da mesma forma individualista, mas, paradoxalmente, definido por esquemas de afinidades, por escolhas e por alianças.

Por fim, me parece importante indicar uma reflexão sobre o papel do nome em um campo de produção e criação autoral como é o meio acadêmico de ciências humanas, um meio em que seus indivíduos, tal qual o mundo das artes, possuem assinaturas das quais o sobrenome não pode ser jamais subtraído, pelo contrário,

ocupa o lugar principal, em caixa alta, no modelo de referência bibliográfica (ex: MORAES, F.). Assim, no campo onde essas mulheres se inserem, o nome possui ainda um duplo papel: além de “definidor” do sujeito, como mencionado acima, ele cumpre a também a função-autor (FOUCAULT, 1997), a possibilidade de inserir o escritor numa economia específica de circulação de discursos. Em seu texto “O que é um autor”, Michel Foucault demonstra como, na modernidade, passamos a não admitir o anonimato de certos textos: a autoria, seja na literatura ou na ciência, seria uma forma de reconstruir o texto por parte do leitor/crítico, uma informação que atribui credibilidade ao escrito e que o insere em uma “obra”, em um contexto maior, em um todo coerente. Contudo, o processo de escrita seria, também, um processo de “morte”, em que o autor-sujeito se esconderia, apagando do texto suas características individuais, se fazendo neutro: “a marca do escrito não é mais do que a singularidade da sua ausência” (p. 37). O autor do texto é, ao menos em aparência, exterior e anterior ao próprio texto.

Para Foucault, dessa forma, o nome, próprio e autoral, encontra-se a meio termo entre a descrição e a designação. Ele não apenas indica relações, como vimos acima, como designa – pessoas, textos, obras... Contudo, o nome não descreve/designa o indivíduo da mesma forma que o faz com a sua obra. Se digo que Nadya Araujo não nasceu na Bahia ou não é professora da USP, isso em nada muda o fato de que este é seu nome. Mas se digo que ela não escreveu o livro “Caminhos Cruzados: Estratégias de Empresas e Trajetórias de Trabalhadores” (2004), isso em muito muda seu nome de autora. Assim, o nome do autor é sempre um nome ligado ao conjunto de textos que ele nomeia. O nome do autor caracteriza, classifica seus textos, lhes dá o seu nome, mas de forma tangencial, ele corre aos limites dos textos, os bordeja e os recorta, manifestando seu modo de ser (p. 46). Seria um processo indireto em que se estabelece uma relação de homogeneidade e filiação dos textos colocados sob essa mesma rubrica, um processo de designação. Os textos não refletem exatamente o autor, mas lhe pertencem. A autoridade seria uma função de propriedade sobre determinados textos e dentro de um determinado campo.

Ora, como vimos acima, nome, filiação e propriedade não são relações estranhas à crítica feminista sobre a nomeação patrilinear. Parece-me que, se nomear alguém é inseri-lo em um determinado feixe de relações, atribuir esse nome a algo seria, também, um processo similar, que insere um texto e um pensamento em um conjunto específico de teorias e disciplinas. Dos dois lados, sempre tentativas insuficientes de dar conta da multiplicidade das experiências que fazem sujeitos e discursos. E, se, como afirma Foucault, o processo de escrita na modernidade se dá através de um jogo de esconde-esconde das características individuais do autor,



esse jogo teria, em uma de suas regras principais, a fórmula de citação sobrenome, inicial (ex: MORAES, F.), que deliberadamente oblitera o gênero do autor.

Enfim, se o nome do autor é aquele que designa um conjunto tido como coerente, como ficam as obras dessas autoras renomeadas? Se vimos que, no caso dessas mulheres, o nome as descreve a partir de escolhas e apropriações, este talvez seja o caminho para pensarmos autoridade entre sujeitas com nomes não fixos. Mas esse é ainda um caminho por ser trilhado...

Considerações finais...

Colchões de cumplicidade, pântanos de relações, fusão, competição e nomeação, relações que envolvem essas mulheres de forma holista, sem permitir separação nítida entre campos profissional e pessoal. Recorte inicial da pesquisa, a parceria intelectual revelou-se tão múltipla quanto as experiências acompanhadas. Mesmo assim, percebo que essas uniões indicam, de forma comum, uma homogeneidade profissional – fruto da intensa dedicação ao trabalho intelectual, a valorização de um projeto intelectual que transborda os muros da universidade e toma conta, em sua lógica e ideais, dos afetos e das relações familiares dele construídas.

Por fim, percebo, ainda, que as dinâmicas aqui observadas referem-se às relações conjugais *em sociedade*, como elas são percebidas, interpretadas e interpeladas por olhares de terceiros (professores, alunos, colegas de departamento...), olhares informados por ideais de gênero e relações políticas contextuais. Dessa forma, parece-me que analisar a endogamia acadêmica, tanto para homens, quanto para mulheres, aponta para caminhos essenciais na intersecção de gênero e carreiras científicas, e no campo de gênero e ciência de modo geral.

Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro”. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 1, São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, IDESP, 1989.

BEHAR, Ruth; GORDON, Deborah A. *Women writing culture*. Los Angeles: University of California Press, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: EDUNESP, 2004.

_____. *Homo Academicus*. Florianópolis: EDUFSC, 2011.

BUTLER, Judith. *Excitable Speech: A politics of performativity*. New York: Routledge, 1997.

CHADWICK, Whitney; DE COURIVRON, Isabelle (Orgs.). *Significant Others: Creativity and intimate partnership*. London: Thames and Hudson, 1993.

CONSORTE, Josildeth Gomes. *Entrevista*, 03 de maio de 2011.

_____. *Entrevista*, 07 de junho de 2011.

_____. *Memorial*. Redigido como parte das exigências para concurso de titular. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento de Antropologia. São Paulo, 1994.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003.

FERREIRA, Jerusa Pires. *Entrevista*, 24 de outubro de 2011.

_____. *Armadilhas da memória e outros ensaios*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

_____. MEIRELLES, Lucila; FREIRE, Norma. Biografia de Jerusa de Carvalho Pires Ferreira. In: *Dossiê Intermídias Jerusa Pires Ferreira*, ano 04, v. 08, 2008. Disponível em: <<http://www.intermidias.com/jerusa/>>. Acesso em: 29 nov. 2011.

_____; SCHNAIDERMAN, Boris. *Entrevista*, 24 de outubro de 2011.

FFLCH-USP. Departamento de Letras Orientais. *Outorga do Título de Professor Emérito a Boris Schnaiderman*. Administração da FFLCH-USP. São Paulo: SDI/FFLCH/USP, 2002.

FOUCAULT, M. “O que é um autor?”. In: _____. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1997.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo: EDUNESP, 2003.

GORZ, André. *Carta a D. História de um amor*. São Paulo: Annablume; Cosac Naify, 2008.

GROSSI, Miriam P. “Duas Germaines e Uma Denise: as alunas de Mauss”. In: GROSSI, Miriam Pillar; MOTTA, Antonio; CAVIGNAC, Julie (Orgs.). *Antropologia Francesa no Século XX*. 1. ed., v. 1. Recife: Massangana, 2006. p. 239-256.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. *Entrevista*, 30 de junho de 2011.

_____. *Memorial*. Apresentado ao concurso público para obtenção do título de livre docente do Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, 2002.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “O indivíduo como espécie”. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 2007. p. 215-241.

LUTZ, Catherine. “The Gender of Theory”. In: BEHAR, Ruth; GORDON, Deborah A. *Women writing culture*. Los Angeles: University of California Press, 1995.

MARTINS, Heloisa. *Entrevista*, 29 de março de 2011.

_____. *Memorial*. Apresentado à FFLCH da USP para o concurso destinado ao provimento de cargo efetivo de Professor Assistente junto ao Departamento de Ciências Sociais (conjunto de disciplinas de Sociologia). São Paulo, maio de 1978.

PERRY, Ruth; BROWNLEY, Martine Watson (Orgs.). *Mothering the mind*. New York/London: Holmes & Meier, 1984.

PINA-CABRAL, João. “O Limiar dos afetos: algumas considerações sobre a Nomeação e a Constituição Social de Pessoas”. Texto apresentado pela primeira vez como aula inaugural do PPGASUNICAMP, abril 2005.

_____. “The Truth of Personal Names”. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, Royal Anthropological Institute, v. 16, jun. 2010.

_____. “History of anthropology and personal biography”. *Anthropology Today*, v. 24, n. 6, dez. 2008.

PONTES, Heloisa. *Intérpretes da metrópole. História social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual, 1940-68*. 1. ed., v. 1, São Paulo: EDUSP, 2010. 464p.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

_____; HENDERSON, Andrea Davies; GILMARTIN, Shannon K. *Dual-Career Academic Couples: What Universities Need to Know*. Michelle R. Clayman Institute for Gender Research Stanford University, 2008.

STRATHERN, Marilyn. “The Limits of Auto-Anthropology”. In: JACKSON, A. (Org.). *Anthropology at Home*. London: Tavistock, 1987. p. 16-37.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1990.



Quadro 1 – Formação e atuação

	Josildesth Gomes Consorte	Jerusa de Carvalho Pires Pereira	Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins	Nadya Araujo Guimarães
Ensino Médio	Curso Normal Escola Normal do estado da Bahia	Curso Clássico Instituto Feminino da Bahia Colégio Estadual da Bahia	Curso Normal	Curso Clássico Colégio de Aplicação da UFBA
Graduação	Geografia e História (UFBA - 1952) "Iniciação Científica" em Antropologia com o Professor Thales de Azevedo, um semestre extra de formação na Escola de Sociologia e Política (São Paulo)	Letras (UFBA - 1955), curso interrompido inúmeras vezes por exigências familiares. Cursa disciplinas isoladas na Universidade de Lisboa e forma-se em 1966 (UFBA)	Ciências Sociais - Iniciação Científica - com o Professor Azis Simão (1964)	História e Ciências Sociais (UnB), Diversas monitorias e iniciações científicas nas áreas de História e Sociologia Política (1971)
Mestrado	Pós-Graduação em Antropologia (Universidade de Columbia - EUA) sob orientação do Professor Marvin Harris, iniciada em 1953 e interrompida em 1955	Mestrado em História Social (UFBA), sob orientação do Professor José Calasans (1972-1977)	Especialização em Sociologia do Trabalho, concluída em 1965. Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Azis Simão (1971-1975)	Como auxiliar de ensino na UnB, começa o Mestrado em Sociologia sob orientação do Professor Gláucio Ary Soares e, posteriormente, da Professora Barbara Freitag (1971-1974)
Doutorado	PhD pela Universidade de Columbia, interrompido pela falta de apoio da CAPES. Doutorado em Ciências Humanas (PUC-SP), sob orientação da Professora Carmen Junqueira (1973)	Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia Social (USP), sob orientação do Professor Rui Coelho (1977-1980)	Doutorado em Sociologia (USP), sob orientação do Professor Azis Simão (1979-1987)	Doutorado em Sociologia pela Universidade Nacional Autônoma de México (UNAM), sob orientação do Professor Ruy Marini (1976-1983)
Principais atividades profissionais	Professora Primária antes da Graduação e assistente de pesquisas etnográficas durante a Graduação. Já formada, foi pesquisadora do Departamento de Antropologia da PUC-SP em 1966, onde ensina até hoje.	Tornou-se Auxiliar de Ensino do Departamento de Letras da UFBA em 1967. Em 1984, foi contratada pelo Departamento de Editoração da USP. Em 1993, migrou para o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, onde leciona até hoje.	Foi funcionária e diretora do DIEESE (1965-1967). Em 1968, tornou-se Professora do Departamento de Sociologia da USP aposentando-se em 2003, mas envolvida com atividades docentes até 2011. Foi, também voluntária do CEDI de 1978 a 1994.	Auxiliar de Ensino do Departamento de Ciências Sociais de 1971 a 1973. Em 1974, entra para a Sociologia da UFBA, onde se torna Professora Adjunta em 1983, aposentando-se em 1996. Nesse mesmo ano, começou seus trabalhos no CEBRAP. Em 1999, tornou-se Professora do Departamento de Sociologia da USP, onde segue lecionando.
Maior titulação	Doutora em Antropologia (PUC-SP - 1973)	Livre Docente em Comunicação (USP - 1988)	Doutora em Sociologia (USP - 1986)	Livre Docente em Sociologia (USP - 2002)

Obs.: as datas que aparecem no Quadro, ao lado das instituições universitárias, correspondem ao ano de formação de cada uma delas.



Quadro 2 – Conjugalidade, família e arranjos domésticos

Nome (casada)	Josilideth Gomes Consorte (desde 1959)	Jerusa de Carvalho Pires Pereira (desde 1956) Jerusa de Carvalho Schneiderman (desde 1986, mas não utilizado)	Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins (desde 1967)	Nadya Araujo Castro (de 1973 a 1999) Nadya Araujo Guimarães (desde 1999)
Estado civil	Viúva	Casada (segundo casamento)	Casada	Casada (segundo casamento)
Perfil do companheiro	Renato Consorte: ator de cinema, TV e teatro. Paulista de origem italiana, seis anos mais velho que a esposa. Casaram-se em 1959 no Rio de Janeiro.	Primeiro marido: engenheiro baiano de família abastada. Companheiro atual: Boris Schneiderman, judeu polonês radicado no Brasil desde a infância, especialista em literatura russa e teoria da tradução. Fundador do curso de Russo da USP. 21 anos mais velho que a esposa. Casou-se com Jerusa em 1986.	José de Souza Martins: sociólogo uspiiano de origens proletárias, colega de graduação de Heloisa. Três anos mais velho que a esposa, casou-se em 1967.	Primeiro marido: colega da UnB, especialista em Planejamento Urbano. Companheiro atual: Antônio Sérgio Guimarães, sociólogo baiano, orientando de mestrado de Nadya e seu colega de pesquisa e departamento de tempos da UFBA. Migraram juntos para a Sociologia da USP (ele entrou dois anos antes dela). Da mesma idade que a esposa, casou-se “no papel” em 1999.
Filh@s e Net@s	Filho mais velho: músico Filho do neto: artista Filha caçula: bióloga casada com um ator inglês. Dos três netos, dois vivem no exterior.	Três filh@s do primeiro casamento e quatro net@s.	Duas filhas. Psicóloga e Professora do Departamento de Geociências da USP, respectivamente. Um neto.	Uma filha e um filho do primeiro casamento e cinco net@s.
Arranjos domésticos	Quando os filhos eram bebês, Josilideth seguiu trabalhando, tendo o auxílio de ‘pajens’ e da mãe, que foi morar com o casal. Quando se mudaram para São Paulo, tornaram-se vizinhos das irmãs de Renato, dividindo um pouco do cuidado. A mãe e empregadas domésticas continuaram a auxiliá-la. A participação do companheiro era limitada e pouco cobrada.	Durante os primeiros anos dos filhos, Jerusa afastou-se (ou foi afastada) da faculdade e do trabalho para ser “mãe e esposa em tempo integral”. Em um cenário burguês, tinha vários empregad@s doméstic@s e a participação do marido também não era colocada em questão. Hoje ela e Boris partilham, em termos, do cuidado e carinho prestados aos seus netos.	Durante a gravidez e parto das filhas, Heloisa contou com a ajuda do pai, da sogra e das vizinhas, uma vez que a maior parte do tempo o marido se encontrava em pesquisa de campo. Na infância das filhas, teve, ainda, a ajuda de empregadas domésticas e babás. Mesmo assim, assume uma posição muito participativa e envolvida na criação das filhas, preocupando-se em dar uma educação igualitária a elas. A participação do marido é valorizada neste aspecto, mas, mesmo assim, se dá com uma intensidade muito menor, sendo de maior responsabilidade e dedicação dela.	Foca muito pouco no nascimento e criação dos filhos em sua fala, mas dá a entender que a divisão de cuidado recebeu pouco auxílio familiar, apoiando-se mais na ajuda de empregadas domésticas, como as outras informantes. Atualmente, ajuda @s filh@s com @s net@s.

“RE-INVENTING THE ‘F’ WORD-FEMINISM”: GÊNERO, MUSEUS E MUSEOLOGIA



Julia Moura Godinho
Miram Pillar Grossi

Gênero, feminismo & arte

There is to me something hateful, sinister, sickening in this heaping up of art treasures, this sentimentalising over the beautiful, while the desecration and ruin of bodies of women and little children by lust, disease, and poverty are looked upon with indifference.

Ethel Smyth¹

Em abril de 1913, três mulheres do movimento sufragista inglês – Lillian Forrester, Annie Briggs e Evelyn Manesta – foram acusadas de danificarem a marteladas os vidros de proteção de treze grandes e valiosas pinturas da *Manchester Art Gallery*. O ato, que advogava a favor do sufrágio universal, resultou na detenção das três mulheres, que foram levadas à prefeitura a serem interrogadas. Ao longo dos anos 1913 e 1914, registrou-se uma série de ataques aos museus e galerias inglesas – *National Gallery*, *National Portrait Gallery*, *British Museum* e *Royal Academy* – com propósitos similares ao caso da *Manchester Art Gallery* (LEVIN, 2010, p. 2 [tradução nossa]). Iconoclastas, as sufragistas promoviam ataques sobre imagens clássicas que retratavam a ideal beleza das mulheres, que, por sua vez, assimilavam as mulheres a meros objetos culturalmente adormecidos e incapazes

¹ Disponível em: <<http://www.manchestergalleries.org/the-collections/wonder-women/>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

de serem sujeitos atuantes. Ideários bastiões do conservadorismo e imagens de cunho político também foram alvos, como os retratos do Rei George V e o Duque de Wellington. Em sua autobiografia, Emmeline Pankhurst – que fora condenada a três anos de servidão penal um dia anterior ao ataque à galeria em Manchester por incitar a queima de prédios –, condenou “os aspectos empresariais e materialistas dos museus públicos, percebendo que grande parte da autoridade das instituições decorre de sua capacidade de promulgar imagens cuidadosamente controladas” (LEVIN, 2010, p. 2 [tradução nossa]).

Passados mais de setenta anos, surge, em 1985, o coletivo artístico feminista norte-americano, *Guerrilla Girls*, no bairro SoHo, em Nova York. Formado em reposta à exposição *An International Survey of Recent Painting and Sculpture*, no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA), que apresentou 169 artistas, dos quais apenas 13 eram mulheres. O grupo então se dedicou, e continua a se dedicar, à luta contra as desigualdades raciais e de gênero no mundo das artes. Em outro levantamento, realizado em 1989, apenas 5% do acervo do MoMA foi produzido por mulheres artistas, enquanto 83% das imagens de mulheres eram representações do nu feminino². Imerso no contexto das lutas antirraciais e no surgimento dos movimentos sociais a partir das décadas de 1960 e 1970, desde seu surgimento, o coletivo se atentou à questão da invisibilidade de artistas negras/os, fato este que permeou grande parte de seus trabalhos sempre de forma a interseccionar leituras raciais e de gênero³. Utilizando do humor como um dispositivo para atentar a sociedade para tais lacunas nas instituições culturais, dados como esses serviram como base para protestos verbais e visuais, principalmente em grandes painéis espalhados pela cidade. Como o coletivo desejava permanecer anônimo, decidiu-se por adotar nomes de mulheres artistas já falecidas. Tal decisão ocorreu em uma de suas primeiras entrevistas à imprensa, data que coincidiu com a morte da artista Georgia O’Keeffe. Segundo o coletivo, este ato serviria como uma maneira de reforçar a presença de mulheres artistas na história da arte⁴.

Desde então, a autointitulada “consciência do mundo da arte” (GIRLS, 1998, p. 7) continua a realizar levantamentos e protestos sobre a ausência e invisibilidade

² Disponível em: <<http://www.guerrillagirls.com/posters/images/venice/VenicewallF600.jpg>>. Acesso em: 01 jul.2013. Em 2012, as Guerrilla Girls atualizaram estes dados, e apontaram que em 2012 os números estão ainda mais baixos: menos de 4% de artistas no MoMA são mulheres. Disponível em: <<http://www.artgallery.nsw.gov.au/collection/works/150.2014.88/>>. Acesso em: 17 maio 2016.

³ No primeiro ano de *ativismo*, o coletivo lançou um pôster em que apontou para o fato de que, de todas as galerias comerciais na cidade de Nova York, apenas quatro exibem peças feitas por mulheres negras – sendo que somente uma galeria exhibe mais de uma peça. Disponível em: <<http://www.guerrillagirls.com/projects>>. Acesso em: 17 maio 2016.

⁴ Disponível em: <<http://www.guerrillagirls.com/interview/index.shtml>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

das mulheres em instituições culturais; analisar e apontar as atividades de críticos e curadores sobre mulheres artistas; e publicar estatísticas que explicitam as desigualdades raciais e de gênero dentro de tais espaços. Não se restringem somente ao mundo das artes, atentando, também, para outras questões políticas – como a Guerra do Golfo, casos de estupro e o direito ao aborto – e para a discriminação econômica no âmbito museal⁵. No entanto, após sucessivos anos de tours, palestras, oficinas e exposições, as *Guerrilla Girls* e encontram cada vez mais assimiladas pelas próprias instituições as quais criticavam. E, apesar da inegável contribuição desempenhada pelo grupo até os dias atuais, o próprio coletivo aponta, nos dias atuais, como os números permanecem iguais, ou até mesmo mais baixos.

Desde o surgimento dos movimentos feministas contemporâneos, no final da década 1960, inspirados nos movimentos dos direitos civis e antiguerra, as análises que partiram das críticas e historiadoras da arte feminista se basearam no modo em que as instituições e discursos artísticos organizaram as dinâmicas sociais e subordinaram as mulheres aos homens artistas. Já no começo da década de 1970, as artistas feministas voltaram suas produções ao ativismo político – centrado nas experiências individuais e coletivas das mulheres – que questionava a exclusão sistemática das mulheres no campo artístico e “[...] desafiava os valores de uma história masculinista da arte heroica que, por coincidência, foram produzidos por homens, e tinham tão poderosamente transformado a imagem da mulher em uma de posse e consumo” (CHADWICK, 2002, p. 8 [tradução nossa]).

Questionamentos prementes que foram trazidos à tona durante o chamado feminismo de segunda onda também se fizeram presentes no mundo das artes. Enquanto movimento social e teoria, o Feminismo se prestou a desestabilizar o mito da genialidade e canonicidade do mundo da arte, mostrando como, ao longo da história, o acesso das mulheres ao treinamento artístico foi dificultado, senão impossibilitado em alguns casos. Como resultado da negação ao treinamento, as mulheres artistas eram vistas como artesãs, ou artistas apenas por lazer, resultando, assim, na atribuição de qualidades ligadas aos estereótipos de características das mulheres, como “delicado”, “decorativo”, “amador”, entre outros.

Ademais, as primeiras análises feministas no campo das artes buscaram igualar as mulheres artistas aos ditos “grandes mestres”, acabando por reforçar os estereótipos em relação à diferença sexual do fazer artístico ocidental ao afirmar

⁵ Em 2014 e 2015, por exemplo, as *Guerrilla Girls* advogaram sobre a baixa remuneração de trabalhadores/as do *Guggenheim Museum*. No mesmo período, junto ao movimento *Occupy Museums*, realizaram uma série de ações para trazer à luz as precárias condições de trabalho na filial do *Guggenheim Museum* em Abu Dhabi. Disponível em: <<http://hyperallergic.com/203794/breaking-may-day-occupation-at-guggenheim-closes-museum-guggoccupied/>>. Acesso em: 17 maio 2016.



que havia grandes mulheres artistas que se destacavam e podiam se igualar aos homens artistas. A diferença relacional de gênero, expressa por oposições como a inferioridade/superioridade, é significativa quando analisada a partir do sistema de valores culturalmente definidos. Desta relação, é possível pensar no modo em que este sistema binário opera relacionalmente no mundo das artes, observando que “a categoria ‘mulher artista’ permanece instável, seus significados sendo fixados apenas em relação aos paradigmas masculinos dominantes de arte e feminilidade” (CHADWICK, 2002, p. 10 [tradução nossa]).

Ao perguntar “por que não tem havido grandes mulheres artistas?” (Ver NOCHLIN, 1971), atentamo-nos às lacunas na história da arte. Porém, por outro lado, as tentativas de resposta nada fazem para questionar tais suposições implícitas na pergunta. Ao contrário, reforça-se as implicações negativas ao tentar respondê-la, pois se utiliza de valores de um sistema artístico que insiste em excluir mulheres artistas. E mais, por que insistir em dizer “mulheres artistas”, enquanto, para os homens artistas, não se utiliza tal classificação, referindo-se a eles apenas como artistas? São tantos *os artistas, grandes mestres*, que nos referimos apenas por um nome, como *Michelangelo, Botticelli, Goya, Delacroix, Picasso, Pollock*. A lista é extensa. Podemos dizer que os nomes de *mulheres artistas* são igualmente familiares?

Segundo Linda Nochlin (Ver NOCHLIN, 1971), a questão da equidade das mulheres no campo artístico não depende da boa vontade dos homens artistas de as incluírem nesse campo, muito menos do desenvolvimento da concepção essencializante de uma arte propriamente feminina. Ademais,

deve-se evitar a armadilha de “resgatar” mulheres artistas relegadas ao longo da história, mostrando ora como se igualam aos “grandes mestres”, ora como não foram suficientemente apreciadas. O problema reside, justamente, no entendimento do que seja a arte, bem como entender a natureza das estruturas institucionais que a sustenta (GODINHO, 2014, p. 69).

As hierarquias imbuídas nas lógicas de produção e representação artísticas mantêm a concepção da arte como expressão individual. Há pouco tempo, o conceito de “gênio” artístico foi estudado objetivando ser desconstruído enquanto uma prerrogativa masculina ligada aos conceitos de individualidade, prodigalidade e transcendentalidade. Desta maneira, investigações feministas buscaram pôr em xeque as categorias que reforçam a diferença sexual na produção, circulação e consumo artístico. Encara-se, então, a arte não como uma atividade autônoma exercida por um indivíduo superdotado, influenciado por seus mestres antecessores, e, depois, em um segundo plano, mais superficial, por seu contexto

social; mas, sim, resultante tanto do processo de constituição da/o artista, quanto da qualidade de sua produção – ambos os fatores mediados e determinados por instituições sociais específicas e definíveis.

Como anteriormente mencionado, até o final do século XIX, as mulheres enfrentavam o acesso restrito ao treinamento formal nas instituições de belas artes e nos ateliês, e a improbabilidade de patrocínio para aprender e desenvolver técnicas artísticas. Nos dias atuais, o ensino acadêmico e o patrocínio são componentes de um sistema que opera sobre diferentes plataformas, onde galeristas, colecionadores, críticos e instituições museológicas amparam e investem em determinados artistas de acordo com critérios neste mesmo meio estabelecidos e legitimados. Por esta razão, os processos contemporâneos de circulação e consumo da arte, embora sob outras formas, ainda reforçam marcadores sociais da diferença⁶. Cynthia Freeland afirma que:

Poderíamos dizer que as condições sociais em muito mudaram para facilitar maior participação feminina nas artes e maior reconhecimento dos méritos de mulheres artistas. Porém, algumas pessoas podem suspeitar que se tenha diluído ou alterado velhas noções de grandeza e genialidade (FREELAND, 2003, p. 88 [tradução nossa]).

A partir da crítica feminista sobre os cânones artísticos, aponta-se para duas das abordagens mais comuns que desafiam a exclusão das mulheres no campo organizado por estes cânones. A primeira, utilizada pelas *Guerrilla Girls*, se aproxima ao método “*add women and stir*” (adicione mulheres e agite), que busca incluir as mulheres dentro dos cânones da dita alta cultura. Já a segunda abordagem propõe uma revisão crítica da própria noção de cânone. Busca-se desvelar as relações de poder e dominância que, ao formular os sistemas canônicos, criam falsa objetividade e valor que regem a produção artística. As duas abordagens se mostram efetivas quando se analisa o impacto causado pela crítica feminista na história e teoria da arte. Fruto dessas críticas pode-se apontar, por exemplo, a crescente inclusão de mulheres artistas em livros didáticos de história da arte e a recuperação das biografias e produções sobre mulheres artistas ao longo da história.

⁶ Leilões de arte são exemplos de espaços onde estas diferenças são mais nítidas e usufruem de maior legitimidade. Seguindo a lógica dos processos contemporâneos, quanto mais reconhecido for um artista – ou seja, quanto mais prestígio tem no campo artístico –, maior será o preço de venda de suas obras. Um trabalho do coletivo *Guerrilla Girls* revelou que, por uma obra de Jasper Johns, vendida por U\$17.7 milhões, o comprador poderia ter adquirido 67 obras de renomadas artistas como Mary Cassatt, Artemisia Gentileschi, Frida Kahlo, Paula Modersohn-Becker, Louise Nevelson e Elisabeth Vigée-Lebrun (TALLMAN, 1991, p. 22).

Pinacoteca do Estado de São Paulo⁷

A fundação da Sociedade Propagadora da Instrução Popular – organização privada sem fins lucrativos –, por Carlos Leôncio da Silva Carvalho e 131 sócios beneméritos em 1873, marcou os primeiros indícios da criação da mais antiga instituição museológica do Estado de São Paulo dedicada às artes plásticas. Nove anos depois, sob a influência do pensamento positivista, que entendia a arte e a produção como agentes do progresso, a Sociedade Propagadora da Instrução Popular fora convertida no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Por iniciativa de Cardoso de Almeida, então secretário do Interior e da Justiça, a Galeria de Pintura do Estado foi inaugurada em uma sala cedida pelo Liceu de Artes e de Ofícios, no dia 24 de dezembro de 1905, na Avenida Tiradentes – uma área aristocrática de chácaras residenciais –, e contou com 26 quadros transferidos do Museu Paulista. A “Pinacotheca do Estado” foi regulamentada pela Lei nº1271 – redigida pelo deputado José de Freitas Valle, do Partido Republicano Paulista, no dia 21 de novembro de 1911.

Ao longo de sua criação, o museu se encontrava imerso na dinâmica de transformação da cidade de São Paulo – uma das maiores metrópoles do mundo –, e contava, então, com 250 mil habitantes, resultado da ação modernizante promovida pelas elites paulistas no final do século XIX. Já no início da década de 1930, a cidade somava 850 mil habitantes. Esse crescimento exponencial da população corria paralelo ao aumento do acervo do museu: já nos meados da década de 1930, a Pinacoteca contava com cerca de 500 obras. Um importante fator que desencadeou este aumento foi a criação do Pensionato Artístico do Estado de São Paulo, decretado em 22 de abril 1912.

Ao longo dos anos que seguiram a sua criação, a Pinacoteca foi se estabelecendo dentro dos parâmetros da arte burguesa, conformada no estilo acadêmico dos salões de arte. Observamos, no entanto, que, ao longo das dezessete gestões⁸ da instituição, das consecutivas mudanças de endereço⁹ e o minguado número de

⁷ Os dados que seguem sobre a Pinacoteca do Estado de São Paulo foram coletados em 2012 no contexto do projeto de pesquisa “Táticas de Guerrilla: Antropologia, Feminismo e Arte nos Museus”, desenvolvido dentro do quadro do programa institucional de bolsas de Iniciação Científica do Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC) por Julia M. Godinho, com orientação da Dra. Miriam Grossi.

⁸ Durante o desenvolvimento desta pesquisa, o 17º diretor, Marcelo Mattos de Araújo, após dez anos na direção da instituição (2002-2012), deixou o cargo para assumir a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, substituindo Andrea Matarazzo.

⁹ Foi somente durante a gestão de Maria Alice Milliet, em 1990, que a Pinacoteca inteiramente ocupou o edifício na Avenida Tiradentes. Três anos mais tarde, iniciou-se uma ampla reforma do

visitantes nos meados do século XX, um novo compromisso político no campo museal reavivou tanto o escopo de atuação da Pinacoteca, quanto assistiu a um aumento significativo do acervo. Ilustrativa destas iniciativas inovadoras que reafirmavam a intenção pedagógica inicialmente estabelecida pelo Liceu foi o projeto Pinacoteca Circulante (1952-1971) – que, sob a direção de Túlio Mugnaini, realizou mais de cem exposições e percorreu cerca de setenta cidades do interior exibindo uma seleção de obras consagradas da instituição (ver CAMARGOS, 2011).

A exposição de longa duração: *Arte no Brasil: uma história na Pinacoteca do Estado de São Paulo* ocupa todo o segundo andar do edifício na Avenida Tiradentes e está dividida em onze salas expositivas, e em outras quatro que abrigam exposições temporárias. Após um restauro do prédio, em 2010, abriram-se as portas para a exposição em outubro 2011. Enquanto projeto multidisciplinar, a exposição é resultado de um longo processo de avaliações por parte do quadro de funcionários, do público e de especialistas convidados, e também se tornou possível com a colaboração do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, da Fundação Crespi Prado e da Coleção Arte da Cidade do Centro Cultural São Paulo (ARAÚJO et al., 2011, p. 2). Marcando um avanço em relação às ações educativas em espaços museológicos, a Pinacoteca deu forma à Sala de Leitura, à Sala de Interpretação, à Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras e à proposta *Arte em Diálogo*, que incorpora artistas modernas/os e contemporâneas/os à exposição, dialogando com obras do acervo a fim de provocar novas leituras das mesmas e com a coleção no geral.

A exposição reúne 326 obras¹⁰ – apresentadas em uma diversidade de pinturas, gravuras, desenhos, fotografias e esculturas – e se propõe a representar mais de 300 anos de produção artística, indo desde o período colonial – debruçando-se sobre a imagem e o imaginário visual do Brasil, levando, principalmente, em conta, as produções dos artistas viajantes entre os séculos XVII e XIX –, até os meados da década de 1930, com a formação de um sistema artístico no país que apresentava uma característica distinção entre “belas artes” e “arte moderna”.

Inspirados pelo manifesto teórico-político do coletivo *Guerrilla Girls*, realizamos um levantamento¹¹ do acervo artístico da Pinacoteca do Estado de São Paulo – disponibilizado integralmente para consulta no site da instituição –, e

museu conduzida por Paulo Mendes da Rocha. Disponível em: <<http://www.usp.br/espacoaberto/arquivo/2007/espaco78abr/0cultura02.htm>>. Acesso em: 17 maio 2016.

¹⁰ Este número é resultado da coleta de dados feita nos dias 6 e 7 de julho 2012 na Pinacoteca do Estado de São Paulo.

¹¹ Realizado no dia 1 de maio 2012. Disponível em: <<http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/default.aspx?c=acervo&mn=545&friendly=acervo-artistico>>.

constatamos que, no momento da coleta de dados, o acervo artístico possuía 9467 obras; e, destas obras, 340 eram de autoria (ou coautoria) indefinidas. Destarte, optamos, por fins da pesquisa, utilizar apenas as obras com autoria identificada, ou seja, 9127. Das obras identificadas, observamos que 2027 das obras no acervo artístico são de mulheres artistas, ou seja, 22% do acervo, sendo que 796 são da artista carioca Renina Katz. Em relação às/aos 1424 artistas que produziram estas 9127 obras, 235 são mulheres.

Passando, então, a verificar de que maneira as questões de gênero apareciam na exposição de longa duração “Arte no Brasil: uma história na Pinacoteca do Estado de São Paulo”, realizamos um levantamento da mesma, de acordo com o gênero da/o artista. Os resultados estão reunidos no gráfico 1. Contata-se que, das 326 obras reunidas na exposição, apenas 13 foram feitas por mulheres artistas, enquanto 291 foram feitas por homens, e 22 obras não possuem autoria identificada – muitas sendo de cunho religioso.

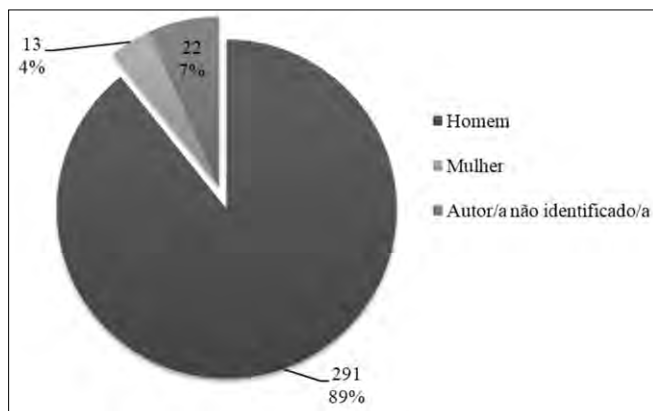


Gráfico 1 – Produção por gênero da exposição *Arte no Brasil: uma história na Pinacoteca de São Paulo*

Pode-se conferir, a seguir, a relação das treze obras das mulheres artistas na exposição *Arte no Brasil: uma história na Pinacoteca de São Paulo*. As treze obras das mulheres artistas se encontram nas salas expositivas “Os Artistas Viajantes”, “O Ensino Acadêmico”, “Os Gêneros de Pintura”, “A Pintura de Gênero”, “Das Coleções para os Museus”, e “O Nacional na Arte”. Tanto a obra de Carmela Gross, quanto a de Marilá Dardot foram incorporadas à exposição através da proposta “Arte em Diálogo”. A partir deste levantamento, observa-se que a presença de mulheres artistas nas salas “A Tradição Colonial”, “A Criação da Academia”, “A Academia no Fim do Século”, e “Um Imaginário Paulista” é nula.



As obras que constituem a tabela foram produzidas entre o final do século XIX até a década de 1930, com exceção das obras de Carmela Gross e Marilá Dardot. Estas artistas, que, em sua maioria, provinham de famílias (brasileiras e estrangeiras) conservadoras e tradicionais, receberam treinamento artístico formal e haviam, muitas vezes, viajado para fora do país. A obra *Saudades de Nápoles*, da artista francesa Berthe Worms, por exemplo, transferida do Museu Paulista para a Pinacoteca em 1905, foi uma das 26 primeiras obras a fazerem parte do acervo da instituição recém-criada.

Até os meados do século XX, os artistas das academias de belas artes buscavam aperfeiçoar suas técnicas através da incorporação e aprimoramento das características da arte da Antiguidade greco-romana. Para desenvolver estas características, o estudo do nu era imprescindível para auxiliar o desenho da figura humana. No entanto, por muito tempo, as mulheres estavam expressamente proibidas de frequentar aulas de desenho com modelos-vivos, fato este que, sistematicamente, excluía mulheres do ensino acadêmico das artes e as impedia de desenvolver suas técnicas artísticas.

Com a institucionalização do ensino acadêmico, estabeleceram-se exposições e premiações de práticas artísticas. Neste contexto, algumas artistas, como Anita Malfatti, foram para o exterior através do Pensionato Artístico¹² para desenvolver sua produção artística aos moldes das escolas de belas artes europeias. Como rigorosa exigência do Pensionato, a artista haveria que doar à Pinacoteca uma cópia de um quadro célebre, e outra obra original¹³. Antes mesmo de passar uma temporada estudando em Paris, Malfatti havia passado um período de três anos na Europa¹⁴, trazendo consigo, na volta ao Brasil, técnicas e pensamentos modernistas não característicos de sua época. No entanto, suas expressões modernistas não foram bem recebidas por todos. Encontramos no artigo de Monteiro

¹² O Pensionato Artístico do Estado de São Paulo, instituição criada em 22 de abril de 1912 pelo Governo paulista através do decreto n. 2.234, concedia bolsas para as cidades de Roma e Paris. As/os artistas beneficiadas/os recebiam passagens aéreas e uma mensalidade ao longo dos cinco anos de pensionato (VALLE, 2006).

¹³ “Em obediência ao regulamento, a pintora doaria *Les glaneuses*, cópia de Jean-François Millet, e *Femmes d’Alger*, cópia de Eugène Delacroix. Mas, em lugar de *Ascensão de Lázaro*, a tela de maior dimensão concluída por ela em Paris, ofereceu *Tropical*, pintada em 1917 e que nada tinha a ver com sua estadia como pensionista. Sua escolha baseou-se no boato de que o Estado compraria o quadro de temática religiosa, e Anita, que sempre lutara com dificuldades financeiras, preferiu destinar a tela à venda, enquanto depositava *Tropical* para cumprir as exigências do Pensionato” (CAMARGOS, 2007, p. 44).

¹⁴ Após a morte de seu pai – o engenheiro italiano Samuel Malfatti, que sustentava a família – Anita lutou duramente contra as dificuldades financeiras. Seu tio e padrinho, o engenheiro Jorge Krug, então financiou uma viagem à Alemanha, onde a artista se envolveu cada vez mais com a pintura.



Lobato, *Paranoia ou Mistificação? A Propósito da Exposição Malfatti*, publicado no jornal O Estado de S. Paulo em 20 de dezembro de 1917, uma perfeita ilustração de como a vanguarda dividiu opiniões e causou incômodo no pensamento conservador brasileiro. O quadro *Tropical*, de Malfatti, que fora exposto na segunda exposição individual da artista, *Exposição de Pintura Moderna – Anita Malfatti*, foi o estopim da crítica de Lobato, embora este não houvesse comparecido à exposição. No artigo, Lobato incita que:

Há duas espécies de artistas. Uma composta dos que vêm normalmente as coisas e em consequência disso fazer arte pura, guardados os eternos rythmos da vida, e adoptados para a concretização das emoções estheticas, os processos clássicos dos grandes mestres. Quem trilha por esta senda, se tem gênio. [...] A outra espécie é formada pelos que vêm anormalmente a natureza, e interpretam na á luz de theorias ephemeras, sob a sugestão estrábica de escolas rebeldes, surgidas cá e lá como furúnculos da cultura excessiva. São produtos do cansaço e do sadismo de todos os períodos de decadência: são frutos de fim de estação, bichados ao nascedoiro. Estrellas cadentes, brilham um instante, as mais das vezes com a luz do escândalo, e somem-se logo nas trevas do esquecimento¹⁵.

Nos primeiros dias de sua exposição, a artista havia vendido oito quadros, porém, após a crítica de Lobato, influente escritor da época, seus quadros foram devolvidos, alguns danificados a bengaladas. A crítica deixou marcas na artista, que depois de então passou a produzir naturezas-mortas após iniciar estudos com o pintor acadêmico Pedro Alexandrino¹⁶.

Dentro das ações modernizantes das cidades, durante o final do século XIX e início do século XX, travaram-se discussões sobre os rumos que a arte brasileira deveria tomar. Em uma rica diversidade cultural, modernistas como Oswald de Andrade e Mário de Andrade desempenharam um papel fundamental na formulação de uma arte propriamente nacional. Os quatro gêneros artísticos até então vigentes na arte acadêmica – a pintura histórica, o retrato, a paisagem e a natureza-morta – começaram a dar lugar para uma arte que refletisse a dinâmica mudança dos centros urbanos, o cotidiano e a diversidade das classes sociais da época. No cenário brasileiro, os quatro gêneros consagrados “[...] perderam espaço

¹⁵ Trechos retirados de *O Estado de S. Paulo: Caderno 2*, 01 de dezembro, 1989, p. 52. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19891201-35211-nac-0052-cd2-10-not>>. Acesso em: 01 jun. 2013. A grafia original do artigo foi mantida.

¹⁶ O Estado de S. Paulo: *Caderno 2*, 11 de dezembro, 1986, p. 81. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19861211-34291-nac-0081-cd2-5-not>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

paulatinamente para cenas de interiores domésticos, representações de dramas morais e obras que davam relevo a valores simples da vida rural” (ARAÚJO et al., 2011, p. 57).

Durante o processo de formação e consolidação de um novo mercado artístico, o país passava por grandes transformações. O anseio do moderno e um mais avançado planejamento social e cultural fez com que o Estado começasse a instrumentalizar as cidades a fim que estas passassem a se moldar e a se transformar em grandes metrópoles. Coleções de obras artísticas passaram a se aglomerar no início do século XX e passaram a ocupar grandes salões de arte e a equipar museus recém-criados. Estas coleções se destacavam pela incorporação de obras de artistas estrangeiras/os e lotes de doações feitos por famílias tradicionais que desempenhavam um importante papel no mecenato das artes vanguardistas, e, principalmente, do desenvolvimento do novo tecido urbano. Sinal dos tempos modernos, os museus acompanharam o avanço vanguardista da esfera cultural. A própria pintora Tarsila do Amaral, passando dificuldades financeiras, foi apresentada ao conservador da Pinacoteca do Estado por seu amigo Júlio Prestes, para realizar um projeto de catalogação das obras do museu e elaborar um plano de reforma de maneira a aproximar a instituição da frente das novas manifestações artísticas que iriam, em muito breve, dinamizar a cidade de São Paulo. O projeto foi submetido à Pinacoteca sob o ofício da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, de 02 de maio 1930 (ver CAMARGOS, 2011).

Desde sua institucionalização nos moldes modernos, o museu se assentou enquanto um espaço androcêntrico por excelência. Enquanto resultado e instrumento da edificação do campo científico ocidental, desempenhou um papel fundamental em promulgar noções como nacionalidade, colonialidade e masculinidade na sociedade. O início e os meados do Século XX foram marcados pela abertura e popularização dos museus e assistiram a um incipiente processo de feminilização, onde o ato de visitar museus de arte e coleções históricas passou a ser uma atividade social de lazer e educação para as mulheres e crianças (ver LEVIN, 2010). Durante este processo, diversas mulheres foram imprescindíveis no desenvolvimento científico na virada do século XX (ver SCHIEBINGER, 2001), porém, se observa que muitas desempenharam um papel secundário e pouco reconhecido, muitas vezes trabalhando voluntariamente em museus como assistentes de renomados pesquisadores. Ao desenrolar da segunda metade do século XX, observamos a equiparidade entre o número de homens e mulheres trabalhando em instituições museais (ver BLAKE, 1999 e TURNER, 2002). No entanto, as áreas dominadas pelas mulheres são aquelas ligadas a setores estereotipicamente feminilizados, como a educação, enquanto os homens se concentram mais na alta administração (ver GODINHO et al., 2015).

Conclusão

Mais do que uma contribuição para a história da arte no Brasil, um exercício de museologia social e uma prática de ação educativa responsável, a exposição *Arte no Brasil: uma história na Pinacoteca São Paulo* é um passo decisivo no compromisso do museu de tornar realidade o direito individual de cada cidadão brasileiro de ter acesso efetivo a seu patrimônio cultural preservado¹⁷.

A ausência de mulheres artistas em salas que retratam temas como a época colonial, a criação da academia, e o imaginário paulista diz muito em termos de representatividade e história oficial. Cabe indagar por que as mulheres não foram retratadas nestes importantes períodos. Embora a narrativa tecida pela Pinacoteca não tenha indicado qualquer preocupação em retratar a contribuição de mulheres artistas na consolidação de uma tradição artísticas no Brasil, ou até mesmo na composição de um cenário cultural no país, é nítida a presença das mulheres ao longo dessa história. Comparável à *História da Arte*, a presença das mulheres é sabida, no entanto, os discursos hegemônicos não tornam visíveis essas narrativas. A partir deste levantamento, é possível observar uma quantidade significativa de trabalhos produzidos por mulheres artistas. Cabe, então, trazer essas obras à tona e apontar de que maneira foram fundamentais no estabelecimento do acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo e da arte brasileira em geral.

Intervenções que sucederam a abertura da exposição *Arte no Brasil* certamente pavimentaram uma leitura de gênero acerca da exposição e até mesmo da história da instituição de maneira a efetivamente realizar uma arte em diálogo. Marco desta abertura, fora inaugurado no dia 13 de junho 2015 a exposição *Mulheres Artistas: As Pioneiras (1880 – 1930)*, com curadoria de Ana Paula Simioni e Elaine Dias¹⁸.

As complexidades que a ótica de gênero implica na história e teoria da arte mostram a relevância de suas contribuições. Ademais, o movimento feminista na arte, surgido nos meados da década de 1960, compreendeu esforços e conquistas de mulheres artistas em retratar a vida e experiências das mulheres, alterando as formas de percepção da arte contemporânea e dando visibilidade às mulheres artistas. A emergência e a organização deste movimento como um movimento so-

¹⁷ Disponível em: <<http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/default.aspx?c=1071>>. Acesso em: 17 maio 2016.

¹⁸ Próximo à Pinacoteca, o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) inaugurou no dia 12 de novembro de 2015 a exposição “Um jogo de chá nunca é apenas um jogo de chá”, da artista Carla Zaccagnini, que retratou os ataques promovidos pelas sufragistas britânicas às obras de arte de museus britânicos, como mencionado no início deste artigo.

cial de resistência e empoderamento se estabeleceu no espaço público não somente para reivindicar seus direitos de ocupar plenamente este espaço, questionando e propondo alterar as relações de poder imbuídas nos fundamentos da produção e circulação da arte contemporânea, como também de promoção de uma revisão da história da arte de da produção artística a fim de trazer uma maior visibilidade às mulheres que se inseriam nesse campo.

Baseadas nesta análise, percebemos que o movimento feminista tem influência na arte e nas novas ondas do pensamento museológico que surgem nos meados do século XX. No entanto, observamos que há pouca bibliografia brasileira sobre a relação entre museus, museologia e feminismo. E, mais especificamente, vemos que, a partir do levantamento realizado na Pinacoteca, as discussões travadas há quarenta anos na historiografia feminista da arte parecem não ter tido impacto na representatividade das mulheres nos museus, pois ainda permanecem pouco visíveis e problematizadas nestas instituições.

A produção intelectual e militante feminista, que se volta para uma visão crítica do modo em que se fundamenta a cultura ocidental, permite, também, o surgimento de novos atores sociais e paradigmas teórico-práticos que influenciam a museologia. Tal constatação parte do princípio de que a articulação dos estudos interdisciplinares de gênero com a museologia contribui para deslindar as assimetrias de gênero na consolidação deste campo científico, reexaminando e reestruturando o modo em que sujeitos são representados nas instituições museais.

Referências

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. “Museologia: correntes teóricas e consolidação científica”. *Museologia e Patrimônio*, v. 5, p. 31-54, 2012.

ARAÚJO, Marcelo Mattos de; MESQUITA, Ivo; PICCOLI, Valéria; HANNUD, Giancarlo. *Arte no Brasil: uma história na Pinacoteca do Estado de São Paulo*. Guia de visitação. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011.

BATISTA, Marta Rossetti. *Anita Malfatti no tempo e no espaço*. São Paulo: IBM Brasil, 1985.

CAMARGOS, Márcia. “A Pinacoteca em Oito Tempos: um ensaio histórico”. In: ARAÚJO, Marcelo; CAMARGOS, Márcia (Orgs.). *Pinacoteca: a história da Pinacoteca do Estado de São Paulo*. São Paulo: Artemeios, 2007.

CHADWICK, Whitney. *Women, Art, and Society*. 3. ed. Londres: Thames & Hudson Ltda., 2002.

'DEEDS not words': Suffragettes and the Summer Exhibition. Disponível em: <<http://www.royalacademy.org.uk/ra-magazine/blog/deeds-not-words-suffragette-action-at-the-summer-exhibition,420,BAR.html>>. Acesso em: 29 jul. 2013.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. *Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro*. 1. ed. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2003.

FREELAND, Cynthia. *Art Theory: a very short introduction*. Nova York: Oxford University Press, 2003.

GODINHO, Julia Moura. "Mulheres Artistas em Revolução: museologia, feminismo e arte". *Cadernos NIGS*, Florianópolis, 2014. (Série Pesquisas)

GODINHO, Julia; LOPES, Thainá; DAMASCENO, Wagner. A presença das mulheres nos cursos de museologia e nos museus brasileiros. In: 1º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA 2015, 2015, Lisboa. *Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional das Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa 2015*, 2015. p. 5499-5506.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. "Museologia e Museu". In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. v. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2011.

GUERRILLA Girls Bare All: an interview. Disponível em: <<http://www.guerrilla-girls.com/interview/index.shtml>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

GUERRILLA GIRLS. *The Guerrilla Girls' Bedside Companion to Western Art*. Londres: Penguin, 1998.

INSTITUTO ANITA MALFATTI. Disponível em: <<http://www.institutoanita-malfatti.com.br/>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

LEVIN, Amy. *Gender, Sexuality and Museums: A Routledge Reader*. Londres: Routledge, 2010.

NOCHLIN, Linda. "Why Have There Been No Great Women Artists?". *ARTnews*, p. 23-39, jan. 1971.

SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo Mudou a Ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

TALLMAN, Susan. "Guerrilla Girls". *Arts Magazine*, n. 65, p. 21-22, abr. 1991.

VALLE, Arthur. "Pensionistas da Escola Nacional de Belas Artes na Academia Julian (Paris) durante a 1ª República (1890-1930)". *19&20*, Rio de Janeiro, v. I, n. 3, nov. 2006.

WONDER Women: Radical Manchester. Disponível em: <<http://www.manchestergalleries.org/the-collections/wonder-women/>>. Acesso em: 29 jul. 2013.



Artista	Sala Expositiva	Obra	Procedência
Carmela Gross (1946 -)	Os Artistas Viajantes	<i>Nuvens</i> , 1967	Doado pela artista, 1980
Anita Malfatti (1889 - 1964)	O Ensino Acadêmico	<i>Femmes d'Alger dans leur appartement</i> , 1928	Doação da artista em cumprimento à Lei do Pensionato Artístico, 1929
Tarsila do Amaral (1886 - 1973)	O Ensino Acadêmico	<i>Estudos (nus femininos)</i> , 1923	Doado pela família da artista, 1973
Tarsila do Amaral (1886 - 1973)	O Ensino Acadêmico	<i>Estudos (nus femininos)</i> , 1923	Doado pela família da artista, 1973
Georgina de Albuquerque (1885 - 1962)	Os Gêneros de Pintura	<i>Dama</i> , 1906	Doação James Li, 2001
Georgina de Albuquerque (1885 - 1962)	A Pintura de Gênero	<i>Cabeça [Retrato de senhora]</i> , 1907	Transferência, 1911
Berthe Worms (1868 - 1937)	A Pintura de Gênero	<i>Saudades de Nápoles</i> , 1895	Transferência, Museu Paulista, 1905
Berthe Worms (1868 - 1937)	A Pintura de Gênero	<i>Canção sentimental</i> , 1904	Incorporada ao acervo em 1911
Henriette Morizot (1881 - 1940)	Das Coleções para os Museus	<i>Paisagem</i> , s.d.	Doação Sophia Dumont Villares da Silveira Cintra, 1964
Henriette Morizot (1881 - 1940)	Das Coleções para os Museus	<i>Paisagem</i> , s.d.	Doação Sophia Dumont Villares da Silveira Cintra, 1964
Georgina de Albuquerque (1885 - 1962)	Das Coleções para os Museus	<i>No Cafézal</i> , 1930	Compra Governo do Estado de São Paulo, 1951
Marilá Dardot (1973 -)	Das Coleções para os Museus	<i>Tratado</i> , 2009	Não especificado
Anita Malfatti (1889 - 1964)	O Nacional na Arte	<i>Tropical</i> , 1917	Doação da artista em cumprimento à Lei do Pensionato Artístico, 1929

UM OLHAR SOBRE O PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO



Betina Stefanello Lima

O objetivo deste trabalho, apresentado durante a “Jornada Gênero e Ciências” na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é analisar os dados iniciais do Prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”¹ nas categorias do Ensino Superior e Pós-Graduação. A análise aqui apresentada é introdutória, uma vez que a pesquisa não está finalizada.

Esta premiação constitui uma das três ações do “Programa Mulher e Ciência”, que foi implementado em 2005, resultado de uma parceria entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Educação (MEC), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e a ONU Mulheres.

O modelo do Prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero” foi inspirado no Prêmio “Jovem Cientista”. Seus objetivos são similares: impulsionar jovens talentos na carreira científica e fomentar uma determinada temática. Como no Prêmio “Jovem Cientista”, as categorias envolvem estudantes em diversas etapas de sua formação: no Ensino Médio, Graduação e Pós-Graduação. Assim, foi formatado, a partir da compreensão de que premiação é um instrumento para despertar os/ as jovens para a carreira científica, bem como para atribuir visibilidade e impulsionar um determinado campo, no caso do Prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”, o campo interdisciplinar de “mulheres, relações de gênero e feminismos”.

¹ Este artigo é parte da pesquisa realizada para a tese no Doutorado no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob orientação de Maria Conceição da Costa e coorientação de Maria Margaret Lopes.

A premiação é anual e, no ano de 2013, está em sua nona edição. O Prêmio pode ser dividido em duas grandes vertentes: uma voltada para o Ensino Superior e Pós-Graduação e outra dirigida para o Ensino Médio. Os estudantes do Ensino Superior e Pós concorrem com o envio de artigos científicos de pesquisas realizadas sobre temas relativos ao campo de estudo das mulheres, relações de gênero e feminismos e os estudantes do Ensino Médio enviam redações também associadas à temática. As escolas encaminham projetos pedagógicos com vistas à promoção da igualdade de gênero.

Apesar de estas duas divisões permanecerem ao longo da história do prêmio, as categorias do Ensino Superior e Pós-Graduação propriamente ditas foram alteradas duas vezes: em 2007 e 2009. Conforme quadro abaixo, há três blocos de categorias que foram utilizados ao longo do período. Além das mudanças de categorias no Ensino Superior, em 2009, também houve a inclusão da categoria “Escola Promotora da Igualdade de Gênero”, em que são enviados projetos pedagógicos que contemplem as questões de gênero.

Quadro 1 – Categorias ao longo das edições do Prêmio

		Edição/Ano		
		2005/2006	2007/2008	2009/2010/2011/2012/2013
C A T E G O R I A S	Estudante do Ensino Superior		Graduado	Estudante de Graduação
	Estudante de Pós-Graduação		Estudante de Graduação	Graduado, Especialista e
	Estudante do Ensino Médio		Estudante do Ensino Médio	Estudante de Mestrado
				Mestre e Estudante de
				Doutorado
				Escola Promotora da
				Igualdade de Gênero
				Estudante do Ensino Médio

As categorias relativas ao Ensino Superior e Pós são consideradas todas as categorias utilizadas desde 2005 pelo Prêmio: 1) Estudante do Ensino Superior; 2) Estudante de Pós-Graduação; 3) Estudante de Graduação; 4) Graduado; 5) Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado e 6) Mestre e Estudante de Doutorado. Ao longo do histórico, a premiação, a categoria “Estudante de Pós-Graduação” foi detalhada a fim de criar uma categoria para já mestres e estudantes de Doutorado. Com a criação da categoria “Graduado, Especialista, Estudante de Mestrado”, foi possível, também, que os/as já graduadas e especialistas pudessem concorrer. Com as novas categorias, buscou-se ampliar a participação

no Prêmio como torná-la mais justa em termos de concorrência. A modificação das categorias sinaliza que o Prêmio está em processo de construção com vistas a estar mais bem adequado aos seus propósitos.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é o principal responsável pela análise dos artigos científicos enviados pelos estudantes da Graduação, Pós-Graduação, e graduados/as, enquanto a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) é a principal encarregada pelo julgamento das redações e dos projetos pedagógicos das escolas.

A premiação de estudantes de Ensino Superior e Pós-Graduação está claramente associada ao propósito de visibilizar e fomentar os estudos sobre mulheres, relações de gênero e feminismo em suas diversas abordagens e temas, além de estimular as/os ganhadoras a prosseguirem na carreira científica nesta área. Nota-se que o Prêmio, até o momento, não determina um ou mais temas para inscrição dos trabalhos por edição, assim há uma vasta gama de possibilidades temáticas para envio dos artigos e das redações.

A segunda vertente tem por finalidade difundir a temática de gênero para um público amplo – para os/as estudantes de Ensino Médio e nas escolas. A ampliação da discussão no ambiente da escola é uma estratégia em contribuir para a formação de pessoas com compreensão sobre as desigualdades de gênero. Considera-se que o entendimento das questões de gênero contribui para uma sociedade mais equitativa, ou seja, que a compreensão sobre diferença sexual seja desnaturalizada e não sirva para gerar desigualdade.

O Prêmio tem se consolidado e recebido um número significativo de inscrições. Destaca-se, também, que os parceiros têm investido em estratégias de divulgação da premiação: envio de *folders* e cartazes para escolas, órgãos governamentais, veiculação na mídia, lançamentos regionais em eventos da SPM e do CNPq. Desde 2005, o número total de inscrições – em todas as categorias – já soma 24833 trabalhos enviados. A Oitava edição teve um aumento expressivo de inscrições em todas as categorias. Na categoria “Mestre, Estudante de Doutorado”, o número de inscrições foi cerca de três vezes maior. O quadro 2 mostra o número de inscritos por edição e por categoria:

Quadro 2 – Número de inscrições por edição e por categoria (2005-2012)

Categoria	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total por categoria
Estudante do Ensino Médio	1270	1284	620	2299	2976	3951	3376	4100	19876
Estudante de Graduação ²	141	154	171	218	265	197	203	304	1653
Graduado	-	-	420	485	-	-	-	-	905
Estudante de Pós-Graduação	176	207	-	-	-	-	-	-	383
Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado	-	-	-	-	283	267	218	417	1185
Mestre, Estudante de Doutorado	-	-	-	-	156	145	122	237	660
Escola Promotora da Igualdade de Gênero	-	-	-	-	17	12	46	76	151
Total por Edição	1587	1645	1211	3002	3697	4572	3965	5134	24813

Neste trabalho, a proposta é refletir sobre os resultados do Prêmio nas categorias escolhidas por meio da análise de um breve panorama geral da premiação. Também serão analisados os perfis dos/as premiados/as. A importância deste estudo consiste na tentativa de contribuir com a reflexão sobre o impacto do Prêmio no campo de estudos de mulheres, relações de gênero e feminismos³.

É importante destacar que, no meio científico, a distribuição de prêmios é amplamente utilizada como forma de atribuir reconhecimento ao pesquisador/a e ao resultado de uma determinada pesquisa. O reconhecimento é o principal vetor na carreira dos/as cientistas na medida em que atrai outras oportunidades⁴

² Para elaboração desta tabela, foram agrupados na nomenclatura Estudantes de Graduação os Estudantes do Ensino Superior das edições de 2005 e 2006.

³ Esta nomenclatura foi decidida na reunião ampliada do Programa Mulher e Ciência, realizada em 14 de junho de 2005, sobre o campo temático. Segundo a ata desta reunião: “Uma discussão de fundo se deu em relação ao próprio caráter do encontro. Ficou definido ser, este, o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa sobre Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos. O tema “masculinidades” ficou incorporado/inserido/incluído em/nas “relações de gênero”. Da mesma forma, aí estariam incluídos os estudos sobre “sexualidades”. Afirmou-se a importância de se manter “relações de gênero, mulheres e feminismos” por estas palavras, estes conceitos, expressarem as diferentes formas de inserção neste amplo e diversificado campo do conhecimento”.

⁴ Sobre a centralidade do reconhecimento na carreira científica, ver Bourdieu (1983), em que o autor propõe um modelo de funcionamento do sistema de troca no campo científico onde as moedas a serem acumuladas são reconhecimento e autoridade.

e tende a gerar um ciclo de recompensas, a exemplo do estudo emblemático sobre os laureados da proeminente premiação do sistema científico: o Prêmio Nobel. Seus trabalhos ganham mais publicidade, são mais citados e, mesmo quando estão classificados como últimos na sequência de autores de um artigo, ainda assim, a comunidade tenderá a atribuir o resultado da publicação ao que já possui maior prestígio. Este mecanismo de acumulação de reconhecimento foi apresentado por Merton (1977), de Efeito Mateus, inspirado na frase bíblica: “Ao que tem, se lhe dará e terá em abundância; mas ao que não tem, será tirado até mesmo o que tem”. A pesquisa sobre os/as laureados/as no Prêmio Nobel que o inspirou a nomear este mecanismo foi realizada por Harriet Zuckerman, sua esposa. Em nota de rodapé, Merton admite, tardiamente, que o artigo deveria ter sido publicado em sua coautoria. Margaret Rossiter (1993), ao pensar sobre a participação e (in)visibilidade das mulheres nas ciências⁵, propõe o *efeito Matilda*, que enfatiza o outro lado do mecanismo, ou seja, a retirada de capital científico das menos capitalizadas.

Dada a importância do reconhecimento no sistema científico, as premiações têm sido utilizadas como instrumentos não só para impulsionar jovens cientistas na carreira científica, como, também, para visibilizar e fomentar determinados temas e áreas do conhecimento.

Pode-se pensar em dois tipos de resultados, que estão interligados: 1) o efeito campo: trata dos resultados da existência de uma premiação para uma determinada área, ou seja, o aumento de sua visibilidade, a indicação de que esta área está em destaque, o fomento à formação de recursos humanos para um determinado tema; 2) o efeito indivíduo: versa sobre o impacto da premiação na carreira científica do/a agraciada, onde o reconhecimento e visibilidade possibilitam o acesso a outros capitais científicos.

Segundo divulgado na página do CNPq⁶, este órgão é pioneiro na concessão de Prêmios no Brasil. Em 1978, foi instituído o primeiro prêmio: “Prêmio José Reis de Divulgação Científica e Tecnológica”⁷. Em 2013, o CNPq possuiu 8 (oito) prêmios. Pode-se considerar que os prêmios de maior amplitude do Conselho são o Prêmio Jovem Cientista⁸ e o Prêmio Álvaro Alberto⁹. As duas premiações são

⁵ Sobre a construção da invisibilidade das mulheres nas ciências, ver Lopes e Costa (2005).

⁶ Fonte: <http://www.cnpq.br/web/guest/premios;jsessionid=687FCF36AC187FB92A3EFF700BCF831C>. Acesso em: 18 jun. 2013.

⁷ O objetivo desta premiação é “premiar pesquisadores, escritores, jornalistas, veículos de comunicação e instituições que contribuem para a divulgação da ciência e da tecnologia para o grande público”. Fonte: <http://www.premiojosereis.cnpq.br/>. Acesso em: 18 jun. 2013.

⁸ Para mais informações, consultar <http://www.jovemcientista.cnpq.br/>.

⁹ Para mais informações, consultar <http://www.premiojosereis.cnpq.br/>.

concedidas em dois momentos opostos da carreira científica: o primeiro impulsiona jovens e potenciais talentos entre estudantes do Ensino Médio, Graduação e Mestre e Doutores. O Prêmio Jovem Cientista é anual e a cada edição elege um tema a ser premiado. Este ano, por exemplo, é a gestão da água. Além de estimular jovens talentos para pesquisa, também fomenta determinadas áreas do conhecimento.

Já o Prêmio Álvaro Alberto, que recebe o nome do primeiro presidente do CNPq, atua em outro momento da carreira científica por consistir na escolha de pesquisadores com relevante contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico. Há um revezamento de grande área do conhecimento a cada edição. Além de receber um diploma e uma medalha, o/a vencedor/a também ganha, em dinheiro, o valor de R\$ 200 mil, concedido pela Fundação Conrado Wessel. É importante destacar que, entre 43 agraciados com o Prêmio Álvaro Alberto, somente duas pesquisadoras foram agraciadas: Maria Izaura de Queiroz (Sociologia) e Maria Conceição Tavares (Economia).

Apesar do crescimento da participação feminina¹⁰, as mulheres cientistas continuam tendo menor visibilidade que seus colegas. A menor representatividade de mulheres premiadas não é um fenômeno estritamente nacional. Em recente estudo sobre premiações nos Estados Unidos, constatou-se que, ainda que o número de mulheres elegível tenha aumentado, há uma proporção muito maior de homens premiados. O artigo também discute medidas para aumentar o número de premiadas, tais como: a formação equitativa em termos de representatividade entre homens e mulheres nos comitês de julgamento e a discussão com o comitê e antes do julgamento sobre vieses implícitos de gênero (LINCOLN; ANNE et al., 2012).

Dados Gerais – Um Panorama sobre as Edições

Sobre Sexo

Conforme é possível constatar no quadro a seguir, a maioria do público do Prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero” é do sexo feminino. A participação feminina, no período 2007-2012¹¹, entre todas as categorias, gira entre 66 e 71%.

¹⁰ As mulheres têm sido maioria nas bolsas de formação como iniciação científica, mestrado e doutorado. No caso das bolsas de pós-doutorado do CNPq, o percentual de bolsas concedido ao sexo feminino passou de 36%, em 2001, para 57%, em 2012, segundo a tabela 2.9.1, disponível na página do CNPq: <http://www.cnpq.br/web/guest/series-historicas>. Acesso em: 04 out. 2013.

¹¹ Este período foi escolhido como amostra também por ser o período onde é possível levantar os dados sobre raça/cor das/os inscritos/as.



Quadro 3 – Percentual de inscrições por sexo e por edição

Edição	Feminino	Masculino
2007	70,36%	29,64%
2008	71,12%	28,88%
2009	66,88%	33,13%
2010	66,67%	33,33%
2011	68,05%	31,95%
2012	68,70%	31,30%

A maior participação feminina pode ser considerada um reflexo da configuração da área de gênero – formado por uma maioria do sexo feminino. Esta característica remonta a própria constituição do campo, uma vez que as questões sobre as mulheres foram inseridas no universo científico por meio da atuação das feministas que também eram intelectuais¹² (PINTO; CELI, 2003).

Sobre Raça/Cor

O formulário de inscrição no Prêmio disponibilizou o campo para autodeclaração de cor/raça segundo as categorias existentes no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 2007, a partir da terceira edição do Prêmio. A inclusão deste campo permitiu constatar a expressiva participação, na inscrição, de pardos e pretos no Prêmio em todas as categorias. A inclusão dos critérios cor/raça no Prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero” foi extremamente inovadora, pois foi o primeiro formulário do CNPq a incorporar tais questões. Até o momento, nenhuma outra premiação do órgão incluiu estes itens. Em 2013, após uma negociação entre Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial (SEPPIR), houve a inclusão, no currículo Lattes, dos itens nos moldes do IBGE com o acréscimo da opção “não desejo declarar”.

A inclusão dos itens referentes à cor/raça permitiu o levantamento quanto à participação da população negra no Prêmio. Os dados a seguir nos permitirão perceber que o Prêmio conta com um percentual significativo da população negra e que excede sua atual representatividade no Ensino Superior e Pós-Graduação.

¹² Mariza Corrêa (2001) traz um rico relato sobre seu percurso enquanto feminista que se entrelaça com a própria formação do campo de estudos de gênero.

Quadro 4 – Percentual de inscrições por raça/cor entre as/os Estudantes do Ensino Médio (2007-2012)

Edição	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informada
2007	3,55%	52,10%	4,68%	30,65%	9,03%	-
2008	2,13%	59,94%	1,39%	27,45%	6,00%	3,09%
2009	1,92%	60,89%	0,60%	26,81%	6,89%	2,89%
2010	2,30%	60,34%	0,63%	28,70%	5,47%	2,56%
2011	2,16%	62,62%	0,74%	26,33%	5,98%	2,16%
2012	2,07%	56,85%	0,46%	32,02%	7,20%	1,39%

A categoria estudantes do Ensino Médio é a que mais recebe inscrições, correspondendo a aproximadamente 80% (oitenta) do total de inscritos/as. O total de participação de negras/os (soma de pretos e pardos), no período de 2007 a 2012, girou em torno do percentual mínimo de 33% e máximo de 39%.

Quadro 5 – Percentual de inscrições por raça/cor entre as/os Estudantes de Graduação (2009-2012)

Edição	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informada
2009	3,02%	52,83%	1,51%	31,32%	7,17%	4,15%
2010	2,54%	47,21%	1,02%	32,49%	13,20%	3,55%
2011	0,49%	55,17%	0,49%	22,66%	14,78%	6,40%
2012	0,99%	48,03%	0,33%	31,25%	15,13%	4,28%

A participação negra ainda cresce entre os/as estudantes de graduação, cujo percentual de inscritos/as, no intervalo de 2009-2012¹³, estava em torno de 37% a 46%, maior do que na categoria do Ensino Médio. Uma das possíveis razões a serem elencadas para este número representativo é a consequência das políticas de cotas implementadas durante o período do governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Durante o governo do Presidente Lula, medidas substantivas foram realizadas para o enfrentamento das desigualdades de caráter étnico e racial: foi criada a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, e foi aprovada

¹³ Este período foi escolhido porque são as edições onde as categorias permaneceram as mesmas, permitindo realizar o histórico e a comparação.

a Lei 10.639, que insere a disciplina História da África e Cultura Afro-Brasileira no currículo do Ensino Fundamental e Médio. Também houve incentivo à implementação de ações afirmativas nas universidades públicas. Ainda que este estímulo não tenha se concretizado em uma estrutura normativa, duas estratégias principais foram tomadas para inclusão social e racial no Ensino Superior: 1) financiamento para estudantes de baixa renda no Ensino Privado (programas PROUNI¹⁴ e FIES¹⁵) e 2) aumento de vagas nas universidades federais. O governo Dilma representou uma continuidade na luta contra as disparidades sociais e raciais. Em 2012, foi aprovada a Lei 12.711, vulgo lei de cotas, que dispõe da obrigatoriedade das instituições federais de educação superior reservarem 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas. Metade dos 50% das vagas também foi reservada aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior 1,5 salário mínimo. Também será computado o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do IBGE¹⁶.

Quadro 6 – Percentual de inscrições por raça/cor entre as/os Graduados, Especialistas e Estudantes de Mestrado (2009-2012)

Edição	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informada
2009	2,12%	57,60%	0,00%	23,67%	12,01%	4,59%
2010	0,75%	58,43%	0,75%	24,34%	13,48%	2,25%
2011	1,38%	53,21%	0,46%	26,15%	14,22%	4,59%
2012	0,72%	51,32%	0,48%	29,02%	15,83%	2,64%

O número de inscrito/as autodeclarados/as pretos/as e pardos/as na categoria “Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado” também é significativo. No período selecionado, a variação foi de 35 a 44%.

¹⁴ Programa Universidade para Todos.

¹⁵ Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior.

¹⁶ Para um histórico sobre a política de ações afirmativas, ver Feres et al. (2012).

Quadro 7 – Percentual de inscrições por raça/cor entre os/as Mestres e Estudantes de Doutorado (2009-2012)

Edição	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informada
2009	0,00%	64,10%	1,92%	19,87%	10,26%	3,85%
2010	2,07%	55,86%	0,00%	22,76%	14,48%	4,83%
2011	0,00%	55,74%	0,00%	27,87%	9,84%	6,56%
2012	0,00%	62,45%	0,84%	21,52%	11,39%	3,80%

O percentual da participação negra decresceu nas categorias Mestres e Estudantes de Doutorado e está em torno de 30-37%, mas, ainda assim, este número é significativo. Os números apresentados são ainda mais impressionantes se comparados com os dados sobre nível de instrução e raça/cor divulgados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos¹⁷ (CGEE):

Quadro 8 – Participação (percentual) de cada cor ou raça na população por nível de instrução/2010

Nível de instrução	Branca	Parda	Preta	Indígena	Amarela
Ensino Superior	73,18	20,96	3,76	0,12	1,97
Mestrado	79,18	15,7	3,11	0,16	1,84
Doutorado	82,9	12,21	2,36	0,2	2,33

Percebe-se, segundo os dados do CGEE, que, enquanto a população branca aumenta na medida em que o nível de instrução cresce, com a população negra acontece o inverso: quanto maior o nível de instrução, menor os percentuais entre pardos/as e pretos/as.

É possível considerar alguns fatores para a significativa participação negra nos Prêmios, como, por exemplo, as já citadas políticas de ações afirmativas implantadas na última década. Também é possível associar esta participação à identificação com o tema, que sugere que a abordagem do trabalho inscrito contemple as intersecções de classe social, raça e etnia¹⁸. Outro fator que con-

¹⁷ Fonte: Mestres 2012: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira.

¹⁸ Texto divulgado no site: “O **Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero** consiste em concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos, dirigido a estudantes de Ensino Médio, Graduação, Pós-Graduação e Escolas da Educação Básica na área das relações de gênero, mulheres e feminismos, contemplando suas intersecções com as abordagens de classe social, geração, raça, etnia e sexualidade”. Disponível na página: <http://igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html>. Acesso em:

sidero influente neste processo é a inserção de imagens de jovens negros/as no material de divulgação do Prêmio em todas as suas edições.

Perfil dos/as Premiados/as

Sobre sexo

Por meio da análise sobre os dados dos premiados nestas categorias, percebe-se que a maioria dos estudantes premiada/o é do sexo feminino, cerca de 77%, o que corresponde, segundo o Quadro 9, a 37 mulheres do total de 48 agraciadas/os. A maior parte dos homens premiados – 6 do total de 11 estudantes – encontra-se nas categorias referentes à Graduação (Ensino Superior e Graduação). Considera-se que estes números refletem o campo em que a maioria dos/as pesquisadores é composta por mulheres. O panorama da premiação também está de acordo com os números da demanda.

Quadro 9 – Distribuição por sexo dos autores/as premiados/as nas categorias relativas ao Ensino Superior e Pós no segundo ano do Prêmio

Ano da Edição	Feminino	Masculino
2005	4	2
2006	6	0
2007	5	1
2008	4	2
2009	2	4
2010	5	1
2011	5	1
2012	6	0
Total de Premiados	37	11

Sobre raça/cor

Os formulários das edições de 2005 e 2006 não tinham os itens sobre raça e cor. Assim, os dados dos/as premiadas deste período foram buscados no Currículo Lattes de cada um. Como é relativamente recente a criação do campo cor/

²⁰ abr. 2013.

raça no Lattes, muito/as ainda não fizeram seu preenchimento. A legenda “sem informação” significa que o/a estudante não atualizou o currículo e, portanto, não teve que preencher este campo. A legenda “Não informado” significa que houve atualização do currículo, e a/o estudante assinalou a opção: “não desejo declarar”. Também é representativo que cerca de 30% dos/as estudantes agraciados nas categorias do Ensino Superior sejam pretos/as e pardos/as. Também é notável a não premiação de autodeclarados/as amarela ou indígena. Estas categorias também não tiveram números expressivos entre os/as inscritos/as.

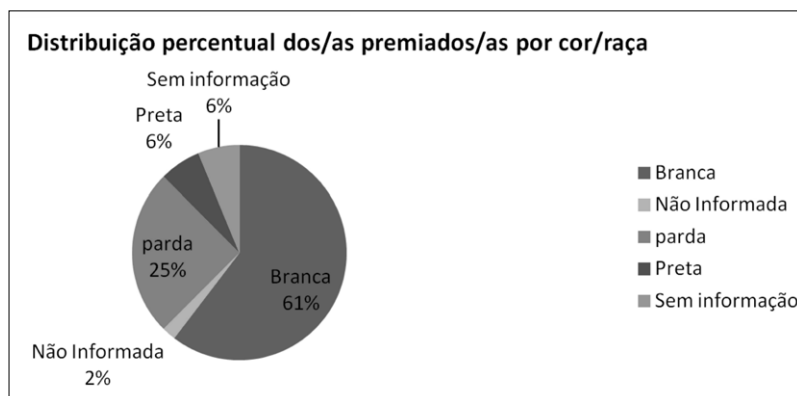


Gráfico 1 – Distribuição percentual dos/as premiados/as por cor/raça

Sobre áreas do conhecimento

No total de artigos do Ensino Superior e da Pós-Graduação premiados, a área de conhecimento que mais se destaca é a de História, com doze (12) trabalhos, ou seja, aproximadamente 25% do total de trabalhos. Dentre as áreas mais premiadas, estão as Ciências Sociais¹⁹, com nove (9) artigos; o Direito, com cinco (5); Letras, também com 5 (cinco), e a Psicologia com quatro (4).

¹⁹ Aqui considerado: Ciências Sociais (4 artigos), Antropologia (3 artigos) e Sociologia (2 artigos).

Quadro 10 – Distribuição por área do conhecimento dos/as premiados/as

Área	Número de trabalhos premiados
História	12
Direito	5
Letras	5
Ciências Sociais	4
Psicologia	4
Antropologia	3
Educação	3
Ciências Políticas	2
Sociologia	2
Administração	1
Artes (música)	1
Demografia	1
Educação Física	1
Enfermagem	1
Filosofia	1
Saúde Coletiva	1
Relações Internacionais	1
Total	48

Em termos de distribuição regional, as regiões mais premiadas são Sudeste (22 trabalhos) e Sul (12 trabalhos). O Sudeste representa cerca de 45% dos artigos premiados. Segue a distribuição percentual dos premiados/as por região:

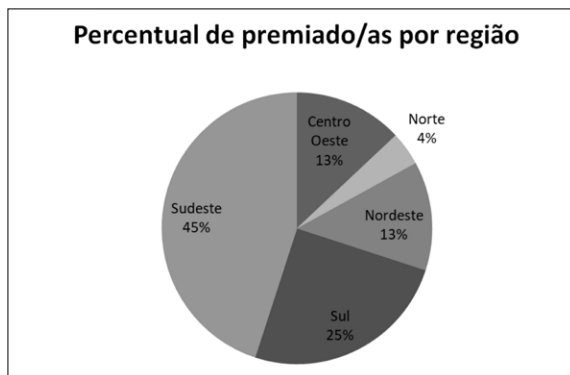


Gráfico 2 – Distribuição percentual dos/as premiados/as por região

Em termos de distribuição de premiados/as por estado: Minas Gerais e São Paulo tiveram o maior número de premiações.

Quadro 11 – Distribuição dos/as premiados/as por região

Estado	Número de trabalhos premiados
MG	9
SP	8
RS	6
RJ	5
DF	4
PE	4
SC	4
BA	2
PA	2
PR	2
GO	1
MS	1
Total	48

As instituições mais premiadas são a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade de Brasília (UnB). Destaca-se que, na UFMG, duas orientadoras foram premiadas duas vezes e, na UnB, uma orientadora foi agraciada em duas edições distintas.

Quadro 12 – Distribuição dos/as premiados/as por instituição

Instituição	Número de premiados/as	Instituição	Número de premiados/as
UFMG	7	UCSAL	1
UnB	4	UDESC	1
UFSC	3	UFBA	1
USP	3	UFF	1
PUC/SP	2	UFG	1
UEM	2	UFMS	1
UERJ	2	UFSJ	1
UFRGS	2	UNIFESP	1
UFPE	2	UNISC	1
UFRJ	2	UNIVAS	1
UFRPE	2	IFPA	1
UNESP	2	PUC/RS	1
UNISINOS	2		
Total			
48			



Em uma primeira análise sobre a premiação segundo o total de instituições de vínculo dos estudantes inscritos/as, é possível perceber a diversidade em sua premiação: públicas e privadas, universidades e institutos, consolidadas e novas. Há uma relativa dispersão dos/as premiados/as. Com exceção da UFMG, nenhuma outra instituição teve mais do que cinco agraciados/as.

Também é notável que instituições que abrigam núcleos de pesquisa tradicionais de estudos de gênero, como Universidade Federal de Santa Catarina²⁰ (UFSC), Universidade Federal da Bahia²¹ (UFBA), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Estadual de Campinas²² (Unicamp) não tenham tido um maior número de premiados/as. Também é importante perceber, por outro lado, que instituições tais como a Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS) ou a Universidade Católica do Salvador (UCSAL), que não possuem a mesma tradição neste campo, tenham tido contemplados/as na premiação. Percebe-se uma pulverização na análise dos resultados do Prêmio em uma diversidade de instituições e, por consequência, uma multiplicidade de orientadores. Esses dados têm sinalizado para uma capilarização do campo de estudos de gênero.

Outro dado importante é que dezesseis (16) orientadores, do total de quarenta e sete (47) contemplados/as²³, não pesquisam propriamente no campo das relações de gênero. Esta informação foi retirada do resumo feito no Currículo Lattes, nas linhas de pesquisa e nas publicações, ou seja, se o/a pesquisador/a não indicou, em suas áreas de atuação e projetos de pesquisa, e nem publica sobre mulheres, gênero, feminismo, não foi enquadrado/a como pesquisador/a que pesquise a temática. Assim, cerca 34% dos/as orientadores não podem ser considerados propriamente estudiosos do campo de relações de gênero. As áreas²⁴ que possuem mais estudantes premiados com orientadores não enquadrados como pertencentes ao campo de gênero são História (4 trabalhos) e Ciências Sociais²⁵ (4 trabalhos).

Também se destaca que o número de pesquisadores historicamente reconhecidos no campo por terem como principal linha temática os estudos de gênero

²⁰ A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) publica a Revista de Estudos Feministas – REF, que é referência na área de estudos de gênero.

²¹ A Universidade Federal da Bahia (UFBA) tem a primeira graduação em “Estudo de Gênero e Diversidade”.

²² A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) publica os Cadernos Pagu, que, também, é uma publicação central no campo.

²³ Um premiado não informou o/a orientador/a.

²⁴ Área geralmente identificada pelo estudante em seu artigo publicado no livro de artigos agraciados no Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero ou no Currículo Lattes do estudante.

²⁵ Aqui considerado: Ciências Sociais, Antropologia e Sociologia.

é pequeno. Pode-se afirmar que o Prêmio tem contemplado, em parte, orientadores relativamente “novos” no campo ou pesquisadores que incorporam gênero em seus trabalhos de forma transversal.

Considero que uma possível razão para as instituições tradicionais e pesquisadoras reconhecidas na área não terem sido massivamente contempladas na premiação deve-se ao fato de o Prêmio ter contemplado, historicamente, artigos com temas “novos” ou, ainda, com novas abordagens de temas tradicionais. Assim, muitas vezes, ganham fôlego estudos desenvolvidos na História, no Direito e nas Ciências Sociais com recorte de gênero.

Neste último julgamento dos trabalhos enviados para as categorias de Ensino Superior, realizado em 16 de fevereiro de 2013, atuei como observadora-participante. Na ocasião, ouvi uma das participantes da comissão dizer que ela era mais entusiasta dos trabalhos com temas novos, uma vez que em temas tradicionais e/ou relativos à sua área, ela tendia a ser muito mais exigente.

Outra discussão que perpassou a reunião da comissão é sobre a própria concepção dos estudos de gênero enquanto transdisciplinar. Uma das integrantes observou que um critério que considerava importante para a escolha dos artigos era a bibliografia, ou seja, se os/as autores/as citaram as publicações brasileiras na área.

Esta discussão perpassa o campo de gênero, que é interdisciplinar e heterogêneo mesmo quanto aos usos e definições do conceito. Marlise Matos (2008) afirma:

Pretensioso, o “conceito” de gênero foi aos poucos sendo incorporado por afiliações teóricas nas ciências humanas e sociais (e mesmo fora delas). Algumas dessas teorias o abordam como um conceito útil e até iluminador de questões, mas não o tendo como um elemento central de suas considerações – tais afiliações teóricas estariam operando com “teorias e gênero” –, e outras, bem mais coerentes, a meu ver, o absorvem substantivamente, fazendo-o ocupar sempre uma posição de pivô e de destaque – estas seriam o que definimos aqui por “teorias de gênero” com um viés feminista. Sabemos que o pensamento feminista não se constitui em um corpus unificado de conhecimento, e sabemos igualmente que o construto gênero foi apropriado das formas as mais distintas pelas inúmeras áreas disciplinares e suas teorias, mas é fundamental salientar que, sendo essa aproximação mais superficial ou mais substantiva, todos deveriam partir de um ponto comum que seria o da subordinação da mulher ao homem, para entender e explicitar, relacionalmente, as muitas vicissitudes de como tais relações de dominação e opressão são elaboradas socialmente. O conceito também abriu espaço analítico para se questionar as próprias categorias de homem e de masculino, bem como de mulher e de feminino, que passaram a ser fruto de intenso processo de desconstrução.

Os artigos premiados refletem estas duas vertentes: “teorias e gênero” e “teorias de gênero”. Em geral, os trabalhos enquadrados na segunda vertente citam amplamente a bibliografia na área e gênero é central na análise, e, não, um dos recortes utilizados.

Considerações finais

Os dados apresentados sobre a demanda e o perfil dos agraciados/as no Prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero” nas categorias do Ensino Superior e Pós-Graduação não só têm sido um reflexo da pulverização do debate acadêmico sobre mulheres, relações de gênero e feminismo, quanto têm contribuído para visibilizar e divulgar a temática.

Percebe-se que a maioria dos estudantes tanto agraciados/as quanto inscritos/as nas categorias do Ensino Superior e da Pós-Graduação é de mulheres, o que reflete a formação atual como também histórica do campo, uma vez que foram, em sua maioria, as mulheres intelectuais que introduziram, na academia, as pesquisas sobre a situação feminina.

Conforme já destacado, é notável o número de pretos e pardos identificados com a temática, em especial no Ensino Superior, categoria em que o seu percentual é maior. As possíveis razões elencadas, neste momento da pesquisa, são: 1) os materiais de divulgação do Prêmio que têm utilizado imagens de negros/as; 2) ao texto da chamada do Prêmio, que faz referência à importância de correlacionar gênero com outros marcadores e cita raça; 3) a ampliação do acesso ao Ensino Superior, ocorrida na última década por meio das ações afirmativas e programas de financiamento de ingresso nas universidades.

Também é importante notar a expansão do tema para áreas além das Ciências Sociais, como a Enfermagem ou a Educação Física. Percebe-se, igualmente, a projeção dos trabalhos realizados no Direito, Letras e História – áreas majoritariamente premiadas.

Além da pulverização temática, também há uma diversidade de instituições contempladas e de orientadores/as de outras áreas premiadas/os. A partir do cenário descrito, é possível afirmar que a premiação tem representado uma ampliação dos estudos sobre mulheres, relações de gênero e feminismos na academia. Considera-se que o Prêmio tanto é reflexo desta expansão, quanto, também, tem impulsionado este campo de estudos.

Referências

BOURDIEU, Pierre. “O Campo Científico”. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas, n. 39)

CORRÊA, Mariza. “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”. *Cad. Pagu*. Campinas, n. 16, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 jul. 2013.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica T.; CAMPOS, Luiz Augusto. “Ação afirmativa, raça, e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma”. *Revista de Ciências Humanas*. Viçosa, v. 12, n. 2, p. 399-414, jul/dez 2012.

LINCOLN, Anne E.; PINCUS, Stephanie; KOSTER, Janet B.; LEBOY, Phoebe S. “The Matilda Effect in science: awards and prizes in the US, 1990s and 2000s”. *Social Studies of Science*. v. 42, p. 307-320, 2002.

LOPES, Maria M.; COSTA, Maria C. “Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na história das ciências”. In: MORAES, Maria L. Q. (Org.). *Gênero nas fronteiras do Sul*. São Paulo: Pagu/Unicamp, 2005. p. 75-83.

MERTON, Robert K. “El efecto Mateo en la ciencia”. In: MERTON, R. K. *La Sociologia de la Ciencia 2*. Madrid: Alianza Editorial SA, 1977. Cap. 20, p. 554-578.

MATOS, Marlise. “Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências”. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 16, n. 2, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X200800020003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 abr. 2013.

PINTO, Maria Regina J. *Uma História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro)

ROSSITER, Margaret. “The Matthew Matilda effect in science”. *Social Studies of Science*. v. 23, n. 2, p. 325-341, maio 1993.

CONTRIBUIÇÕES DE INTELLECTUAIS FEMINISTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA DO SÉCULO 19



*Izabela Liz Schlindwein
Miriam Pillar Grossi*

Introdução

Este trabalho visa à análise da participação de duas jornalistas feministas no contexto da educação brasileira do século 19: a brasileira Nísia Floresta (1810-1885) e a imigrante alemã Julie Engell-Günther (1819-1910). Além de professora, Nísia Floresta é considerada a primeira jornalista feminista do Brasil. E Julie Engell, jornalista ligada a uma rede de mulheres livres pensadoras. As duas circularam entre o Brasil e a Europa, criaram suas próprias escolas no Rio de Janeiro e em São Paulo e trabalharam por uma educação fora dos padrões vigentes da época.

Neste contexto, a luta pela obrigatoriedade da escola e o combate ao analfabetismo no Brasil era árdua, já que a população era rural e dispersa. As elites se preocupavam que as meninas recebessem um tipo de educação voltada para a vida doméstica, já que o aprendizado da aritmética não ajudaria suas filhas a encontrarem um marido.

Pelo contrário, essas intelectuais viajantes eram mais do que preceptoras de meninas ricas, ensinando, além do ABC, línguas estrangeiras, história e geografia. Fora da escola, elas liam autoras como a britânica e líder feminista Mary Wollstonecraft, escritora, mas, também, dona de escola, na Inglaterra, traduziam obras e escreviam livros ou artigos para jornais.

A primeira parte do presente artigo apresenta quais são os referenciais teóricos e metodológicos dos feminismos – Julia Kristeva (1979), Clare Hemmings (2009) e Simone de Beauvoir (1980) – e dos arquivos pessoais – Luciana Heymann (2009). Em um segundo momento, parte-se para o panorama da educação



pública no Brasil e a inclusão das mulheres, até chegar às contribuições feministas de Nísia Floresta e Julie Engell-Günther.

Referenciais teóricos e metodológicos

O presente estudo está fundamentado na teoria da arquivística que tenciona as intencionalidades da custódia, a falta de interesse em reconhecer a importância de arquivos pessoais e a escassez de literatura sobre o campo no Brasil, conforme ressalta Luciana Heymann (2009).

Se é o arquivo que dá condições do que pode ou não ser dito, importante é compreender os interesses de quem conserva, além de quem produz o documento. Se os arquivos pessoais foram pouco mencionados ou valorizados em estudos científicos até aqui, quem daria validade a estes escritos, mesmo que tardiamente? Certamente que o problema da falta de acesso aos arquivos pessoais nasce com a emergência de busca ao próprio conteúdo, instituído como documento que necessita sobreviver tanto quanto os papéis produzidos e chancelados pelo Estado.

E, quanto a nós, pesquisadoras, não seria interessante que recorrêssemos às mesmas fontes e fizéssemos interpretações parecidas com as que já foram feitas ao longo da história? Ao apresentarem suas realidades e sonhos pela escrita, mesmo que de forma não intencional, mulheres como Julie Engell-Günther e Nísia Floresta tornam-se especialistas do cotidiano, coautoras de um espaço de conhecimento. E a arquivística passa a ser importante para que a cultura desta escrita seja identificada.

Sabe-se que os relatórios de comissões colonizadoras estavam atentos à importância de uma construção histórica a partir de arquivos oficiais. Os dados guardados, muitas vezes baseados em cronologias e momentos cristalizados, eram responsáveis pela consolidação dos Estados imperiais. Era por meio destes materiais que as comissões poderiam ditar uma “ciência moral” no século 19, capaz de definir “patologias sociais” e dissonâncias de comportamento, elegendo graus de moralidade.

No seu estudo sobre a emancipação da mulher, Julia Kristeva (1979) torna-se importante teórica para o entendimento destas relações de “fiscalização de condutas”. Assim como os contextos políticos do sufrágio universal e *O segundo sexo* (1980) aparecem neste artigo como marcos de um feminismo ainda no nível da igualdade.

Estas duas referências teóricas foram escolhidas como centrais para a compreensão dos contextos das lutas de Julie Engell-Günther e Nísia Floresta por terem marcado o pensamento feminista do século XX, abrindo caminhos para as novas teorias da diferença.



O segundo sexo (1980) tornou-se fonte inspiração para autoras como Betty Friedan, em *A mística feminina* (1971), antecipando o feminismo de Segunda Onda e, mesmo, as teorias norte-americanas, fundadas a partir da categoria gênero como construção social. A partir da frase “Não se nasce mulher, mas torna-se mulher”, teóricas feministas como Julia Kristeva (1979) refletem sobre as diferenças entre sexo e gênero, questionando a noção determinista da biologia e da essência feminina.

Portanto, *O segundo sexo* continua importante para a reflexão de conceitos fundantes dos estudos de gênero. Ao mesmo tempo, as ideias de Simone de Beauvoir têm sido revistas pelas teóricas *queer*. Principalmente por Judith Butler (1999), quando diz que as identidades são criadas pela repetição de atos inscritos culturalmente no corpo.

Entre as questões que orientaram esta investigação estavam: 1) Qual é a influência dos feminismos na educação brasileira? 2) Quais nomes precisam ser lembrados? 3) Quais eram os contextos de jornalistas e professoras do século 19 colocadas em posição de viajantes intelectuais?

Os procedimentos metodológicos para a escrita deste artigo, por sua vez, foram os seguintes: **a) Leitura de livros e artigos:** um passo importante para a construção deste trabalho foi o acesso às teorias feministas de autoras como Julia Kristeva (1979) e Clare Hemmings (2009). Assim como artigos biográficos de Nísia Floresta e dados do império (MARTINS, 2010). Outra obra importante foi *Histórico da escola em São Paulo e no Brasil*, de Maria Luiza Marcílio, de 2005. Os escritos de Eva Schöck-Quinteros, Eva Görtz (2007) e Tanja-Carina Riedel (2008), das universidades de Bremen e Hamburgo, foram importantes para o entendimento dos contextos entre países. **b) Trabalho de campo:** consideramos como um campo de estudo o Arquivo Histórico de Joinville, quando foram encontrados documentos oficiais sobre imigração e cartas traduzidas por memorialistas das décadas de 60, 70 e 80. **c) Cartas, diários e documentos históricos:** arquivos pessoais de alunas de Nísia Floresta e Julie Engell foram ferramentas relevantes para a composição destas reflexões. Registros feitos pelas próprias autoras, alguns com necessidade de tradução, ajudaram na compreensão de contextos. **d) Entrevista:** também foi entrevistada Elke Dislich, pesquisadora e tradutora dos trabalhos de Julie Engell-Günther (São Paulo, maio de 2012 e 2013).

Panorama da educação pública no Brasil

Se as ideias iluministas do século 18, enquanto movimento cultural das elites intelectuais europeias, não tiveram grande presença no Brasil, no século

seguinte, as realidades não eram tão diferentes. O conhecimento e o uso da razão não eram comuns no País, que vivia sob o domínio da Igreja, considerando nativos como degenerados pela falta deste tipo de formação religiosa.

Os passos da educação seguiram lentos. A história da escola universal e democrática no Brasil é feita de interrupções e recomeços. Influenciada pelo modelo português, o ensino superior é implantado apenas com a família real, ainda nas primeiras décadas de 19. Por muitas vezes, privilegiou-se o ensino superior em vez do básico.

O já precário modelo educacional do ensino brasileiro perdeu com a expulsão dos jesuítas. Com salas de aula lotadas de alunos e alunas em diferentes níveis, em um único espaço, a palmatória era um recurso comum no estabelecimento da ordem. Além da falta de preparo para o ensino, os salários não eram altos e a profissão não proporcionava prestígio algum. Poucos professores estavam habilitados. Como não havia salas de aula nem carteiras, os professores davam aula em casa ou alugavam salas. Isso porque não havia prédios construídos especificamente para abrigar escolas.

A ausência da distribuição de turmas em sistema de séries dava a liberdade aos alunos de entrarem e saírem da escola a qualquer momento. Ao mesmo tempo, até a legislação de 1854, que estabelecia regras mais rígidas, a escola era aberta para diferentes etnias, acolhendo escravos, mestiços e filhos ilegítimos. Muitos dos escravos que estavam autorizados a frequentar o ensino das primeiras letras eram órfãos ou tinham sido abandonados.

Nos séculos 16 e 17, era da elite o privilégio da arte de escrever. Portanto, mais de 90% da população não dominava as técnicas da leitura e da escrita. O interesse pela leitura vinha da vontade de interpretar a bíblia sem o intermédio dos religiosos.

Inclusão das mulheres na educação

A mulher brasileira recebeu pouca educação formal ao longo do século 19, apesar de a Constituição de 1824 assegurar instrução primária e gratuita para todos os cidadãos. Dez anos antes, Debret escrevia: “A educação das meninas se restringia a recitar preces de cor e a calcular de memória, sem saber escrever, nem a fazer as operações. Somente o trabalho de agulha ocupava seus afazeres, pois os demais cuidados relativos ao lar são entregues às escravas” (EBEL apud MARCÍLIO, 2005, p. 189).



Desde muito cedo, tive grande prazer na leitura de tudo aquilo que se relacionasse com o desenvolvimento da humanidade. Sem professores, sem um tutor que me guiasse, paralelamente ao trabalho que desempenhava para garantir o pão de cada dia, eu sempre li e aprendi. Além do alemão, domino uma segunda língua perfeitamente [francês] e parcialmente mais algumas outras, somente para ler tudo o que o ser humano tem a dizer sobre o ser humano¹.

Enquanto a educação da imensa maioria dos paulistas das classes populares, praticamente todos analfabetos, resumia-se a uma transmissão essencialmente oral (MARCÍLIO, 2005, p. 62), Nísia Floresta (1810-1885) fundava o Colégio Augusto, para jovens meninas, no Rio de Janeiro, assim como a imigrante alemã Julie Engell-Günther fazia no interior de São Paulo².

A abertura de escolas particulares no Brasil estava autorizada pela lei de 1846, da Província de São Paulo. Bons costumes deveriam ser comprovados pelo/a interessado/a a dedicar-se a este tipo de ensino, seguindo as mesmas regras que as escolas públicas. No caso de estrangeiros, deveria ser comprovado o domínio da língua. Também era exigida a presença de um/a professor/a de religião do Estado para as aulas de doutrina cristã.

A Escola Normal que assegurasse a formação sistemática de professores foi criada por meio de um decreto em Viena. Antes da implantação de um sistema de ensino estatal, obrigatório e voltado para as classes populares, as poucas escolas já existentes pouco alfabetizavam. A Prússia e a Áustria, duas monarquias absolutistas, foram os primeiros Estados a implantar o sistema de ensino público.

As meninas ainda não tinham acesso ao ensino público neste período. Na cidade de São Paulo, o ensino público feminino só foi regulamentado em 1827. Já, em 1825, foi criado o primeiro seminário para meninas órfãs.

Quando os filhos não iam à escola, os pais ensinavam ofícios relacionados à lavoura, pesca ou artesanato. E as mães, os mandamentos cristãos. A alfabetização poderia durar anos, com idas e vindas, esquecimentos e revisões. Depois do ensino das letras, os alunos deveriam ser capazes de formar sílabas simples até chegar às palavras e frases mais longas – exercício praticado na lousa de ardósia e sem papel, material escasso e caro, na época.

¹ Carta de Julie Engell-Günther a Karl Kautsky, Berlim, 29 de janeiro de 1883, documento está no Arquivo da História das Ciências Sociais, em Amsterdam, Holanda.

² Mary Wollstonecraft, ativista feminista lida tanto por Nísia Floresta quanto por Julie Engell-Günther, foi dona de uma escola para meninas na Inglaterra – uma característica de mulheres que faziam parte do movimento.



A independência política do Brasil não modificou de imediato o complexo cenário do ensino. As elites mais cultas do País discutiram pela primeira vez as bases para uma educação nacional na Constituinte de 1823.

A Constituição outorgada de 1824, no artigo 179, assegurava a instrução primária e gratuita. Mesmo assim, a mulher brasileira recebeu pouca educação formal no século 19. Como se sabe, a educação das meninas era restrita à declamação de preces e cálculos de “cabeça”, sem grandes preocupações com a escrita e as operações.

A educação para meninas, quando muito, compreendia leitura, escrita, gramática, princípios da moral cristã, quatro operações, aritmética, língua francesa, geografia, história, costura e bordados.

Contribuições feministas

Pode-se dizer que tanto Nísia Floresta quanto Julie Engell-Günther foram intelectuais feministas que contribuíram para a história da educação brasileira. Enquanto o nome de Nísia Floresta é lembrado como o da primeira mulher a se declarar e lutar pelos ideais feministas publicamente, Julie Engell-Günther permaneceu invisibilizada, com estudos pontuais apenas na Alemanha (Bremen e Hamburgo), e não na academia brasileira. No entanto, o pensamento dessas mulheres pode ser considerado como constituinte da base para muitos dos feminismos que vimos nesta sequência.

Embora as mulheres jamais tivessem deixado de desempenhar papéis significativos na história, elas aparecem em tímidas biografias, descritas de maneira romântica e naturalizadas em posição de fragilidade. Suas presenças foram ignoradas, passaram pelos principais movimentos do país, da abolição da escravatura à conquista do voto.

Sem dúvida, os movimentos femininos surgem a partir de mulheres com algum grau de instrução, mesmo que de forma autodidata. Não foi diferente com Julie Engell e Nísia Floresta que, como fez Mary Wollstonecraft, na Inglaterra, não apenas abriram escola para meninas, como também fundaram novas formas de pensar a educação. Mulheres como elas tornavam públicas, por meio de diferentes formas de escrita – livros, cartas ou veículos alternativos – suas ideias sobre os sistemas educacionais. Na obra *Reflexões sobre educação de filhas*, lançada em 1786, Wollstonecraft criticava o estado de ignorância e dependência nas quais eram submetidos os jovens, sugerindo uma reforma do currículo escolar.



Também como Julie Engell e Nísia Floresta, Mary Wollstonecraft escreveu textos políticos, criticando os sistemas de governo autocráticos, tráfico de escravos e injustiças de classe. Ideias, nascidas da Revolução Francesa, que estimularam Nísia Floresta a traduzir, no Brasil do século 19, o livro de Wollstonecraft *Em defesa dos direitos da mulher*.

Tanto Nísia quanto Julie trocaram cartas sobre a educação com pensadores do século 19. Julie, com Karl Kautsky. Nísia, com Augusto Comte. E ambas viajaram e tomaram conhecimento de outros sistemas educacionais. Enquanto Nísia foi para França, onde permaneceu até o fim de sua vida, Julie fez o caminho inverso. Deixou a Europa para viver no Brasil. E, mesmo tendo morado por dez anos no País, não pode ser considerada uma migrante por jamais ter planejado vir para o Brasil para ficar, como as famílias que tinham aderido às ideias de empresas colonizadoras. Tendo, inclusive, uma imagem retrospectiva do Brasil, mesmo tendo voltado à Europa. Experiências tão marcantes que 13 anos depois viraram livro. *Noites de Natal no Brasil*, lançado em Berlim, em 1862, só agora está sendo traduzido para o português.

Uma das alunas teve uma relação tão próxima com Julie, citada por ela como Frau Gê, que chegou a acompanhá-la muitos anos depois de já ter retornado à Europa. A família de Anna Krug embarcou da Europa para o Brasil em setembro de 1852 para fundar o tradicional Colégio Florence, em Campinas. No Brasil, Anna pode ter sido a aluna mais aplicada de Julie. Talvez pelo interesse em comum com a educação, as duas parecem ter se tornado grandes amigas, – encontrando-se em Berlim, de acordo com os registros de Anna, em seu diário, guardado até hoje pela família Krug.

Anna voltou à Europa com o marido, em 1888, onde morreu aos 98 anos, 16 anos depois de Julie Engell-Günther. Por meio dos registros em seu diário, é possível perceber que havia amizade entre as duas:

Frau Gê era muito boa senhora, tinha a fim de aumentar a renda de seu marido fundado um internato, uma pensão onde parte das filhas do país como também estranhos recebiam instrução. Éramos internacionais. “Durante o dia, ensinava o ABC aos pequenos, porém à noite, era a minha vez.” E ainda hoje lembro com alegria das belas horas nas quais Frau Gê ensinava com prazer. Muitas vezes, durava até meia-noite, mas não nos causava cansaço. Línguas estrangeiras me davam muito prazer. Frau Gê sabia ligar a isso história e geografia e hoje estou muito agradecida por isso. Aqui quero apenas lembrar o quanto considero importante o estudo de línguas estranhas. Não é apenas o traduzir das palavras, não. É porque com isso você adquire facilmente grande parte cultural dos valores de respectivo povo (KUPFER, [s.d.], p. 19).



Nos textos escritos por Julie Engell, é possível constatar a questão da etnia muito presente. Além da descrição de sua relação com uma escrava e sua dona, que trabalhava em sua escola, Julie Engell também escreveu sobre um fato que chamou a sua atenção, naquela década de 1850, que passou pelo Brasil, em que as meninas, filhas de fazendeiros africanos que moravam em Portugal, vinham estudar em sua escola, onde acreditavam que seriam menos discriminadas por parte dos outros estudantes e professores, como poderia ocorrer na Europa. No colégio de Julie Engell, recebiam uma educação de igual qualidade, sem se sentirem confrontadas em sua cultura nativa.

Ao mesmo tempo em que se preocupava com o futuro destas mulheres no ensino privado, Julie Engell-Günther demonstrava preocupação com a educação pública e gratuita, como pode ser percebido no trecho a seguir:

O verdadeiro motivo do meu trabalho como escritora é justamente aquele de exigir as mesmas condições de educação para todos, ensino gratuito e obrigatório sem constringer as aptidões naturais de cada um. Devo esclarecer que a Suíça já possui instalações que se aproximam bastante do ideal³.

Nísia Floresta também experimentava novos métodos de ensino, criticando o ambiente instrucional do Rio de Janeiro. Ela se opunha à comercialização do ensino por indivíduos “incompetentes” que, com frequência, abriram escolas de bela aparência, mas de pouca substância em seu interior (FLORESTA, 1989).

Entre suas pautas de reivindicações para a mulher, estavam:

- Apoio à participação da mulher por meio do voto;
- Acesso a todas as profissões e estudo;
- Independência econômica às mulheres casadas;
- Condição *sine qua non* para uma vida com liberdade;
- Abertura às crenças socialistas e pacifistas;
- Republicanismo consistente.

Importante localizar essas lutas nas diferentes fases dos feminismos. Se, no século 19, o investimento dos movimentos era na luta por igualdade, no século 20, entra em vigência a diferença radical entre os sexos até chegar à multiplicidade deles, diferenças essas que se transformam em contexto político.

Tanto Julie Engell quanto Nísia Floresta estiveram engajadas em processos contínuos de lutas, algumas hoje fortalecidas, outras abandonadas. Pois sabemos

³ Idem, Berlim, 18 de fevereiro de 1883, Doc. K.DX 226.



que o feminismo não é um movimento único, em seu tempo e atores. Para fins de melhor compreensão, as próprias feministas e acadêmicas estratificaram bandeiras, políticas e fatos, partindo das seguintes classificações gerais:

Primeira Onda: ocorrida do século XIX ao início do XX, teria sido marcada pela luta por poder político do voto da mulher e campanhas pelos direitos sexuais, reprodutivos e econômicos.

Segunda Onda: com seu auge considerado nas décadas de 1960 e 1970, estaria ligada aos movimentos de liberação feminina pela igualdade legal, mas, também, com o fortalecimento de um engajamento às lutas de igualdade social.

Terceira Onda: da década de 1980 até hoje, pode ser entendida como uma tentativa de resposta a dúvidas deixadas pela anterior. Neste estágio, mulheres brancas de classe média alta estão preocupadas em negociar espaços dentro dos movimentos, questionando as categorias pré-existentes.

Ao mesmo tempo, surgem novas necessidades de representação, como a proposta por mulheres de diferentes etnias e classes sociais. O chamado feminismo pós-colonial toma forma a partir da década de 1960, com o declínio do colonialismo europeu sobre determinadas regiões, como África, Caribe e América Latina.

Em outro esquema de análise, Julia Kristeva (1979) demarca a emancipação da mulher em três etapas:

- 1) Movimento de sufrágio universal, no final do século XIX, que pedia um reconhecimento político – direito ao trabalho, ao voto etc.
- 2) Um segundo momento, com o pensamento de Simone de Beauvoir (1980), também no nível da igualdade entre homens e mulheres – o direito ao voto foi conquistado somente em 1945, na França, portanto, as feministas que leriam Beauvoir, em 1949, ainda tinham o discurso da igualdade, lutando contra narrativas dominantes.
- 3) E uma terceira etapa, que teria ocorrido já a partir de maio de 1968, com a reivindicação da ideia da diferença.

Enquanto sujeitos do feminismo que subvertem o iluminismo, Julie Engell e Nísia Floresta tinham preocupações que iam além de um “sujeito universal do feminismo”, como outras autoras contemporâneas sugeriram em seus estudos.

Suas leituras, desejos de formar rede e educar passavam por pensamentos muito semelhantes que só ganharam mais visibilidade com as teóricas feministas pós-coloniais. Com recursos próprios, traduziam obras importantes, preocupavam-se em debater os impactos da política sobre a mulher e, mais do que isso, estavam atentas às diferenças culturais e de etnias entre mulheres em um momento da história em que essas questões estavam naturalizadas.

Considerações

Na época de Julie Engell-Günther ou Nísia Floresta, interessava subverter a concepção iluminista de sujeito, quando ainda não havia um questionamento do sujeito tido como universal: ser europeu, branco, burguês e homem – não havia um olhar para as diferenças (étnicas, de classe, de gênero). Ao mesmo tempo, este era o momento da revolução nos conhecimentos filosófico, econômico e social provocados pelo pensamento de Marx sobre a sociedade.

Foi durante o pós-segunda guerra que as lutas pelos direitos recrudesceram, a partir das teorizações afirmativas das diferenças. Se, antes, a preocupação era com unidade e semelhança, agora, o pensamento segue em direção à diferença e à fragmentação (HEMMINGS, 2009).

O lançamento de *O segundo sexo* (1949) torna-se um marco do feminismo no século 20. A obra de Simone de Beauvoir, que vendeu de mais de um milhão e meio de cópias só em francês, mudaria a vida de muitas mulheres. A frase “Não se nasce mulher: torna-se mulher” abre espaço para debate sobre o destino biológico x construção social.

Ao mesmo tempo em que *O segundo sexo* circulava de cabeceira em cabeceira, a França sentia pela primeira vez o gostinho de uma desejada “igualdade” nas urnas, com a liberação do voto feminino a partir de 1945, 13 anos depois de as brasileiras conseguirem o direito de escolher os próprios governantes e 52 anos após a Nova Zelândia, o primeiro país a permitir o voto feminino.

A expansão global do pensamento feminista, logo depois do lançamento de *O segundo sexo*, veio quase cem anos após as reflexões de intelectuais como Julie Engell-Günther, a revolucionária de 1848 pelo fim das monarquias que migrou para o Brasil em 1849.

Embora autoras de artigos no jornal alternativo “O livre pensador”, como Irma Troll Borostyani⁴ e Julie Engell-Günther, tivessem sido importantes nos movimentos que surgiram com as ideias socialistas, seus nomes não são citados com tanta frequência no Brasil ou na Europa.

Essas mulheres não podem ser consideradas como personagens principais dos movimentos feministas – mesmo se correspondendo com elas, como Bettina von Arnim⁵ e Ricarda Huch⁶, nomes da revolução de 1848, ao lado de Johann

⁴ Irma Troll Borostyani era ativista e jornalista que escrevia sobre direitos das mulheres, considerada a primeira feminista de Salzburg, na Áustria.

⁵ Bettina von Arnim era escritora, compositora alemã e ativista pelos direitos da mulher.

⁶ Ricarda Huch está na lista das mais reconhecidas poetisas de língua alemã da primeira metade do século 20. Pode-se dizer que ela foi uma das principais pensadoras da chamada emigração interior, fazendo da escrita uma forma de protestar contra o nazismo.



Philipp Becker⁷, Karl Heinzen⁸, Ludwig Pfau⁹, Otto von Corvin¹⁰, Wilhelm Löwe-Calbe¹¹, e os ativistas da Comuna de Paris, como Edouard Vaillant¹² e André Leo¹³ (mesmo que, às vezes, em uma relação nem tão pacífica). As relações entre estes autores, atores e atrizes e suas redes, assim como os diálogos e discussões, ainda não tinham sido refletidos no Brasil.

Muitas imigrantes estiveram engajadas aos objetivos sufragistas do movimento das mulheres dos Estados Unidos. Elas viam em Mathilde Anneke¹⁴, Karl Heinzen e Eduard Schroeter¹⁵ a atitude liberal personificada a partir de 1848, período de revolução e frustração com os cenários políticos e econômicos na Europa.

A partir das informações até aqui já pesquisadas, é possível afirmar que tanto Julie Engell quanto Nísia Floresta – enquanto mulheres, professoras e escritoras – escreveram sobre um outro Brasil, não aparente na historiografia oficial conservada e relatada em arquivos, ensinada nas escolas ou, mesmo, transmitida nas casas.

A demora ou falta de interesse dos arquivos em conservar e traduzir os documentos escritos por Julie Engell é prova de sua invisibilização. É desconhecido o trabalho de muitas mulheres intelectuais que receberam educação, que se correspondiam com estrangeiras ou escreviam em jornais no século 19. Apesar de muitas não se considerarem feministas, tinham posições que hoje poderíamos classificar como tal. Reconhecer discursos desta espécie torna-se importante para a constituição de novas memórias dos feminismos latinos.

Pesquisas assim têm ajudado a romper com o padrão subterrâneo de tradução de diários íntimos e correspondências. O caráter marginal do acesso a esses documentos mostra que essas memórias não têm lugar na cena pública nem poder de divulgação. Um dos desafios é compreender a quem interessa esses processos de memória e, sobretudo, qual é o lugar dos arquivos pessoais de mulheres feministas que investiram na educação brasileira.

⁷ Johann Philipp Becker participou do movimento democrático na Alemanha e na Suíça, em 1830 e 1840, companheiro de Karl Marx e Friedrich Engels.

⁸ Karl Peter Heinzen foi um autor também revolucionário de 1848, que viveu entre a Alemanha e os Estados Unidos.

⁹ Ludwig Pfau foi um alemão escritor, jornalista, poeta político e revolucionário.

¹⁰ O escritor alemão Otto von Corvin é conhecido por obras que fazem críticas à Igreja Católica.

¹¹ Wilhelm Loewe foi um liberal, médico e político alemão. Ele era cunhado de Julie Engell-Günther – Ela teria rompido com ele por ter aderido à monarquia. Loewe chegou a ser presidente interino do Reichstag alemão.

¹² Edouard Vaillant é um político socialista francês, um dos eleitos da Comuna de Paris.

¹³ Andre Leo foi uma romancista, jornalista e feminista francesa que defendia o casamento aberto e se dedicou ao estudo do estatuto das mulheres.

¹⁴ A feminista alemã Mathilde Franziska Anneke era também socialista. Ela lançou o primeiro jornal feminista dos Estados Unidos publicado por uma mulher: “Deutsche Frauen-Zeitung”.

¹⁵ Eduard Schroeter era um humanista ex-religioso exilado na Alemanha e nos Estados Unidos.



Ao mesmo tempo, questões sociais que são contingências de hoje, como a avaliação do estabelecimento de cotas para negros nas universidades públicas e, mesmo, a discussão sobre o espaço da mulher nas ciências exatas, passam por um exame mais criterioso dos processos educacionais históricos que constituem o Brasil.

Referências

- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. v. 2, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1999.
- CAMARGO, Ana Maria. “Arquivos pessoais são arquivos”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, jul-dez. 2009.
- CASTRO, Luciana Martins. “A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista”. *Dossiê História e Educação*, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, dezembro de 2010.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2003.
- FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GÜNTHER, Julie E. *Weihnachtsabende in Brasilien*. Deutsch-brasilianisches leben und treiben. Für die reifere deutsche jugend. Berlim: Verlag von Julius Springer, 1862.
- _____. *Aus dem Sklavenleben Brasiliens*. In: *Helvetia Illustrierte Monatsschrift zur unterhaltung und belehrung des volkes*. Basel: Verlag Robert Weber, 1901. p. 252-261. (Instituto Martius-Staden)
- HAHNER, June. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940*. Tradução de Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: Mulheres / Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. (Apresentação)
- HEMMINGS, Clare. “Contando estórias feministas”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009.

HERKENHOFF, Elly. *Julie Engell*. “A Notícia”, Joinville, 8/07/76, 10/07/76 e fim em 13/07/76. (Arquivo Instituto Martius-Staden, Pasta G IVb nº 336 e Pasta G Iib nº 302)

HEYMANN, Luciana Q. “O indivíduo fora do lugar”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 2, p. 40-57, jul-dez. 2009.

KRISTEVA, Júlia. “Le temps des femmes”. *Cahiers des Recherches en Sciences*, Paris, n. 5, 1979.

KUPFER, Anna Krug. *Diário*. São Paulo, [s.d.]¹⁶.

LAGO, Mara Coelho de S. “Feminismo, psicanálise, gênero: viagens e traduções”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 189-204, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola: em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Fernand Braudel, 2005.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. *A educação feminina durante o século 19*. O Colégio Florence de Campinas 1863-1889. Campinas: Centro de Memória Unicamp, 1996.

RIEDEL, Tanja-Carina. *Gleiches recht für frau und mann, die bürgerliche frauenbewegung und die entstehung des BGB*. Köln: Böhlau, 2008. p. 143-167.

RODRIGUES, Leda. *A instrução feminina em São Paulo: subsídios para a sua história até a proclamação da República*. São Paulo: Sedes Sapientiae, 1962.

SCHÖCK-QUINTEROS, Eva; GÖRTZ, Eva. “Frauenbewegte freidenkerinnen im dialog zwischen alter und neuer welt”. *Schöck-Quinteros u.a.: politische netzwerkerinnen*, Berlin, p. 103-127, 2007.

_____. “Frauenbewegte freidenkerinnen im dialog zwischen alter und neuer welt”¹⁷. *Schöck-Quinteros u.a.: politische netzwerkerinnen*, Berlin, p. 103-127, 2007.

Entrevista

Elke Dislich, pesquisadora e tradutora dos trabalhos de Julie Engell-Günther. São Paulo, maio de 2012 e 2013.

¹⁶ Documentação está com a família Florence.

¹⁷ Livres pensadoras no diálogo entre antigos e novos mundos.

Parte III

MULHERES NAS ENGENHARIAS E NAS CIÊNCIAS EXATAS

SOBRE NOMES E (RE)NOMES: GÊNERO, HISTÓRIA E ENSINO DA ENGENHARIA NO BRASIL¹



Carla Giovana Cabral

*Eu ando sozinha
por cima de pedras.
Mas a tarde é minha*

Cecília Meireles
(*Canção da tarde no campo*, 1958)

Sobre nome e (re)nomes é um ensaio – um texto pelo qual perpassa um alinhavo interdisciplinar para questões dos Estudos Feministas da Ciência e da Tecnologia, em que discussões que venho travando no campo da História das Ciências e da Tecnologia e da Educação aliam-se a um certo olhar antropológico. Quis aqui manter, assim como no texto original que lhe dá alicerce, o tom literário que se entrelaça ao conhecimento tecido, cortado, vez ou outra, pela minha explícita subjetividade em primeira pessoa – uma forma de reafirmar o que está sempre presente em minhas aulas, escritos e discussões: que a ciência e a tecnologia não são neutras.

Neste ensaio, eu discuto como a categoria gênero pode estruturar a emergência de afinidades na construção identitária de pesquisadoras e professoras, sejam engenheiras, antropólogas, matemáticas, físicas. Perpasso questões da História da Engenharia e da História da Antropologia, entendidas ambas como História das Ciências e da Tecnologia. Discorro, especialmente, sobre a geração

¹ Grande parte das discussões aqui presentes ancora-se em trabalho apresentado em 2008, na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Algumas partes foram acrescentadas, revisadas, outras permanecem como estavam. Trata-se de um trabalho que marcou minha trajetória no Pós-Doutorado que realizei no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, de 2008 a 2009, com bolsa do CNPq.

de mulheres pioneiras nas faculdades de engenharia brasileiras; ressaltou, sobretudo, alguns aspectos da trajetória de Helena Amélia Oehler Stemmer², a primeira professora de engenharia de Santa Catarina; discuto questões relacionadas à identidade³, especialmente aquelas relacionadas ao “nome próprio”; reivindico (re)nomes e visibilidade para aquelas que aqui citarei, como de resto, às mulheres na ciência e na tecnologia⁴. No caso em questão, ousou pensar que se trata, mesmo que de forma principiante e, por vezes, fragmentada, contar uma outra história do ensino da engenharia em Santa Catarina. E essa história se (re)inicia assim: “Num final de tarde de fevereiro de 1965, um empoeirado fusca azul cruza a ponte Hercílio Luz, no sentido continente-ilha. Era (Caspar) Stemmer chegando a Florianópolis” (BLASS, 2003, p. 37).

Pareceu-me suscitar um certo romantismo essa frase, esse aportar à Ilha de Santa Catarina, num final de tarde, no verão de fevereiro, por sobre uma ponte que é imagem de cartão-postal. Algo assim se pode apreender do cenário criado pelo biógrafo de Caspar Erich Stemmer a respeito de sua chegada à cidade em que trabalharia praticamente toda a sua vida, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Caspar Erich Stemmer foi um dos primeiros professores da Escola de Engenharia Industrial, predecessora do Centro Tecnológico (CTC) da UFSC, no início da década de 60. Foi diretor desse centro em duas gestões, reitor da Universidade, coordenador do Programa de Expansão e Melhoramentos das Instalações do Ensino Superior (Premesu), no Ministério da Educação, e secretário executivo e de desenvolvimento científico do Ministério da Ciência e Tecnologia (BLASS, 2003; 2005, p. 21-22). É, certamente, uma das pessoas que tem a imagem mais associada ao período de criação e desenvolvimento das estruturas basilares nas quais se enraizariam as atividades da área tecnológica da UFSC: articulador, empreendedor, visionário.

Se o romantismo impregnou o biógrafo pela lembrança do biografado, ou se a ideia era “uma aventura bem-vinda”, não foi essa a percepção que Helena Amélia Oehler Stemmer registrou em sua memória.

² A pesquisa sobre a trajetória de Helena Stemmer foi iniciada durante o Doutorado, realizado no período de 2002 a 2006, quando pude entrevistá-la, ou seja, ter seu próprio testemunho do seu pioneirismo e de uma história não contada. Por ocasião do Pós-Doutorado, tive nova oportunidade de entrevistar a professora Helena, desta vez, em vídeo.

³ Neste texto, a categoria identidade deve ser lida, tanto no viés de Bourdieu (1996), de que o nome próprio constitui uma identidade oficial forjada na superfície social; tanto na sua constituição a partir das afinidades, no sentido que Haraway (2009) lhe concede. Essas questões são discutidas ao longo do ensaio.

⁴ Muito embora a categoria mulheres expresse diferentes lugares ocupados – desde classe social, cultura, etnia/raça, orientação sexual/sexualidade – utilizo-a, aqui, de maneira a resgatar sua dimensão política, no rastro das teorizações de Claudia Lima Costa (1998).



Acabamos ficando três e depois pra sempre. Uma coisa que até me chocou no começo, me custou aceitar isso, porque eu não vim com esse espírito, de ficar aqui. Ficar por dois anos era uma aventura bem-vinda. Mas depois ficar três, depois de ficar dois, se fica três sem grandes problemas. Mas depois ficar pra sempre foi difícil, apesar de que eu já tinha amigos, e tudo. Mas é que os meus familiares estavam todos em Porto Alegre. Meus pais faleceram, eu estava aqui. Até cheguei tarde para o enterro de minha mãe. Então, tudo coisas que marcam a gente (STEMMER, 2004 apud CABRAL, 2006, p. 104).

Mesmo que o nome anuncie o parentesco, (re)identifico Helena: *esposa* de Caspar Erich Stemmer; ou seria *dona Helena*, como sua identidade oficial acabou construída em seus anos de trabalho como professora no Departamento de Engenharia Civil da UFSC; ou *professora*, única chefe de um Departamento de Engenharia em uma universidade que, à época, já contava com meio século de existência⁵; ou *diretora Helena*, uma das duas únicas mulheres a ocupar a direção do Centro Tecnológico (CTC) desde sua fundação. Esposa, professora, diretora, mulher...

(Re)ver a história em termos de relações de gênero, ou, mais precisamente, do ponto de vista feminista, requer, em algum momento, tirar do esquecimento mulheres que, de alguma maneira, contribuíram para a construção de conhecimento. Esse esquecimento ocorre porque suas contribuições ficaram fora da escrita da História da Ciência e da Tecnologia “oficial”, cujos personagens, narrativas, autoria grafadas pertencem predominantemente ao masculino. Ausentes como personagens, tornaram-se invisíveis. Em termos feministas, o desejo dessa construção historiográfica é justamente o sentido oposto: conferir às mulheres visibilidade. Trata-se de uma reconstrução também da nossa memória em termos sociais e da própria história da educação, creio; é o caso de incluir sujeitos esquecidos, seus contextos, fatos, atos; entrelaçar, decerto, uma diferente história, em que práticas antes apagadas passam a constituir a prática do próprio campo disciplinar, que é a engenharia e seu ensino, objeto deste ensaio. E há muito o que investigar nesse campo.

Ensino de engenharia e gênero⁶

O ensino formal de engenharia no Brasil inicia-se no final do século XIX, com a criação da Academia Real Militar, em 1810, embora já existissem,

⁵ É preciso considerar esse contexto até o ano de 2006, data em que finalizei e defendi minha pesquisa de Doutorado.

⁶ Baseado no artigo de CABRAL, Carla; BAZZO, Walter Antonio. “Helena Amélia Oehler Stemmer: Trajetória de uma engenheira pioneira no Sul do Brasil?”. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE. Curitiba: UTFPR-PPGTE, 2007.

anteriormente, cursos isolados: a famosa “Aula de fortificação”, em 1719, por exemplo (TELLES, 1984, p. 65-67). Sessenta e três anos depois, em 1873, às vésperas da Proclamação da República, origina-se, dessa academia, que recebera o nome de Escola Central alguns anos antes, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Nessa época, as mulheres ainda estavam impedidas de estudar em cursos universitários, algo que mudou a partir de 1879, com a Reforma Leôncio de Carvalho (LOPES, 1998, p. 365).

Segundo Telles (1984, p. 398), somente os homens frequentavam a Politécnica carioca nos primeiros tempos e isso era comum a outras escolas de ensino superior do Brasil. Nessa escola, “as poucas alunas não se sentavam nas salas de aula junto com os rapazes, mas em cadeiras especiais colocadas à frente da primeira fila, que o bedel trazia a cada vez” (Idem).

Na Escola Politécnica de São Paulo, criada em 1893, há o registro de uma aluna, Eunice Peregrino de Caldas, como ouvinte, no ano de 1899 (SAMARA; FACCIOTTI, 2004, p. 25). Foi o único registro, nada mais foi encontrado a respeito dela nos arquivos da Universidade de São Paulo (USP) por Samara e Facciotti, pesquisadoras que vivenciaram uma das dificuldades frequentes para escrever a história das mulheres: a invisibilidade. Ou, como indica Perrot (2007), “sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios desfeitos, seus arquivos destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios” (p. 21)⁷.

Considerando a tardia permissão para estudar, engenheiras começaram a se formar no início do século XX. No livro *Jubileu da Escola Politécnica* (RJ) – obra que registra os formados até 1924 – aparecem os nomes de Edwiges Maria Becker, Anita Dubugras, Iracema da Nóbrega Dias e Maria Esther Corrêa Ramalho, que receberam seus diplomas em 1919, 1920, 1921 e 1922, respectivamente. Ou seja, nesses quatro anos, apenas uma engenheira formou-se por ano na Politécnica.

Edwiges, conforme Telles escreveu em sua “História da Engenharia”, deve ter sido, possivelmente, a primeira mulher a se matricular naquela escola. Mas foi Iracema, graduada em 1921, que se tornaria a primeira professora da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

A pioneira a se graduar em engenharia na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em 1928, foi Anna Frida Hoffman, que, mais tarde, integrada como funcionária ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas. A segunda engenheira só se graduaria em 1945: Josephina Pedroso Rosenburg exerceu a docência em

⁷ Em termos metodológicos, a ausência de registros documentais nos tem levado a buscar, na história oral, por exemplo, estratégias de recuperação das vozes, por meio da memória daquelas que vivenciaram um determinado momento ou têm algo a nos contar a respeito. Sobre isso, ver Pedro (2005) e Pedro; Soihet (2007).

Engenharia Química, por pouco tempo, porém, do final dos anos 60 ao início dos 70 do século XX (Idem, p. 25-26). No entanto, nessa instituição, Alcina Maria Moura aparece como ouvinte, em 1904, e, na mesma condição, no Curso de Engenharia Civil, um ano depois. Segundo os poucos registros, ela optou pelo curso de engenheiros arquitetos logo depois (Idem). Alcina tinha apenas 15 anos.

No Sul do Brasil, escolas de engenharia começam a ser criadas também no século XIX. A mais antiga é a Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), implantada em 1896, três anos depois da Politécnica de São Paulo.

No Paraná, um Curso de Engenharia Civil, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), começou, em 1912, em Curitiba (FARIAS, 2006, p. 34). Somente três décadas depois, formou-se a primeira engenheira, Enedina Alves Marques. A segunda, Francisca Maria Garfunkel Richbieter, recebeu o diploma em 1950 (Idem, p. 34-37).

É também nesse ano que se gradua uma das primeiras engenheiras do Rio Grande do Sul, Ducey Vargas Alves, graduada em Civil⁸. Três anos depois, forma-se Helena Amélia Oehler Stemmer. Ela foi uma das primeiras mulheres a se formar em Engenharia no Sul; pioneira também como a primeira professora de engenharia do CTC/UFSC, no curso de Engenharia Civil.

A graduação em Engenharia Civil foi a terceira a ser implementada na Escola de Engenharia Industrial de Florianópolis, em 1967. Seu currículo foi inspirado no curso da Universidade de Brasília (UnB), com uma primeira versão orientada para a área de Transportes. Esse currículo já começou praticamente no terceiro ano, pois os primeiros 28 alunos que ingressaram em março de 1968 já haviam cursado os dois anos básicos da Escola (STEMMER; FERREIRA, 1995, p. 35-36). Helena Stemmer, em 1969, era responsável pela área de Estática das Estruturas e lecionava “estabilidade das estruturas”.

Ela foi, durante três anos, a única professora da EEI. Em 1972, Carmem Seara Cassol, formada em Arquitetura pela UFRGS, é contratada para a área de projeto arquitetônico, mas, em 1979, se transfere para o Departamento de Arquitetura e Urbanismo (ARQ). Na década de 70, além desta, outras sete professoras ingressam na Civil – quatro delas, a exemplo de Carmem, deslocam-se para o ARQ.

No entanto, é possível considerar que até a entrada de Nora Maria De Patta Pillar e Glaci Inês Trevisan Santos, em 1977, Helena foi a única engenheira professora da Escola de Engenharia Industrial. Antes de Nora e Glaci, Helena

⁸ Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. “Engenheira mais antiga viva do Estado recebe homenagem da SERGS”.



Naspolini era contratada como professora do Departamento de Engenharia Elétrica. Helena Naspolini foi a terceira engenheira a se tornar docente na EEI.

Helena Stemmer fez uma carreira fundamentada no ensino e na gestão acadêmica. Além de sempre lecionar a disciplina Estática das Estruturas, a professora foi coordenadora do curso de graduação em Engenharia Civil, de 1976 a 1983; ocupou a 11ª chefia do Departamento de Engenharia Civil, de 1988 a 1990. Segundo os relatos colhidos e consultas aos Departamentos, Helena Stemmer foi a única mulher a ocupar a chefia de um Departamento de engenharia no CTC em quase 50 anos. No início do mandato na Civil, em 1988, encarou a eleição para a vice-diretoria do CTC. E foi eleita. Com o afastamento do diretor por causa de um acidente que ele sofrera, ocupou a direção por seis meses. “E eu não tinha a arte de manter certos assuntos fechados em gavetas. Até o momento mais favorável, eu tinha que tratar logo, às abertas, e com isso eu arranjei uns bons aborrecimentos”, disse, em entrevista, em fevereiro de 2004.

Comparativamente a uma geração de mulheres nascidas a partir das décadas de 1950 e 1960, por exemplo⁹, engenheiras da geração de Helena encontraram contextos de atuação que lhes erigiram um pioneirismo na criação de departamentos, construção de currículos na área de ensino, o que, de certa forma, fraturava a hegemonia masculina no ensino de engenharia da época. É preciso dizer que se tratava de presenças solitárias e bastante pontuais até a década de 60. Nesse período, estruturaram-se como universidades diversas faculdades isoladas em vários estados brasileiros (SILVA, 2003). São contextos que colaboram com uma certa abertura para as mulheres nessa área do conhecimento e carreira de prestígio na sociedade. Desde o final do século XIX, na Europa, e a partir do início do século XX, no Brasil, a modernização e a urbanização das cidades provoca mudanças nos modos de circulação das mulheres no espaço público e seu processo de escolarização. No País, as políticas educacionais, instituídas a partir de 1920, são responsáveis por mudanças na sua inserção profissional e no mundo acadêmico e científico (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 213-254). De uma certa maneira, estamos aqui nos referindo a mulheres de elite.

Relações de parentesco e poder

A relação de parentesco que renomeia Helena (pois seu sobrenome de família é Oehler) para Stemmer pode ser lida como construtora de um duplo

⁹ Geração que também abordo na minha pesquisa de Doutorado e em investigações mais recentes com professoras do Centro de Tecnologia da UFRN.

sentido: Stemmer é um nome que a protege; mas, também, de certo modo, a (des)qualifica em sua história de vida e trajetória de pioneirismo e liderança para uma mulher na engenharia das décadas de 50 e 60. Em outras palavras, por um lado, o sobrenome do marido a envolvia de uma proteção, pois Stemmer era um sobrenome reconhecido e respeitado, em detrimento da trajetória de Caspar Erich, seu companheiro; por outro, roubava-lhe o protagonismo e pioneirismo nos espaços em que atuava na universidade, inclusive na escrita da história.

Essa relação não é exclusiva de uma engenheira naquele momento histórico – início do século XX. Em outras áreas da produção de conhecimento, em que subjetividades estão em jogo – apesar do ideal positivista de uma ciência pretensamente neutra –, relações de parentesco como o casamento marcaram a trajetória de antropólogas que eram vistas muito mais como *esposas* de pesquisadores, como escreveu Marisa Corrêa em *Antropólogas e Antropologia* (2003). Ainda na Antropologia, mas saltando no tempo e no espaço, a pesquisa de Miriam Grossi sobre as antropólogas francesas no contexto da antropologia do século XX, especialmente as alunas de Marcel Mauss (GROSSI, 2006, p. 239-258), informa como as contribuições de pesquisadoras/professoras foram esquecidas, quando seu *campo* eram terras distantes e povos “primitivos” ou, mesmo, no *campo* que se produzia na formação dos alunos.

Desloco o *campo* para as “salas de aula”, para a relação “educador-educando”. Entendo que esse é também lugar de produção de conhecimento (FREIRE, 2004). E se se tem encontrado mulheres nessa posição e pensamos na ciência e na tecnologia como uma construção social na história, por exemplo, devemos olhar para esses espaços no potencial que eles representam como singulares na inter-relação subjetividade-objetividade, nas experiências feministas/femininas e na construção da História da Ciência e da Tecnologia. Talvez seja preciso dizer com mais clareza que se trata, aqui, de pensar a produção científica e técnica para além dos laboratórios, das bancadas e do método hipotético-dedutivo da Ciência Moderna. E, assim, as “salas de aulas” podem ser entendidas como lugar de produção de conhecimento e de resistência a relações desiguais de poder nos territórios e hierarquias acadêmicas – a promoção de uma nova forma de subjetividade, talvez, como diz Foucault (1995), “através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos” (p. 239).

Se comecei com a biografia do *esposo* de Helena para indicar possíveis articulações com a entrada e permanência de mulheres em áreas científicas tão *diferentes* quanto a Antropologia e a Engenharia é porque quis apresentar a ideia de que as diferenças entre objetos de conhecimento, sem falar em teorias, metodologias, assim como categorias como classe e raça/etnia, são desafiadas quando

lançamos mão da categoria gênero para interpretar trajetórias (CORRÊA, 2003, p. 16). Tento extrapolar suas posições de antropólogas ou engenheiras, singularmente, para situá-las como cientistas, ou como mulheres tentando fazer ciência num momento histórico de certa forma um tanto inóspito pelos papéis sociais que lhes eram imputados.

Se a identidade de Dina¹⁰ esteve reclusa ao “casal Lévi-Strauss” (CORRÊA, 2003, p. 19-20) ou Helena grafada muito mais como esposa de Stemmer do que professora de grande importância no CTC na biografia já citada, e pelo que se pôde dela conhecer parágrafos atrás, é porque essas informações convergem para a posição de coadjuvantes a que foram escanteadas na história, quando não simplesmente esquecidas. Esse movimento também varre as suas contribuições nos momentos históricos e condições sociais em que trabalharam como professoras e/ou pesquisadoras e as subjetividades engendradas no processo de construção do conhecimento, nas salas de aula e outros espaços com os alunos, nas pesquisas. De que subjetividades estamos falando e qual é o valor da experiência nesse movimento/processo histórico?

A história das ciências, de seu berço tradicional, como leu Maria Margaret Lopes (1998), não contemplou a presença da mulher em áreas científicas ou tecnológicas. Foi a crítica feminista, debatendo, por exemplo, com a filosofia, a história e a sociologia da ciência que, a partir da primeira metade do século XX, tentou desconstruir a ideia de uma ciência androcêntrica, ou seja, marcadamente masculina, no protagonismo, nos discursos, nas práticas científicas, epistemologicamente.

Com diferentes perspectivas, pensadoras feministas defenderam a existência de um sujeito social e historicamente situado, capaz de subverter a objetividade absoluta¹¹. Tratava-se de engendrar a posição desse sujeito, pensando no caráter cognitivo, social, político e as subjetividades feministas/femininas possíveis na gênese do conhecimento.

Perspectivas como a do “enfoque psicodinâmico”, de Evelyn Fox Keller (1985), do “ponto de vista feminista” de Sandra Harding (1991), a “objetividade parcial” de Donna Haraway (1995) ou “os valores na atividade científica” de Helen Longino (1990) rebatem a ideia de um sujeito que vê seu objeto de conhecimento de nenhum lugar. Com isso, tentam derrubar a tese reforçada no início do século XX pelo Positivismo Lógico de pretensa neutralidade da ciência, um construto da

¹⁰ Trata-se de Dina Lévi-Strauss.

¹¹ Discussões que contemplam revisões e o aprofundamento de algumas questões a respeito da epistemologia feminista podem ser encontradas, por exemplo, em Lopes (1998), Citeli (2000), Cabral (2006).

Ciência Moderna erigida a partir dos séculos XVI e XVII; estabelecem, também, um elo crítico entre ciência, tecnologia e sociedade; engendram esse sujeito e o problematizam como agente na construção do conhecimento, uma vez que tanto o sujeito quanto o objeto podem ser contextualizados.

Entendo que, se a História e Filosofia da Ciência e da Tecnologia é campo importante para a discussão epistemológica que ainda hoje precisamos fazer do lugar de pesquisadoras da área dos estudos feministas da ciência e da tecnologia, por outro, coloca-nos a necessidade de (re)pensar essa mesma epistemologia. A crítica feminista sobre as ciências e a tecnologia engendrou o sujeito do conhecimento e o situou em lugares como o cognitivo (Keller), o social (Harding) e o político (Haraway). E quando digo (re)pensar, olho para a construção das subjetividades engendradas e reflito como a discussão que faz Joan Scott (1999) do conceito de experiência e sua historização poderia ajudar.

Entender a construção dessas subjetividades em termos de experiência talvez nos ilumine caminhos de pesquisa e interpretação das realidades em que nossas próprias posições se sujeitem a deslocamentos, no diálogo, e nas relações de poder que estabelecemos com nossos informantes, personagens, leituras¹². Assim, tanto no caso das antropólogas quanto no das engenheiras, podemos encontrar construção de conhecimento em espaços não tradicionais de pesquisa, como as salas de aula, a interação com os alunos, algo que precisamos mais de perto investigar, requerendo, também para essas mulheres – professoras – um estatuto de autoridade científica que a ciência moderna concedeu muito mais àqueles que fazem pesquisa como entendida institucionalmente, num laboratório, e de mãos dadas com o chamado “método científico”¹³. E foi justamente em relação à pesquisa e às poucas mulheres que ocupavam esse privilegiado espaço de poder que a epistemologia feminista encetou a sua crítica. Questionava-se quantas eram essas mulheres e onde estavam fazendo pesquisa, mas não se olhou para aquele grupo que ensinava as mais variadas ciências, por exemplo, e que, entendido o espaço do ensino como produção de conhecimento, também pesquisava. Se falávamos em história das ciências, talvez agora seja melhor acertar a discussão em termos linguísticos e entendê-la em termos de “ensino e história das ciências”. Não mudamos o objeto de pesquisa, as pesquisadoras, mas as consideramos movendo-se/atuando em outras posições e estabelecendo novas relações, investindo, também,

¹² Diálogo, sobretudo, com o texto “Na busca do ‘outro’, encontra-se a ‘si mesmo’, de Miriam Grossi (1992).

¹³ Esta é uma questão sobre a qual ainda inicio reflexões. Pretendo abordá-la com mais profundidade em outro texto.

em intersubjetividades, calçadas em suas experiências. [...] a experiência é coletiva assim como individual. Experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas (SCOTT, 1999, p. 42).

Engenheiras e antropólogas

Em *Antropólogas e Antropologia*, Marisa Corrêa nos convida a ler a história de Emilia Snetlage, Leolinda Daltro e Heloisa Alberto Torres não apenas como invasão do espaço público e subversão de suas lógicas ou ameaça à ordem institucional, mas, também, a desconstruir suas trajetórias “romanceadas” e, até mesmo, grafadas (ou não) no imaginário ou numa história da antropologia tradicional que não permitiria perpassar o gênero.

Uma segunda questão, diretamente suscitada pela discussão anterior, diz respeito às relações entre homens e mulheres naquela esfera pública, já que se poderia dizer que, ao entrarem no serviço público ou postularem cargos públicos – o que era explicitamente censurado por vários porta-vozes do decoro social da época –, não era apenas como indivíduos invasores que elas eram vistas, mas como portadoras de “outra lógica”, a lógica da esfera “doméstica”, que poderia poluir a lógica da esfera pública. Essa poluição é justamente o que se pode ler nas entrelinhas de todas as acusações contra nossas três personagens em momentos de crise [...] (CORRÊA, 2003, p. 15-16).

Essa poluição me suscita pensar o ensino em muitas áreas do conhecimento ou determinadas áreas como “lugar de mulheres” e o quanto isso tem implicado, também, historicamente, a desqualificação desse lugar (LOURO, 2007, p. 443-481).

A questão biográfica é importante na obra citada de Marisa Corrêa porque o ser mulher e, por isso, aparecer na literatura como coadjuvante, a “notoriedade retrospectiva” e, mesmo, o esquecimento ganham uma releitura que é também um movimento de afirmar ou refutar um renome. À época estudada por Marisa – final do século XIX aos inícios dos anos 40 do século XX – era raro uma mulher em busca de renome. Em outras palavras, em busca de reconhecimento.

Biografias, em sua forma tradicional, ainda são um gênero baseado num curso oficial de uma vida. O nome próprio, como diz Bourdieu,



é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais, curriculum vitae, cursus honorum, ficha judicial, necrologia ou biografia, que constituem a vida na totalidade finita, pelo veredicto dado por um balanço provisório ou definitivo (1996, p. 187).

Mas renome tem outra conotação. Provindo de renomear – ser nomeado novamente –, significa, no caso de antropólogas estrangeiras ou algumas brasileiras esposas de pesquisadores citadas por Marisa, adotar uma nova identidade social ao assumir o sobrenome de um outro, que seria o de seu marido. Dentre as trajetórias interpretadas por Marisa, encontramos esposas de antropólogos que eram também antropólogas, mas consideradas esposas em primeiro lugar; algumas se reconhecem pesquisadoras após a morte de seus companheiros; outras, escorregam para o esquecimento ou para constar como personagens coadjuvantes em biografias de seus heroicos maridos, enquanto elas talvez ressurgam como “aventureiras”. Não se pode deixar de mencionar o caso de pesquisadoras solteiras, que, na época estudada por Marisa, eram vistas com o olhar da sociedade da época, com uma certa “má vontade”, o que a elas criava uma série de dificuldades para realizar suas pesquisas. Foi o caso de Ruth Landes (CORRÊA, 2003, p. 24)¹⁴.

Os problemas de personagem coadjuvante na biografia do marido e o de passar a ser conhecida muito mais como esposa do que na trajetória de liderança que empreendeu brotam na história de vida de Helena Stemmer, entendo. Ela também não estava, na década de 50, buscando renome, mas já fazia parte de uma primeira geração fruto da institucionalização de certas áreas das ciências no Brasil, no caso dela, a engenharia.

Numa retomada da biografia do *esposo* de Helena, lemos, que, discursivamente, sua primeira aparição é como esposa; num outro esparso momento, é interrogada sobre a possibilidade de renúncia de sua exitosa carreira na área do Cálculo Estrutural em Porto Alegre; sim, há uma rápida menção à sua carreira na Engenharia Civil da mesma universidade.

A biografia está por ser concluída, e nos deparamos com Stemmer e a sua esposa, os dois, agora, aposentados, novamente como um casal. Então, a relação que prepondera oficialmente é a de parentesco, por meio do casamento, obstruindo a edificação pública de uma identidade profissional, que era praticamente na

¹⁴ Em *Antropólogas & Antropologia*, há um capítulo dedicado à Ruth Landes, em que questões de raça/etnia e gênero são discutidas – “O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira”.

mesma área da do marido. Identidade constituída em meio a adversidades e responsabilidades da esfera privada, com o cuidado com os filhos, que dificilmente um homem teve que enfrentar.

Publicada no contexto da Coleção Anísio Teixeira, patrocinada pela Capes, a biografia de Stemmer, escrita por Arno Blass, ex-professor e ex-diretor do CTC da UFSC, evoca o biografado como personagem principal. É um relato oficial, e, por enquanto, o que foi publicado, o que edifica o biografado e lhe dá, pela voz de um outro, a notoriedade, o renome. É um homem, professor de engenharia, contando a vida de outro homem, também professor de engenharia, nele possivelmente projetando-se autobiograficamente.

A história de vida de Helena pertence muito mais às memórias dos que ainda estão vivos e contam o que viram ou vivenciaram, do que ao discurso *oficial*, exceto pelo livro que escreveu com Ronaldo da Silva Ferreira, a propósito dos 25 anos da Engenharia Civil da UFSC. Não há, aí, um tom autobiográfico de fato, visto que haveria a necessidade de uma mesma identidade de autor e o personagem principal – um “pacto autobiográfico, como define Lejeune (1996, p. 8). No entanto, essa narrativa pode ser lida como uma forma de, no registro da memória do Departamento onde trabalhou e teve uma liderança, tentar registrar sua própria trajetória. Como explicaríamos isso em termos de subjetividades, experiência e memória?

Ler a trajetória de Helena em termos da experiência constitutiva de sua subjetividade e no que isso pode ser representativo de uma primeira geração de engenheiras, e engenheiras que foram ensinar nas universidades, suplanta a experiência de esposa com a qual é, sobretudo, representada na biografia de Stemmer.

Helena, assim como as antropólogas estudadas por Marisa Corrêa e Miriam Grossi, ao serem resgatadas, são novamente renomeadas, como se a (re)escritura e a (re)interpretação de suas trajetórias as batizasse com novos nomes a partir de um olhar de gênero. Suas subjetividades, e as experiências que as constroem, passam a serem entendidas em outros termos e seus nomes podem passar a ser considerados não como (sobre) nomes, mas prenomes próprios: Dina, Ruth, Heloisa, Helena...

Referências

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. “Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, 2006.

BLASS, Arno. Caspar Erich Stemmer: administração, ciência e tecnologia. Brasília: Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2003.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coords.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. “Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio”. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro/Florianópolis, v. 7, n. 1 e 2, 1999.

CABRAL, Carla; BAZZO, Walter Antoni. “Helena Amélia Oehler Stemmer: Trajetória de Uma Engenheira Pioneira no Sul do Brasil”. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE, Curitiba: UTFPR-PPGTE, 2007.

CABRAL, Carla. Anotações para um diário de campo sobre a mesa-redonda “Desafios da Etnografia Hoje”. Florianópolis: Manuscrito, dia 31 de março de 2008.

CITELI, Maria Teresa. “Mulheres nas Ciências: mapeando campos de estudo”. In: LOPES, Maria Margaret (Org.). *Cadernos Pagu: gênero, ciência, história*. Campinas: EDUNICAMP, 2000.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003.

COSTA, Claudia de Lima. “O tráfico do gênero”. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 127-140, 1998.

FARIAS, Benedito Guilherme Falcão. *Gênero no mercado de trabalho: mulheres engenheiras*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.

FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: DREYFUS, Hubert L. Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GROSSI, Miriam Pillar. “Duas Germaines e Uma Denise: as alunas de Mauss”. In: MOTTA, Antonio; CAVIGNAC, Julie (Orgs.). *Antropologia Francesa no Século XX*. 1. ed. Recife: Massangana, 2006.

_____. “Na busca do ‘outro’ encontra-se a ‘si mesmo’”. *Trabalho de Campo & Subjetividade*, Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

HARAWAY, Donna. “Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs. e Trans.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 07-41, 1995.

HARDING, Sandra. *Whose Science Whose Knowledge? Thinking from Women's lives*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

KELLER, Evelyn Fox. *Reflections on Gender and Science*. New Haven/ London: Yale University Press, 1985.

LEJEUNE, Phillipe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1996.

LONGINO, Helen. *Science as Social Knowledge: values and objectivity in scientific inquiry*. New Jersey: Princenton University Press, 1990.

LOPES, Maria Margaret. “Aventureiras’ nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências no Brasil”. *Cadernos Pagu*, v. 10, p. 82-93, 1998.

LOURO, Guacira. “Mulheres na sala de aula”. In: PRIORE, Mary Del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

PEDRO, Joana Maria. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. *História*, São Paulo, v. 24, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

SAMARA, Eni de Mesquita; FACCIOTI, Maria Cândido Reginato. *Mulheres políticas: histórias e perfis*. São Paulo: EDUSP, 2004.

SCOTT, Joan. “Experiência”. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina de Oliveria (Orgs.). *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999.

SILVA, Alberto Carvalho da Silva. “Alguns problemas do nosso ensino superior”. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 42, p. 269-293, maio/agosto, 2001.



SOCIEDADE de Engenharia do Rio Grande do Sul. “Engenheira mais antiga viva do Estado recebe homenagem da SERGS”. *Boletim Eletrônico*, 6 de março de 2007. Disponível em: <http://host384fnx.plugin.com.br/_conteudo/interno.php?ativo=NOTICIAS&sub_ativo=SAIBA_MAI&id=602&PHPSESSID=094e19c40cb1ad0c56756887e8f89d11>http://host384fnx.plugin.com.br/_conteudo/interno.php?ativo=NOTICIAS&sub_ativo=SAIBA_MAI&id=602&PHPSESSID=094e19c40cb1ad0c56756887e8f89d11>. Acesso em: 06 jul. 2007.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero”. *Murguía Revista Galega de História*, v. 14, p. 33-49, 2007.

STEMMER, Helena Amélia; FERREIRA, Ronaldo da Silva. *Engenharia Civil 25 anos*. Florianópolis: Edição do Autor, 1995.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil – Sec. XVI a XIX*, v. 1. Rio de Janeiro: Clube da Engenharia, 1994.

[VOLTA AO SUMÁRIO]

A PRESENÇA DE MULHERES EM CURSOS DE ENGENHARIA NO SUL DO BRASIL: UM ESTUDO QUALIQUANTITATIVO DE GÊNERO, HISTÓRIA E CIÊNCIA¹



Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

A estruturação dos cursos de Engenharia no Brasil esteve ligada a projetos de modernização, envolvendo ciência e tecnologia, mas também a própria problematização desses saberes (FIGUEIRÔA, 2010, p. 122). Ao operar-se um deslocamento cada vez maior da Engenharia do ambiente militar para o civil, na virada dos séculos 19 e 20, novas atribuições acabaram socialmente incorporadas por engenheiros, entre eles a produção de saberes e objetos técnicos, a organização e controle do trabalho coletivo, o saneamento e reordenação urbanas, a construção de novas cidades, obras contra a seca, ou, ainda, o levantamento de recursos naturais (FIGUEIRÔA, 2010, p. 122). A legitimidade para racionalizar os problemas da realidade garantiu, em certa medida, que engenheiros passassem a ter presença cada vez mais forte na sociedade, cultura e política brasileiras e que, aos olhos da sociedade, o campo das Engenharias fosse representado como um campo de conhecimento homogêneo, sólido, universal, deixando de considerar, na superfície, os conflitos internos de interesse, as disputas entre escolas de formação ou, ainda, a desigualdade de gênero na formação dentro de uma mesma escola. A aparente homogeneidade do campo talvez seja um dos motivos pelos quais as Engenharias, ao contrário da medicina, carecem de maior investigação histórica (FIGUEIRÔA,

¹ Os resultados aqui divulgados derivam de pesquisa ligada ao projeto *Gênero e Ciências no Sul do Brasil*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Durante a realização da pesquisa, contei com bolsa de Pós-Doutorado na modalidade PNPd, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre fevereiro de 2010 e maio de 2011. Versão preliminar de discussão de dados da pesquisa foi publicada na forma de artigo. Ver Klanovicz (2011).

2010, p. 122). É preciso lembrar que a centralização das Engenharias no mundo urbano, no atendimento de anseios das classes médias e do aparelho estatal, sempre empurra historiadores e historiadoras a pensar esse campo científico como território de disputas entre saberes, entre regiões detentoras de centros de excelência desse conhecimento, e olhar para disputas pelo entendimento e pelo público interno e externo que se beneficiará do campo.

Os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul formam uma região importante para a discussão histórica desses pontos, pois, na atualidade, concentram parcela significativa dos principais cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Engenharias do país e é possível perceber, por dados aqui coletados, que há disputas e tensões importantes entre universidades e cursos de Engenharia na região, entre modelos oferecidos de Graduação e Pós-Graduação e, principalmente, tensões e diferenças no que diz respeito ao ingresso, à permanência e à conclusão de curso quando comparamos percursos e números de homens e mulheres.

Materiais e métodos

É necessário, cada vez mais, pensar em termos históricos o crescimento absoluto de mulheres em vagas acadêmicas e científicas, e se isso corresponde a uma verdade no campo das Engenharias (FERREIRA et al., 2008, p. 44) – devido, entre outras razões, à própria ampliação da oferta de cursos de Graduação e Pós-Graduação e ao incremento absoluto do aporte de recursos financeiros para o campo.

Ao propor o conhecimento dessas especificidades, a partir de pesquisas de caráter regional, levam-se em conta que as áreas de Engenharias produzem, no sul do Brasil, conhecimento em áreas tradicionais, mas, também, em áreas sensíveis à tecnologia e à inovação, sendo apoiadas com importantes recursos financeiros oriundos de agências de fomento à pesquisa, tais como o Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq) ou a Financiadora de Projetos (FINEP). Tais pesquisas, há décadas reservadas na sua maioria a um público de cientistas homens, hoje apresentam mulheres como líderes de grupos de pesquisa e que trabalham na formação de recursos humanos na Graduação e na Pós-Graduação. A ciência, segundo Vivian Gornick (2009), nunca é resultado de um só sexo, e nas relações de poder entre homens e mulheres dentro de laboratórios, não se pode deixar de vislumbrar a perspectiva de multiplicidade da agência de pesquisa, muitas vezes partilhada entre os gêneros.



A História tem sido fundamental no que diz respeito ao tratamento, à seleção de dados quantitativos para pesquisas nas Ciências Sociais na medida em que estudos sobre trabalho, migrações ou gênero impõem a análise de processos numa perspectiva multiescalar, capaz de ligar estudos de caso com um universo mais amplo (ABRAHAMSON et al., 2009, p. 51). Nesse sentido, este trabalho busca contribuir com a discussão sobre a inserção de mulheres no campo de conhecimento das Engenharias, a partir da descrição e análise de alguns casos exemplares que têm sido presenciados na região sul do Brasil. Ao se identificarem dados regionais, levando-se em conta um problema global, é possível visualizar, longitudinalmente, a questão da inserção das mulheres no campo das Engenharias.

Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina concentram alguns dos melhores cursos de Engenharias do Brasil, e os vestibulares das inúmeras universidades que oferecem esses cursos, especialmente as públicas estaduais e federais, atraem candidatos e candidatas de todo o país. Em sua maioria, são cursos recentes e estruturados em instituições como os da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis/SC, e os da Universidade Estadual de Maringá (UEM), em Maringá/PR, que são os casos por mim discutidos. A ideia de estabelecer um estudo quali-quantitativo regional na perspectiva proposta por Mark Abrahamson et al. (2009) permite interpretar a presença de mulheres em cursos de Engenharia no sul do Brasil, considerando-as como agentes tecnológicos em espaços importantes para sua atividade científica, que vão da casa à academia, da interação entre novas tecnologias, crenças e práticas sociais, do impacto do desenvolvimento tecnológico e científico na família e na sexualidade, e, principalmente, do impacto da cultura sobre a percepção da mulher em espaços acadêmicos majoritariamente masculinos.

História, gênero e ciência

Cynthia Cockburn (1988), ao trabalhar com a genderificação das Engenharias, afirmou que a segregação nas profissões técnicas deve-se ao fato de que o discurso dominante nesses campos é masculino, e que grande parte da operação desse discurso reside na naturalização das diferenças historicamente postas entre homens e mulheres. É necessário pontuar, conforme Berna Zengin-Arslan (2002), que essa essencialização da diferença não é mais possível de ser considerada uma posição relevante no mundo contemporâneo das ciências e a discussão em torno da presença de homens e mulheres nesses campos precisa ser pensada em outros termos. Nesse sentido, percorrer as Engenharias, do ponto de vista histórico,

como campos “masculinos”, nos leva a perceber as ciências a partir de recortes de gênero e de história; que a própria ideia de masculinidade está vinculada à tecnologia, no sentido que, enquanto a primeira tornou-se central para a segunda, a competência tecnológica tornou-se parte fundamental da construção social da masculinidade. Por conseguinte, a exclusão das mulheres da produção e do controle sobre a tecnologia é um aspecto complementar nesse processo desde que a feminilidade é construída em termos de tecnofobia. Cynthia Cockburn afirma que “isso não é um simples caso de excluir a mulher como pessoa [do espaço tecnológico]; é a constituição da feminilidade em si [...] construída como não técnica” (1988). Assim é que a entrada de mulheres nas ciências não é fácil, já que “uma mulher atravessar o espaço de atuação do homem significa transgredir os papéis de gênero e sofrer suas penalidades, uma vez que envolve o abandono dos valores e preocupações tradicionalmente delegados às mulheres” (1988).

As preocupações sobre a presença das mulheres no mundo acadêmico das Engenharias têm sido discutidas a partir das diversas tensões presentes nos campos de formação e de atuação acima exemplificados, no subcampo das relações entre gênero e ciência, que vem sendo historicizadas globalmente por Fanny Tabak, Evelyn Fox Keller e Helen Longino (1996), Sandra Harding (1996), ou, no caso da América Latina e do Brasil, por Patrícia Guevara, María García, Eulália Sedeño, ou Maria M. Lopes. Essas autoras têm sido responsáveis por pontuar uma crítica severa à naturalização da subalternidade feminina no campo científico (Fanny Tabak, Londa Schiebinger), mas, também, por promover, a partir da problematização da heterogeneidade do campo das ciências e da sua politização, a reflexão sistemática sobre a exclusão das mulheres das ciências e da tecnologia, como é o caso das preocupações que orientam politicamente os trabalhos de Maria García e Eulália Sedeño.

Muitos trabalhos têm observado que, mesmo que o número absoluto de mulheres que optam pela área tecnológica tenha aumentado, permanecem padrões sexistas e fatores culturais que continuam conduzindo à diferenciação entre os gêneros, como é o caso de pesquisas conduzidas por Castro e García. Essas pesquisadoras afirmam que a carreira das pessoas está intimamente condicionada por um sistema de valores, e que a estrutura axiológica é diferente para homens e mulheres.

Os fatores culturais têm sido observados como limitadores do acesso de mulheres às Engenharias, também, no caso brasileiro, conforme pontuam A. L. Fiúza. Segundo a pesquisadora, “o maior fluxo de homens em cursos técnicos se deve a questões de fundo cultural e social, por existirem ainda muitos preconceitos arraigados em nossa sociedade” (apud SIMAS, 2010). O lugar das mulheres

na ciência tem recebido atenção, também, na região sul do Brasil, com destaque para as pesquisas de Marília de Carvalho (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR), Benedito Guilherme Falcão Farias (UTFPR) e Carla Cabral (UFSC) sobre a formação e participação das mulheres no campo das Engenharias (PEDRO, 2009).

A História, nesse sentido, pode perscrutar alguns percursos das Engenharias no sul do Brasil a partir da comparação multiescalar dos processos de diferenciação de gênero nesses campos do conhecimento em um universo cultural de segregação científica mais amplo (ABRAHAMSON et al., 2009, p. 51). Os dados de uma pesquisa histórica qualiquantitativa, especialmente na área de Gênero e Ciência, permitem conversações interdisciplinares e documentam como a relação entre o gênero e a ciência é recíproca e com mudanças históricas em diferentes tempos e espaços (BAUR, 2009).

Segundo Ruby Heap (2006), esse processo representa um deslocamento da leitura da “mulher e a ciência” que focalizava apenas o papel da mulher em setores dominados pelos homens, como é o caso de algumas pesquisas já realizadas no sul do Brasil, que versam sobre casos de “mulheres pioneiras” nesses campos de conhecimento, como a Engenharia, para uma leitura histórica na qual existe uma demonstração da participação ativa das mulheres no campo científico e tecnológico. A tecnologia e a ciência constroem o gênero, bem como as definições modernas sobre o que é ciência e o que não é. Contudo, é a partir de estudos históricos que essas relações são colocadas em perspectiva de tensões e contingências, onde o papel de homens e mulheres muda, já que gênero e ciência também são construções históricas. Ruby Heap, ao pensar essas relações entre ciência e história, historicizou o deslocamento ocorrido na interpretação sobre a ligação entre mulheres cientistas e ciência, desde as posições feministas até a perspectiva de gênero. Para ela, se as feministas tinham contribuído para o discurso da “mulher como vítima” das tramas científicas masculinas, o que resultava em poucas histórias de sucesso de mulheres no campo científico, a incorporação da categoria de gênero fez deslocar a mulher do papel de vítima e reposicioná-la dentro da complexidade social na qual as cientistas constroem sua trajetória acadêmica e profissional (HEAP, 2006, p. 8).

De todo, as mulheres ainda são invisíveis se comparadas às histórias de sucesso no campo da ciência. Talvez essa constatação seja apenas superada a partir de pesquisas mais sensíveis, como pensa Heap, à diversidade de experiências de vida de mulheres, em diferentes tempos e contextos, mas também de homens cientistas em leitura comparativa ou contrastiva (2006, p. 8).

Discussão

A despeito da região sudeste, que sustenta a maior oferta de cursos de Engenharia do país, o sul do Brasil é bem servido no que diz respeito à oferta desses cursos, tanto na Graduação, quanto na Pós-Graduação, ainda mais se forem considerados critérios de interiorização e equilíbrio de distribuição de oferta nos três estados (SC, PR e RS). Um dos aspectos inerentes às Engenharias nos últimos anos diz respeito ao aumento da oferta de cursos, que, de estagnada na década de 1990, floresceu na década de 2000. Hélio Bittencourt et al., ao pontuarem a evolução de cursos de Engenharia de Produção em funcionamento no Brasil desde a década de 1990, constatam que o número de cursos de Graduação ofertados em 1990 era de 15 no país inteiro, e que essa cifra subiu para 72, em 2000, e, em 2008, alcançou 287. Os autores ressaltam, contudo, que “a explosão verificada nos cursos de Engenharia de Produção (aumento de 1820% no período) não ocorreu na mesma magnitude nas áreas tradicionais da Engenharia.

É com base na multiplicação de cursos de Engenharia na região sul, que, para o desenvolvimento da pesquisa, foram estabelecidos alguns critérios de inclusão e exclusão de instituições e períodos. A opção encontrada para estabelecer o recorte das instituições foi realizar a comparação de grupos de pesquisa na área de Engenharias nas universidades do sul do Brasil a partir de dados do Censo do CNPq, de 2000 e 2004. A partir do delineamento das 15 universidades públicas que ofertam cursos de Engenharia no Sul do Brasil, foi necessário estabelecer reduções, optando-se em desconsiderar universidades que não tivessem dados consolidados a informar para todo o período de publicação dos censos. Chegou-se a 12 instituições: CEFET/PR, FURG, UEL, UEM, UEPG, UFPEL, UFPR, UFRGS, UFSC, UFSM, UNICENTRO e UNIOESTE. Por fim, restou identificar, no todo, as universidades que apresentassem maior dinamismo em termos de constituição de grupos de pesquisa. Novamente, a estratificação dos grupos de pesquisa levou à conclusão de que as universidades a serem elencadas para o estudo, por apresentarem similaridade no dinamismo da constituição de grupos de pesquisa em Engenharias (seguindo alguns critérios como a velocidade de formação de novos grupos), seriam a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM), conforme tabela 1:

Tabela 1 – Instituições de Ensino Superior públicas que têm grupos de pesquisa na área de Engenharias, entre 2000 e 2004, no sul do Brasil, com dados consolidados para todo o período

IES	2000				2002				2004			
	T	Co	eC	eF	T	Co	eC	eF	T	Co	eC	eF
UEM	6	-	5	1	17	0	9	8	27	1	17	9
UFSC	57	35	21	1	78	39	30	9	94	58	20	16

Fonte: Censo CNPq, 2000-2004.

Nota: onde IES é Instituição de Ensino Superior, e os grupos estão organizados por Total de Grupos no ano (T), Grupos consolidados (Co), Grupos em Consolidação (eC), Grupos em formação (eF).

Ao cruzar várias consultas relativas aos tipos de bolsa de pesquisa (que no Brasil são financiadas desde a Graduação a partir da modalidade de Bolsa de Iniciação Científica, passando pelo mestrado, pelo doutorado, chegando às categorias de pesquisadores já instalados em universidades, classificados como Pesquisador, I e II e SENIOR, nas plataformas do CNPq e da CAPES, se pode constatar que há uma forte presença de jovens mulheres como pesquisadoras de iniciação científica em todas as áreas de conhecimento, inclusive naquelas consideradas mais “masculinas”.

Segundo Thereza Soares, “apesar do número restrito e pouco acessível de estudos sobre a atuação feminina em áreas de C&T, é razoável supor, com base na observação do número de mulheres ocupando posições permanentes em Departamentos de Engenharia, Matemática, Física e Química brasileiros, que o Brasil não constitui uma exceção à tendência constatada em outros países” (2001, p. 281). Hildete Pereira de Melo e André Oliveira (2006) afirmam que há uma nítida tendência do avanço de pesquisadoras na direção de maior qualificação e soberania na pesquisa nessas áreas.

A mudança no mercado de trabalho e nas atitudes da sociedade em relação ao papel feminino na ciência segue de mãos dadas com a mudança das atitudes das mulheres cientistas dentro de seus próprios campos (PEREIRA DE MELO; OLIVEIRA, 2006, p. 326). Já Maria Lombardi utilizou dados estatísticos consolidados do Ministério da Educação e tabulações especiais com as variáveis de gênero e carreira universitária. De acordo com a autora,

o principal problema enfrentado para a construção de séries longitudinais que mostrassem a evolução das matrículas e conclusões de curso de engenharia foi a descontinuidade temporal da apresentação dos dados cruzados pela variável sexo. Face a essa circunstância, tornou-se impossível



acompanhar a progressão das conclusões femininas em cursos de engenharia, justamente num período onde as mulheres começaram a procurar a formação em nível superior em maior número, a partir dos anos 1970 (2005, p. 11-12).

A autora buscou trabalhar com dados nacionais sobre a presença de mulheres nesses cursos.

Se, para as décadas de 1970 e 1980, os dados eram descontinuados, a partir dos anos 1990, os processos de inferência e mensuração da formação, especialmente de Pós-Graduação começaram a ser refinados na medida em que os próprios programas de Pós-Graduação e de Graduação tiveram de reorientar suas bases de dados e melhorar o repasse de informações ao Ministério da Educação, à CAPES e ao CNPq. De acordo com o relatório *Doutores 2010*, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, entre 1996 e 2008 houve uma inversão significativa da porcentagem de formação de doutores por ano, se considerarmos os sexos. Em todo o período, o país doutorou 43.228 homens e 42.424 mulheres. Contudo, o relatório mostra que o maior número de homens entre doutores titulados no Brasil terminou em 2004, quando o país doutorou 3.991 homens e 4.085 mulheres, invertendo, assim, a proporção de mulheres doutoras, que, em 2003, era de 49,8%, para 50,6% naquele ano. O relatório ressalta que, no período de 1996 a 2008, a proporção de mulheres entre titulados era muito baixa no Nordeste (32,5%) e no Sul (41,1%), e que a média nacional da participação feminina era de 47,6%. Mas, em 2008, a diferença de participação feminina entre as regiões “diminuiu e todas elas apresentaram crescimento dessa participação. Ao final do período, a participação média de mulheres cresceu entre os doutores titulados, com menor intensidade no Norte (de 47,6% para 47,8%), mas com expressividade no Sul (41,1% para 51,3%) e Nordeste (32,5% para 52,8%). Ao passo em que começou a haver maior titulação de doutorado de mulheres em todas as regiões brasileiras, é necessário considerar, também, que houve incremento na participação feminina em quase todas as áreas de conhecimento, com menor intensidade nas ciências exatas e da terra, que passou de 37,1%, em 1996, para 37,7, em 2008. Se, ao longo do período, os dados relativos à participação feminina no cômputo de titulação de doutores na grande área de exatas e da terra mostraram essas alterações, é importante enfatizar o aumento significativo da representatividade das mulheres nas Engenharias (de 26,4%, em 1996, para mais de 33%, em 2008) e na saúde. De 1996 a 2008, o número de titulados doutores por grande área e área específica no Brasil, pensando-se as Engenharias e a distribuição entre homens e mulheres mostra, num primeiro momento, a elevação da quantidade de titulados (que saltou de

389, em 1996, para 1221, em 2008) e a diminuição da porcentagem de homens titulados de 72,2%, em 1996, para 66,6%, em 2008.²

Do universo de doutorados em Engenharia entre 1996 e 2008, no Brasil, percebe-se que algumas áreas mantêm uma disparidade expressiva no que diz respeito à titulação de homens e mulheres, como é o caso das Engenharias Elétrica, Mecânica, Naval e Oceânica. Do público doutorado nessas áreas entre 1996 e 2008, as mulheres não atingem 20%. Os doutorados em Engenharia Aeroespacial e de Minas titularam doutoras na casa dos 20 aos 29,9% de seus universos de doutorandos. Do público doutorando das Engenharias Civil, de Materiais e Metalúrgica, de Produção, de Transportes e Nuclear, a participação de mulheres tituladas para o total de doutores fica na casa dos 30 a 39,9%. Por fim, as Engenharias nas quais a porcentagem de mulheres tituladas nos cursos de doutorado fica na casa dos 40 aos 49,9% são a Engenharia Biomédica, a Engenharia Química e a Engenharia Sanitária. Os dados mostram, também, que, se a média entre 1996 e 2008 da participação de mulheres tituladas doutoras é de 29,6%, de um total de titulados de 10.745 doutores, é necessário atentar para a diferença de participação feminina existente entre as áreas específicas de conhecimento, dentro da grande área. Pontua-se, assim, que o público feminino a ser titulado em doutorados em Engenharia manteve-se estabilizado no período para os cursos de Engenharia Nuclear, Engenharia Química e Engenharia Sanitária (sem muita discrepância entre homens e mulheres, pendendo para os homens), nos de Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica (com muita discrepância pendendo para os homens), e com crescimento da porcentagem de participação feminina para os cursos de Engenharia Biomédica (que, em 2008, eram 66,7% do público titulado doutor), Engenharia Civil (que saltou de 27,8%, em 1996, para 38,6%, em 2008), Engenharia de Materiais (de 22,5% para 44,2%), e de Engenharia de Transportes (de 11,1% para 36,0%).

UEM e UFSC em comparação

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) é uma universidade mantida pelo Estado do Paraná, e foi criada em 1969, no município de Maringá, incorporando faculdades preexistentes, além de incluir novos cursos. Logo de início, a UEM estabeleceu um Centro Tecnológico, e expandiu cursos de Engenharia em 1999 (UEM-BASE DE DADOS, 2003).

² Os dados aqui apresentados são retirados de DOUTORES (2010, p. 101, 102, 103 e 175).



A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é uma instituição pública federal e gratuita, criada em 1960, incorporando faculdades isoladas e ofertando outros cursos, no município de Florianópolis. Desde o início, estabeleceu o Centro Tecnológico, passando a ofertar os cursos de Graduação em Engenharia Mecânica (1962), Civil (1964), Química e de Alimentos (1978), de Controle e Automação (1990), além de Engenharias de Produção. A UFSC destaca-se nacionalmente nas Engenharias, tanto em nível de Graduação como de mestrado e doutorado. Comparativamente, ambas as instituições apresentam cursos de Engenharia que estão consolidados, enfatizando, cada uma, suas especificidades, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Cursos de Graduação em Engenharia, vigentes na UFSC e na UEM, entre 2000 e 2010

UFSC	UEM
Engenharia de Alimentos	Engenharia de Alimentos
Engenharia Civil	Engenharia Civil
Engenharia Química	Engenharia Química
Engenharia Mecânica	Engenharia Mecânica
Engenharia de Produção - Mecânica - Elétrica - Civil	Engenharia de Produção - Agropecuária - Confecção Industrial - Construção Civil - Software
	Engenharia Têxtil
Engenharia de Controle e Automação Industrial	
Engenharia Sanitária e Ambiental	
Engenharia de Materiais	
Engenharia de Aquicultura	
Engenharia Elétrica	
Engenharia Eletrônica	

Fonte: Dados relacionados pela autora com base na Base de Dados da UEM (2003), e no site institucional da UFSC, 2010.

Na UEM, o curso de Engenharia de Produção Agropecuária tem despertado atenção, e os dados obtidos mostram alguns padrões de entrada de vestibulandos desde 2000, levando em conta os concursos vestibulares de inverno e de verão. Em 2000, o vestibular de verão para esse curso teve 139 inscritos, enquanto que o de inverno apresentou 15 inscritos, sendo 9 homens e 6 mulheres. Dos 139



inscritos no verão, 86 eram homens e 23 eram mulheres, com a aprovação para entrada no curso de apenas 30 homens e 22 mulheres. Se, em números absolutos, há muito mais homens inscritos nesse vestibular (86), quando pensamos nas 23 candidatas, a relação de aprovados diminui essa disparidade de números de inscritos, na medida em que apenas uma mulher foi reprovada no concurso, enquanto somente 30 homens foram aprovados (UEM, 2010). Contudo, os dados apresentados para 2000 acabam sendo uma exceção quando comparados aos vestibulares entre 2001 e 2009, que apresentam uma variação entre uma e seis aprovadas no meio das 15 vagas abertas para o vestibular por semestre. Isso demonstra, até o momento, uma majoritária ocupação de homens nesse campo das Engenharias na UEM, mas, que, em um primeiro momento, foi mais equilibrada, como podemos observar anteriormente.

Na UEM observa-se, por meio da lista de cursos disponíveis para a escolha dos futuros estudantes universitários, além dos cursos mais clássicos, como Engenharia Civil, Mecânica e Elétrica, a presença de uma segmentação interna na área de Engenharia. Tal fato tornou a escolha mais diversificada e destinada a atividades e interesses específicos, tanto para homens quanto para mulheres. Espaços novos, com habilidades também diferenciadas que podem ser atrativos para ambos (LOMBARDI, 2006, p. 181). De acordo com Lombardi, os anos 1990 apresentam características que precisam ser consideradas: “no espaço de dez anos, entre 1991 e 2002, o número de engenheiros formados que saíram do sistema escolar aumentou 53% no Brasil” (2006). A autora constata, também, o ritmo de abertura de novos cursos: “potencializado desde os anos 90 e em aceleração nos primeiros anos do novo milênio, se, na década de 80, foram abertos 22 cursos, nos anos 90 começaram a funcionar 94, e entre 2000 e 2003, outros 77” (LOMBARDI, 2006, p. 180-181).

Ao discutir as informações da UFSC, buscou-se amparar a apresentação de dados no *Boletim de dados*, publicado periodicamente pela administração escolar da instituição. Ressalte-se que a *Base de dados* da UEM apresenta variáveis diferentes das da UFSC, e, nesse sentido, optou-se pelo isolamento de alguns dados que dizem respeito direto a esta pesquisa.

O gráfico 1 (gráfico 26, no Boletim de Dados da UFSC, 2000) mostra o número de matrículas efetivas em cursos de Graduação da UFSC por sexo e área de conhecimento. No Boletim de Dados da UFSC daquele ano é interessante perceber que, de um total de 15.509 matrículas efetivas, ou seja, de alunos de Graduação cursando pelo menos uma disciplina no primeiro semestre, 8.413 são de homens e 7.096 são de mulheres³. Desse total, o Centro Tecnológico, que

³ Os dados apresentados até o gráfico 1 são originários de UFSC, 2000.



concentrava, na época, os cursos de Ciências da Computação, Sistemas de Informação, Arquitetura e Urbanismo, e as Engenharias de Alimentos, Civil, de Controle e Automação Industrial, Elétrica, de Materiais, Mecânica, de Produção (civil, elétrica e mecânica), Química e Sanitária, tinha 3.035 matrículas de homens e 972 de matrículas de mulheres para o primeiro semestre. Note-se que a Engenharia que tinha percentual maior de participação feminina era a de Alimentos, com 118 matrículas de mulheres e 89 de homens, no primeiro semestre de 2000. Para o semestre, as mulheres estão presentes em todos os cursos de Engenharia, com menor discrepância na Engenharia Química (237 homens para 161 mulheres), e Civil (368 homens para 117 mulheres). A maior discrepância de matrículas com relação ao sexo ocorre na Engenharia de Controle e Automação Industrial (214 homens para 11 mulheres), Elétrica (490 homens para 35 mulheres) e Mecânica (479 homens para 19 mulheres). O gráfico 1 evidencia a proporção de mulheres em relação aos homens no que diz respeito à matrícula efetiva no primeiro semestre de 2000, na UFSC, na proporção de 1:3.

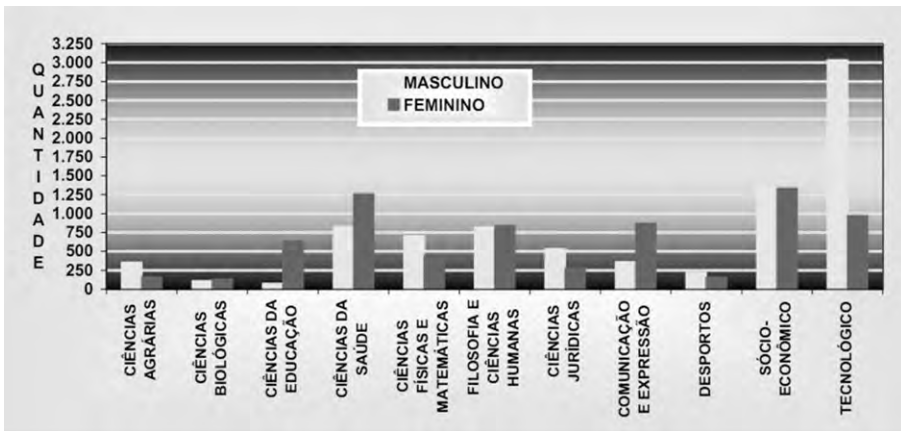


Gráfico 1 – Matrículas efetivas nos cursos de Graduação – por sexo – por área UFSC – 1º semestre 2000

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Boletim e Dados 2000.

Gráfico adaptado pela autora. Original: Gráfico 26 do referido documento.

O CTC corresponde, no primeiro semestre de 2000, a 25,84% das matrículas efetivas da UFSC, conforme o gráfico 2.

Com relação ao segundo semestre de 2000, a UFSC apresenta, para os cursos tecnológicos, quadro similar ao do primeiro semestre, com 8.335 matrículas efetivas de homens e 7.072 de mulheres, repetindo a mesma proporção do período anterior.



Gráfico 2 – Matrículas efetivas nos cursos de Graduação – por área – 1º semestre, 2000, UFSC

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Boletim e Dados 2000. Adaptado pela autora. Original: Gráfico 27 do referido documento.

O dado que chama a atenção é o que apresenta o número de diplomados do ensino de Graduação, por curso e por área, para os dois semestres de 2000. No primeiro semestre, por exemplo, os dados sobre os graduados e graduadas em Engenharias reportam o seguinte, conforme tabela 2:

Tabela 2 – Diplomados do ensino de Graduação nas Engenharias, 1º semestre, por sexo, UFSC, 2000

Curso	1º semestre		Total
	Homens	Mulheres	
Engenharia de Alimentos	10	9	19
Engenharia Civil	25	10	35
Engenharia de Controle e Automação	4	-	4
Engenharia Elétrica	25	3	28
Engenharia de Materiais	-	-	-
Engenharia Mecânica	38	2	40
Engenharia de Produção Civil	11	5	16
Engenharia de Produção Elétrica	9	1	10
Engenharia de Produção Mecânica	17	1	18
Engenharia Química	4	6	10
Engenharia Sanitária	4	6	10

Fonte: Elaborada pela autora com base na tabela 2.1.1.2.4.1 UFSC, Boletim de Dados, Diplomados do ensino de Graduação, por curso, por área, UFSC, 2000.



No cômputo geral dos diplomados de ensino de Graduação da UFSC por área, no primeiro semestre de 2000, a tabela 2 mostra que a proporção de mulheres graduadas em Engenharia com relação a homens é de aproximadamente 1:2,5.

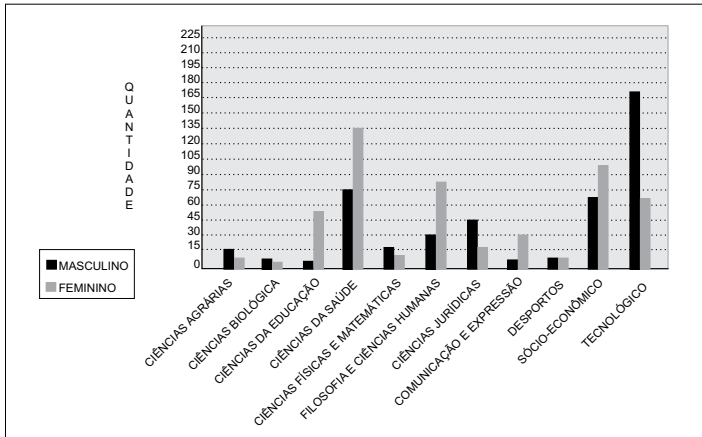


Gráfico 3 – Diplomados no ensino de Graduação, por área, 1º semestre de 2000, UFSC

Fonte: BOLETIM DE DADOS DA UFSC, 2000. Gráfico adaptado pela autora. Original: Gráfico 36 do referido documento.

No gráfico, por sua vez, percebe-se que a proporção de mulheres diplomadas em cursos tecnológicos em relação a homens diplomados dilata-se de 1:2,5 para 1:3.

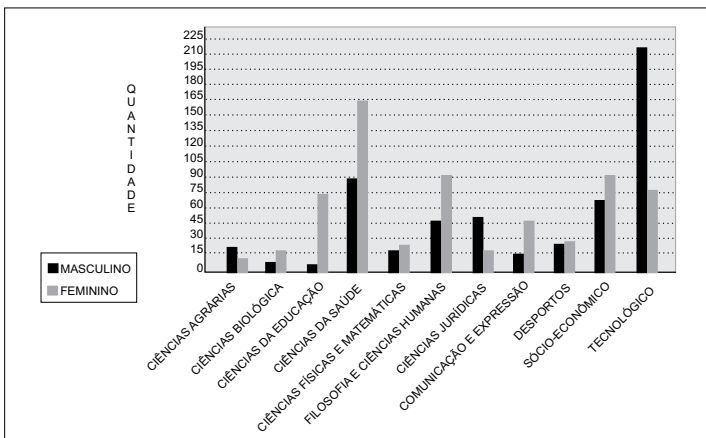


Gráfico 4 – Diplomados no ensino de Graduação, por área, 2º semestre, UFSC, 2000

Fonte: BOLETIM DE DADOS DA UFSC, 2000. Gráfico adaptado pela autora. Original: Gráfico 36 do referido documento.



Na UFSC, as menores disparidades entre a entrada de homens e mulheres apontando para quase um equilíbrio são encontradas nos cursos de Engenharia Civil e de Engenharia Química, onde as mulheres orbitam em torno de 5% a 40% (com variações interanuais) das 50 vagas anuais ofertadas pelo vestibular com base em dados de entrada de 1998 a 2009 (COPERVE, 2010). Em compensação, o curso de Engenharia de Produção Elétrica, que apresentou, nos anos pesquisados, um número, em geral, inferior, a única exceção foi o ano de 1999, com maior entrada de mulheres. De todas as formas, a disparidade é mais acentuada que nas áreas de Civil e de Química, uma vez que a entrada de mulheres tem orbitado entre 1% e 20%.

Ao ler a tabela 3, percebe-se que, para o primeiro semestre de 2007, há superioridade de diplomadas em relação a diplomados no curso de Engenharia de Alimentos, um relativo equilíbrio de percentual de participação de homens e mulheres graduados e graduadas nos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Química, Engenharia de Materiais e Engenharia Sanitária e Ambiental. As grandes disparidades aparecem nos cursos de Engenharia de Controle e Automação Industrial, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção Elétrica e Engenharia de Produção Mecânica.

Tabela 3 – Diplomados do ensino de Graduação nas Engenharias, 1º semestre, por sexo, UFSC, 2007

Curso	1º semestre		Total
	Homens	Mulheres	
Engenharia de Alimentos	6	99	15
Engenharia Civil	16	10	26
Engenharia de Controle e Automação	28	2	30
Engenharia Elétrica	39	2	41
Engenharia de Materiais	9	5	14
Engenharia Mecânica	32	3	35
Engenharia de Produção Civil	6	-	6
Engenharia de Produção Elétrica	8	1	9
Engenharia de Produção Mecânica	11	2	13
Engenharia Química	6	7	13
Engenharia Sanitária	21	17	38

Fonte: Elaborada pela autora com base na tabela 2.1.1.2.4.1 UFSC, Boletim de Dados, Diplomados do ensino de Graduação, por curso, por área, UFSC, 2007.

Com relação aos dados sobre diplomados para os cursos de Engenharia da UFSC para o segundo semestre de 2007, percebe-se que a Engenharia de Alimentos continua sendo o curso de maior participação feminina, ao passo em que a Engenharia Química diplomou 11 homens e 11 mulheres. Nos demais cursos, foi observada desproporção de participação, com superioridade masculina em todos os campos (tabela 4).

Tabela 4 – Diplomados do ensino de Graduação nas Engenharias, 2º semestre, por sexo, UFSC, 2007

Curso	2º semestre		Total
	Homens	Mulheres	
Engenharia de Alimentos	5	17	22
Engenharia Civil	25	11	36
Engenharia de Controle e Automação	24	-	24
Engenharia Elétrica	27	3	30
Engenharia de Materiais	13	6	19
Engenharia Mecânica	44	7	51
Engenharia de Produção Civil	16	3	19
Engenharia de Produção Elétrica	10	3	13
Engenharia de Produção Mecânica	10	-	10
Engenharia Química	11	11	22
Engenharia Sanitária	25	17	42

Fonte: Elaborada pela autora com base na tabela 2.1.1.2.4.1 UFSC, Boletim de Dados, Diplomados do ensino de Graduação, por curso, por área, UFSC, 2007.

A base de dados da UFSC não contempla anos superiores a 2007. Contudo, via dados obtidos na COPERVE, o setor responsável pela organização e pelo acompanhamento da entrada de estudantes na universidade por meio do concurso vestibular, é interessante perceber as informações de 2009 referentes à entrada de estudantes para os cursos de Engenharia. Naquele ano, as 20 vagas reservadas à Engenharia de Produção Elétrica foram ocupadas por homens. Contudo, se a entrada de mulheres é menor nesse curso, o que pode ser constatado pelas tabelas anteriormente apresentadas, um dado fundamental a ser levado em conta é o rendimento do candidato aprovado, que, nesse caso, tem feito com que, em vários anos, as primeiras posições sejam ocupadas por mulheres. Isso é constatado a partir dos escores levantados para o curso de Engenharia de Produção Elétrica dos anos 1999, 2000, 2001, 2004 e 2005. Os casos da Engenharia Elétrica e da Engenharia Mecânica na UFSC demonstram a tendência tradicional desse curso,

constatada também na UEM. No caso da UFSC, das 100 vagas anuais ofertadas no vestibular, as mulheres não alcançam 10% das aprovações, num período que vai de 1998 a 2009. O exemplo da Engenharia Elétrica é seguido de perto pelos dados coletados sobre a entrada de mulheres no vestibular para o curso de Engenharia de Produção Mecânica da UFSC, no mesmo período (COPERVE, 2010).

Apesar de a Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e da Engenharia de Produção Mecânica apresentarem esses dados, o caso mais exacerbado de disparidade entre homens e mulheres no que diz respeito a vestibulares na UFSC é o da Engenharia de Controle e Automação Industrial, entre 1999 e 2009. Das 60 vagas anuais do vestibular, não ocorreu a entrada de mulheres em diversos vestibulares, com poucas exceções.

Como já descrito em tabelas anteriores, se, em números absolutos da UFSC, há maior entrada de homens nos cursos de Engenharia, há que se levar em conta a relação intracursos e o caráter não monolítico ou homogêneo desses campos de conhecimento.

O caso da Engenharia de Alimentos serve como exemplo contrário, onde, em vez de se salientar a “masculinização” do curso ao longo de sua trajetória, percebeu-se que a entrada de mulheres suplantou a dos homens entre 1998 e 2009. Os dados levantados aqui referentes à engenharia de alimentos se repetem em outros países, que passaram por processos de industrialização em momentos similares aos do Brasil, como é o caso da Turquia. Lá, Berna Zengin-Arslan realizou estudo sobre a “genderização” dos Departamentos de Engenharia de uma universidade técnica entre 2001 e 2002, e pôde constatar – com base em entrevistas – que inúmeras mulheres matriculavam-se na Engenharia de Alimentos devido ao campo parecer estar orientado ao cuidado com alimentos, dietas e saúde (2002, p. 403). Em certa medida, a constatação de Zengin-Arslan relaciona-se com uma construção histórica muito forte que vincula mulheres às atividades do cuidado e preparação de alimentos.

O cuidado e o preparo dos alimentos como funções femininas são elementos fundamentais, por exemplo, nas representações que a indústria alimentar no sul do Brasil faz do seu próprio espaço no mercado, como podemos observar a cada propaganda veiculada por empresas como Perdigão, Sadia, Batavo (três marcas da BR Foods) ou Aurora e, que, reiteradas vezes, em seus programas de atração de profissionais, têm veiculado a ideia de Engenharia de Alimentos ao cuidado a partir de imagens de futuras engenheiras. As tabelas de 2003 e de 2007, de entrada e de diplomados nesse curso, corroboram essa assertiva. Paulatinamente, o curso de Engenharia de Alimentos da UFSC foi invertendo a entrada, que era majoritariamente masculina, e, nos últimos cinco anos, apresenta entrada maior de mulheres, ou seja, um pouco acima da metade do número de homens.

Na UEM, os dados arrolados ora se aproximam, ora se afastam da realidade da UFSC para o mesmo período. As especificidades regionais que servem como pano de fundo para a construção e estruturação dos cursos de Engenharia em Maringá, bem como a necessidade de fornecer mão de obra em escala regional no norte do Paraná, tanto para as indústrias como para a agricultura, fizeram com que a universidade desenhasse cursos de Engenharia que atendessem às demandas menos generalizadas.

A UEM oferece bases de dados consolidados sobre a entrada, permanência e saída de público acadêmico desde 2003. Contudo, o setor responsável pela organização dos vestibulares da instituição dispõe de dados de anos anteriores, especialmente a partir de 2000. Para organizar os data sets a serem utilizados nessa pesquisa em relação à UEM, partiu-se do pressuposto de que não há dados perfeitos, e que a própria constituição, arrolamento e sugestão de dados a serem utilizados estão sujeitos à mudança social (BAUR, 2009, p. 9). Nesse sentido, optou-se por utilizar os dados disponíveis sobre a entrada a partir da confecção de um data set, baseado na leitura da relação nominal de candidatos e candidatas aprovados(as) em vestibulares anteriores a 2003, e separá-los por sexo a partir de prenome e sobrenome. Resultaram, daí, alguns dados que permitiram comparar as tabelas posteriores às épocas em que essas informações não estavam disponibilizadas de forma sistemática.

Em 2000, no curso de Engenharia Mecânica, para as 20 vagas existentes, 18 foram ocupadas por homens e duas por mulheres no vestibular de inverno, e 38 homens e 2 mulheres no vestibular de verão. Para 2001, nenhuma mulher foi aprovada no vestibular, enquanto que, para 2002, apenas duas mulheres foram aprovadas.

Os dados da tabela de 2003 são interessantes: um número maciço de mulheres inscritas para o curso de engenharia de alimentos, bem como 14 vagas preenchidas por mulheres, das 20 ofertadas. O curso de Engenharia de Confecção Industrial também é majoritariamente ocupado por mulheres. O curso de Engenharia Mecânica, além de uma ampla maioria de inscritos no vestibular serem homens (313 homens e 7 mulheres inscritas), teve 19 vagas preenchidas por homens e uma por mulher. Menor disparidade ocorreu no curso de Engenharia Química, ainda pendendo para uma maior percentagem de participação masculina (tabela 5).

Tabela 5 – Vagas e inscritos para os cursos de engenharia UEM vestibular 1, 2003, por sexo

Cursos	Vagas	Inscritos		Classificados		Vagas preenchidas	
		M	F	M	F	M	F
Engenharia de Alimentos	20	43	168	32	132	6	14
Engenharia Civil	42	218	63	170	49	34	8
Engenharia Mecânica	20	313	7	240	6	19	1
Engenharia de Produção – Agroindústria	15	71	25	51	19	9	6
Engenharia de Produção – Confeção Industrial	15	34	61	20	50	3	12
Engenharia de Produção – Construção Civil	15	67	20	55	14	12	3
Engenharia de Produção – Software	15	143	13	114	13	13	2
Engenharia Química	45	889	117	122	89	31	14

Fonte: UEM, Base de dados. Tabela adaptada pela autora.

Os dados da UEM para o vestibular de maio de 2003 são semelhantes para o caso da Engenharia de Alimentos, mas invertem a situação de maior participação masculina para a Engenharia Civil – a favor das mulheres. Apesar de os homens serem maioria absoluta na quantidade de inscritos e de classificados, o maior escore pertenceu às mulheres, que acabaram por ocupar 29 vagas contra 13 de homens no curso de Engenharia Civil (tabela 6).

Tabela 6 – Vagas e inscritos para os cursos de engenharia UEM vestibular 2 (maio), 2003, por sexo

Cursos	Vagas	Inscritos		Classificados		Vagas preenchidas	
		M	F	M	F	M	F
Engenharia de Alimentos	20	33	104	29	96	6	14
Engenharia Civil	42	196	61	167	53	13	29
Engenharia Mecânica	20	232	6	195	5	20	-
Engenharia de Produção – Agroindústria	15	75	13	62	11	14	1
Engenharia de Produção – Confeção Industrial	15	33	53	26	45	6	9
Engenharia de Produção – Construção Civil	15	53	22	44	19	13	2
Engenharia de Produção – Software	15	136	13	114	13	12	3
Engenharia Química	45	131	77	114	67	30	15

Fonte: UEM, Base de dados. Tabela adaptada pela autora.

Os dados da UEM para os vestibulares de 2007, na grande área das Engenharias, conforme tabela 10, apontam para um incremento absoluto na quantidade de inscritos no vestibular, tanto de homens quanto de mulheres. A UEM mudou, em 2006, a forma de coleta dos dados de vestibular, e retirou algumas variáveis que existiam na base de dados desde 2003. O quesito das vagas preenchidas não apareceria mais diferenciando o sexo por curso (tabela 7).

Tabela 7 – Vagas e inscritos para os cursos de engenharia UEM vestibular (julho), 2007, por sexo

Cursos	Vagas	Inscritos		Classificados		Vagas preenchidas	
		M	F	M	F	M	F
Engenharia de Alimentos	20	67	263	28	70		
Engenharia Civil	42	430	127	152	54		
Engenharia Mecânica	20	722	32	98	2		
Engenharia de Produção – Agroindústria	15	87	35	52	17		
Engenharia de Produção – Confeção Industrial	15	61	51	41	28		
Engenharia de Produção – Construção Civil	15	78	15	58	13		
Engenharia de Produção – Software	15	180	18	70	6		
Engenharia Química	45	428	284	144	75		

Fonte: UEM, Base de dados. Tabela adaptada pela autora.

Contudo, a partir da leitura de relações nominais de aprovados e aprovadas no vestibular, percebe-se que há cursos, como o de Engenharia Mecânica, que não aprovaram mulheres. A Engenharia Civil aprovava 11 homens e 4 mulheres no vestibular de inverno e 7 mulheres e 35 homens no vestibular de verão. Já a Engenharia de Produção – Confeção Industrial apresentava equilíbrio de participação entre homens e mulheres, especialmente no vestibular de verão de 2007 (8 homens e 7 mulheres aprovadas).

Em 2007, os totais de ingresso de homens e mulheres nos cursos de Engenharia da UEM eram os seguintes: Engenharia de Alimentos: 12 homens e 29 mulheres; Engenharia de Produção: 92 homens e 31 mulheres; Engenharia Química: 57 homens e 33 mulheres; Engenharia Mecânica: 41 homens e 2 mulheres; Engenharia Civil: 62 homens e 23 mulheres. Dois cursos chamam nossa atenção:



Engenharia de Alimentos, com 29 mulheres para 12 homens, e Mecânica, com 41 homens e 2 mulheres. Mais do que o número absoluto de mulheres começando a cursar Engenharias, é importante salientar em que áreas elas estão se concentrando e, nesse sentido, seria necessário percorrer uma discussão mais apurada sobre a segregação de gênero em profissões técnicas, devido ao fato de, em algumas áreas, o discurso tecnológico ser preponderantemente masculino, amparado na naturalização das diferenças entre homens e mulheres por meio da antinomia homem/competência/força/técnica-mulher/incompetência/fraqueza/cuidado (COCKBURN, 1988). Um dado interessante, porém, é a listagem de evasão dos cursos para o ano de 2007, e a constatação de que, tanto em números absolutos como em proporção, os homens abandonavam os cursos de Engenharia mais do que as mulheres (com poucas exceções). Alguns exemplos de evasão são: Engenharia Mecânica: 9 homens e 1 mulher; Engenharia Civil: 14 homens e 7 mulheres; Engenharia de Alimentos: 3 homens e 10 mulheres; Engenharia de Produção: 32 homens e 10 mulheres, e Engenharia Química: 6 homens e 6 mulheres. Esses dados corroboram a leitura realizada pelo Ministério da Educação, no que diz respeito à persistência de mulheres matriculadas em todos os níveis de ensino.

Considerações finais

Apesar de um incremento significativo da entrada de mulheres em um curso específico de Engenharia, que é o de Alimentos, na UFSC, os dados arrolados até aqui demonstram que existe, ainda, uma majoritária entrada de homens nos demais cursos, pelo menos em dois polos de formação de engenheiros e engenheiras no sul do Brasil, Maringá e Florianópolis. Por outro lado, os dados observados mostram que há uma entrada constante, às vezes menor, às vezes maior, mas constante. Tal deve ser pensada como a conquista de um espaço, pequeno, por certo, mas é um espaço conquistado e constante.

O aumento das escolas e cursos de ensino superior, assim como a maior segmentação das Engenharias, podem ser mecanismos de atração para tornar esta área, bem como outras, alvo de interesse tanto para mulheres quanto para homens. A equidade de condições de estudo e de carreira pode possibilitar a ultrapassagem das esferas construídas artificialmente, que são reiteradas diariamente, e que, portanto, não são naturais. Engenharias são diversas assim como são as aspirações de inúmeras mulheres.

Na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), segundo reportagem institucional publicada em 16 de março de 2011, *Mulheres são destaque*

nos cursos de engenharia da UDESC Joinville (UDESC, 2011), há cerca de 1500 estudantes nos cursos de Engenharia da UDESC Campus de Joinville, e, desse total, cerca de 20% são mulheres. Contudo, o número absolutamente superior de homens matriculados nesses cursos não obscurece o fato de as mulheres terem as melhores notas dos que se formam, fato que “vem se repetindo a cada formatura do Centro de Ciências Tecnológicas da UDESC” (UDESC, 2011). Ainda assevera a reportagem da UDESC que,

a exemplo da formatura do primeiro semestre de 2011, durante a cerimônia de outorga de grau do dia 19 de fevereiro, dos 96 formandos (18 em elétrica, 28 em mecânica, 13 de civil e 37 de engenharia e produção e sistemas), a formanda Mariana Peixoto, do curso de Engenharia Mecânica, foi a primeira colocada no cômputo das turmas de engenharia, por ter cursado todas as disciplinas na UDESC e não ter tido nenhuma reprovação ao longo do curso, com média geral de 8,63 (UDESC, 2011).

O que desperta mais a atenção, todavia, é a finalização da matéria, quando, apesar de a instituição afirmar o papel de destaque feminino na formatura do CCT, a conclusão sobre a formanda é que “o resultado mostra dedicação e força de vontade” (UDESC, 2011). Se pensássemos na dicotomia proposta por Cockburn, entre homem/competência/força/técnica e mulher/incompetência/fraqueza/cuidado, não estaria essa reportagem reafirmando estereótipos de diferenciação de gênero nas ciências tecnológicas? (HILL, C.; CORBETT, C; St. ROSE, A. 2010).

Na formatura de Engenharia Elétrica da UDESC, na mesma data, a melhor aluna foi Jucieli Frena; no curso de Engenharia Civil, Helena Paula Nierwinski e no curso de Engenharia de Produção e Sistemas a aluna Michelle Neves (UDESC, 2011). Em certa medida, os dados comemorados pela UDESC no que dizem respeito às formações de engenharia de 2011 têm ligação com uma tendência já relatada em 2004 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação.

Na reportagem *Aumenta participação feminina em cursos de engenharia*, de 8 de março de 2004, o INEP, ao interpretar dados do Censo da Educação Superior, ponderava o seguinte: “Espaço de predominância masculina, os cursos de engenharia contam cada vez mais com a participação das mulheres nos seus quadros de matriculados. É o que pode ser constatado na comparação dos dados de 1991 e 2002 do Censo da Educação Superior realizado pelo INEP” (INEP, 2011). E a reportagem continua dizendo que, “em 12 anos, o número de alunas nas engenharias cresceu de 25,5 mil para 42,8 mil – um aumento de 67,8%. No mesmo período, a quantidade de homens nesses cursos ampliou 38,7%. Com essa diferença,

a representatividade feminina em relação ao total de matrículas subiu de 17,4% para 20,3%” (INEP, 2011). Depois de apresentar dados de estabilidade no que diz respeito à entrada de homens e mulheres nas áreas da Saúde, das Sociais Aplicadas e das Humanidades, o INEP ressaltava, em 2004, que “em todos os níveis de ensino, as mulheres são maioria entre os concluintes. A mais significativa diferença está na educação superior, onde representam 63% dos formandos”. O Instituto finalizava a reportagem nos seguintes termos: “A comparação entre a matrícula total e o número de concluintes sugere que, em todos os níveis de educação, as mulheres têm mais persistência para permanecer no sistema de ensino e chegar até as séries finais (INEP, 2011).

Tanto o INEP, em 2004, quanto a UDESC, em 2011, enfatizam como importantes os dados referentes ao aumento da participação de mulheres nas engenharias. O fato de as respectivas assessorias de imprensa darem vez e voz a esse processo demonstra, em primeiro lugar, que as instituições estão percebendo a modificação da dinâmica de entrada e saída de graduandos, no que se refere ao sexo. Por outro lado, isso pode representar que o mercado de trabalho está em plena mudança.

O trabalho voltou-se à leitura da inserção de mulheres na Engenharia. Não significa, contudo, naturalizar os dados de uma superioridade numérica de mulheres em outros campos como humanas. Não se pode deixar de notar, por exemplo, que há menos mulheres do que homens na Filosofia, inclusive numa proporção menor ainda do que a das Engenharias. Obviamente que essa constatação sugere novos pontos para novas perguntas, novas pesquisas. Ao finalizar esta exposição, não se pode deixar de apresentar algumas estratégias que vêm sendo realizadas em outros países, no sentido de diminuir a desproporção entre a participação masculina e feminina nas Engenharias. Cada caso é um caso, e a realidade brasileira é diferente, inclusive de região para região, da de outros países. Contudo, a exposição de exemplos continua pertinente. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos *Recruiting and retaining women in electrical and communications engineering*, de pesquisadores e pesquisadoras finlandesas Aura Paloheimo, Pirjo Putila e Piia Simpanen (2010). Paloheimo, Putila e Simpanen apresentaram relatório de um projeto financiado pelo Fundo Social Europeu e pelo Escritório Provincial do Sul da Finlândia, levado a cabo pelo Departamento de Engenharia Elétrica e de Comunicações da Universidade de Helsinki, com vistas à melhoria das formas de atração, de condições de trabalho e de desenvolvimento cooperativo de atividades envolvendo mulheres em cursos de Engenharia entre 2001 e 2007. Inúmeras atividades foram realizadas, como programas de monitoria e orientação, cursos interdisciplinares, websites, estabelecimento de redes de pesquisadoras e

um evento nacional de Engenharia só para mulheres. Participaram do projeto 7 mil mulheres e, de 2000 a 2009, a proporção de candidatas aceitas aos cursos do Departamento de Engenharia Elétrica e de Comunicação da Universidade de Helsinki subiu de 14,3% para 19,7%, enquanto que a proporção de estudantes mulheres saltou de 9,9% para 15,0% (PALOHEMIO, PUTILA, SIMPANEN, 2010, p. 1).

Outra proposta, dessa vez, da Áustria, foi publicada no *artigo Innovative engineering education? A case study of a women-only college course in mechanical engineering* (2010), pelas pesquisadoras Birgit Hofstätter, Daniela Freitag e Anita Thaler. Na proposta austríaca, foi estabelecido um programa de Graduação em Engenharia especialmente para mulheres, em Graz, e que foi implementado em 2008, na área de Engenharia Mecânica. Apesar de considerarem cursos só para mulheres como algo paradoxal no sentido de instrumentar uma busca de equidade de gênero em Engenharia, as autoras atestam a eficácia da estratégia a partir de dados do Serviço Público de Emprego da Áustria (HOFTSTÄTER et al., 2010). Como afirma Heap (2006) ao citar Marianne Ainley, é necessário olhar as carreiras das mulheres das Engenharias com “lentes diferentes”, perguntando para elas como definem carreira e sucesso por elas mesmas, antes de se compararem apenas suas trajetórias com aquelas dos homens com quem trabalham (AINLEY apud HEAP, 2006, p. 14).

Referências

ABRAHAMSON, M.; BOLLEN, K.; GUTMANN, M.; KING, G.; PIENTA, A. “Preserving quantitative research-elicited data for longitudinal analysis. New developments in archiving survey data in the U.S.”. *Historical Social Research – Historische Sozialforschung (HSR): An International Journal for the Application of Formal Methods to History*. Köln, n. 129, v. 34, p. 51-59, 2009.

BASE DE DADOS. Anos 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <http://www.asp.uem.br/site/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=23>. Acesso em: 10 out. 2010.

BOLETIM DE DADOS UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Anos 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007. Disponível em: <www.pip.ufsc.br/index.jsp?page=arquivos/boletim.html>. Acesso em: 10 out. 2010.

BAUR, N. “Measurement and selection bias in longitudinal data. A framework for re-opening the discussion on data quality and generalizability of social bookkeep-

ing data”. *Historical Social Research – Historische Sozialforschung (HSR): An International Journal for the Application of Formal Methods to History*. Köln, n. 129, v. 34, p. 9-50, 2009.

BITTENCOURT, H. R.; VIALI, L.; BELTRAME, E. “A engenharia de produção no Brasil: um panorama dos cursos de graduação e pós-graduação”. *Revista de Ensino de Engenharia*, v. 29, p. 1, p. 11-19, 2010.

CABRAL, C. *O conhecimento dialogicamente situado: histórias de vida, valores humanistas e consciência crítica de professoras do Centro Tecnológico da UFSC*. 2006. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CASTRO, A. M. P.; MOSTEIRO GARCÍA, M. J. “La presencia de las mujeres en los estudios de ingeniería en la universidad de Santiago de Compostela: un análisis de sus valores”. In: MIQUEO, C.; BARRAL, M. J.; MAGALLÓN, C. (Orgs.). *Estudios iberoamericanos de género en ciencia, tecnología y salud*. Zaragoza: Prensas universitarias de Zaragoza, 2008.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Brasília, 2010.

CNPq. Censos da Educação. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/censos/estratificacao/2000/tabelas/tabelaB4.html>>. Acesso em: 10 out. 2010.

COCKBURN, C. *Machinery of dominance: women, men, and technical know-how*. Boston: Northeastern University Press, 1988.

COPERVE. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.coperve.ufsc.br>>. Acesso em: 10 out. 2010.

DATASET 1: UFSC. Elaborado pela autora para a pesquisa.

DATASET 2: UEM. Elaborado pela autora para pesquisa.

FARIAS, Benedito G. F. *Gênero no mercado de trabalho: Mulheres Engenheiras*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação e Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.

FERREIRA, L. O.; AZEVEDO, N.; GUEDES, M.; CORTES, B. “Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 43-71, 2008.

FIGUEIRÔA, S. F. de M. “Engenheiros e Engenharistas no Brasil”. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 3, n. 2, p. 122-125, 2010.

GARCIA, M. I. G.; SEDEÑO, E. P. “Ciência, tecnologia e gênero”. In: SANTOS, L. W. dos et al. *Ciência, tecnologia e gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina: IAPAR, 2006.

GORNICK, V. *Women in Science: then and now*. 25. ed. New York: The feminist press of the City University of New York, 2009.

HARDING, S. *Ciencia y feminismo*. Madrid: Morata, 1996.

HEAP, R. “Introduction: Women and Gender in Canadian Science, Engineering and Medicine”. *Scientia Canadensis: Canadian Journal of the History of Science, Technology and Medicine/Scientia Canadensis: revue canadienne d’histoire des sciences, des techniques et de la médecine*, v. 29, n. 2, p. 3-15, 2006.

HILL, C.; CORBETT, C.; ROSE, A. St. *Why so few? Women in science, technology, engineering, and mathematics*. Washington: American Association of University Women (AAUW), 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Educação superior brasileira: 1991-2004*. Santa Catarina. Brasília: INEP, 2006.

_____. *Aumenta participação feminina em cursos de engenharia*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news04_03.htm>. Acesso em: 8 fev. 2011.

KELLER, E.; LONGINO, H. (Eds.). *Feminism & Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

KLANOVICZ, Luciana R. F. “Mulheres engenheiras no sul do Brasil”. *Revista Venezuelana de Estudios de la Mujer*, Caracas, v. 16, n. 37, p. 105-122, jul.-dez. 2011.

LOMBARDI, M. R. “Engenheiras Brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional”. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 127, p. 173-202, 2006.

_____. *Perseverança e resistência: a Engenharia como profissão feminina*. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PALOHEIMO, A.; PUTILA, P.; SIMPANEN, P. “Recruiting and retaining women in electrical and communications engineering”. JOINT INTERNATIONAL IGIP-SEFI ANNUAL CONFERENCE 2010, Trnava, Slovakia, 19th-22nd September 2010.

PEDRO, J. M. *Gênero e Ciências no sul do Brasil*. CAPES-Projeto PNP2009, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2009.

SCHIEBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

SIMAS, C. “Mulheres são minoria nas áreas tecnológicas”. *Com Ciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, 23 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=3¬icia=613>>.

SOARES, Thereza A. “Mulheres em Ciência e Tecnologia: ascensão limitada”. *Química nova*, v. 24, n. 2, p. 281-285, 2001.

TABAK, F. *O laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

UNITED STATES GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. *Report to Congressional Requesters. Gender Issues. Women’s participation in the sciences has increased, but agencies need to do more to ensure compliance with Title IX*. July, 2004. Disponível em: <<http://www.gao.gov/cgi-bin/getrpt?GAO-04-639>>. Acesso em: 1 nov. 2009.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Mulheres são destaque nos cursos de engenharia da UDESC Joinville. Disponível em: <http://www.udesc.br/make_page.php?id=366¬icia=2306>. Acesso em: 17 mar. 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. Base de Dados de 2003. Coordenação geral Francis Mara Rodrigues Moreno. Equipe de elaboração: Francis Mara Rodrigues Moreno, Izabel Rubino Fonseca. Maringá: UEM-ASP, 2003. Disponível em: <<http://www.uem.br>>. Acesso em: 1 nov. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.ufsc.br>>. Acesso em: 1 nov. 2009.

ZENGİN-ARSLAN, B. “Women in Engineering Education in Turkey: understanding the gendered distribution”. *International Journal of Engineering Education*, v. 18, n. 4, p. 400-408, 2002.

Parte IV

**MULHERES NAS
CIÊNCIAS BIOMÉDICAS**

POR QUE TÃO DEVAGAR? OS OBSTÁCULOS PARA A IGUALDADE DOS SEXOS NA PESQUISA CIENTÍFICA



Ilana Löwy

Um livro sobre a história da exclusão das mulheres da pesquisa científica com o título: “O cérebro tem um sexo?” alude ao fato de que, durante muito tempo, a ciência postulou que o cérebro tem um sexo: o masculino (SCHIEBINGER, 1989). Uma ideia parecida se perfila sob o título de uma obra francesa sobre um assunto semelhante: “O sexo do saber”. Tais títulos sublinham o contraste entre a imparcialidade suposta das ciências e a longa história de discriminação das mulheres (LE DOEUFF, 1998). Durante muito tempo, a pesquisa científica foi percebida como um campo exclusivamente masculino. A realidade é mais complexa. Muitas mulheres participaram do desenvolvimento científico – fiéis colaboradoras, técnicas eficazes, esposas, irmãs ou filhas devotadas, ou, mesmo, pesquisadoras em tempo integral – mas suas contribuições foram ocultadas ou minimizadas. Por isto e até bem recentemente, a imagem pública dos pesquisadores foi a de um indivíduo do sexo masculino, pois o “sábio” nunca era uma sábia. O movimento das mulheres e a entrada massiva delas em algumas disciplinas científicas modificaram esta visão. Nossa sociedade reconhece, hoje, pelo menos em teoria, que os homens e as mulheres têm uma aptidão idêntica para dominar novos conhecimentos, desenvolver um pensamento abstrato, elaborar hipóteses e verificá-las, fazer experiências, publicar artigos em revistas científicas e transmitir seu saber para colegas e estudantes. Na prática, todavia, a pesquisa científica continua não sendo um campo onde reina a paridade perfeita entre homens e mulheres. O sexo da pessoa que faz experiências ou que escreve um projeto de pesquisa teria tanta importância quanto à cor de seus olhos?

Muitos trabalhos sobre as mulheres na pesquisa científica foram publicados em língua inglesa. Há trinta anos, os estudos sobre mulheres (*women studies*) e, depois, os estudos de gênero (*gender studies*) foram integrados no currículo

universitário dos países de língua inglesa. Os estudantes de graduação têm seguido cursos obrigatórios sobre este tema, até mesmo aqueles que se destinam a carreiras científicas ou médicas. Os estudantes do primeiro ciclo têm, muitas vezes, cursos obrigatórios sobre este tema, e os que se destinam para carreiras científicas ou médicas recebem matérias específicas sobre o assunto de “gênero e ciência”. A institucionalização dos estudos de gênero implica a existência de subáreas (*filières doctorales*), de fontes de financiamento e de possibilidades profissionais. Ela promoveu pesquisas centradas no gênero – ou seja, a percepção cultural do masculino e do feminino – no desenvolvimento das Ciências e Tecnologias. Além disso, organizações profissionais e fundações estimularam o desenvolvimento de pesquisas sobre os motivos do escasso número de mulheres em determinados âmbitos da pesquisa científica. Historiadores, sociólogos, antropólogos, filósofos, mas também pesquisadores em Ciências experimentais se interessaram pelas causas e consequências da longa exclusão das mulheres da pesquisa científica.

Dada a extensão desta temática, meu texto focaliza-se somente no eixo “mulheres e ciência”: o lugar das mulheres na pesquisa científica contemporânea.

Em 1999, a historiadora norte-americana da Ciência, Londa Schiebinger, tentou medir a importância do feminismo no desenvolvimento recente das ciências. Primeira constatação importante: a situação das mulheres na pesquisa científica é muito diferente em relação ao país e à disciplina. A comparação internacional revela, talvez, resultados surpreendentes. Assim, na Suécia, um país onde a divisão das tarefas domésticas está relativamente bem implantada e tem uma infraestrutura eficaz de cuidado das crianças pequenas, a proporção das pesquisadoras e das acadêmicas de nível superior é baixa e, em 1996, só 6% das cátedras acadêmicas foram ocupadas por mulheres. Ao contrário, a proporção de pesquisadoras é relativamente elevada em países em desenvolvimento, como a China e a Turquia. Sociólogos e antropólogos tentaram explicar estas diferenças através da modalidade de construção das identidades sexuadas. Na Suécia, a maior igualdade na divisão das tarefas materiais do casal não se traduz na mudança, em paralelo, da construção das identidades de homens e mulheres. As mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo bem-estar de seus próximos. Esta responsabilidade é percebida como um elemento fundamental e não negociável da identidade feminina. As mulheres com cargos de executivo *sênior* não se sentem, por isso, mais livres de negligenciar seus deveres emocionais e afetivos, dirigidos aos membros da família, do que as mulheres trabalhadoras. Um diploma universitário não confere o direito de ser uma “má mãe”, uma “filha negligente” ou uma “esposa indiferente”. Por isso, as mulheres suecas dedicam uma parte importante do tempo à “reprodução dos homens enquanto seres

sociais”. Esta assimetria de investimento afetivo privilegia de forma importante o desenvolvimento das carreiras masculinas, pois os homens beneficiam-se do apoio das mulheres sem obrigação de reciprocidade (JONASDOTTIR, 1994).

As mulheres nas sociedades não ocidentais podem mais facilmente abandonar o papel feminino tradicional. A percepção do sexo/gênero como um elemento que faz parte da estrutura do ego profundo, que o antropólogo Igor Kopytoff propõe, é uma invenção ocidental, relativamente recente, ligada ao enfraquecimento da tradição como um elemento regulador fundamental das relações sociais. As sociedades ordenadas pela ideologia dos direitos do indivíduo não podem mais pensar um papel social, como a ocupação doméstica, como um elemento de base da estabilidade social. A fonte desta estabilidade é assim deslocada em direção a elementos percebidos como quase imutáveis, como a biologia, a herança ou a psique. Ao contrário, nas sociedades fundadas a partir do vínculo com as estruturas coletivas e a tradição, o gênero não é percebido como uma parte da identidade profunda da pessoa, mas tem, antes de tudo, um valor social. As culturas africanas e asiáticas conferem um papel muito importante às ocupações dos indivíduos e estabelecem uma hierarquia das ocupações e das tarefas. A mulher pesquisadora que, por esta razão, tem acesso a um estatuto social elevado e raro, pode ser percebida, antes de tudo, como uma “cientista”. Seu papel social dominante pode enfraquecer seu laço com o papel de “mulher”, atitude impensável nas sociedades ocidentais nas quais o sexo/gênero é considerado como uma identidade social imanente, independente das variáveis que são as profissões ou o estatuto social (KOPYKOFF, 1990).

Nos países industrializados, a tendência geral, entre 1960 e 2000, foi o crescimento importante do número de mulheres pesquisadoras. Porém, certas disciplinas científicas permaneceram majoritariamente masculinizadas. É o caso das Ciências matemáticas, da Física, das Engenharias. As ciências da vida e a pesquisa biomédica se feminilizaram já de forma considerável. Em regra geral, segundo Londa Schiebinger, o aumento do número de pesquisadoras não teve consequências visíveis sobre os assuntos estudados pelos/as pesquisadores/as. Ela cita, entretanto, vários casos de mudança na escolha das pesquisas que se referem a uma determinada disciplina particular e que se interessam mais de perto pelo sexo feminino. É o caso da Primatologia, que descobriu as estruturas sociais dos macacos fêmeas; da Arqueologia, que começou a se interessar pelo papel das mulheres nas sociedades arcaicas; da Biologia do desenvolvimento, que se interessou pelas influências maternas sobre a evolução do ovo fertilizado; e da Medicina. O abandono recente do modelo segundo o qual o “corpo humano universal” é sempre masculino e a introdução de testar todos os medicamentos novos nos homens

e nas mulheres reflete, também, uma atenção maior sobre a especificidade das mulheres¹. Para Londa Schiebinger, as mudanças recentes em certas disciplinas científicas se explicam, principalmente, pela entrada maciça das mulheres em um determinado campo disciplinar. Pesquisadoras contribuíram para a difusão de ideias inspiradas no feminismo em certas disciplinas científicas. Evelyn Fox Keller propõe uma visão ligeiramente diferente. O motor principal da mudança, ela escreve, não é a presença física das mulheres pesquisadoras – visto que os pesquisadores dos dois sexos compartilham os mesmos valores – mas a mudança global das atitudes a respeito das mulheres na sociedade, introduzida pelo movimento das mulheres (FOX-KELLER In CREAGER; LUNBECK; SCHIEBINGER, 2001).

Apesar dos ganhos indiscutíveis, as carreiras femininas na Ciência continuam tendo um atraso em relação àquelas de seus colegas homens (SCHIEBINGER, 2001). Em paralelo, assiste-se a uma superrepresentação das mulheres em domínios e em instituições percebidas como marginais ou alternativas². Uma tal superrepresentação pode ser percebida como resultado da exclusão das mulheres dos centros do poder científico. Ela é, muitas vezes, representada pelas próprias interessadas, como uma escolha deliberada de fazer a Ciência de outra maneira. Mulheres que trabalham em instituições “paralelas” louvam as vantagens da pesquisa socialmente útil e relativamente livre das exigências da competitividade. Por outro lado, os lugares alternativos têm a reputação de serem menos hierárquicos e mais abertos às mulheres. Observações diretas destes lugares revelam uma realidade mais complicada. As mulheres se beneficiam de vantagens reais nas relações com seus colegas e possibilidades de autorrealização. Em contrapartida, os salários são nitidamente inferiores, elas têm uma segurança menor em relação ao emprego e um “status” marginal no interior da comunidade científica. Esta última situação torna mais difícil a passagem para instituições de pesquisa mais tradicionais: a decisão de trabalhar em um circuito científico paralelo pode, assim, desembocar em um impasse sem saída. Além disso, contudo, mesmo os lugares alternativos não estão sempre desprovidos de práticas discriminatórias. Estas instituições são frequentemente dirigidas por homens. O discurso sobre o

¹ A exclusão das mulheres dos testes terapêuticos foi legítima por conta de sua “instabilidade”: as mulheres não foram submetidas às flutuações hormonais? E, ainda, uma mulher que participa de um teste clínico pode estar grávida sem sabê-lo e o feto pode sofrer efeitos teratogênicos potenciais da substância testada. A exclusão obrigatória das mulheres foi justificada pelas diferenças importantes entre fisiologia masculina e feminina: doses de medicação eficazes para os homens podem ser ineficazes, ou, ao contrário, perigosas para as mulheres (EPSTEIN, 2007).

² Instituições deste tipo são raras na França, um país no qual a pesquisa científica depende (*relève*), na sua quase-totalidade, do setor público. Elas encontram-se mais frequentemente nos Estados Unidos e Reino Unido.

objetivo compartilhado pode mascarar uma exigência implícita de uma ética de trabalho “masculino” e uma impaciência diante das demandas específicas das mulheres que podem, por exemplo, solicitar horários menos rígidos (ESINHARDT; FINKEL, 1998). Mesmo o circuito paralelo da ciência confere, muitas vezes, um lugar mais importante para os pesquisadores masculinos. Esta tendência é ainda mais pronunciada na Ciência “oficial”.

O movimento feminista inspirou, nos anos 1970 e 1980, uma série de trabalhos acerca do escasso número de mulheres na pesquisa científica e sobre as dificuldades específicas daquelas que escolheram o papel de pesquisadora.

Em 1979, o sociólogo Jonathan Cole, um aluno de Robert Merton, publicou um livro no qual ele afirmava que a distância entre as carreiras femininas e masculinas na Ciência repousa sobre uma razão muito simples: a menor qualidade da produção científica feminina.

Apoiando-se nas investigações cientométricas muito em voga naquela época, Cole encontrou que as mulheres publicavam menos e que seus trabalhos eram menos citados que os dos homens. Longe de refletir um pré-julgamento antifeminista da ciência, a posição inferior das mulheres demonstra, conforme Cole, que a Ciência é justa – seu livro se intitula *Fair Science* – e que a ligação entre o mérito e o avanço das carreiras científicas, postulado por Merton, funciona muito bem (COLE, 1979). O livro de Cole, como reação às acusações de discriminação sexista, não sustenta, é verdade, que as mulheres sejam intrinsecamente menos competentes para fazer pesquisa que seus colegas masculinos. Cole atribui a diferença entre as carreiras masculinas e femininas às escolhas que fazem os dois sexos. De acordo com ele, as mulheres preferem, em regra geral, investir mais tempo nas tarefas familiares.

Em 1992, Jonathan Cole e sua colega Harriet Zukerman propuseram um ponto de vista muito diferente. As investigações mais recentes confirmam que, em média, as mulheres publicam, efetivamente, menos que os homens. Este fato não reflete, entretanto, explicam Cole e Zukerman, as dificuldades ligadas à necessidade de conciliar as obrigações profissionais e familiares. A persistência da divisão desigual das tarefas domésticas e educativas não influencia as trajetórias das pesquisadoras. Nem a maternidade nem o casamento, nem mesmo o número de crianças e suas idades modificam as performances profissionais das mulheres cientistas. Zukerman e Cole descobriram que as pesquisadoras, mães de família, publicam ligeiramente mais do que aquelas que não têm obrigações familiares (1994). A maior diferença que se constata não é entre as mulheres que têm obrigações familiares e aquelas desprovidas de tais obrigações, mas entre as pesquisadoras do sexo feminino e os do sexo masculino. Como explicar isto?

Se deixarmos de lado a hipótese de que, no fim das contas, o cérebro tem um sexo, que os homens têm uma aptidão inata maior para a pesquisa, é preciso a explicação das diferenças entre os pesquisadores, homens e mulheres, na estrutura da pesquisa científica e no funcionamento da sociedade em geral. Stephen Cole e Robert Fiorentine discutem, assim, o efeito potencial das diferentes pressões exercidas sobre os homens e sobre as mulheres. Nossa cultura pune mais severamente a ausência do sucesso profissional e financeiro dos homens. Daí sua perseverança maior face aos obstáculos e uma atenção mais elevada aos critérios externos do sucesso. As mulheres são menos submissas a este tipo de pressão. Elas podem mais facilmente escolher a família ou a vida privada como um campo de investimento principal ou, alternativamente, como um lugar paralelo de validação de sua conquista. Assim, um estudo localizado sobre as mulheres na pesquisa científica tem, necessariamente, um viés, visto que ele torna invisíveis aquelas que abandonaram a conquista de uma carreira científica. A menor importância da conquista formal para as mulheres pode incitá-las a escolher estratégias de pesquisa diferentes daquelas adotadas pelos homens e atribuir uma menor importância à quantidade de suas publicações (COLE; FIORENTINE apud COLE; ZUKERMAN; BAUER, 1992, p. 205-226).

Outra razão evocada pelos sociólogos para explicar o fato de que as mulheres publicam menos: a persistência das atitudes discriminatórias. Pesquisas recentes indicam que estas atitudes não desapareceram. Elas somente mudaram de natureza. A discriminação aberta, frequente nos anos 50 e 60, foi substituída por mecanismos mais sutis e, muitas vezes, involuntários (GALLANT; CROSS, 1993). Mary Frank Fox comparou o acesso aos recursos dos homens e das mulheres que trabalham no mesmo departamento em relação a sujeitos próximos. Ela constatou diferenças importantes na distribuição dos recursos. Os homens têm mais chances de obter financiamentos e o apoio institucional, principalmente graças à sua melhor inserção na rede informal que gera esses recursos, uma grande sustentação da parte de seus superiores hierárquicos, uma socialização que os prepara melhor para fazer demandas precisas e lhes permite ter uma grande confiança na sua capacidade em obter aquilo que eles consideram como sendo de direito.

Por outro lado, as mulheres, percebidas como menos aptas para as tarefas de comando, acedem mais raramente e mais lentamente aos postos de direção da pesquisa. Ora, estes postos permitem a quem os ocupa assinar todas as publicações de um grupo ou de um laboratório. Eles aumentam, desta forma, de um modo considerável, o número dos artigos dos quais eles são coautores e, assim, seu patamar no index das citações científicas (FOX apud COLE; ZUKERMAN; BAUER, 1992, p. 188-204).

Em um artigo sobre um fenômeno que Robert Merton batizou de “efeito Mathieu”, ele sustenta que uma quantidade desproporcionada de recursos disponíveis, assim como a visibilidade pública e o reconhecimento pelo meio, vai para os pesquisadores que adquiriram notoriedade em um dado domínio (uma variante do provérbio “só se empresta aos ricos” (MERTON, 1968).

A historiadora das Ciências, Margaret Rossiter, retoma este argumento para indicar que as mulheres são muitas vezes vítimas de um processo inverso, que ela nomeou “o efeito Mathilde”. Menos bem inseridas nos quadros, confrontadas a atenções menores de seus superiores hierárquicos e de seus colegas, o valor de suas contribuições poderia ser minimizado. O que se reflete sobre seu acesso aos recursos e sobre o desenvolvimento de sua carreira (ROSSITER, 1993). Uma contribuição, feita por um homem, explica Rossiter, é percebida de uma maneira não problemática como a expressão de seu talento e de suas capacidades. A contribuição de uma mulher recebe muitas vezes qualificativos suplementares. Para parafrasear a escritora feminista Joanna Russ:

Ela não o fez,
Ela o fez, mas não deveria ter feito
Ela o fez, mas vejam bem o que ela fez
Ela o fez, mas somente uma vez
Ela o fez, mas não é verdadeiramente Ciência e ela não é uma verdadeira pesquisadora
Ela o fez, mas teve ajuda
Ela o fez, mas é uma anomalia
Ela o fez, MAS... (RUSS, 1983)³.

A percepção diferenciada do trabalho fornecido pelos homens foi estudada mais recentemente pela sócio-psicóloga, Valérie Valin. Seu livro *Por que tão devagar?* parte da constatação de que, a partir dos anos 1970, a paridade homens/mulheres, no nível de entrada na profissão, foi estabelecida em numerosos domínios de pesquisa, tais como Ciências Humanas e Sociais ou nas Ciências da Vida. A consequência lógica deveria ter sido o alargamento gradual de uma tal paridade, em todos os escalões da carreira universitária ou científica⁴. Trinta anos mais tarde, percebe-se que não é nada disso. Os cumes da hierarquia profissional refletem sempre um forte predomínio masculino. As mulheres estão

³ O poema de Russ fala sobre as obras literárias produzidas por mulheres.

⁴ Nos Estados Unidos, uma tal abordagem é chamada “pipeline”, uma distribuição de vantagens tão automáticas como a da água nos canos.

super-representadas na parte baixa da escala e nos postos sem estabilidade de emprego (MASON, 1992)⁵.

Daí a questão “por que tão lentamente?” (ROSE, 1994)⁶. As pesquisas de Valin confirmam que, no fim dos anos 1990, o sexo da pessoa que cumpria um trabalho dado continuava a influenciar a maneira com a qual se avaliava seu trabalho⁷. Os “esquemas do gênero”, isto é, as expectativas – muitas vezes inconscientes – de que um homem ou uma mulher se comportem de um modo pré-determinado, influenciam de uma maneira permanente nossa maneira de julgar as ações dos indivíduos. A adesão, ainda que sincera, aos princípios da igualdade e ao *ethos* da objetividade científica, não é suficiente para eliminar o viés introduzido nos meios de pesquisa, por percepções distintas das performances masculinas e femininas.

Por outro lado, a maior parte dos pesquisadores aspira sinceramente a uma avaliação objetiva das performances de seus colegas e adere plenamente ao princípio da igualdade dos sexos. Deste fato, o viés induz inconscientemente os “esquemas do gênero” que se exprimem frequentemente por diferenças sutis e quase imperceptíveis na atitude. Não se levará em conta, por exemplo, uma sugestão proposta por uma mulher, ou, ainda, haverá uma tendência em perceber o trabalho de um homem como mais “brilhante” e o da mulher, mais particularmente, como “aplicado”. Estas pequenas diferenças de atitude podem ter efeitos cumulativos importantes sobre a percepção de seus colegas no que concerne às contribuições das pesquisadoras, mas, também, sobre a imagem que elas formam de suas próprias capacidades. Em longo prazo, elas podem estimular a tendência das mulheres de se autolimitar e a renunciar a certas aspirações.

A cultura da ciência, de acordo com a biofísica e historiadora das ciências, Evelyn Fox Keller, é dominada por atitudes que poderiam ser descritas como masculinas, e, mesmo, “machistas”: a valorização da agressividade, da competitividade, das hierarquias rígidas. As mulheres que tentam se tornar pesquisadoras aceitam esta cultura como a única possível.

Elas interiorizaram a ideia de que, para se tornar uma cientista integralmente, é preciso se transformar em *un des gars* (um dos rapazes) e adotar plenamente a subcultura do meio científico, inclusive nos seus aspetos misóginos⁸.

⁵ Segundo vários [estudos], a situação das pesquisadoras tornou-se mais difícil (*degradée*) entre 1970 e 1990.

⁶ Hilary Rose descreve uma situação semelhante na Grã-Bretanha.

⁷ O papel das percepções estereotipadas dos homens e das mulheres na avaliação da qualidade do trabalho fornecido foi discutido por Reskin e Harmann (1986); Ashmore e Del Bocca (1986).

⁸ A autobiografia de Fay Ajzenberg -Selove mostra esta atitude.

Uma mulher que aspirasse a uma carreira científica como a Física teórica ou as Ciências da Engenharia, dominadas por uma forte cultura machista, deveria, pois, acrescentar um esforço suplementar de assimilação e de autotransformação (TRAVEEK, 1988). Contudo, um tal processo implica a supressão de uma parte de sua identidade profunda. Ele tem um custo físico considerável. O membro de um grupo oprimido, que tenta assimilar uma cultura dominante e hostil (por exemplo, um negro americano que experimenta integrar-se plenamente na sociedade branca), deve fazer um esforço suplementar para se desembaraçar de uma parte importante de sua identidade de origem. Ele deve, pois, fazer violência a si mesmo, um processo de automutilação que deixa, muitas vezes, cicatrizes irreversíveis. Por esta razão, uma mulher que tenta abrir seu caminho em uma cultura científica masculina e experimenta atingir o mesmo nível de performances que os homens de seu meio deve possuir de início um “super-plus” de capacidades (FOX-KELLER apud COLE; ZUKERMAN; BAUER, 1992).

Pode-se, segundo Frank, Fox e Valin, expandir a metáfora das “cicatrizes irreversíveis” na totalidade das trajetórias das mulheres cientistas. As dificuldades das pesquisadoras não ficam limitadas ao início da carreira. Numerosas mulheres continuam acumulando (pequenas) desvantagens ao longo de sua trajetória: poucas expectativas por parte dos pais e dos professores; um pouco menos de encorajamento por parte dos colegas e dos superiores hierárquicos; uma maneira sutilmente diferente de avaliar o trabalho cumprido; um avanço mais lento. Elas devem, paralelamente, enfrentar dificuldades maiores para conciliar trabalho, vida de casal e responsabilidades familiares. Nem todas as mulheres encontram o conjunto destes obstáculos. Algumas, particularmente afortunadas, não enfrentam nenhum. Outras mulheres são suficientemente motivadas para superar todas as dificuldades, ou conseguem, mesmo, se servir de certos contratemplos como um trampolim para avançar. Daí as carreiras impressionantes de certas pesquisadoras. Em média, contudo, as mulheres encontram mais dificuldades em sua carreira do que os homens. O acúmulo gradual das cicatrizes, por menores que sejam, pode produzir feitos importantes no fim do percurso. Não é necessário pesquisar incidentes maiores e acontecimentos dramáticos para explicar “por que tão lentamente?”. O desgaste do cotidiano pode ser amplamente suficiente.

Nas profissões mistas, que cultivam uma ideologia de progresso graças ao mérito (as profissões liberais, os executivos e certas profissões técnicas), todas as mulheres que tentam abrir uma brecha profissional enfrentam numerosos obstáculos. A questão “por que tão lentamente?” é igualmente válida para os altos funcionários ou para os quadros empresariais. A Ciência é, contudo, percebida como uma oportunidade única ou uma profissão entre outras. Daí, os sociólogos

da Ciência têm a tendência de focalizar, quase exclusivamente, sobre os elementos específicos à ciência, como a estrutura normativa da pesquisa, os códigos que organizam a colaboração e a competição, a importância central conferida à novidade, o papel da circulação dos resultados. Em consequência, os estudos sobre as mulheres nas pesquisas científicas atribuem um grande lugar às tentativas que examinam as ligações entre as performances individuais (medidas pelo número de publicações ou o índice das citações científicas) e as recompensas atribuídas para estas performances.

Uma tal visão, de acordo com o sociólogo William Bielby, tende a apagar o fato de que a pesquisa científica contemporânea é, antes de tudo, empresarial. Ora, é bem conhecido que mulheres encontraram grandes dificuldades para chegar ao topo da hierarquia das grandes empresas, públicas e privadas. Se quisermos verdadeiramente compreender as razões das dificuldades das pesquisadoras, seria desejável, diz Bielby, se interessar um pouco menos pela singularidade da pesquisa científica e um pouco mais pelas características compartilhadas por grandes organismos da pesquisa e outras grandes empresas. Seria interessante estudar a oferta e a demanda do mercado de trabalho universitário, a divisão do trabalho nos laboratórios, a importância concedida à percepção das atitudes dos indivíduos no comando e às tarefas de gestão, e as restrições impostas pelo meio econômico e social (BIELBY apud COLE; ZUKERMAN; BAUER, 1992).

Em numerosas profissões, o sexo do indivíduo define, em grande medida, a natureza das tarefas cumpridas por este indivíduo. Contrariamente às ideias recebidas, a segregação do mercado de trabalho conforme o sexo pouco mudou no correr do século XX. A entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, a partir dos anos 1960, não modificou esta segregação: as mulheres continuam a ser empregadas em *métiers* e em profissões (saúde, educação, serviços) fortemente dominadas pelo sexo feminino (RESKIN; ROSS, 1990)⁹. Certas mulheres se encontram, no entanto, em profissões “mistas”, nas quais o sexo da pessoa não deveria ter efeitos sobre a avaliação das performances profissionais. Entretanto, o gênero continua a pesar sobre as trajetórias individuais. As dificuldades das mulheres nestas profissões “mistas” estão frequentemente ligadas, conforme os sociólogos e os antropólogos, às relações cotidianas entre os homens e as mulheres que trabalham em conjunto. Daí o interesse das pesquisas que estudam os micromecanismos do poder e o papel da feminilidade e da masculinidade, a “produção do gênero” (*doing gender*) em um local de trabalho determinado.

⁹ As trajetórias profissionais masculinas e femininas podem, assim, ficar relativamente separadas.

Numerosos estudos sobre o trabalho feminino foram consagrados às modalidades, muitas vezes sutis, da introdução dos “esquemas do gênero” em locais de trabalho ordenados pela ideologia fundada sobre o reconhecimento do mérito, notadamente no caso das profissões liberais. Estas pesquisas ilustram a contradição frequente entre a percepção de um indivíduo como “mulher” e como “profissional competente”. Pesquisadoras norte-americanas estudaram firmas de advogados e colocaram em evidência a tensão entre características supostas femininas e aquelas que são valorizadas em um escritório de alto nível.

A agressividade e o gosto pela discussão são percebidos como vantajosos no homem. Estes mesmos traços podem ser facilmente criticados em uma mulher. Em paralelo, os homens advogados suportam mais dificilmente uma perda profissional se o seu adversário for uma mulher e se ressentem fortemente dos sucessos femininos. Uma tal aplicação do “esquema do grupo”, acrescido do fato de que a maioria dos gabinetes de advocacia importantes é dirigida por homens, torna mais difícil a colaboração harmoniosa entre associados dos dois sexos. As mulheres que aspiram fazer carreira em um gabinete de advogados adotam, muitas vezes, estratégias profissionais que diminuem o conflito entre sua identidade de “advogado” e a de “mulher”. Por exemplo, a especialização nas tarefas de mediação e de conciliação ou a aceitação de posições intermediárias com menor visibilidade. Estas estratégias profissionais podem ajudar as advogadas a encontrar um *modus vivendi* conveniente com seus colegas homens e podem tornar mais agradáveis suas condições de trabalho. Isto permite às mulheres encontrar “nichos” nos quais elas podem desenvolver seus talentos profissionais. Ao mesmo tempo, a aceitação implícita da reprodução dos “esquemas do gênero” no interior dos gabinetes de advocacia contribui ativamente para a reprodução de um sistema que subordina as mulheres aos homens (EPSTEIN, 1988; PIERCE, 1995; HARRINGTON, 1995).

Pesquisas sobre as cirurgiãs e sobre as mulheres corretoras da Bolsa de Valores chegaram a conclusões semelhantes. Nestas funções, também, traços supostamente “femininos” não se acertam muito bem com as qualidades consideradas necessárias para chegar ao topo da profissão. De fato, numerosas mulheres são submetidas a uma lista de espera, com pressões contraditórias: adotar um comportamento percebido como masculino e permanecer fiéis às suas qualidades femininas. Estas pressões são raramente verbalizadas explicitamente, mas influenciam o comportamento cotidiano no lugar de trabalho. As mulheres são mais frequentemente criticadas ou ignoradas do que seus colegas homens. Ocasionalmente, elas são, também, de forma sutil, submetidas a assédio sexual. Seus colegas homens fazem observações que se relacionam com a sexualidade. Estas

observações são frequentemente transformadas em brincadeiras supostamente inofensivas (CASSELL, 1998; McDOWELL, 1997).

Certas mulheres executivas (*cadres*) conseguem abrir profissionalmente seu caminho, graças à adoção de um estilo dominante, isto é, masculino, em seu lugar de trabalho. Outras, mais numerosas, tentam desenvolver estratégias que têm como finalidade minimizar as tensões entre identidade sexual e identidade profissional. Uma mulher pode, assim, tornar-se a ajudante e a protegida de um homem, especializar-se em um domínio percebido como pouco competitivo, relativamente marginal ou mais “feminino”, ou, ainda, trabalhar com outras mulheres num canto protegido dentro de sua profissão. Tais estratégias podem conduzir a um sucesso profissional. Em média, contudo, as carreiras das mulheres continuam a avançar menos rapidamente que as de seus colegas homens, e mais mulheres que homens preferem modificar suas escolhas profissionais no meio do caminho (HARDESTY; JACOBS, 1986; WAITZMAN, 1998).

As pesquisadoras são profissionais e executivas, mas não são somente isto. Os pesquisadores, bem mais que os funcionários, os executivos de empresas ou os profissionais liberais, acentuam a importância do talento, da originalidade sobre a criatividade em seu trabalho. Por outro lado, a Ciência reclama valores específicos: a racionalidade, a objetividade, a pesquisa da exatidão e da precisão, o espírito crítico e o sentido de comunidade. Estes valores são colocados a serviço de um fim compartilhado: uma melhor compreensão dos fenômenos naturais (MERTON, 1973; DASTON, 1992).

A maioria dos pesquisadores está consciente do fato de que uma tal imagem da Ciência não corresponde sempre à realidade, mas esta visão idealizada é essencial para o bom funcionamento da pesquisa científica. Os pesquisadores dos dois sexos aderem aos mesmos ideais e aos mesmos valores e, seguidamente, compartilham uma percepção muito positiva de sua profissão. Esta percepção é reforçada pela compreensão, igualmente compartilhada por numerosos pesquisadores dos dois sexos sendo que, em nossos dias, a discriminação contra as pesquisadoras pertence a um passado distante. Certamente, casos isolados de discriminação existem e alguns pesquisadores homens conservaram atitudes antidiluvianas. Eles são, contudo, raros. A contradição entre as identidades “mulher” e “pesquisador”, declara Evelyn Fox Keller (2002), não existe mais.

A questão “por que tão lentamente?” vai no mesmo sentido. Ela pressupõe a existência de um processo de direção única que conduz, inexoravelmente, a uma igualdade total entre pesquisadores homens e mulheres. A igualdade não foi ainda conquistada, mas numerosas pessoas consideram que as recentes mudanças são irreversíveis e que os desenvolvimentos futuros continuarão a ser conduzidos por pressões igualitárias. A história do século XX e início do século XIX pode nos

convidar a uma maior prudência¹⁰. Ela torna menos certa a noção de “senso único da história”, coloca em evidência a instabilidade de certas aquisições, tais como a democracia ou os direitos humanos, e indica que um retorno para trás permanece sempre no domínio do possível.

Os estudos sobre as mulheres na pesquisa científica podem ser lidos de acordo com uma certa ótica. Além das indicações específicas sobre as dificuldades encontradas pelas mulheres, estes estudos tornam bem visível a amplitude dos obstáculos relativos a uma verdadeira paridade entre os sexos na pesquisa. Elas colocam em evidência a fragilidade relativa ao estatuto das pesquisadoras, sua dependência aos fatores conjunturais, como a situação econômica ou política, e as incertezas que pesam sobre o futuro.

Referências

AJZENBERG-SELOVE, Fay. *A Matter of Choices: Memoirs of Female Physicist*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1994.

ASHMORE, Richard; DEL BOCCA, Frances K. “Gender stereotypes”. In: ASHMORE, Richard; DEL BOCCA, Frances K. (Eds.) *The Social Psychology of Male-Female Relationships*. New York: Academic Press, 1986.

BIELBY, William T. “Gender, environmental milieu and productivity”. In: COLE, Jonathan R.; ZUKERMAN, Harriet; BAUER, John T. Bauer. *The Outer Circle: Women in the Scientific Community*. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 171-187.

CASELL, Joan. *The Woman in the Surgeon’s Body*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

COLE, Jonathan R.; ZUKERMAN, Harriet (Trad.). “Les femmes et la recherche scientifique”. *Pour la Science*, p. 40-48, 1994.

COLE, Jonathan R.; ZUKERMAN, Harriet. “Marriage, motherhood and performance in Science”. In: COLE, Jonathan R.; ZUKERMAN, Harriet; BAUER, John T. Bauer. *The Outer Circle: Women in the Scientific Community*. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 157-170.

¹⁰ As mulheres avançaram na ciência, mas o progresso no topo da carreira ainda é modesto. Entre 1901 e 2019, 18 mulheres e 600 homens receberam o Prêmio Nobel de Ciências.

COLE, Jonathan R. *Fair Science: Women in the Scientific Community*. New York: Free Press, 1979.

COLE, Stephan; FIORENTINE, Robert. "Discrimination against women in science. The confusion of outcome with process". In: COLE, Jonathan R.; ZUKERMAN, Harriet; BAUER, John T. Bauer. *The Outer Circle: Women in the Scientific Community*. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 205-226.

CREAGER, Angela; LUNBECK, Elisabeth; SCHIEBINGER, Londa (Eds.). *Feminism in the Twentieth Century Science, Technology and Medicine*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2001.

DASTON, Loraine. "Objectivity and the escape from perspective". *Social Studies of Science*, v. 22, p. 597-618, 1992.

EPSTEIN, Cynthia Fuchs. *Deceptive Distinctions: Sex, Gender and Social Order*. New Haven: Yale University Press, 1988.

EPSTEIN Steven. *Inclusion: The Politics of Difference in Scientific Research*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

ESIENHARDT, Margaret A.; FINKEL, Elisabeth. *Women's' Science: Learning and Succeeding from the Margins*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

FOX, Mary Frank. "Gender, environmental milieu and productivity in Science". In: COLE, Jonathan R.; ZUKERMAN, Harriet; BAUER, John T. Bauer. *The Outer Circle: Women in the Scientific Community*. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 188-204.

FOX-KELLER, Evelyn. "The Wo/Man scientists: Issues of sex and gender in the pursuit of Science". In: COLE, Jonathan R.; ZUKERMAN, Harriet; BAUER, John T. Bauer. *The Outer Circle: Women in the Scientific Community*. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 227-236.

GALLANT, Mary J.; CROSS, Jay E. "Wayward puritans in the ivory tower: Collective aspects of gender discrimination in academia". *The Sociological Quarterly*, v. 34, n. 2, p. 237-256, 1993.

HARDESTY, Sarah; JACOBS, Nehama. *Success and Betrayal: The Crisis of Women in Corporate America*. New York: Simon and Schuster, 1986.

HARRINGTON, Mona. *Women Lawyers: Rewriting the Rules*. New York: Plenum Books, 1995.

HATET-NAJAR, Genevieve (Ed.). *Les femmes dans l'histoire du CNRS*. Paris: CNRS, 2004. p. 27-38.

INTERVIEW avec Evellyn Fox Keller. *Mouvements*, v. 17, 2002.

JONASDOTTIR, Anna G. *Why Women Are Oppressed*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

KOPYTOFF, Igor. "Women's roles and existential identities". In: SUNDAY, Peggy Reves; GALLAHER-GOODENOUGH, Ruth. *Beyond the Second Sex: New Directions in the Anthropology of Gender*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1990. p. 77-99.

LE DOEUFF, Michelle. *Le sexe de savoir*. Paris: Aubier, 1998.

MASON, Joan. "The invisible obstacle race". *Nature*, v. 353, p. 205-206, 1992.

McDOWELL, Linda. *Capital Culture: Gender at Work in the City*. Oxford: Blackwell, 1997.

MERTON, Robert K. "The Matthew effect in Science". *Science*, v. 159, p. 56-63, 1968.

PIERCE, Jennifer. *Gender Trials: Emotional Lives in a Contemporary Law Firm*. Berkeley: University of California Press, 1995.

RESKIN, Barbara F.; ROSS, Patricia A. *Job Queues, Gender Queues: Examining Women's Inroads into Male Occupations*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

RESKIN, Barbara F.; HARMANN, Heidi I. (Eds.). *Women's Work, Men's Work: Sex Segregation on the Job*. Washington: National Academy Press, 1986.

ROSE, Hilary. "Gender art work in the production system of science". *Love, Power and Knowledge*. London: Polity Press, 1994. p. 97-114.

ROSSITER, Margaret. "The Matthew {Mathilda} effect in Science". *Social Studies of Science*, v. 23, p. 326-341, 1993.

RUSS, Joanna. *How to suppress Women's' Writing*. Austin: University of Texas Press, 1983.

SCHIEBINGER, Londa. *Has Feminism Changed Science?* Harvard: Harvard University Press, 2001. p. 44-51.

SCHIEBINGER, Londa. *The Mind have no Sex? Women and the Origins of Modern Science*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

SUR l'ethos de la Science. In: MERTON, Robert. *The Sociology of Science*. Chicago: The Chicago University Press, 1973.

TRAVEEK, Sharon. *Bean times and Lifetimes: The World of High Energy Physicists*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

WAITZMAN, Judy. *Managing as a Man: Men and Women in Corporate Management*. Cambridge: Polity Press, 1998.

[VOLTA AO SUMÁRIO]

MULHERES NOS CONGRESSOS DE MEDICINA EM PORTUGAL



Maria Margaret Lopes

Introdução

O XV Congresso Internacional de Medicina de 1906, realizado em Lisboa, Portugal, é tomado nesse artigo como ponto de partida para uma análise mais ampla a ser desenvolvida sobre as relações de gênero nos congressos científicos da primeira metade do século XX. Integra o projeto Congressos Internacionais de Ciência, Portugal: 1880-1950¹ cujo objetivo central é analisar as redes que a comunidade científica portuguesa foi capaz de sustentar, em diferentes conjunturas políticas, para fazer deslocar para o espaço português europeu a realização de congressos científicos internacionais, como o XV Congresso Internacional de Medicina em 1906 ou o 3º Congresso Internacional de História das Ciências de 1934, ou o XII Congresso Internacional de Zoologia de 1935, entre diversos outros.

No caso português, uma ótica historiográfica centrada em um apregoado isolacionismo nacional do período do Estado Novo tem dificultado esse tipo de análise sobre a internacionalização das ciências em Portugal (NUNES, 2004). Esse projeto incorpora, também, no quadro geral de avanço do fascismo na Europa e na Península Ibérica, uma série conjunta de Congressos das Associações Espanhola e Portuguesa para o Avanço das Ciências (1921-1934), bem como análises sobre uma série de congressos de caráter nacional marcados pela consagração do colonialismo e do nacionalismo do Estado Novo, como o Congresso do Mundo

¹ International Congress of Science Portugal 1880-1950. ICSc.Pt:1880-1950. CEHFCi. Coordenação Professora Doutora Maria de Fátima Nunes.

Português (1940) ou 1º Congresso Nacional de Ciências Naturais (1941) que incorporaram, de forma simbólica, política e científica o Império Colonial.

Embora em todas as áreas disciplinares haja referências a congressos acontecidos, é ainda bastante escassa uma bibliografia mais abrangente que trate os congressos em si, como o foco de suas análises (SÖDERQVIST, 1994). Mais escassas ainda são abordagens que incorporem perspectivas de gênero na análise de tais congressos científicos, como essas que iniciamos.

Não se trata, aqui, de analisar esse e outros congressos em si ou como um todo, porque, para isso, metodologicamente e evidentemente seria necessária toda uma contextualização, local, internacional, disciplinar da situação de tais congressos no conjunto das séries em que se inserem, por exemplo. Mas, levando isso em conta, alguns aspectos do XV Congresso Internacional de Medicina realizado em Lisboa em 1906 são apresentados, considerando, também, vínculos que se pode buscar entre congressos científicos e feministas nas primeiras décadas do século XX.

Mediações de Gênero, nomeação pessoal

Os Congressos Científicos foram e são uma das mais evidentes expressões da internacionalização das ciências que contribuíram para a reorganização da profissionalização da vida científica. Suas organizações foram em muito favorecidas pelas facilidades cada vez maiores dos meios de transporte e comunicações, desde meados do século XIX. Nesses eventos internacionais, conjuntos de fenômenos pouco conhecidos, dispersos ou locais – transformados em comunicações científicas, geraram novas questões teóricas e empíricas de áreas específicas, mas, também, das práticas herdadas até hoje de nossas políticas científicas. A análise das novas formas de negociações de interesses, circulação de informações, implementação de políticas que se constituíram e ou se amplificaram nesses espaços podem permitir um mapeamento das dinâmicas de funcionamento de comunidades consolidadas e/ou em constituição, bem como o quanto esses eventos internacionais foram capitalizados pelos participantes locais para avançar suas próprias agendas, ampliar a visibilidade de suas áreas profissionais, disputar espaços localmente (DOEL et al., 2005).

Subjacente a essa pesquisa está uma ideia inspirada em Ludmilla Jordanova (1989), que, alertando para a importância das análises engendradas das imagens sexualizadas em Medicina, lembrava que já havia um consenso em torno de que era impossível se tratar a filosofia natural no século XVII – isto é, no início das ciências modernas – sem a mediação da religião e dos conflitos políticos gerados.

Alertava que estávamos longe ainda (como consideramos que, em larga medida, 20 anos depois, ainda estamos) de incorporar como um consenso a ideia de que é impossível ignorar as mediações dos papéis sexuais, das relações de gênero em todas as áreas do conhecimento e descaradamente presentes nas construções das ciências biomédicas desde então.

Também estruturando nossa pesquisa, consideramos fundamentais, em termos de políticas e micropolíticas das ciências, os equacionamentos entre nome, status e prestígio, a partir de suas historicidades e articulações com as convenções sobre autoria e autoridade. Partilhamos o pressuposto de que a nomeação pessoal é uma “porta de entrada privilegiada para o estudo da forma como os grandes fatores de diferenciação social, política, científica se operacionalizam através da ação pessoal” (PINA-CABRAL, 2005).

Assim, essa pesquisa pretende se desenvolver tanto no encontro das mulheres corporificadas que têm nome, sobrenome e renome, e que estiveram presentes nesses congressos, como, particularmente, nas relações de gênero que moldavam esses eventos e, evidentemente, no peso e na importância que as metáforas e estereótipos associados a gênero assumiram nesses congressos. Acompanhemos brevemente alguns dos itens que estão sendo considerados nessa investigação, como, por exemplo, as mesas de abertura, os comitês de damas e a participação das mulheres nesses eventos.

Mesas de abertura

As mesas de abertura dos congressos – como em todos congressos ontem e hoje – refletiam o prestígio acadêmico da área disciplinar, o status dos organizadores do evento, a amplitude de suas capacidades de alianças e de articulações político-científicas, a densidade das redes de apoio que conseguiam mobilizar.

No XV Congresso Internacional de Medicina de 1906, realizado quatro anos antes da implantação da República em Portugal, os reis Dona Amélia e Dom Carlos e a rainha-mãe Dona Maria Pia compuseram a mesa de abertura, ao lado da comissão organizadora do evento. Dona Maria Pia e Dona Amélia não tiveram voz entre os discursos do rei, do presidente (Costa Allemão), do secretário do Congresso (Miguel Bombarda) e dos representantes dos delegados dos países estrangeiros presentes. O rei foi louvado pelo conjunto dos atributos emprestados à masculinidade: ser simultaneamente um esportista, um artista e um savant. Foi enaltecido pela precisão de seus tiros nas caçadas, pela maestria do seu pincel e por seus reconhecidos trabalhos em suas explorações oceanográficas.



Como esposa bem amada, Dona Amélia (1865-1951) foi nomeada pelo rei, e como ativista da causa contra a tuberculose, também por todos os oradores da mesa. Uma áurea de santidade lhe foi atribuída por Costa Allemão, que comparou a ação da rainha, em uma metáfora de múltiplos sentidos, à rainha Santa Isabel – Isabel de Aragão (c.1270-1336), casada com D. Dinis. Segundo a lenda, a rainha santa Isabel distribuía pães ou moedas aos pobres, que se transformavam em rosas por milagre, quando era surpreendida pelo marido. O presidente do Congresso, associando a rainha à santa, fazia alusão às imagens que ficariam fixadas até hoje nos azulejos que ornamentam a Sala dos Passos Perdidos do edifício que recebeu as sessões científicas do congresso, atual Faculdade de Ciências Médicas.

A realização do Congresso serviu de pretexto para uma inauguração simbólica do novo edifício, construído para a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, que tardava em se instalar, e as sessões ocorriam aí. O cenário dos painéis de azulejos remete-nos para este papel fundamental da rainha no apoio à cura da tuberculose em Portugal. Trata-se da varanda do Dispensário de Alcântara (que foi visitado pelos congressistas), criado no âmbito das atividades da Assistência Nacional aos Tuberculosos, fundada em 1899. O dispensário atendia crianças até aos 12 anos, que ali tinham acesso à alimentação e medicamentos, bem como assistência. Madalena Esperança Pina (2010) discutiu em profundidade esses azulejos, dos pontos de vista artístico, científico e simbólico. Nos azulejos também estão fixados os estereótipos de gênero mais comumente atribuídos às mulheres: a representação do milagre de santa Isabel e as bruxas que são afastadas pela imagem da ciência feminina que inspira um jovem doutor em seus estudos.

Em seu discurso ainda na mesa de abertura, Miguel Bombarda ressaltará o êxito alcançado pela capacidade dos médicos portugueses organizadores do evento em suas articulações político-científicas. De fato, muitas das principais autoridades do campo médico estavam presentes, como, entre outros, Santiago Ramon y Cajal, que ganharia prêmio Nobel com Camilo Golgi por suas pesquisas sobre a estrutura do sistema nervoso naquele mesmo ano de 1906; Charles Laveran, prêmio Nobel de 1907, pelos estudos da malária como doença causada por protozoários e por seus trabalhos sobre trypanosomas; Ilya Metc.hnikoff, que ganharia prêmio Nobel em 1908 por seus estudos sobre fagocitose e Karl Landsteiner, que ganharia prêmio Nobel em 1930, por seu trabalho sobre a classificação de grupos sanguíneos e a presença de aglutininas no sangue.

O êxito das articulações se expressava nos números de 1.818 savants e praticantes inscritos, nos 134 temas de estudo, nas 500 comunicações livres e na enumeração das delegações dos países presentes, em que não faltariam embora com menor ênfase que aos países alemães, a França e Inglaterra e a América, a nomeação dos “países do outro hemisfério Brasil, México, Argentina, Chile etc.”.

As vertentes de análises desse único congresso são múltiplas, e em termos das redes de relações que estes congressos nos permitem identificar, por exemplo, as delegações latino-americanas não incluíam mulheres médicas, ou que teriam apresentado comunicações, embora essas já começassem a participar dos congressos latino-americanos. Evidentemente, esses fóruns internacionais eram altamente seletivos e não é novidade que, nesses congressos, particularmente do início do século, são poucas as mulheres que participam. E, entre outros, os médicos latino-americanos presentes são justamente: o brasileiro Antônio Augusto de Azevedo Sodré, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, especialista em sífilis, e Emilio Coni, higienista argentino, ambos organizadores dos Congressos Médicos Latino-Americanos do período.

Em função dos interesses desse fórum, cabe, aqui, uma rápida observação sobre esses congressos médicos latino-americanos que já foram mais estudados, embora nem sempre incorporando suas marcas de gênero, mas que tinham suas agendas próprias de afirmação no enfrentamento internacional de temáticas e de comunidades latino-americanas, rapidamente transformadas, não sem questionamentos, em panamericanas (ALMEIDA, 2006). Mesmo apregoando a exclusiva cientificidade desses eventos, a mesa de abertura do 1º Congresso Latino-Americano de Medicina, realizado em Santiago do Chile, que também reunia a elite local, revestida da mesma importância política e simbólica dos Congressos internacionais, teria como participação de destaque o discurso pela paz de quem a literatura se refere como a escritora e esposa do médico argentino Emilio Coni. Gabriela de Laperrière de Coni tinha nome, sobrenome e renome. Socialista, ativista da causa operária, inserida no contexto da época, como a rainha Dona Amélia, também dedicava-se à causa da tuberculose.

Comité des dames

O periódico português *O Ocidente* iniciou com a foto do comitê das damas sua cobertura do XV Congresso de Medicina de 1906. E informava que era a primeira vez que se fazia essa gentileza no país. As informações são de mais difícil acesso nos documentos oficiais, mas esses comitês reuniam as esposas dos médicos de prestígio, dos organizadores do evento, cujos papéis em garantir fóruns de sociabilidade, em criar e estreitar, a cada novo congresso, os laços de amizade, não são nada desprezíveis na organização das culturas das ciências. Um informe do congresso seguinte de Medicina, que se realizou em Budapest, em 1909, dá conta de que havia pelo menos 900 mulheres que não estavam interessadas nas atividades científicas do Congresso. Estes comitês de damas são uma instituição

fundamental a ser necessariamente considerada nesses congressos de diferentes áreas disciplinares nesse período. Permaneceram como estruturas atuantes já bem adentrado o século XX, não só nos congressos internacionais de Medicina, como, também, de Zoologia, de Geologia e, mesmo, de Geografia. Estudos sobre as relações de gênero e a organização das mulheres geógrafas mencionam que, nos congressos internacionais de Geografia, muitas vezes as chamadas atividades ‘*for ladies*’, ficavam sobre a responsabilidade mesmo de profissionais geógrafas (ROBIC; RÖSSLER, 1996).

Na cobertura – pela imprensa – desse Congresso de Medicina, que foi um verdadeiro acontecimento social na Lisboa do início do século, há todo um conjunto de festas em que se pode constatar a presença de mulheres e, por vezes, algumas são identificadas como congressistas. Além das festas, foram comuns as visitas a locais específicos (como hospitais) que faziam parte das políticas de estreitar relações, criar sentimentos de pertencer a uma comunidade, reconhecer espaços geradores de identidades comuns, com os quais tais comunidades podiam se identificar.

Redes certas: participação científica

A grande maioria das mulheres inscritas no XV Congresso Internacional de Medicina de Lisboa de 19 a 26 de abril de 1906 tinha apenas o sobrenome de seus maridos e pagava apenas metade da taxa de inscrição. Entre essas, na sua maioria esposas dos congressistas, havia, também, aquelas identificadas como mães, tias; havia uma viúva e filhas de médicos participantes.

É certo que as mulheres não presidiram sessões, mas apresentaram trabalhos entre as comunicações livres de algumas sessões. Se é indiscutível o peso das redes científicas que se articulavam nesses congressos, as mulheres que apresentaram comunicações nesse congresso de 1906, sem dúvida integravam as redes “certas”. Como, aliás, era de se esperar, por terem chegado lá. E, nesse caso, não se constitui um problema metodológico identificar as pesquisadoras nos documentos do congresso. Enquanto, para anunciar os nomes de homens, há os títulos de *Dr.* ou *Professor monsieur*, as mulheres são anunciadas por *Madame* ou *Mademoiselle*, sem seus títulos.

Entre as inscritas com seus nomes próprios, as congressistas norte-americanas e francesas que apresentaram comunicações eram quase todas pesquisadoras ou médicas com carreiras já bem consolidadas. Foi possível identificar algumas delas rapidamente, por suas produções expressivas, sendo algumas, inclusive,

citadas até recentemente. Lucy Waite, por exemplo, tinha 46 anos no Congresso de Lisboa. Já era uma médica reconhecida, que estudara em Chicago, Viena e Paris, e era *Head Physician and Surgeon* no Mary Thompson Hospital (Women and Children's Hospital). Foi também cofundadora do Woman's Club of Chicago. Harriet Alexander, também de Chicago, especialista em epilepsia, tornou-se uma autoridade em doenças do sistema nervoso, apresentou trabalho sobre Medicina legal; Agnes C. Victor, com trabalhos na área de Cirurgia, foi uma das diretoras do Brooklyns Woman's Homeopathic Hospital e Louise G. Robinovitch, que apresentou sua comunicação na sessão de Neurologia, Psiquiatria foi a conhecida editora do *The Journal of Mental Pathology*, da American Psychiatric Association.

A conhecida Dra. Joséphine-Inèz Gaches-Sarraute, médica da ópera de Paris, criadora de um tipo de espartilhos amplamente recomendado pelos médicos, porque aliviava a pressão no abdômen, também estava inscrita no Congresso. Desde a década de 1890, Joséphine-Inèz Gaches-Sarraute publicava artigos particularmente no *Tribune Médicale*, alertando sobre os perigos de deformação e comprometimento para os ossos e órgãos internos dos espartilhos apertados. O questionamento à moda de uso de espartilhos já vinha desde há alguns anos ocupando os mais diversos foruns, que se estendiam da ópera de Paris ao museu Britânico. E, apenas para mencionar outro exemplo, “*Fashion in Derfomity*” – um artigo publicado em 1881, por William H. Flower, o influente diretor do Museu Britânico entre 1884 e 1898, que era médico e anatomista – fazia parte de uma verdadeira campanha contra a deformação do corpo das mulheres, para adequá-los a ‘modas estúpidas’. Suas ilustrações demonstravam claramente os efeitos deformadores dos corpos pelo uso de espartilhos superapertados bem como de saltos altos (STEARN, 1981).

A medicina foi uma das portas de entrada para mulheres nas ciências e na profissionalização desde o século XIX. Essas mulheres eram conhecidas em suas áreas de atuação, com diversos artigos publicados e, em suas trajetórias, também surgem os vínculos com organizações femininas ou feministas que parecem ter mantido – o que foi uma característica marcante da época, já bastante assinalada na literatura dessas primeiras profissionais.

A única médica portuguesa que integra, na categoria de membro, uma sessão de pediatria, foi Sophia Rosa da Silva. Formada em 1891, dela se sabe que era pediatra, clinicava em seu consultório particular, na Rua Garrett, no Chiado, em Lisboa, e era sócia da Sociedade de Geografia de Lisboa.

A participação de pesquisadores e pesquisadoras de áreas científicas afins era permitida nesse Congresso e esse foi o caso de Marie Loyez, Dra. em Ciências, pesquisadora do Colège de France, que demonstrou uma série de “belas”



preparações de ovários de répteis. E também de Elizabeth Hopkins Dunn, pesquisadora assistente em neurologia na Universidade de Chicago, que apresentou, no quadro negro, um trabalho sobre o diâmetro e a distribuição das fibras nervosas nas patas da rã – *Rana virescens*.

Mas, a participação de outros e outras profissionais foi motivo de controvérsias e acirradas discussões, em que não faltaram as marcas de gênero. Na assembleia final do Congresso de 1906, em que Budapeste foi escolhida como a sede do próximo evento – não sem disputa com a pretensão de Nova York –, os dentistas, não diplomados em Medicina, solicitaram sua aceitação como participantes nos próximos congressos. Miguel Bombarda, com sua autoridade de secretário do Congresso, foi contra a proposta. Afirmando quase como uma ameaça, que, caso essa proposta de participação dos dentistas fosse aceita, ele próprio faria uma outra proposta. Proporia que representantes de outras profissões que tivessem quaisquer vínculos com a medicina, como as parteiras, massagistas, pedicures também fossem aceitos. Essas profissões evidentemente agregavam mais mulheres e tinham status inferiores. E esse foi um argumento decisivo e de peso para determinar o resultado da votação contra a inclusão dos dentistas não diplomados em Medicina.

Esta não era uma discussão particular desse fórum. Os congressos latino-americanos de Medicina, por exemplo, talvez ainda refletindo um menor grau de institucionalização, incluíam, além de médicos, químicos, farmacêuticos, naturalistas, engenheiros, arquitetos sanitários, demógrafos, veterinários e, mesmo, os dentistas. Inclusive, do 2º Congresso Médico Latino-Americano de 1904, realizado em Buenos Aires, participaram 8 mulheres, das quais 5 eram dentistas e 3 médicas. Uma das médicas, Cecília Grierson, estava inscrita, também, como representante da Escola de Enfermeiras e Massagistas e Sabina Drocchi de Romanil representava a Sociedade Obstétrica Nacional de Parteiras (ALMEIDA, 2003).

O XV Congresso Internacional de Medicina discutiu inúmeros temas em suas diversas sessões, tais como: tuberculose, sífilis, lepra, higiene, homogeneização das linguagens, unificação das nomenclaturas (tema de discussão dos congressos das mais diferentes áreas disciplinares). Também foram objetos de discussões a proposta de adoção, pelos diferentes países, do modelo dos serviços antropométricos de Portugal para identificação de criminosos, e a proposta de constituição de uma comissão para estudos de câncer, que impulsionaria os estudos em Portugal. Um dos temas de destaque foi, também, a significativa mudança da denominação da área de estudos de ‘medicina colonial’ para medicina tropical.

E não deixaram de acontecer as discussões em torno das questões tornadas científicas e medicalizadas, relacionadas às mulheres: não faltaram as menções à importância das mães e enfermeiras em processos educativos preventivos,

discussões sobre puericultura, higiene, bem como sobre sinais de virgindade e defloração nos relatórios de medicina legal ou sobre aborto legal e criminoso. Mesmo nessas sessões específicas, como obstetrícia e ginecologia, por exemplo, as mulheres não participaram como reladoras oficiais dos temas tratados. E, nessa sessão, somente Lucy Wayte apresentou seu trabalho “*The clinical significance of uterine deviations*” na sessão de comunicações livres.

No debate em torno do aborto legal e criminoso na sessão de Medicina legal, uma das comunicações, tinha por título justamente “*Avortement provoqué; quand est-il permis?*”. A segunda metade do século XIX fora marcada, em diversos países europeus, pelas legislações que passaram a regulamentar o aborto, tornando, na maioria dos casos, sua prática ilegal, a não ser quando se tratasse de salvar a vida da mulher. Como é amplamente tratado na vasta literatura sobre o tema, tais legislações foram criadas em função dos números alarmantes de abortos, para o final do século XIX. Médicos estimavam em dois milhões o número de abortos por ano, por volta de 1890. E só em Chicago, em 1904, alguns médicos estimavam em torno de seis a dez mil abortos provocados por ano (REAGAN, 1997). Na Inglaterra, por exemplo, até 1837, a legislação distinguia e penalizava de formas diferenciadas – até com a morte – o aborto provocado, dependendo ou não do reconhecimento da existência de movimento do feto (*quick with child*). Leis regulamentando as práticas de aborto foram criadas na Áustria, em 1852; na Dinamarca, em 1866; na Bélgica, em 1867; na Espanha, em 1870; na Holanda, em 1881; na Noruega, em 1885 e na Itália, em 1889. Tais legislações inseriam-se em todo um contexto de políticas de controle populacionais, reforço às práticas médicas de controle da saúde e do corpo das mulheres, descrédito das práticas das parteiras e poderes das ervas abortivas, organização dos movimentos feministas (SCHIEBINGER, 2004) e, evidentemente, foram temas de destaque nos congressos médicos.

Certas redes: a continuidade da pesquisa

Muitos desses temas foram comuns aos Congressos Feministas que também se realizavam à época. Em Portugal, como em diversos outros países, muitas das primeiras feministas do início do século XX, que integraram organizações mais ou menos oficiais², de classes médias, de mulheres que se profissionalizavam,

² A literatura sobre essas feministas e suas participações especialmente nos movimentos republicanos é bastante vasta, e pode ser acompanhada, entre diversos outros trabalhos, nas pesquisas e

eram médicas. As médicas feministas Dras. Adelaide Cabete (1867-1935), Carolina Beatriz Ângelo (1888-1932) (CASTRO; ESTEVES, 2005), Maria do Carmo Lopes, que, matriculada na Escola Politécnica de Lisboa, cursou, depois, a Escola Médica Cirúrgica, Emilia Patacho, Sofia Quintino estavam todas inscritas com seus nomes próprios, embora não tenham apresentado trabalhos, no XV Congresso Internacional de Medicina de 1906. Essas mulheres portuguesas – que se profissionalizam na carreira de Medicina – e seus movimentos guardam inúmeros paralelismos, com inúmeras mulheres e movimentos de outros países. Essas mulheres são consideradas como pertencentes a certos setores de elites, justamente em função da profissionalização e dos estudos superiores, particularmente em sociedades em que o analfabetismo entre as mulheres ainda era expressivo. Republicanas, socialistas ou moderadas e oficialistas, a literatura é pródiga em rotulá-las, talvez porque se distanciavam daquilo que gostaríamos que tivessem sido (LOPES, 2006).

E como os médicos ou demais comunidades científicas o faziam (e fazem), as feministas também buscariam capitalizar nacionalmente suas inserções internacionais, como estratégias de validação e reforço de suas próprias práticas em seus próprios países. Os congressos feministas foram também fóruns significativos para a organização e consolidação das redes internacionais que sustentaram práticas feministas na primeira metade do século XX. As redes de solidariedade, especialmente, as internacionais, foram e são uma das principais características dos feminismos da época. Tais redes expressariam manifestações conscientes da fragilidade da situação dessas mulheres profissionais feministas, que também buscaram apoio internacional para validar localmente suas causas.

No âmbito das dificuldades metodológicas presentes para as análises do campo de gênero em ciências, Mariza Corrêa alerta para um cuidado na busca de padrões de feminilidade ou masculinidade da época, frente às ciências, nesse tempo tão próximo do nosso. Do que se tratava – e continua se tratando, com variações de detalhes importantes, nuances significativas de conteúdos, é claro – é de luta, no campo científico, cultural e político, de gênero que se alargava, possibilitando a entrada de novas autoras e atores. Mais promissoras são as tentativas de recolocar essas personagens em seus próprios cenários e interações, “tentando

publicações como *Faces de Eva*, da Universidade Nova de Lisboa, nos livros de João Esteves *Mulheres e republicanismo: 1908-1928* - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género/ Fio de Ariana, Lisboa, 2008; nos diversos trabalhos de Isabel Lousada e Teresa Joaquim *O género da memória: a questão da visibilidade*. Lisboa, 2008. Em teses recentes como a de Célia Rosa Batista Costa. O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947). Dissertação de Mestrado em Estudo sobre as Mulheres. Universidade Nova de Lisboa, 2007.

compreender a leitura que seus interlocutores faziam de sua presença ali e situando-as no contexto de atuação de suas contemporâneas em outros lugares do mundo” (CORRÊA, 2003, p. 31).

A busca de relações entre congressos científicos e congressos feministas, nas primeiras décadas do século XX, é um dos recortes de uma possível investigação que o projeto sobre os congressos científicos realizados em Portugal vem sugerindo. Esses congressos feministas reuniam mulheres que se profissionalizavam nas ciências e aquelas que emprestavam sua autoridade político-científica a esses eventos. As fontes historiográficas que estão sendo consultadas têm evidenciado um acompanhamento desses eventos julgados de interesse – até porque, nessas comunidades relativamente reduzidas, essas redes se inter cruzavam. O *JUS SUFFRAGII*, jornal mensal da *International Woman Suffrage Alliance* de setembro de 1913, entre outros materiais, por exemplo, acompanha de perto temas discutidos nos congressos médicos como prostituição e sífilis. O artigo de Hilda Clark M. B. S. (late Tuberculosis Medical Officer, Portamouth), por exemplo, destacava, além das discussões sobre prostituição, ‘o perigo da sífilis para a comunidade’ como um tema que merecia a atenção das sufragistas e deveria ser objeto de legislação e de políticas de saúde pública como fora proposto no XVII Congresso Médico Internacional de 1913, realizado em Londres. O tema foi discutido nas sessões conjuntas de Sifilografia e Medicina forense, e uma vez que a sessão de Higiene e Medicina Preventiva não estava oficialmente representada nessas sessões conjuntas, se destacou a importância de que a sífilis deveria ser tratada como uma questão de saúde pública.

Também no Congresso de Lisboa de 1906 a sífilis havia sido objeto de trabalhos da sessão VIII – *Demartogie et syphiligraphie*. Nos debates dessa sessão, tendo se considerado a grande ocorrência de doenças relacionadas a afecções cutâneas e sifilíticas em Portugal, foi proposto um voto para o maior incremento dos serviços já existentes de dermatologia e sifilografia para que pudessem garantir o ensino clínico, o tratamento e o combate à sua propagação. Esses foram os anos cruciais para a delimitação do ‘fato científico’ da sífilis. A reação de Wassermann, justamente de 1906, alcançaria ampla repercussão sobre o conceito etiológico da ideia de sífilis, base sobre a qual se definiria a entidade nosológica em seu estado primário. E, desta forma, se delimitariam as fronteiras do novo conceito de sífilis e as novas práticas de tratamento. Estes foram os anos da ‘gênese e desenvolvimento do fato científico’ da sífilis, magistralmente referidos por Ludwik Fleck, em 1935 (1986). ‘Fato’ que se pautava, evidentemente, nos temas dos congressos científicos do período, afetava diretamente as mulheres.



As dimensões e repercussões nacionais e internacionais integradas desses congressos evidenciam, para o caso do Congresso Internacional de Medicina de 1906, que a capitalização local do evento foi imensa. Entre as resoluções do Congresso, diversas delas se voltavam para o implemento das atividades e instituições de pesquisa em Portugal, como, por exemplo: o incentivo aos estudos sobre câncer, as propostas de criação de uma estação de estudos biológicos, de organização da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, entre outras. Após a realização do Congresso, por todo seu empenho na realização do evento e pelo sucesso alcançado, a comunidade médica portuguesa organizou uma homenagem a Miguel Bombarda. E as assinaturas de mulheres que constam de tal homenagem são as das doutoras feministas.

Estas considerações rapidamente apresentadas nesse texto, mais do que conclusões, sugerem pistas para a continuidade da pesquisa. Esses cruzamentos não só de nomes, sobrenomes, mas, também, de temáticas, de metáforas, de práticas efetivas reunidas nesses diversos congressos podem ser um vasto campo para investigar as relações e em que medida é possível estabelecê-las, entre os congressos científicos e os congressos feministas das primeiras décadas do século, que reuniam mulheres que se profissionalizavam nas ciências e emprestavam sua autoridade científica aos congressos feministas, nos quais sua autoridade política se firmava.

Referências

ALMEIDA, Marta de. “Perspectivas sanitárias e representações médicas nos congressos médicos latino-americanos (1901-1913)”. *Horizontes*, Bragança Paulista, v. 21, p. 37-47, 2003.

_____. “Circuito aberto: idéias e intercâmbios médico-científicos na América Latina nos primórdios do século XX”. *História, Ciência, Saúde*. Manguinhos, v. 13, n. 3, p. 733-757, 2006.

CASTRO, Zília Osório de; ESTEVES, João. *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003.

DOEL, Ronald E.; HOFFMANN, Dieter; KREMENTSOV, Nikolai. “National States and International Science: A Comparative History of International Science

Congresses in Hitler's Germany, Stalin's Russia and Cold War United States". *OSIRIS*, v. 20, p. 49-76, 2005.

FLECK, Ludwik (1935). *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

JORDANOVA, Ludmilla. *Sexual Visions: Images of Gender in Science and Medicine between the Eighteenth and Twentieth Centuries*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1989.

LOPES, Maria Margaret. "Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade". *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 27, p. 35-61, 2006.

NUNES, Maria de Fátima. "The History of Science in Portugal (1930-1940): the sphere of action of a scientific community". *e-JPH*, v. 2, n. 2, Winter 2004.

PINA, Madalena Esperança. *Traços da Medicina na Azulejaria de Lisboa*. Portugal: Casa de Cambra, 2010.

PINA-CABRAL, João de. "O limiar dos afetos: algumas considerações sobre nomeação e a constituição social de pessoas". Texto apresentado como Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UNICAMP (Universidade de Campinas), abril de 2005 (draft).

REAGAN, Leslie J. *When Abortion Was a Crime: Women, Medicine, and Law in the United States, 1867-1973*. Berkeley: University of California Press, 1997. Disponível em: <<http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft967nb5z5/>>.

ROBIC, Marie-Claire; RÖSSLER, Mechtild. "UNESCO: Sirens within the IGU – an analysis of the role of women at International Geographical Congresses (1871-1996)". *Cybergeo:European Journal of Geography* [En ligne], *Epistémologie, Histoire de la Géographie, Didactique*, document 14, mis en ligne le 14 décembre 1996. Disponível em: <<http://www.cybergeo.eu/index5257.html>>.

SCHIEBINGER, Londa. *Plants and empire: colonial bioprospecting in the Atlantic World*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

SÖDERQVIST, Thomas; SILVERSTEIN, Arthur M. "Participation in Scientific Meetings: A New Prosopographical Approach to the Disciplinary History of Science – The Case of Immunology, 1951-1972". *Social Studies of Science*, v. 24, n. 3, p. 513-548, 1994.

STEARNS, William T. *The Natural History Museum at South Kensington*. London: Heinemann Ltda. British Museum (Natural History), 1981.

ESTUDANTES DA GRADUAÇÃO EM MEDICINA DA UFBA: O GÊNERO NAS INTERSEÇÕES (2005-2012)



Luzinete Simões Minella

Introdução

Este artigo objetiva esboçar as linhas gerais do perfil sócio-econômico, geracional e étnico dos/as estudantes que ingressaram no curso de Graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, entre 2005 e 2012, à luz das interseções entre gênero, gerações, classe e etnia. Constitui parte de uma pesquisa mais ampla, em andamento, que contemplará os cursos nos Estados da Bahia e de Santa Catarina, tentando focalizar as chances e os limites de absorção de mulheres não brancas, não jovens e de baixa renda¹.

A escolha da medicina como campo de investigação levou em conta vários fatores: o caráter estratégico dessa área para o avanço do conhecimento científico e tecnológico; o prestígio que proporciona, sendo, por isso mesmo, tradicionalmente, uma das carreiras mais concorridas nos exames de ingresso às universidades; o alto impacto que as ações da área exercem no cotidiano da sociedade; o visível incremento do número de mulheres nas últimas décadas e a carência de abordagens que possam acompanhar as especificidades dessa expansão. O fato de ter atuado durante muitos anos na área de Ciências Sociais e Saúde, em particular nos âmbitos da saúde mental e da saúde reprodutiva, também interferiram nessa escolha.

Sem dúvida, os candentes debates nacionais sobre as ações afirmativas e as políticas de cotas que foram gradativamente implementadas em várias

¹ Trata-se do projeto, intitulado “Mulheres no campo da Medicina no Nordeste e no Sul do Brasil: interseções de gênero, gerações, classe e etnia”, iniciado em 2012, financiado pelo CNPq.

universidades brasileiras, nos últimos anos, a fim de estimular o acesso de estudantes das escolas públicas, negros/as e índios/as, motivou ainda mais a realização desse estudo.

Além do objetivo geral – esboçar as linhas do perfil dos/as estudantes –, a pesquisa tem os seguintes objetivos específicos: destacar a feminização da área, apontando para as interferências dos marcadores de diferenciação social no acesso à carreira; assinalar as diferenças entre o contexto das pioneiras e a situação das novas gerações. Numa fase posterior, pretende-se, também, identificar as principais semelhanças e diferenças entre os contextos baiano e catarinense, levando em conta os impactos das suas especificidades histórico-culturais.

A metodologia se baseou no levantamento de dados secundários sobre sexo, renda familiar, idade, cor e origem dos/as estudantes inscritos entre 2005 – quando foi implantado o sistema de cotas na UFBA – e 2012, sistematizados por diversos setores da universidade, a partir do questionário sócio-econômico preenchido pelos candidatos ao Concurso Vestibular. A mesma abordagem será adotada nos cursos das demais instituições². A seleção se fundamentou no mapeamento dos cursos na Bahia, feito através de consulta aos sites das instituições de ensino superior e, ainda, ao site das Escolas Médicas do Brasil³, que disponibiliza uma relação atualizada com nomes e endereços, além de outras informações.

Na Bahia, foram encontrados cinco cursos que funcionam nas seguintes instituições, tendo sido criados entre 1832 e 2004⁴: a) Faculdade de Medicina da Bahia (FMB/Universidade Federal da Bahia), 1832; b) Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, 1952; c) Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC, 2000; d) Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS, 2003; e) Faculdade de Ciência e Tecnologia/FCT, 2004.

Foram selecionados dois cursos, um público e um privado: o da UFBA e o da Escola Bahiana. Como se vê, há grandes diferenças em relação ao período de sua criação. O mais antigo se originou em 1808, durante a presença da família real portuguesa no Brasil, quando D. João VI formalizou a criação da Escola de Cirurgia da Bahia. Esta Escola foi transformada, em 1813, na Academia

2 Em Santa Catarina, foram selecionados os cursos de Graduação em Medicina da UFSC e da Universidade de Joinville (UNIVILLE). A maior parte dos dados da UFSC já foi levantado.

3 Ver o site www.escolasmedicas.com.br/, consultado em 20 de julho de 2013. Os dados sobre os cursos em Santa Catarina estão sendo levantados através dos mesmos procedimentos.

4 As datas de criação foram pesquisadas nos sites dos cursos e deverão ser cheçadas posteriormente. Em alguns sites, além dessas datas, constam, também, as de implantação e/ou as de regulamentação dos cursos. Em todos, no entanto, podem ser encontradas a data de criação, razão pela qual esta foi tomada como referência no momento.

Médico-Cirúrgica e, depois, em Faculdade de Medicina da Bahia, em 1832, sendo incorporada à Universidade Federal da Bahia em 1946⁵. A Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública foi criada mais de um século depois. É uma instituição privada, mantida pela Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências (FBDC) e, além da Medicina, oferece, também, os seguintes cursos de Graduação: Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia, Psicologia e Terapia Ocupacional⁶.

No momento, o levantamento de dados na UFBA foi concluído e recém foi concluído e recém iniciado na Bahiana⁷. Neste artigo, são analisados apenas os dados obtidos na UFBA. No próximo item, serão sintetizadas as linhas gerais do enfoque teórico que orienta essa pesquisa. Posteriormente, a análise dos resultados será elaborada principalmente a partir do diálogo com estudos anteriores (MINELLA, 2012; 2013).

O enfoque: gênero e interseções no acesso à carreira

A análise das informações com vistas à construção do perfil do/as estudantes se fundamenta numa perspectiva de gênero que privilegia suas interseções com outros marcadores da diferença – classe, raça/etnia e gerações – de modo a refletir sobre o acesso das mulheres à carreira médica. Kimberlé Crenshaw define interseccionalidade como “associação de sistemas múltiplos de subordinação” (2002) que “tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação” (2002). Segundo a autora, esta “é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (2002). Ela trata, especificamente, da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios “criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CREENSHAW, 2002, p. 177). Também levo em conta a perspectiva de Avtar Brah, que, ao caracterizar os distintos tipos de diferença, avaliando seus impactos sobre a subjetividade e a identidade, prefere utilizar a categoria “eixos de diferenciação” (2006). A abordagem interseccional será adotada de modo a

⁵ www.medicina.ufba.br/.

⁶ www.bahiana.edu.br/.

⁷ Os dados da UFBA e da Bahiana estão sendo levantados por Sabrina Guerra, mestranda do PPG-NEIM/UFBA. O levantamento na UFBA realizou-se entre março e julho de 2013. A pesquisa na Escola Bahiana de Medicina está em andamento.

interrogar em que medida a participação de homens e mulheres no campo considerado reflete as interferências das sobreposições ressaltadas pelas autoras.

Parto por considerar que esse tipo de abordagem favorece o desenvolvimento de um olhar mais atento às especificidades da feminização das carreiras científicas, processo que tem sido contemplado em vários estudos que articulam Gênero e Ciências. A respeito da emergência desses estudos no país, Hildete Pereira de Melo e André Barbosa Oliveira afirmam que

desde os anos 1970, com a segunda onda feminista do século XX, esta temática também ressoou no Brasil, no início, com as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, espalhando-se, posteriormente, no meio acadêmico com a consolidação de vários núcleos de estudos de gênero. Particularmente o tema gênero e ciência ganhou relevância nos anos 1990, com destaque para estudos dos grupos da Unicamp, Fiocruz, NEIM/UFBA e tantas outras pesquisadoras individuais que analisam a ausência das mulheres da História da Ciência no Brasil (2006).

Os artigos publicados pela Fundação Carlos Chagas nos anos setenta representaram um dos marcos iniciais no desenvolvimento do tema. Dois deles ilustram preocupações que seriam retomadas em vários outros estudos nas décadas seguintes: o de Barroso e Mello, sobre o acesso das mulheres ao ensino superior no Brasil (1975a) e o de Bruschini a respeito da inserção das engenheiras, enfermeiras e professoras no mercado de trabalho (1978). Outros artigos sobre a baixa participação das mulheres no desenvolvimento científico nacional, publicados na revista *Ciência e Cultura* no mesmo ano, chamaram a atenção para as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres (BARROSO; MELLO, 1975b; BARROSO, 1975).

A revisão da literatura no Brasil mostra que a maioria dos estudos em Gênero e Ciências tem sido influenciada por algumas obras de referência – produzidas no contexto anglo-saxão a partir dos anos oitenta –, nas quais são sistematizadas várias críticas fundamentais das epistemologias feministas à ciência. Por exemplo, Haraway (1994; 1995); Harding (1996); Schiebinger (2001) e Fox-Keller (2006). Algumas dessas autoras têm se preocupado em sintetizar as grandes linhas temáticas desse campo de investigação. Sandra Harding, por exemplo, identificou cinco tendências principais entre os estudos produzidos no contexto anglo-saxão: a) aqueles que apontam as oposições históricas que as mulheres enfrentaram e enfrentam a fim de obter oportunidades educacionais, títulos acadêmicos e atuação semelhantes às dos homens; b) estudos que criticam a biologia, as ciências sociais e suas tecnologias, mostrando o modo como instrumentaram projetos

sociais “sexistas, racistas, homofóbicos y classistas”; c) estudos que colocaram em dúvida a possibilidade de existência das ciências puras; d) aqueles que reúnem as contribuições da crítica literária, da interpretação histórica e da psicanálise para evidenciar os sentidos simbólicos ocultos nos enunciados e práticas científicas; e) finalmente, a autora aponta a existência dos estudos que tentam entender “cómo se fundamentan las creencias en las experiencias sociales y el tipo de experiencia que serviría de fundamento a las creencias que honramos con la denominación de “saber” (1996, p. 20-23).

Londa Schiebinger, por sua vez, afirma que

a questão do gênero na ciência é enfocada por estudiosos de muitas disciplinas a partir de perspectivas amplamente variáveis. Historiadores estudam as vidas de mulheres-cientistas no contexto de instituições que, por séculos, mantiveram as mulheres à distância; sociólogos enfocam o acesso das mulheres aos meios de produção científica; biólogos examinam como os cientistas estudaram as mulheres; críticos culturais exploram a compreensão normativa de feminilidade e masculinidade; filósofos e historiadores da ciência analisam a influência do gênero sobre o conteúdo e os métodos das ciências (2001, p. 19-20).

Os estudos de Maria Margaret Lopes, uma das pioneiras do campo de Gênero e Ciências no Brasil, proporcionam uma visão geral dos debates. Lopes se refere, dentre outras, à importância das contribuições de Evelyn Fox-Keller, assinalando que essa autora sintetizou as nuances históricas e políticas desse campo, referindo-se a três linhas de investigação que teriam prevalecido nos anos noventa: “mulheres na ciência, construções científicas de gênero e influência do gênero nas construções históricas da ciência”⁸. De acordo com Lopes, posteriormente, a partir das análises sobre a expansão do campo, Fox-Keller observaria sua diversificação e suas novas mutações, paralelamente à persistência de um denominador comum: “sua ativa resistência ao desaparecimento do gênero (e, é claro, das mulheres)” (LOPES, 2006, p. 41).

Analisando as pesquisas apresentadas em três edições do *Fazendo Gênero* (2002, 2004 e 2006), centrando a atenção nas tecnologias, Carla Cabral encontrou “seis sessões de comunicações e duas mesas-redondas relacionando (especificamente) gênero, ciência e tecnologia. Foram apresentados 55 trabalhos, de autoria de 63 pesquisadores – 57 mulheres e seis homens” (2008). Segundo a autora, em 2002, prevaleceram os estudos que relacionavam educação, tecnologia e gênero;

⁸ Nesse fragmento, Lopes se refere às seguintes obras: Fox-Keller (1992; 1995).

em 2004, gênero e tecnologia. Em 2006, a autora constatou uma ampliação e maior diversificação tanto da filiação institucional das pesquisadoras, quanto das temáticas abordadas.

Em pesquisa anterior, visando à identificação das grandes linhas temáticas dos estudos feitos no Brasil a partir dos anos noventa, abordei a emergência e a consolidação do campo, focalizando os vários temas tratados nas pesquisas divulgadas em três veículos que alavancaram os debates na área: os *Cadernos Pagu*, publicação do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); os *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia (GeTec) do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/Paraná); e a *Revista Tecnologia e Sociedade*, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Foram, também, referidos estudos publicados em outras fontes, incluindo a *Revista Estudos Feministas* (MINELLA, 2013).

Relacionei, ainda, um conjunto de treze livros e coletâneas que entraram em cena a partir de 2000, paralelamente à diversificação temática e institucional observada nos periódicos científicos citados anteriormente. A partir dessa variedade de pesquisas, tendo analisado setenta e oito estudos, esbocei uma classificação dos temas prioritários, inspirada nas classificações elaboradas por Harding (1996), Schiebinger (2001), Fox- Keller (2006) e Cabral (2008): a) participação das mulheres na academia e nas associações científicas, seu acesso ao ensino superior, à carreira e à produção científica; b) debates sobre epistemologias feministas e críticas às ciências, incluindo análises sobre os impactos das tecnologias sobre o trabalho e a saúde das mulheres; c) histórias e trajetórias de pioneiras e viajantes (MINELLA, 2013).

Apesar dos seus limites, essa classificação evidenciou que, desse conjunto, um total, a metade, ou seja, trinta e nove, se incluem na primeira grande linha ou tendência temática, dezoito na segunda e vinte e um na terceira. A prevalência da primeira talvez se explique em razão de vários fatores, por exemplo, o alto potencial explicativo dos temas abordados nesses estudos; a atração exercida pelo visível incremento do acesso e da permanência das mulheres no campo científico, inclusive em áreas antes prioritariamente masculinas e, ainda, as relativas facilidades de acesso às informações sobre os contextos atuais disponíveis em várias bases de dados. É provável que tal prevalência se explique, também, em virtude da influência da formação empírica das pesquisadoras, bem como de outros fatores a serem pesquisados.

A largada nos anos noventa e a consolidação na entrada do milênio, por sua vez, talvez possam ser explicadas tanto em decorrência das influências do debate

internacional, como de um avanço sem precedentes da incorporação dos achados científicos e das tecnologias à vida cotidiana a nível mundial. Entre 2000 e 2010, coincidindo com o ponto de vista de Cabral (2008), observei uma diversificação maior dos temas, de autoras, instituições e editoras envolvidas, embora as publicações, pelo menos aparentemente, tenham permanecido mais concentradas em alguns veículos.

Apesar dos avanços representados pelo conjunto dessas contribuições, do ponto de vista das interseções, concluí que a ênfase tem recaído mais sobre as assimetrias entre homens e mulheres; as pesquisas empíricas têm contemplado com certa frequência as interseções entre gênero e gerações, através da análise de dados agregados por faixa etária; em algumas pesquisas, constam informações sobre o perfil sócio-econômico das mulheres analisadas. Não foram encontradas, todavia, análises que coloquem as questões raciais e étnicas no centro do debate, constituindo-se essa lacuna um grande desafio epistemológico e político.

Dentro deste quadro mais geral, este estudo se situa, portanto, na primeira tendência, que investiga, entre outros aspectos, o acesso das mulheres ao ensino superior, visando, mais especificamente, focalizar os entrelaçamentos dos marcadores da diferença na constituição do perfil dos/as estudantes.

A feminização da área e as interseções: perfil dos/as estudantes de Graduação na UFBA (2005-2012)

O exercício da profissão, os níveis de especialização da carreira, o associativismo e as oportunidades de trabalho na área da Medicina têm sido alvo de inúmeras pesquisas dada a sua importância estratégica. No entanto, o levantamento bibliográfico feito até o momento mostra que ainda são poucas as que contemplam as especificidades ligadas às desigualdades de gênero. Entre elas, em estudo anterior (MINELLA, 2012), destaco as pesquisas sobre as trajetórias das pioneiras, realizadas por Maria Lúcia Mott sobre Madame Durocher e Marie Renotte (1994; 1998; 2005); por Elisabeth Juliska Rago a respeito da médica baiana Francisca Prager Froés (2007); as investigações de Iole Vanin sobre as primeiras médicas, farmacêuticas e odontólogas formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia entre 1879 e 1949 (2008) e, finalmente, as análises de Monica Schpun sobre a carreira profissional e política da médica e deputada federal Carlota Pereira de Queiróz (1999; 2010). Algumas contribuições desses estudos, os quais abordam o período entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, serão retomadas nesse item porque ajudam a compreender as mudanças entre a



situação das pioneiras e a fase atual, ainda que boa parte dos dados desta pesquisa não tenha sido desagregada por sexo.

Do ponto de vista interseccional, a análise dos dados obtidos na UFBA evidencia que os/as 1.259 aprovados no curso entre 2005 e 2012 se caracterizam pela diversidade de pertencimento aos estratos sócio-econômicos, ao sexo, idade e cor. São, em sua maioria, do sexo masculino, ou seja, 58,9% contra 41,1% de mulheres. A proporção de homens foi mais alta na Medicina do que aquela registrada como média em todas as áreas entre 2005 e 2008: homens, 50,6% e mulheres, 49,4 (UFBA, 2008). Essa média dos homens, considerando todas as áreas, baixou em relação a 2004, entre os classificados (57,3%) (UFBA, 2004).

As conquistas mais significativas na direção da paridade levaram mais de um século. Hahner (2003) afirma que Rita Lobato, gaúcha que se graduou pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1887, foi a primeira mulher a receber um diploma de Medicina expedido por uma instituição acadêmica brasileira, sendo a única em sua turma. Rago (2007) analisa a trajetória da médica feminista baiana Francisca Prager Froés, que se destacou na carreira e que se formou em 1893, sendo a única mulher em meio a 24 homens.

O mesmo teria acontecido com Ermelinda Lopes de Vasconcelos, diplomada na Escola de Medicina do Rio de Janeiro em 1888. Monica Schpun (2010) ressalta que Carlota Pereira de Queiróz não foi apenas pioneira ao se formar em 1892, mas foi, também, a primeira mulher brasileira eleita deputada federal, tendo participado da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935. Todas elas atuaram nas áreas de ginecologia, obstetrícia e pediatria, tal como a maioria daquelas que entraram na academia nas décadas subsequentes, configurando um nicho profissional.

Vanin (2008) ressalta que, na Bahia, o incremento da participação das mulheres deu-se mais nos cursos de Farmácia e Odontologia e menos em Medicina, pois, entre 1879 e 1949, formaram-se 168 mulheres em farmácia, 160 em Odontologia e 84 em Medicina. A autora assinala que havia mais mulheres naquelas áreas menos prestigiadas (2010a). Maria Lúcia Mott et al. analisam o perfil de médicos e médicas que se diplomaram em São Paulo entre 1892 e 1932, mediante consulta aos dados disponíveis no Centro de Memória da Saúde Pública de São Paulo. As autoras concluem que o número de médicas registrado no período equivalia a apenas 1,0% (2008).

Essa proporção se manteve durante décadas no país. Maria Helena Machado sinaliza que o processo de feminização da carreira teria se iniciado depois da metade do século XX, mostrando que, se, em 1940, o contingente feminino equivalia a apenas 1,0%, nos anos 90, a proporção tinha atingido 35,0%, sendo que no segmento com menos de 30 anos, as mulheres representavam 50,0% (1997).



Analisando a situação das mulheres “em carreiras de prestígio”, ou seja, nas áreas da Medicina, Arquitetura, Direito e Engenharia, Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (1999) confirmam a tendência da feminização nos anos 90, ponderando vários aspectos relativos às especificidades desse processo. Sistematizando os dados da RAIS (Relações Anuais de Informações Sociais do Ministério do Trabalho) relativos a 1990, 1993 e 1996, as autoras encontram uma proporção da participação feminina bem próxima da pesquisa de Machado: 38,0%. Fanny Tabak lembra que, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1977, apenas 35% do contingente do curso de Medicina eram mulheres, enquanto em 1990 a proporção chegava a 62,0%, quase o dobro. Os dados levantados pela autora nesta instituição mostraram que uma situação semelhante ocorreu na engenharia, outra área tradicionalmente ocupada pelos homens (TABAK, 2002).

Com relação à idade, se destacou, no período considerado, a faixa entre 17 e 19 anos, onde se concentram 60,7%. Entre 20 e 25 anos, o percentual é significativo, atingindo 31,76%. A partir dos 25 anos, poucos foram os que ingressaram, registrando-se apenas 6,04% entre 25 e 47 anos e mais. Do ponto de vista geracional, tem-se um perfil jovem também, entre 2005 e 2008, em todos os cursos da área das Ciências Biológicas e Profissões de Saúde, quando os/as inscritos/as atingiram 77,0% a 85,0%, configurando os maiores percentuais entre todas as áreas (UFBA, p. 20). A diplomação em torno dos 20 e poucos anos parece não ter sido rara, também, entre as pioneiras. Rago (2007), por exemplo, mostra que Francisca Prager Froes se formou em 1893, aos 21 anos. Hahner (2003) esclarece que Rita Lobato se formou aos 21 anos e Ermelinda Lopes Vasconcelos aos 22. Em outros estudos também são encontradas referências à juventude das formandas no início do século XX (VIEIRA, 2006).

Quanto à renda familiar, predominou a faixa entre cinco a dez salários mínimos (25,4%). Esta faixa pode ser considerada alta, em comparação com outros cursos, pois entre 2005 e 2008, os dados gerais da UFBA apontam que 45,2% dos classificados situavam-se na faixa inferior a cinco salários mínimos. Em seguida, na Medicina, encontram-se os intervalos correspondentes a três a cinco (18,4%) e 10 a 20 salários mínimos (18,1%). Apesar da alta concorrência – que chegou a 39 candidatos por vaga em 2011 e 49 em 2012 – observa-se que 2,05 e 10,9% dos/as estudantes provêm de famílias cuja renda corresponde a um salário e entre um e três salários mínimos, respectivamente. Sem dúvida, o sistema de cotas implantado pela UFBA a partir do vestibular de 2005 contribuiu significativamente para esse resultado também em termos mais gerais, haja vista que, além da Medicina, em outras carreiras, entre as mais concorridas (Psicologia, Direito, Comunicação com habilitação em Jornalismo e Enfermagem), os

percentuais das famílias com renda mensal entre 1 a 5 salários mínimos também foram altos (UFBA, 2008, p. 29).

Embora estes dados não estejam desagregados por sexo, assinala-se suas diferenças em relação às pioneiras, em geral provenientes de famílias da elite ou das camadas médias, setores que, embora tivessem, em alguns casos, vínculos originários com o meio rural, se estabeleceram nas grandes cidades. Também era comum que, entre esses segmentos, se encontrassem os filhos e filhas de migrantes europeus. Situação que provavelmente se prolongou até poucas décadas atrás. Complementando essa mudança do perfil, o equilíbrio entre as origens no ensino público e privado também vem se estabelecendo. Os dados evidenciam que, apesar de terem estudado prioritariamente em escolas privadas (54,5%), a proporção de alunos/as de Medicina que vêm das escolas públicas durante o período analisado é alta (45,5%).

Quanto ao quesito cor, observa-se que a maior parte se declarou parda (53,4%); em seguida, prevaleceram a cor branca (24,1%) e a preta (8,49). Pardos e pretos predominam, portanto, atingindo 61,8%. Indígenas e amarelos representam os menores contingentes, com 2,0 e 1,1%, respectivamente. Não obstante a pequena proporção destes últimos, a diversidade se explica tanto em razão do amplo contingente de afrodescendentes no Estado da Bahia, estimado em cerca de 73,0%, em 2009, pela PNAD/IBGE, quanto pela implantação do sistema de cotas, e pela criação, em 2007, do Programa Permanecer, que visa à consolidação das políticas de ações afirmativas (UFBA, 2008, p. 4)⁹.

Segundo os dados da UFBA,

os cursos nos quais o ingresso dos candidatos de cor preta – e mesmo dos pardos – era bem inferior em relação aos brancos em períodos anteriores, notadamente aqueles que conferem um maior status social e econômico, apresentam mudanças consideráveis. Em cursos como Medicina, Direito e Odontologia, a representação de pretos e pardos foi visivelmente maior (Medicina 72,5%; Direito 69,7% e Odontologia 72,6%) (UFBA, 2008, p. 20).

As vagas por cotas têm sido preenchidas na Medicina, com base nas normas sobre reservas de vagas da Resolução 01/04, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, aprovada em julho de 2004¹⁰. Levando em conta estas normas, os

⁹ Em 2005, quinze universidades públicas (federais e estaduais) tinham adotado políticas de ação afirmativa. Entre elas, as pioneiras dessas ações: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Universidade do Estado da Bahia e a Universidade de Brasília.

¹⁰ A Resolução 01/04, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, aprovada em julho de 2004, no artigo terceiro, estabelece que “43% (quarenta e três por cento) das vagas de cada curso serão

percentuais médios sobre matrículas por cotas entre 2005 e 2012 são os seguintes: 36,5%, ou seja, 460 estudantes pretos e pardos oriundos de escolas públicas; 54,5%, isto é, um total de 686 estudantes de todas as outras etnias, não cotistas, de escolas públicas e privadas; a categoria todas as etnias de escola pública totalizou 78 estudantes, atingindo 6,19%. Nas categorias índio descendente e aldeado ou quilombola de escolas públicas foram registrados 24 e 11 estudantes, respectivamente, correspondendo a 1,92 e 0,89%.

Este perfil étnico, juntamente com a diversidade das faixas de renda das famílias, evidencia que os/as estudantes do curso analisado estão longe, portanto, de representar um bloco monolítico. Também apontam para a democratização das universidades públicas federais. Resta saber, na próxima etapa dessa pesquisa, em que medida haveria diferenças entre moças e rapazes quanto à renda familiar, à cor, à condição de cotista. Avanços no sentido da equidade de gênero sem dúvida têm ocorrido não apenas na área da Medicina, mas no campo científico de modo geral. Pesquisa recente de Melo (2010) sobre os dados do CNPq mostra que, em 2008, 49,0% entre os bolsistas eram mulheres, tendo ocorrido um aumento de dez pontos percentuais em uma década. No entanto, apesar desse crescimento, nesse mesmo ano, apenas 27,0% delas eram líderes de grupos de pesquisa (MELO, 2010).

Além dessa desigualdade na linha de frente da ciência, outras mais gritantes, ligadas às questões étnicas, também precisam ser contempladas pelas pesquisas e superadas pela sociedade. Finalizando esse artigo, refiro apenas algumas delas: dados divulgados pelo IBASE indicam que, em 2003, apenas 14,3% das pessoas com nível superior completo no Brasil eram negras (2005). O estudo de Carvalho (2005) estimou em cerca de 1,0% ou menos o número de professores negros em universidades públicas também no início da primeira década do milênio. Quais seriam as mudanças ocorridas no cenário nacional nesta última década? No caso específico da Medicina, quais são as dificuldades enfrentadas pelas/os cotistas? Em que medida sua situação se diferenciaria daquela encontrada por Góis (2008), junto às mulheres negras que acessaram o ensino superior no início do milênio,

preenchidas na seguinte ordem de prioridade: a) estudantes que tenham cursado todo o ensino médio e pelo menos uma série entre a quinta e a oitava do ensino fundamental na escola pública, sendo que, desses, pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) de estudantes que se declarem pretos ou pardos; b) no caso de não preenchimento dos 43% (quarenta e três por cento) de vagas reservadas em conformidade com os critérios estabelecidos na alínea antecedente, as vagas remanescentes desse percentual serão preenchidas por estudantes provenientes das escolas particulares que se declarem pretos ou pardos; c) havendo, ainda, vagas remanescentes daquele percentual, as mesmas serão destinadas aos demais candidatos”. O texto completo desta Resolução consta no Manual do Candidato ao Vestibular da UFBA, 2013, e no site www.vestibular.ufba.br.

na Universidade Federal Fluminense? Ou da situação encontrada no estudo de Weller e Silveira (2008) sobre cotistas e o enfrentamento dos preconceitos na Universidade de Brasília?

Considerando os sinais de avanços no sentido da democratização do acesso, até que ponto o desempenho dos/as cotistas nos vestibulares da UFBA seria semelhante ao dos/as estudantes negros/as da USP na década atual, conforme evidenciou a pesquisa feita por Guimarães (2007)? Em termos mais específicos, até que ponto tem se mantido uma presença mais marcante das mulheres nas áreas de Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria, e nos escalões mais baixos da carreira, configurando as segregações hierárquicas e territoriais identificadas por Bruschini e Lombardi (1999) e por Vanin (2008)? Entendo que a análise do perfil atual dos/as estudantes do curso analisado colabora, sem dúvida, para compreender certas peculiaridades do acesso ao ensino superior em termos interseccionais. No entanto, entendo, também, que este constitui apenas um aspecto a ser explorado em meio a outros tantos possíveis e que podem contribuir para identificar com maior clareza os desafios que as políticas educacionais, os movimentos pela equidade, bem como as graduandas e graduadas em geral, precisarão vencer no futuro.

Referências

BARROSO, Carmen Lúcia; MELLO, Guiomar N. de. “A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro”. *Ciência e Cultura*, v. 27, n. 6, p. 613-620, 1975a.

_____. “O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro”. *Cadernos de Pesquisa*, n. 15, Fundação Carlos Chagas, dezembro de 1975b.

BARROSO, Carmen Lúcia. “Por que tão poucas mulheres exercem atividades científicas?”. *Ciência e Cultura*, v. 27, n. 7, p. 703-710, 1975.

BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329-365, 2006.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. “Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras de prestígio”. *Revista Estudos Feministas*, v. 7, n. 1, p. 9-24, 1999.

BRUSCHINI, Cristina. “Mulher e Trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras”. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 27, 1978.



CABRAL, Carla Giovana. “Mapeando e Refletindo a Construção do campo disciplinar “Estudos Feministas da ciência e da tecnologia” no Brasil nos percursos do Fazendo Gênero”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8, *Anais*. Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008.

CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar, 2005.

CREENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FOX-KELLER, Evelyn. “Qual foi o impacto do feminismo na ciência?”. *Cadernos Pagu*, n. 27, p. 13-34, julho-dezembro 2006.

_____. *Secrets of Life, Secrets of Death: essays on language, gender and science*. New York/London: Routledge, 1992.

_____. “The Origin, History and Politics of the Subject Called “Gender and Science””. In: JASANOFF, Sheila; MARKLE, Gerald E.; PETERSEN, James C.; PINCH, Trevor. (Eds.). *Handbook of Science and Technology Studies*. Thousand Oaks: Sage Publishing, 1995. p. 80-94.

GÓIS, João Bosco Hora. “Quando raça conta: um estudo das diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior”. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 743-768, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Ingresso em universidades de prestígio e desempenho no vestibular de grupos privilegiados negativamente: negros na Universidade de São Paulo, de 2001 a 2007*. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/IngressodeestudantesnegrosnaUniversidadeSaoPaulofr2001a207.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

HAHNER, June. *Emancipação do Sexo Feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 07-42, 1995.

_____. “Um Manifesto para os Cyborgs: Ciência, Tecnologia e Feminismo Socialista na Década de 80”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 243-287.

HARDING, Sandra. *Ciencia y Feminismo*. Madrid: Morata, 1996.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Cartilha do IBASE, 2005.

LOPES, Maria Margaret. “Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade”. *Cadernos Pagu*, n. 27, p. 35-61, 2006.

MACHADO, Maria Helena (Coord.). *Os médicos no Brasil: um retrato da realidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MELO, Hildete Pereira de; CASEMIRO, Maria Carolina P. “A Ciência no Feminino: uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência”. *Revista Rio de Janeiro*, n. 11, UERJ/Fio UERJ/Fiocruz, set.-dez. 2003.

MELO, Hildete Pereira; OLIVEIRA, André Barbosa. “A produção científica brasileira no feminino”. *Cadernos Pagu*, n. 27, p. 301-331, 2006.

MELO, Hildete Pereira de. “Um olhar de gênero sobre o sistema de concessão de Bolsas de Pesquisa no CNPq – 2001/2008”. In: ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA – 2009-2010. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília: SEPM, 2010. p. 176-191.

MINELLA, Luzinete Simões. “Estudos sobre mulheres no campo da Medicina: perfis e trajetórias nas interseções”. In: I CONINTER, UFF, *Anais*. Niterói, setembro de 2012. Trabalho apresentado no GT 16 – Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades. Disponível em: <www.aninter.com.br/Anais/>.

_____. *Mulheres no campo da Medicina no Nordeste e no Sul do Brasil: interseções de gênero, gerações, classe e etnia*. Projeto de Pesquisa. Florianópolis: PPGICH/UFSC, 2012.

_____. “Temáticas prioritárias no campo de Gênero e Ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna?”. *Cadernos Pagu*, n. 40, p. 95-140, 2013.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. “Gênero, medicina e filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação”. *Cadernos Pagu*, n. 24, p. 41-67, 2005.

_____. “Madame Durocher: modista e parteira”. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n. 3, p. 101-116, 1º. sem. 1994.

_____. *Parto, parteiras, parturientes: Mme. Durocher e sua época*. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1998.

_____; MUNIZ, M. A.; ALVES, O. S. F.; MAESTRINI, K.; SANTOS, T. “Médicos e médicas em São Paulo e os Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional (1892-1932)”. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, p. 853-868, 2008.

RAGO, Elisabeth Juliska. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?* São Paulo: EDUSC, 2001.

SCHPUN, Monica Raisa. “A médica Carlota Pereira de Queiróz e seus colegas: amizade e relações profissionais em meio predominantemente masculino”. In: MONTEIRO, Yara Nogueira (Org.). *História da saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010. p. 239-250.

_____. “Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiróz”. *Cadernos Pagu*, n. 12, p. 331-377, 1999.

TABAK, Fanny. *O Laboratório de Pandora. Estudos sobre a ciência no feminino*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. *Perfil sócio-econômico dos candidatos inscritos e classificados no concurso vestibular da UFBA. 2001-2004*. Salvador, setembro 2005. Disponível em: <www.ufba.br/>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. *Perfil sócio-econômico dos candidatos inscritos e classificados no concurso vestibular da UFBA. 2005-2008*. Salvador, junho 2008. Disponível em: <www.ufba.br/>.

VANIN, Iole Macedo. *As damas de branco na biomedicina da Bahia (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

VIEIRA, Márcia Aparecida de Lima. *Mulheres na Medicina: construindo espaços na São Paulo do início do século XX*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade São Francisco, Itatiba.

WELLER, Wivian; SILVEIRA, Marly. “Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras na Universidade de Brasília”. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, p. 931-948, 2008.

À SOMBRA DOS HOMENS: A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA BIOLOGIA NO SUL DO BRASIL



Felipe Bruno Martins Fernandes

Caterina Alessandra Rea

Miriam Pillar Grossi

*In China, a young woman came up and burst into tears
because she'd been studying
pandas and thought that school girls didn't do that sort
of thing and then read my book,
and so there she was. And so this has happened to me all
over the world, certainly all
around America, young women have said, "You really
helped me break out of the mold,
You really helped me realize it could be done"*

(Jane Goodall, em entrevista à Marianne Schnall, 2010)

Introdução

A mais conhecida primatologista norte-americana, Jane Goodall, nomeou seu livro *In the Shadow of Man* (1988) com o objetivo de demonstrar as semelhanças entre chimpanzés e humanos, propondo que não somos os únicos “seres inteligentes” no mundo animal. O título do livro, que retomamos neste artigo, permite, também, a reflexão de outras questões: a participação de mulheres na ciência em geral, o lugar das mulheres na produção de conhecimento nas Ciências

Biológicas e como estas produzem conhecimento sobre gênero. Questões que nos mostram que se trata de um campo de pesquisa androcêntrico, portanto, que se produz e reproduz “à sombra dos homens”.



Figura 1 – A: A primatóloga Jane Goodall em trabalho de campo. B: Capa do livro *In the Shadow of Man*, clássico da primatologia produzida por mulheres.

Segundo Londa Schiebinger (2001), ao estudar o lugar das mulheres nas Ciências Biológicas, é no campo da primatologia (especialmente a britânica e a norte-americana) que as mulheres mais se sobressaíram, desde a segunda guerra mundial. Primatólogas como Diane Fossey (2000) e Jane Godall (1988) são algumas das primatólogas mundialmente mais conhecidas.

Gênero da Biologia

Também na primatologia brasileira, como aponta o antropólogo Guilherme José da Silva e Sá (2006), o “gênero” é um importante valor simbólico, seguindo a representação hegemônica da subárea como “feminina”, construída no pós-guerra. Segundo o pesquisador, que fez sua etnografia em Caratinga/MG, município conhecido por seus informantes como “a montanha dos gorilas” brasileira,

durante o período em que realizei minha pesquisa de campo pude notar uma prevalência feminina na casa, sendo que convivi com nove pesquisadoras mulheres e apenas quatro homens. Esta incidência parecia favorecer a proliferação de itens considerados femininos, como cosméticos, bibelôs, bichos de pelúcia (principalmente macacos), que disputavam espaço com



outros elementos como fotografias, pensamentos (citações), cd's, aparelhos de som, álbuns, livros e revistas, roupas e calçados, enfeites, bolsas, mochilas e até mesmo um aquário. Um dado interessante me foi apresentado por algumas primatólogas no dia em que me chamaram até seu quarto para mostrar suas fotografias de família. Dispostas em álbuns fotográficos ou guardadas em pastas, as fotos de parentes e amigos perdiam espaço nos porta-retratos de cabeceira para os macacos prediletos de cada pesquisadora e, quando muito, os humanos consangüíneos apenas compartilhavam com os macacos afins os murais de cortiça (SÁ, 2006, p. 56-57).

Esta citação de Sá nos coloca na direção de nosso questionamento maior, ou seja, a posição e o estatuto das mulheres na ciência (e particularmente na Biologia). Refletiremos sobre a difícil negociação do lugar por elas ocupado dentro do quadro androcêntrico e dicotômico das ciências, modelo que opõe subjetivo e objetivo, razão e sentimento, como esferas de conhecimento separadas e inconciliáveis.

O que o Sá nomeia como “itens femininos” no alojamento de campo mostra o quanto a participação das mulheres na biologia é um lugar de ambiguidade. A Biologia, que se constrói como “reduo da razão impessoal” (SEDEÑO, 1992), enfumaça, com esta posição de neutralidade, o lugar das pesquisadoras mulheres neste campo científico no Brasil. Ao posicioná-las, por um lado, como “neutras e objetivas” (características desejáveis na Biologia) e, por outro, como “cuidadoras e amorosas” (características atribuídas às mulheres), as biólogas brasileiras acabam por ocupar um entre-lugar entre objetividade e subjetividade nas disciplinas ditas “duras”.

Maria Teresa Citelli (2000) aponta que a Biologia é marcada pelo gênero, principalmente na forma como são transmitidos e entendidos seus conteúdos. Usando o exemplo corrente do espermatozoide ágil e penetrador e do óvulo estático e englobante, a autora propõe novas interpretações sobre a fecundação, argumentando o quanto a secreção de substâncias que atraem o espermatozoide são uma forma de “agência” e “atitude” do óvulo (CITELI, 2000). Lembramos que esta questão do uso das metáforas de gênero na ciência e suas interpretações foi precedentemente levantada pela antropóloga Emily Martin (1991) no seu célebre texto sobre a construção científica do gênero. O romance do óvulo e do esperma, descrito pela pesquisadora, mostra como a ciência está profundamente influenciada por crenças socialmente estabelecidas e, mesmo, por preconceitos e estereótipos de ordem sexista que o discurso científico incorpora e contribui a reforçar. Identificar e desconstruir estas metáforas de gênero que operam nos discursos da ciência torna-se uma tarefa fundamental, segundo Evelyn Fox-Keller (2000). Somente

deste modo é possível elaborar uma ciência mais objetiva e menos ideológica e, nesta mudança, o aporte das cientistas feministas é fundamental em denunciar e desconstruir as ideologias androcêntricas que se escondem nos discursos científicos. Levando em conta o que ela chama de “trabalho simbólico do gênero”, Fox-Keller anota de forma lúcida esta nova tarefa da crítica feminista:

O foco de interesse de “gênero e ciência” não era mais a presença ou ausência das mulheres na ciência mas as maneiras pelas quais as imagens tradicionais do gênero puderam [...] afeiçoar a empresa científica mesma: trata-se de questionar os recursos cognitivos, emocionais, humanos, perdidos pelas ciências, pois etiquetados como femininos e por isso excluídos (FOX-KELLER, 2000, p. 47).

A pesquisa foi realizada a partir de dois grandes corpus: um nacional e um regional. Primeiro, foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema, acompanhado da análise de representações da mídia sobre gênero e de documentos nacionais sobre a presença de mulheres na pós-graduação. No segundo momento, tomou-se como estudo de caso um Centro de Ciências Biológicas do sul do Brasil e foram analisados os CVs Lattes de professoras e professores, bem como as atas de eleição para chefia de diferentes departamentos que compõem este centro de ensino e pesquisa.

Objetividade e cuidado: representações sociais sobre biólogas

Começamos a pesquisa a partir da análise de duas matérias publicadas na imprensa brasileira, em que é possível perceber a ambiguidade de representações sobre as mulheres biólogas no Brasil, que oscilam entre “objetividade científica” e “cuidado feminino”.

A primeira matéria foi publicada na coluna “Vila Mulher”, do Portal Terra, intitulada “Mulher em destaque na ciência” e a segunda foi publicada no Jornal do Brasil, intitulada “Tintura de cabelo na gravidez poderia levar à leucemia infantil, diz estudo”.

A primeira aborda a pesquisa sobre produção de insulina humana levada a cabo pela bióloga Beatriz Dolabela, no momento da publicação (2009) chefe do Departamento de Biologia da Universidade de Brasília (UnB). Um primeiro ponto relevante percebido na matéria é a situação disruptiva entre público e privado (PEDRO, 1995) presente na justificativa da escolha profissional das mulheres



à biologia. A matéria ressalta que seu desejo inicial estava focado no ensino e que tinha um estímulo familiar para isto: “Beatriz sempre teve um interesse por áreas básicas de ensino, como matemática, física e, claro, biologia e, graças a uma irmã, optou pela profissão que tem hoje”. Um segundo ponto é sempre posicionar a bióloga no lugar de cuidadora, preocupada com o restante da sociedade e com o meio ambiente, fazendo emergir, na participação de mulheres na ciência, determinados modelos que podem ser comparados àqueles de maternidade (BADINTER, 1985): “Beatriz é responsável pela criação e desenvolvimento de um projeto que ajudará muitas pessoas” (2009). Nesse mesmo ponto, a ciência produzida por biólogas ultrapassa as representações hegemônicas sobre o cientista, ao introjetar, na figura da bióloga, um único papel, o de cuidadora, quando aos homens, na maioria das vezes, é dado o lugar de neutralidade e poder: “Beatriz afirma que [...] o verdadeiro objetivo que os impulsiona a continuar sempre abrindo novos horizontes é o prazer de ajudar outras pessoas – e não somente o fato de pesquisar” (2009).

Apenas como exemplo de como homens, diferente do modelo materno da bióloga que, ao invés disso, supostamente põe a cabo uma ciência biológica objetiva, tomo a matéria publicada no *Jornal do Brasil* – em que o biólogo Arnaldo Couto sugere uma relação entre o uso de tintura de cabelo durante a gravidez e leucemia em crianças. Em nenhum momento da matéria aparece a perspectiva do cuidado (como no caso da bióloga Beatriz) e a retórica é sempre centrada nos “resultados científicos” da pesquisa com o uso de termos técnicos: “trabalhamos com o possível risco de leucemia no lactente, ocorrida a partir da exposição da mãe durante a gravidez. Os órgãos de vigilância dos cosméticos devem trazer essas informações mais completas para as usuárias. [...] Esses fatos necessitam ser claramente explicados para a sociedade” (2011)¹¹.

Esta visão dicotômica da ciência enquanto saber imparcial, neutro e objetivo, em oposição com um conhecimento subjetivo, supostamente “feminino”, foi criticada, a partir dos anos 1980, pelas epistemologias feministas e, em particular, pelas reflexões de Evelyn Fox-Keller, Sandra Harding e Donna Haraway. As noções de “saberes localizados” de Donna Haraway (1987; 1995) e de “empirismo feminista” de Sandra Harding (1990; 2001) levam a cabo uma dobre crítica, tão relacionada ao mito da ciência objetiva e imparcial como à ideia de uma “ciência feminina”, fechada na subjetividade da pura emoção, do cuidado e da afetividade, enquanto prerrogativas da categoria “mulher”, mais uma vez pensada como entidade meta-histórica e essencial. Repensar o estatuto epistemológico da

¹¹ Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/trabalho-associa-tintura-de-cabelo-na-gravidez-a-leucemia-infantil>.

objetividade científica a partir de uma perspectiva histórica e social, repensar as dinâmicas de produção de conhecimento a partir de um sujeito situado, corporal, e sócio-culturalmente definido é a primeira tarefa de uma epistemologia feminista, preocupada com uma refundação mais rigorosa e sólida do saber. Segundo as palavras de Sandra Harding,

as feministas precisam de uma defesa e um programa positivo alternativo entre os discursos tradicionais tanto do objetivismo como do interpretacionismo. O objetivismo afirma que as afirmações científicas podem ser feitas só mediante procedimentos de pesquisa imparciais, desinteressados, objetivos, livres de valores ou de ponto de vista e que a pesquisa gerada ou guiada pelas preocupações feministas obviamente não pode cumprir com estes requisitos. [...]. As feministas também precisam de recursos epistemológicos para enfrentar o que chamo de interpretacionismo. Este discurso também desqualifica a procura de um conhecimento feminista tanto nos contextos científicos como nos contextos quotidianos (1990; 2001, p. 115).

O que está em questão para Harding (1990; 2001) e para as outras autoras mencionadas não é uma crítica à ciência enquanto saber objetivo e racional – o que acabaria reafirmando, implicitamente, a posição androcêntrica e a exclusão das mulheres do campo da racionalidade. O que preocupa estas autoras é uma nova fundação epistemológica da objetividade científica. Uma tal refundação da ciência exige a consciência do seu posicionamento, ou seja, do caráter situado e, por isso, finito e limitado do sujeito enunciador. As produções científicas não são produções de um saber meta-histórico e fora do mundo social, mas elas formam parte do mundo sócio-histórico e veiculam suas lógicas políticas e relações de poder. Rompendo com qualquer subjetivismo relativista que exalta a dimensão do “feminino”, estas epistemologias reivindicam a consciência crítica e a postura política do feminismo.

Baseando sua análise nesta corrente de pensamento e de prática da ciência, Carla Giovana Cabral (2006), pesquisadora feminista do campo de Ciência e Tecnologia no Brasil, faz uma crítica contundente às interpretações dicotomizadas da ciência (e, logo, dos cientistas), divididas entre objetividade/subjetividade e masculino/feminino que formam parte desse senso comum sobre a neutralidade da ciência que guia as representações sobre a ciência na sociedade brasileira. Carla Cabral (2006) conclama a destruição do sujeito descorporificado da Ciência, como se estivesse “do lado de fora” do social. Nesse sentido, analisar as representações sociais sobre os profissionais da biologia a partir dos Estudos de Gênero exige do pesquisador analisar e avaliar os discursos correntes e contemporâneos dos/sobre os/as profissionais e a forma como são representados/as, além

de perceber as desigualdades de gênero (que se manifestam na Biologia através do sexismo e do androcentrismo) presentes na Ciência. Como apontou Cláudia Fonseca (2003), os estudos feministas da ciência partem da premissa de que não existe produtor de conhecimentos ‘acima’ de seu contexto. E, nesse sentido, trata-se de uma perspectiva profundamente perturbadora que não deixa nenhum pesquisador, nem mesmo os da teoria feminista, a salvo de escrutínio [s.d.].

Gênero na Biologia

Apesar de Carla Cabral (2006) apontar as Ciências Biológicas como campo disciplinar “mais feminino”, segundo Neide Mayumi Osada e Maria Conceição da Costa (2006), a participação das mulheres nas Ciências Biológicas é também marcada pelo gênero, sendo os projetos coletivos coordenados por mulheres biólogas menos numerosos e em subáreas que têm menos prestígio. Estudando o contexto paulista, as autoras perceberam que “as mulheres ganham espaços nas ciências [biológicas] como resultado de esforço pessoal, apesar de as instituições de fomento à pesquisa [e] docência [...] serem lideradas na maioria por homens” (2006, p. 296). Nesse sentido, o estudo da participação de mulheres na Biologia justifica-se, pois, como apontaram as autoras, o campo é desigual para seus profissionais segundo o gênero. Nesta pesquisa, no âmbito do projeto “Gênero e Ciências no Sul do Brasil”, trazemos reflexões sobre o papel dos valores sociais de gênero nas Ciências Biológicas sob o aspecto do androcentrismo. O androcentrismo, aqui, diz respeito aos valores sociais que produzem desigualdades de gênero no campo profissional das Ciências Biológicas e que incidem em uma participação diferencial das mulheres nas diferentes subáreas das Ciências Biológicas, bem como em cargos de chefia e liderança no interior das universidades.

Antes de apresentar os resultados quantitativos de nossa pesquisa, voltamos à citação de Evelyn Fox-Keller mencionada acima. Ela nos indica, mais uma vez, a necessidade de desconstruir as dicotomias históricas a partir das quais a ciência moderna vem se constituindo, primeira entre todas que separa objetividade e subjetividade e a questionar o “trabalho simbólico do gênero” que, silenciosamente, opera nos diferentes campos científicos e, principalmente, nas ciências biológicas e biomédicas. No campo de gênero e ciência, hoje, a questão não é mais puramente quantitativa, não se limita mais a considerar a presença ou ausência de mulheres da produção dos diferentes campos de conhecimento (embora este aspecto permaneça digno de relevância), mas é a de saber como o gênero está sendo trabalhado e produzido nos laboratórios científicos, quais imagens e quais

representações sociais contribuem para afeiçoar esta categoria de gênero dentro dos discursos científicos e como estes discursos influenciam, reforçam ou, eventualmente, questionam a ordem simbólica-social de gênero. Ou seja, a problemática torna-se, hoje, a da coprodução e da coconstrução históricas de diferentes formas de conhecimento e diferentes atuações dos laços de poder neste processo.

Não podemos entrar no mérito das numerosas pesquisas e das autoras que trabalham nesta linha de gênero e ciência. Nos limitamos a considerar que, se a historicidade da ciência foi o ponto de partida fundamental das epistemologias feministas, através da ideia de localização do saber e de ponto de vista, trata-se, agora, de analisar os efeitos desta historicidade na elaboração de teorias científicas que tocam nossos corpos e nossa dimensão biológica. Nesta ótica, a Biologia cessa de ser considerada como uma verdade sobre a natureza de nosso corpo, uma forma de conhecimento direto e imediato da natureza das coisas para se tornar um conjunto de olhares historicamente e culturalmente determinados, de teorias e hipóteses que mediatizam nosso acesso ao mundo da vida. Nas palavras da bióloga feminista Nelly Oudshoorn (2000),

não existe uma verdade natural sobre o corpo que seja dada de maneira direta e sem intermediário. O corpo é sempre um corpo significado. Nossas percepções e interpretações do corpo são sempre traduzidas pela linguagem e, em nossa sociedade, as ciências biomédicas funcionam como um princípio importante dessa linguagem (p. 34).

Baseando-se nos trabalhos pioneiros de Ruth Bleier, Ruth Hubbard, Evelyn Fox-Keller, Helen Longino, a autora contesta o mito do corpo natural e afirma que os chamados fatos científicos – anatômicos, endocrinológicos, imunológicos etc. – não são verdades universais, evidentes e objetivas, mas criações históricas e coletivas. Enquanto ciência, a Biologia é uma atividade humana, um saber que muda e se desenvolve nas diferentes épocas e contextos socioculturais. Por isso, não há somente um tipo de biologia, mas uma diversidade de abordagens, nos diversos tempos e lugares.

A noção de historicidade da ciência e, particularmente, das ciências biológicas, torna-se um instrumento fundamental na construção de uma teoria feminista que visa à(des)essencialização e a desnaturalização dos corpos e da diferença sexual. Neste sentido, sexo biológico e corpo cessam de serem apresentados como uma realidade a-histórica e sempre idênticas, pois eles têm histórias e pertencem a culturas diferentes, códigos simbólicos ou sistemas tecnológicos que os representam e os transformam de diferentes formas. Esta ideia está, por exemplo, claramente articulada na noção de local biologics (biologias locais), elaborada pela

antropóloga, médica e feminista Margareth Lock no seu livro *Encounters with Aging*, que contesta a ideia do caráter universal da menopausa e seus sintomas pensados como iguais para todas as mulheres e na noção de “corpo hormonal” enquanto efeito discursivo da ciência elaborada por Nelly Oudshoorn em *Beyond the Natural Body*. A partir de uma perspectiva construtivista, estas autoras contestam as oposições entre local e universal, social-cultural e biológico como estas foram articuladas pelo pensamento científico tradicional.

Entre os diferentes campos das ciências experimentais, a Biologia e a Bio-medicina são os que mais se prestam para uma articulação interna com as teorias de gênero, no sentido de uma coprodução entre estes sistemas de conhecimento e as lógicas políticas que os orientam. Como recorda Anne Fausto-Sterling (2001), a política é o que permite a profunda articulação entre gênero e ciência. “Desde que o campo da biologia surgiu nos Estados Unidos e na Europa no começo do século XIX, ele está envolvido em debates sobre políticas sexual, racial e nacional” (FAUSTO-STERLING, 2001, p. 24) e suas abordagens da endocrinologia, dos hormônios ou da questão mais específica da intersexualidade – profundamente vinculadas “à política de Gênero” (FAUSTO-STERLING, 2000; 2012, p. 171) e aos processos de normalização social e médica que a acompanham.

É, então, à luz dessas considerações sobre as múltiplas imbricações de gênero, poder, ciência, política – “a ciência é um texto contestável e um campo de poder; o conteúdo é a forma”, segundo as palavras de Donna Haraway (1987; 1995, p. 11) –, que passamos a analisar a parte quantitativa desta pesquisa relativa à presença e atuação de mulheres nas áreas das ciências biológicas no contexto brasileiro e, particularmente, do Sul do país.

O reconhecimento de futuras biólogas na iniciação científica

Em 2011, ano de nossa pesquisa, acompanhamos os resultados de seleções e concurso de Iniciação Científica para verificar como se produz o reconhecimento da pesquisa na graduação feita por futuras biólogas. Neste ano, apesar de gênero não ser um critério de seleção, foram premiadas mais mulheres na categoria “Ciências da Vida” no “9º Prêmio Destaque do Ano na Iniciação Científica” do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI). Das 133 candidaturas validadas pelas Comissões de Avaliação nas três áreas (Ciências da Vida, Ciências Humanas e Ciências Exatas), a que recebeu o maior número de candidaturas foi a área de Ciências da Vida, na qual se enquadram as Ciências Biológicas, que totalizou 40% do total de inscrições (Gráfico 1).

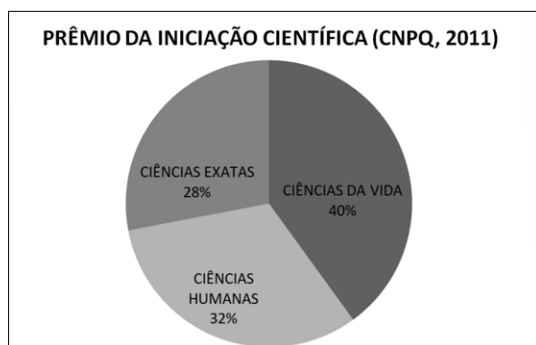


Gráfico 1 – Número de relatórios inscritos no 9º Prêmio Destaque do Ano na Iniciação Científica do CNPq/MCTI em 2011 por área científica

Se tomarmos o total de trabalhos inscritos nas três áreas do conhecimento avaliadas, perceberemos que as mulheres foram mais premiadas no cômputo geral do concurso, sendo que, apenas na área de Ciências Exatas foram premiados dois homens e uma mulher. Tanto em Ciências da Vida como em Ciências Humanas as mulheres receberam o primeiro lugar. Nas Ciências Humanas, uma mulher foi premiada com o terceiro lugar e um homem com o segundo lugar. Nas Ciências Exatas, uma mulher ganhou o segundo lugar.

Em cada área de conhecimento foram premiados três relatórios de pesquisa, sendo que, na área de Ciências da Vida, os primeiro e segundo lugares foram agraciados a estudantes mulheres, Paula Seixas Mello e Flávia Garcia Borges, estudantes de Ciências Biológicas, e o terceiro lugar a um rapaz negro, Silas Junior Boaventura de Sousa, graduando em Odontologia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com a pesquisa “Construção de aparelho de medição da contração pós-gel e validação da mensuração utilizando diferentes resinas compostas”.

Ambas as vencedoras da área de Ciências da Vida fazem pesquisa de laboratório. Paula Seixas Mello, ganhadora do primeiro lugar, é graduanda em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cuja pesquisa “Caracterização de Modelo Murino (TNFRp55-/-) para Estudo de Ulcerações Crônicas Causadas por Leishmania Major”, sob a orientação da também bióloga Leda Quercia Vieira, já havia recebido Menção Honrosa na XIX Semana de Iniciação Científica da UFMG em 2010.

Flávia Garcia Borges, ganhadora do segundo lugar, é graduanda em Ciências Biológicas no Centro Universitário São Camilo e integrante do Laboratório de Farmacologia do Instituto Butantã (São Paulo) e recebeu o prêmio pela pesquisa “Pesquisa sobre o Gene, MRNA e Proteína Correspondente ao Fator XII no Organismo de Aves” sob a orientação do biólogo Benedito Carlos Prezoto.



A formação de Doutoradas em Biologia no Brasil

Como anunciou o jornal *Correio Brasiliense*, em matéria intitulada “Brasil se torna o país das doutoras, mas ainda há discriminação contra elas”, baseada em dados do relatório publicado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), “Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica” (DOUTORES 2010, 2010), o Brasil tem formado mais doutoras do que doutores.

Entre 1996 e 2008 foram titulados 43.228 homens e 42.424 mulheres. A mudança de gênero ocorre em 2010, quando o número de mulheres tituladas na pós-graduação ultrapassa o número de homens. Segundo a matéria, publicada em 2011, “no total, foram tituladas 35.626 mulheres nos últimos sete anos, 5% mais que os homens (33.765)”. No mestrado, a diferença entre titulação de homens e mulheres é maior do que no doutorado, sendo de 17% (tituladas 117.382 mulheres frente a 100.202 estudantes do sexo masculino). Continua a matéria: “A supremacia feminina também se dá em relação ao número dos matriculados e aos que ainda não tiveram a dissertação aprovada” (2011). Os dados do início da década de 2010 mostram, portanto, que é grande a presença de mulheres estudantes em programas de pós-graduação brasileiros e este dado não é diferente no caso das Ciências Biológicas, como veremos adiante.

Segundo o relatório “Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica”, as ciências biológicas e as engenharias foram as áreas que apresentaram menor crescimento médio de mulheres tituladas em relação a todas as outras áreas do conhecimento. No período 1996-2008, não houve mudanças substanciais na proporção de formação de doutores e doutoras em Ciências Biológicas no Brasil (DOUTORES 2010, 2010).

Todavia, é importante destacar que a área de Ciências Biológicas foi a que apresentou o maior crescimento no número de programas de pós-graduação em lugares, como a região Norte, neste período. Segundo o relatório, é “significativo notar, ademais, que a maior participação relativa da região Norte se dá nas ciências biológicas” (p. 80). Como apontou o Tribunal de Contas da União (TCU – Gráfico 2) em relatório sobre os gastos tributários em Ciência e Tecnologia, “os gastos [...] em C&T se concentram na Região Sudeste, que recebeu 78% dos recursos disponíveis entre 2006 e 2010” (TRIBUNAL, 2011, p. 2). Importante ressaltar que é na região norte que se encontra a floresta Amazônica, reconhecida reserva da biodiversidade mundial e, portanto, lócus privilegiado de pesquisa biológica, além desta região apresentar média de titulação de mulheres superior à nacional. Além disso, o único índice de crescimento na área de ciências biológicas presente



no relatório é o de proporção de doutores titulados em programas com conceito 7 da CAPES (DOCTORES 2010, 2010).

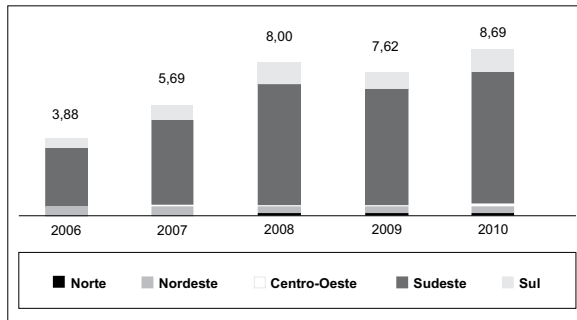


Gráfico 2 – Distribuição Regional dos Gastos Tributários na Função C&T – 2006-2010 (R\$ bilhões)

Fonte: Tribunal de Contas da União (TRIBUNAL, 2011).

Notas: De 2006 a 2009, valores estimados; em 2010, valores projetados.

O baixo crescimento percentual da área de Ciências Biológicas, se comparado às outras áreas, reflete-se, também, na formação de doutoras no Brasil, ao permanecer constante o percentual de mulheres e homens titulados, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Número de doutores e doutoras em Ciências Biológicas titulados no Brasil, distribuição percentual por sexo, 1996-2008

Ciências biológicas	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	1996 - 2008
	Mulher	61,1	63,0	61,9	60,1	62,0	59,2	61,7	61,6	60,7	64,6	61,6	60,1	62,0
Homem	37,6	35,5	36,3	37,7	35,9	35,8	36,2	35,1	39,3	35,3	38,3	39,5	37,1	37,0
Total	391	467	504	591	658	731	832	964	1039	1140	1157	1154	1238	10.866

Fonte: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Notas: Tabela adaptada do relatório “Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica” (2010, p. 171).

Vemos, na tabela 1, que, em 1996, foram tituladas/os 391 doutoras/es em Ciências Biológicas no Brasil, das/os quais 61,9% eram mulheres. Porcentagem semelhante se apresenta em 2008, ano em que foram tituladas/os 1238 doutoras/es, das/os quais 62,6% eram mulheres.

Se comparamos os dados de titulação de mulheres pós-graduadas em Ciências biológicas com outras áreas do conhecimento, observamos que:



- a) Houve um aumento significativo de mulheres tituladas como doutoras em todas as áreas do conhecimento. Observa-se, em particular, aumento gradual nas áreas de engenharias e nas áreas multidisciplinares.
- b) O número de mulheres tituladas em Ciências Biológicas não para de crescer, enquanto que, em outras áreas, como a área de Linguagens, Letras e Artes, observamos que houve uma diminuição de mulheres, porque, em 1996, titulou-se 68,1% mulheres, número que diminuiu progressivamente até 63,8% em 2008.
- c) O número de mulheres tituladas nas Ciências Biológicas é proporcionalmente maior do que nas Ciências Humanas, onde temos 55,7% de doutoras mulheres formadas em 1996 e 58,7%, uma década mais tarde, em 2008.

Isso reflete, segundo o relatório, as conquistas feministas das décadas anteriores. O fato de as mulheres terem deixado de ser minoria entre os brasileiros titulados no mais elevado nível de educação, a pós-graduação, no qual são formados profissionais com capacidade de realização de pesquisa original, pode ser considerado um marco das conquistas femininas no esforço de redução das desigualdades de gênero. É importante notar, também, que esse é um indicador no qual o Brasil se destaca quando comparado com países para os quais esse tipo de estatística está disponível. Entre os 20 países que mais titularam doutores no ano de 2004, o Brasil emerge como um dos poucos países no qual as mulheres não eram minoria importante entre os doutores (DOUTORES 2010, 2010, p. 43).

É importante lembrar que nem todas as mulheres doutoras no Brasil se inserem no sistema nacional de ciência e tecnologia, seja por meio de Instituições de Ensino Superior, seja de pesquisa. Muitas delas permanecem vinculadas à docência no ensino médio o que, segundo o relatório, ainda aponta para a desigualdade de gênero no campo acadêmico brasileiro.

A participação de mulheres em um Centro de Ciências Biológicas no Sul do Brasil

Passamos, agora, a analisar a participação das mulheres no Centro de Ciências Biológicas de uma universidade no sul do Brasil. O Centro estudado se constituiu pelo agrupamento posterior a um longo processo de divisão das áreas da Biologia em departamentos por especialidades. Este processo se deu, em grande



parte, na segunda metade dos anos 1970, momento histórico de reforma da universidade brasileira, especialmente da pós-graduação, que exigiu a organização da universidade em laboratórios de pesquisa e grupos de estudo ao invés de ao redor de professoras/es catedráticos (VELHO, 2004). É, portanto, neste período, que a Biologia desta universidade se desloca da formação geral dos discentes, os “Estudos Básicos”, e se funda como centro especializado. É na metade dos anos 1990 que há outra mudança levando à atual configuração do centro, com oito departamentos e dez programas de pós-graduação.

O Centro de Ciências Biológicas é o centro da universidade com maior produção científica nos temas de Biologia, Saúde e Ambiente, responsável pelo curso de Ciências Biológicas, mas atuando, também, em outros dezesseis cursos da instituição, em vários outros centros. Segundo seu panfleto institucional, o centro mantém sua vocação expansionista e pretende atuar na criação de mais cursos de graduação, sendo que este viés é motivado, “[pelo] engajamento dos seus membros e da Direção do Centro em fazer frente aos desafios para projetar a [universidade] e o país nos cenários nacional e internacional” (Panfleto Institucional).

A participação de mulheres nas Ciências Biológicas no atual corpo docente do Centro de Ciências Biológicas é marcada pelo gênero. Há subáreas “mais femininas” e “mais masculinas”. Classificamos o corpo docente atual das seguintes formas: uma baseada na participação diferencial de professoras/es mulheres e homens nos diferentes departamentos e outra segundo a vocação das subáreas. Conforme a vocação das subáreas, a Biologia pode ser dividida em dois grandes grupos: “Biomédicas” e “Biologia de Campo”. As biomédicas incluiriam áreas como biologia celular, bioquímica, ciências fisiológicas e morfológicas, farmacologia, microbiologia, e parasitologia. A biologia de campo incluiria a ecologia, a botânica e a zoologia.

Áreas “mais femininas” e áreas “mais masculinas”

O corpo docente do Centro de Ciências Biológicas é paritário em relação à participação de mulheres e homens. Entretanto, é a concentração em determinadas subáreas da Biologia que configura o caráter androcêntrico da disciplina. As mulheres geralmente se concentram em subáreas com menos prestígio e têm mais dificuldade de acesso aos financiamentos públicos (OSADA; COSTA, 2006). Além disso, a Biologia é uma das áreas que mais forma doutoras e estas são absorvidas majoritariamente pelo ensino médio, sendo que os doutores homens são absorvidos pelo mercado de trabalho e universidades (DOUTORES 2010, 2010).



A paridade de gênero no corpo docente desse centro, portanto, é um reflexo das desigualdades de gênero na disciplina que, apesar de ser “mais feminina” no contexto brasileiro, favorece, pragmaticamente, a inserção dos homens nos postos de maior prestígio no campo de produção do conhecimento. Vejamos os resultados da análise de gênero nos Departamentos, que constituem o informativo, organizado por Felipe Bruno Martins Fernandes e pelo bolsista Alex Gonçalves, supervisionado por Miriam Pillar Grossi e intitulado “Mulheres na Biologia no sul do Brasil. Planilha: Corpo Docente”.

- Dos 150 docentes do Centro, 52% são homens e 48% são mulheres.
- As áreas biomédicas de Biologia Celular e Bioquímica são “mais femininas”.
- As áreas biomédicas de Farmacologia, Microbiologia e Parasitologia são “mais masculinas”.
- Ainda nas biomédicas, as Ciências Fisiológicas e as Ciências Morfológicas são paritárias no que tange ao sexo.
- A área de biologia de campo de Botânica é “mais feminina”.
- As áreas de biologias de campo de Ecologia e Zoologia são “mais masculinas”.

Titulação dos e das docentes nos Departamentos

No que tange à presença de doutoras/es, mestres e especialistas no corpo docente do Centro de Ciências Biológicas, no caso de cinco departamentos, percebemos que o número mais alto de doutor@s encontra-se entre as mulheres. Nas áreas biomédicas “mais femininas” (Biologia Celular, Embriologia, Genética e Bioquímica) é maior a presença de doutoras. Em ambos os casos, por exemplo, há 13 mulheres doutoras e 8 homens doutores. Nas áreas de biomédicas paritárias por gênero há uma variação. Na Fisiologia, o número de doutoras e doutores é paritário. Na Morfologia, há oito mulheres doutoras e seis homens doutores. No caso da Botânica, área da biologia de campo mais feminina, existem 11 doutoras e 5 doutores.

Participação de mulheres como chefes e vice-chefes de Departamento

Apesar de a biologia, na situação estudada, ser paritária em relação ao sexo no que diz respeito ao corpo docente do CCB e também terem maior formação



(considerando-se o doutorado), os homens são mais Chefes de Departamento e as mulheres são mais Vice-Chefes de Departamento (Gráfico 3). Mesmo nas áreas “mais femininas”, como a biologia celular e a bioquímica, os Chefes de Departamento são homens, assim como nas áreas biomédicas e de biologia de campo “mais masculinas”.

Mulheres são Chefes de Departamento nas áreas biomédicas com paridade de sexo (fisiologia e morfologia), bem como na área “mais feminina” da biologia de campo (botânica). Ressaltamos esta análise da situação nas chefias de departamentos pois ela nos parece um critério fundamental para considerarmos a efetiva inserção de mulheres nos lugares acadêmicos de poder e de prestígio, tradicionalmente reservados aos homens. Destacamos como, em muitos casos, o critério de gênero tem ainda um impacto nas áreas e nos polos considerados de excelência, onde o número de mulheres com cargos acadêmicos elevados diminui de forma sensível.

CHEFES E VICE CHEFES DE DEPARTAMENTO POR SEXO

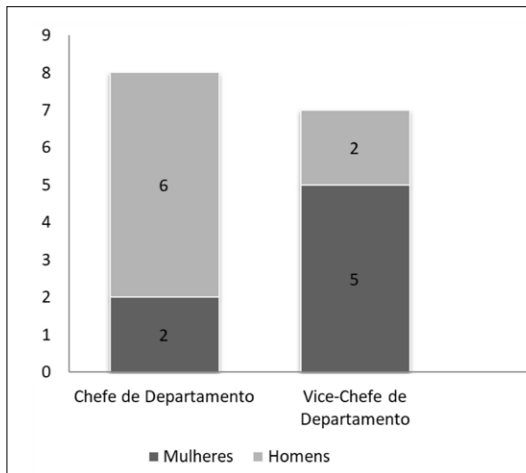


Gráfico 3 – Mulheres e homens Chefes e Vice-Chefes de Departamento no Centro de Ciências Biológicas

Conclusões

Após ter apresentado brevemente o campo teórico de gênero na Biologia, refletimos sobre a persistência da desigualdade de gênero nas Ciências Biológicas no Brasil. Por um lado, percebemos a importância da presença de mulheres como modelos de excelência em pesquisa. Por outro, como se processa a feminização

de determinados subcampos da Biologia, mostrando que há persistência de áreas “mais femininas” e áreas “mais masculinas”. As desigualdades de gênero no interior da disciplina estão baseadas na divisão dos subcampos da biologia, que reproduzem um modelo global da disciplina, primeiramente desenvolvido nos países do norte e, com base na atuação de pioneiras que feminilizaram determinadas subáreas, expandiram a possibilidade de participação de mulheres nessas subáreas em outros países e regiões. Ao mesmo tempo, as representações dicotomizadas de cientistas mulheres e homens persistem, mesmo na biologia, uma ciência pretensamente neutra. Daí a importância do feminismo em ter desconstruído a neutralidade da ciência.

A biologia no Sul do Brasil permanece em um processo constante de clivagem em novas áreas e subáreas e, nesse processo, vemos que as áreas ocupadas por mulheres são aquelas com menor prestígio e com menos financiamento. Além disso, a persistência de uma dinâmica público X privado divide as áreas entre “Biomédicas” e “Biologia de Campo”, onde, segundo percebemos, o laboratório é menos hostil às mulheres do que o trabalho de campo. Mesmo nas áreas com paridade de gênero no corpo docente é a concentração de mulheres em determinados subcampos que define a desigualdade de gênero na biologia onde, mesmo apresentando um maior número de doutoras, as mulheres são menos chefes de departamento e mais subchefes. Por fim, um resultado interessante dessa pesquisa é perceber que as mulheres são mais chefes de departamento naqueles subcampos em que há paridade de gênero, uma vez que nos departamentos “mais femininos” ou “mais masculinos” a chefia permanece mais facilmente nas mãos de homens.

Referências

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BIRKE, Lynda. *Women, Feminism and Biology: the feminist challenge*. Sussex: Harvester Press, 1986.

BIRKE, Lynda; HUBBARD, Ruth (Orgs.). *Reinventing Biology: respect for life and the creation of knowledge*. Indianápolis: Indiana University Press, 1995.

BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. New York/Londres: Routledge, 2004.

CABRAL, Carla Giovana. “Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, p. 63-97, jun./dez. 2006.

CITELI, Maria Teresa. “Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento humano”. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24, 2000, Petrópolis. GT 11 – Pessoa, Corpo e Doença. Petrópolis: ANPOCS, 2000, p. 1-16.

DOCTORES 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

FEMINIST Philosophy of Biology. In: STANFORD Encyclopedia of Philosophy. Stanford: Center for the Study of Language and Information, 2010. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/feminist-philosophy-biology/>>. Acesso em: 05 out. 2011.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Corps en tous genres: la dualité des sexes à l'épreuve de la science*. Paris: La Découverte, 2000. (2012 - tradução)

FONSECA, Cláudia. “Estudos da ciência na ótica feminista”. *ComCiência*, Brasília/ Campinas, dez. 2003.

FOSSEY, Dian. *Gorillas in the Midst*. New York: Mariner Books, 2000.

FOX-KELLER, Evelyne. “Histoire d'une trajectoire de recherche”. In : GARDEY, Delphine; LÖWY, Ilana. *L'invention du naturel. Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin*. Paris: Editions des archives contemporaines, 2000.

GOODALL, Jane. *In the shadow of man*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1988.

HARAWAY, Donna. “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995 [1988].

_____. *When Species Meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

HARDING, Sandra. “El feminismo, la ciencia e las críticas antiluministas”. In: NAVARRO, M. (Trad.); STIMPSON, C. R. (Comp.). Buenos Aires: Nuevas Direcciones, 2001[1990].

LOCK, Margaret. *Encounters with Aging: Mythologies of Menopause in Japan and North America*. Berkeley: University of California Press, 1993.

LOPES, Maria Margaret. “Gênero e ciências no país: exceções à regra?”. *ComCiência*, Brasília/Campinas, dez. 2003.

MARTIN, Emily. “The Egg and the Sperm: How Science Has Constructed a Romance Based on Stereotypical Male-Female Roles”. *Signs*, Chicago, The University of Chicago Press, v. 16, n. 3, p. 485-501, Spring 1991.

OSADA, Neide Mayumi; COSTA, Maria Conceição da. “A construção social de gênero na Biologia: preconceitos e obstáculos na biologia molecular”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, dez. 2006.

OUDSHOORN, Nelly. *Beyond the Natural Body: An Archeology of Sex hormones*. Londres: Routledge, 1994.

_____. “Au sujet des corps, des techniques et des féminismes”. In: GARDEY, Delphine; LÖWY, Ilana. *L'invention du naturel. Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin*. Paris: Edition des Archives Contemporaines, 2000. p. 31-44.

PEDRO, Joana Maria. Projeto “Gênero e Ciências no Sul do Brasil”. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

_____. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: EDUFSC, 1995.

RIAL, Carmen Silvia; GROSSI, Miriam Pillar; STEFANELLO LIMA, Betina. “Gênero e ciência: entrevista com Shirley Malcolm”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, dez. 2006.

SÁ, Guilherme José da Silva e. *No Mesmo Galho: ciência, natureza e cultura nas relações entre primatólogos e primatas*. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

SEDEÑO, Eulália. “La enseñanza de la historia de las ciencias y los estudios sobre la mujer”. *Revista da Sociedade Brasileira de História das Ciências*, n. 7, p. 25-30, janeiro/junho 1992.

VELHO, Gilberto. “Orientação e parceria intelectual: dilemas e perspectivas”. *Ilha - Revista de Antropologia*, Florianópolis, n. 1, v. 6, p. 135-143, 2004.

WERNER, Dennis. *O pensamento de animais e intelectuais: evolução e epistemologia*. Florianópolis: EDUFSC, 1997.

[VOLTA AO SUMÁRIO]

OLHAR DE GÊNERO EM UM LABORATÓRIO CIENTÍFICO



Caterina Alessandra Rea

Introdução

Neste texto, apresentaremos os resultados de uma pesquisa realizada em laboratórios ligados aos Departamentos de Farmacologia e Biotecnologia de algumas universidades do Sul do Brasil. Esta pesquisa foi realizada no âmbito do projeto gerador intitulado “Gênero e Ciências no Sul do Brasil”, desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar da UFSC, financiado pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES). Este trabalho procura interrogar o impacto das questões de gênero nas áreas das ciências farmacológicas e biotecnológicas. No quadro deste projeto, iniciado em 2009, atuaram divers@s pesquisador@s, trazendo resultados relativos a outras disciplinas científicas: Felipe Fernandes investigou a área da Biologia, mostrando a participação das mulheres neste campo (52% homens e 48% mulheres nas diversas subáreas da Biologia do CCB/UFSC); Carla Cabral e Luciana Rosar Fornazari Klanovicz analisaram dados sobre professoras e pesquisadoras na área da Engenharia e Ciências da Computação do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina (CTC-UFSC). Baseando sua pesquisa em dados do CNPq, Carla Cabral destaca que, embora “se tenha confirmado e tentado acompanhar o crescimento de mulheres no ECTC (Estudos Culturais de Tecnologia e Ciência) e sua representação seja, atualmente, em torno de 47% do total de pesquisadores, sua participação é significativamente menor na grande área da engenharia e ciências da computação” (CABRAL, 2006, p. 67). Estes dados, publicados em 2006, apresentam a área da engenharia e ciências da computação como um espaço prioritariamente masculino, com o 74,35% de pesquisadores homens e somente o 25,36% de

pesquisadoras, “seguido das Ciências Exatas e da Terra (31, 62%) e Agrárias (34,50%)” (Idem).

A partir de um estudo quali-quantitativo e de uma abordagem histórica, a pesquisa de Luciana Fornazari Klanovicz concentrou-se sobre a presença e participação de mulheres nas Engenharias, comparando a situação nas universidades do Sul do Brasil (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul) (KLANOVICZ, 2010).

Além dos estudos acima referidos, podemos mencionar o subprojeto de Luzinete Simões Minella, cujo objetivo é “esboçar as linhas gerais do perfil das mulheres no campo da Medicina em dois Estados brasileiros que representam configurações histórico-culturais distintas – Bahia e Santa Catarina – à luz das intersecções entre gênero, gerações, classe e etnia, focalizando as chances e os limites de absorção de mulheres não brancas, não jovens e de baixa renda” (MINELLA, 2012, p. 19).

As pesquisas sobre Gênero e Ciências, nas últimas décadas, no Brasil, têm se desenvolvido por meio de alguns estudos sobre a presença de mulheres nas disciplinas como Engenharia (CABRAL, 2006; KLANOVITCZ, 2010), Biologia (FREIRE, 2002) e Medicina (MINELLA, 2012), mas ainda há poucos trabalhos sobre a situação específica da Farmacologia.

Esta pesquisa parte do pressuposto de que as áreas da Biologia e da Medicina são consideradas como as mais “feminilizadas” do Sistema de Ciência e Tecnologia (CABRAL, 2006), tanto no Brasil como no exterior, e questiona se o mesmo pode ser dito de todas as áreas das Ciências da Saúde. Para tentar responder a esta questão, analisamos vários laboratórios de Farmacologia situados em diferentes universidades do Sul do Brasil. Segundo as informações obtidas junto aos Programas de Pós-Graduação em Farmacologia destas instituições e de acordo com as palavras de um de nossos informantes, que atua como professor em uma delas, na região Sul está situado um dos três melhores Departamentos do país nesta área.

Sintetizaremos, aqui, as principais metas da formação e do desenvolvimento de um campo de excelência acadêmica, refletindo sobre as interferências de gênero e da presença de mulheres neste processo. Nosso olhar se situa na perspectiva da Antropologia da Ciência, que estuda as dinâmicas de produção de discursos e fatos científicos, a organização de laboratórios, das relações, das práticas, das crenças e dos hábitos que neles são desenvolvidos, ou seja, o que Bruno Latour chama de “cultura do laboratório” (LATOURE, 1997). O nosso pressuposto teórico principal consiste na afirmação da *historicidade* do saber científico e, particularmente, das ciências biomédicas e farmacológicas, assim como das práticas e dos hábitos que organizam a vida no laboratório. A partir desta perspectiva, levaremos em conta as relações de gênero e, principalmente, focalizaremos o lugar que

pesquisadoras e docentes mulheres ocupam neste contexto, o modo como percebem sua posição e seus papéis no trabalho. Esse estudo, portanto, se insere em um campo que tem sido denominado como “Mulheres na Ciência”, que procura analisar “a presença, a colocação e a visibilidade das mulheres nas instituições científicas” (FREIRE, 2011, p. 16), introduzindo novos modelos epistemológicos que questionam os princípios fundamentais do saber científico hegemônico e androcêntrico.

Inspirada nas contribuições desse campo, esta pesquisa pretende, também, interrogar as maneiras através das quais os discursos sobre o gênero são constituídos neste contexto.

Metodologia

Esta pesquisa utilizou diferentes estratégias metodológicas. Além do encontro com profissionais do campo estudado, por meio de entrevistas e observações em bancas e debates, realizamos uma pesquisa bibliográfica de dados secundários: análise dos currículos de diferentes equipes, feita na Plataforma Lattes do CNPq, análise de dados sobre financiamento de projetos junto às agências de fomento à pesquisa, levantamento de dados relativos à Graduação de Farmacologia – fornecidos pelo DAE (Departamento de Administração Escolar) e PROGRAD dessas universidades, nos anos de 2012 e de 2013¹.

Nos mesmos anos, realizamos, também, uma curta pesquisa de campo, privilegiando a observação de pesquisador@s no seu contexto de trabalho. De acordo com a abordagem antropológica, tratou-se de “ir ao campo encontrar seres humanos e situações, observar em lugares inabitais, fazer entrevistas [...], transcrevê-las, passar muito tempo nas atividades ordinárias” (BEAUD; WEBER, 1997; 2010, p. 20). O trabalho de campo foi feito através de encontros com profissionais dos Departamentos analisados e por meio de observações efetuadas durante eventos do Departamento, tais como as defesas de mestrado.

O trabalho de campo foi realizado, principalmente, durante o segundo semestre do ano acadêmico de 2012 e no primeiro semestre de 2013, após este projeto ter sido apresentado ao Comitê de Ética para pesquisa com seres humanos da UFSC. Esta demanda foi expressa pel@s própri@s informantes como condição

¹ Chamamos dados secundários as informações que obtivemos através de consulta a variadas fontes: sites, bases de dados de agências institucionais etc. Os dados primários são obtidos através do contato presencial, com instrumentos de coleta: entrevistas, questionários, enquetes etc.

para desenvolver a pesquisa. O contato que tivemos com membr@s do corpo docente destes diferentes departamentos nos permite salientar a importância dos laboratórios de Neuropsicofarmacologia e Neurofarmacologia, especialmente nos polos acadêmicos considerados de excelência.

Uma última consideração relativa à nossa perspectiva metodológica interdisciplinar: vinda de um campo teórico como o da filosofia social, da antropologia filosófica de marco construtivista, mas também do pensamento feminista, nossa abordagem visa à articulação de dados da pesquisa prática e de campo com reflexões teóricas sobre os processos de naturalização que orientam a constituição das áreas estudadas e sobre a noção de gênero que, nelas, está sendo elaborada.

Apresentação dos Departamentos

Na perspectiva da Antropologia da Ciência, nosso objetivo é estudar a organização e o desenvolvimento de uma área de excelência, assim como as dinâmicas na produção de um conhecimento de ponta. Se a Farmacologia constitui, em geral, uma das áreas de excelência em nível nacional como internacional, nem todos os departamentos analisados possuem o mesmo nível em termos de ranking acadêmico. No Sul do Brasil, somente um desses departamentos possui conceito sete da CAPES. Trataremos, então, de comparar as diferentes posições dos Departamentos analisados.

O Departamento considerado de excelência conta com 15 professor@s (um próximo a se aposentar): desse total, sendo que apenas três que atuam no quadro de permanentes, são mulheres. Além dessas, há mais duas professoras, uma aposentada, mas ainda ativa como voluntária, e uma vinculada a outro Departamento, mas em colaboração com a Farmacologia. Durante o ano acadêmico de 2012, o total de estudantes na Graduação era 278, e, na Pós-Graduação, 59 (26 no Mestrado e 33 no Doutorado), mais 5 no Pós-Doutorado.

Nos outros Departamentos analisados, vinculados a programas de Pós-Graduação em Farmacologia, mas com conceito CAPES mais baixo, o número de mulheres no corpo docente parece ser bem mais alto: entre 58,8% e 62,5%. Os dados relativos à presença de mestrandas e doutorandas em Farmacologia, inscritas no ano acadêmico 2013 nas universidades com conceito mais baixo pesquisadas, mostram a presença de uma maioria de mulheres: no Mestrado, entre 70,3% e 84,8%, e, no Doutorado, entre 82,5% e 79%.

Uma pesquisa realizada no DAE (Departamento de Administração Escolar), relativa aos estudantes que entraram no primeiro ano da Graduação nas

Ciências Biológicas e da Saúde cursando disciplinas no maior departamento de Farmacologia dentre as universidades do Sul, entre 2008 e 2013, mostra que esta população estudantil é formada, em sua maioria, por jovens mulheres (brancas): 450 estudantes homens e 723 estudantes mulheres, ou seja, 38,3% de homens e 61,6% de mulheres. Os dados relativos às outras universidades menores, obtidos pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), confirmam a presença de uma maioria de jovens mulheres (prevalentemente brancas) ingressas em cursos de Ciências Biológicas e da Saúde no mesmo período: respectivamente, entre 56,6% e 77,5%.

@s egress@s da Pós-Graduação da maior faculdade são também mulheres em número marcadamente superior em relação ao número de homens. Registramos, em particular, um crescimento muito alto do número de mulheres que obtiveram um título de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) nestes últimos anos: entre 2001-2006, as egressas foram 30 e os homens 25; entre 2007-2013, as mulheres foram 82 e os homens 43.

A pesquisa relativa às outras universidades confirma esta tendência. Salientamos o fato de que vári@s informantes concordaram em dizer que a maioria das pessoas egressas da Pós-Graduação em Farmacologia permanece no campo acadêmico e só uma minoria se dirige às indústrias farmacêuticas.

As pesquisas na Farmacologia têm caráter interdisciplinar e se situam no cruzamento entre as Ciências da Saúde, a Medicina, as Ciências Biológicas, a Psicologia Experimental e, particularmente, o setor fundamental, hoje, da Neurociência. Durante nossas incursões ao campo, descobrimos que as grandes linhas de pesquisa destes Departamentos são a Farmacologia da Dor, Inflamação e Febre, uma subárea de estudo mais antiga, a Toxicologia e a Neuropsicofarmacologia, que é mais recente, contudo, já bem desenvolvida.

Destacamos, aqui, a importância de uma disciplina como a Neuropsicofarmacologia, particularmente avançada nos polos reconhecidos de excelência. A Neuropsicofarmacologia inscreve suas linhas de pesquisa na área maior das Neurociências que é, hoje, uma das mais desenvolvidas e poderosas em nível mundial. Segundo um dos nossos informantes, diretor de um laboratório de Neuropsicofarmacologia, este campo “estuda as funções de cada uma das áreas do cérebro”. Ele afirmou que “aqui no nosso Departamento, nós estudamos mais as *emoções* e o *aprendizado em memória*. São duas funções cognitivas e emocionais que o laboratório tem como foco” (Entrevista realizada no dia 23/01/2013). Neste laboratório, desenvolve-se um trabalho pré-clínico baseado nas experimentações com animais. O objetivo é tentar entender o funcionamento de algumas importantes regiões do cérebro – como o hipocampo e certas partes do córtex. A Neuropsico-

farmacologia é, então, um ramo da Farmacologia que entrelaça a Neurobiologia com a Psicofarmacologia (estudo do efeito dos fármacos sobre a mente).

O campo da Etnofarmacologia tem, também, um papel importante neste Departamento, dedicando-se ao estudo dos conhecimentos tradicionais sobre métodos farmacológicos e dos potenciais de aplicação destes sistemas de medicina tradicional. A importância desta subárea da Farmacologia testemunha, em um país como o Brasil, rico em recursos químicos, os laços profundos que ligam o desenvolvimento da ciência com os patrimônios culturais e tradicionais, como é o caso dos estudos dos efeitos das plantas. Outras subáreas são a Toxicologia que, como destaca uma de minhas informantes, professora nesta disciplina em uma universidade menor, “tem a ver com o metabolismo”. E continua explicando: “O nosso foco de estudo é o fígado. Então, nós estudamos diferentes enfermidades, drogas, venenos que possam ter interferências no fígado”.

Muitos d@s professor@s de Farmacologia, especialmente nos centros reconhecidos como de excelência, têm formação em Psicologia Experimental, Psiquiatria e Neurociências. Observamos como nas páginas da plataforma Latex, as grandes áreas de pesquisa da Farmacologia são representadas como “Ciências Humanas” e, ao mesmo tempo, imediatamente reconduzidas às subáreas experimentais da Psicologia Fisiológica, Neurobiologia, Psicobiologia, Psicologia Comportamental – na maioria das vezes baseadas no estudo de modelos animais. Constatamos, aqui, como este critério de organização do campo das ciências responde a um projeto de naturalização do ser humano, que pretende reduzir suas formas de expressão, seus comportamentos, suas ações, suas emoções e sentimentos a manifestações epifenomênicas de uma invariável natural (CIARAMELLI, 2003; REA, 2012). Assim, os estados das emoções – como medo e ansiedade – e os fenômenos da memória são reconduzidos à explicação em termos de funcionalidade biológica e a um fundamento neuronal.

Uma citação de um conhecido neurocientista americano ilustra bem os objetivos deste programa de naturalização:

A tarefa das Neurociências é explicar o comportamento em termos de atividade cerebral. Como o cérebro organiza e articula milhões de células nervosas individuais para gerar o comportamento e como estas células são influenciadas pelo ambiente externo... A última fronteira das Ciências Biológicas – seu desafio último – é entender a base biológica da consciência e os processos mentais através dos quais percebemos, agimos, aprendemos e recordamos (KANDEL, 2004, apud SOUZA, 2014).

Nesta perspectiva, os campos das ditas ciências humanas não constituiriam uma abordagem diferente das ciências naturais.

Esta análise dos currículos Lattes e a fala de noss@s informantes nos permitem considerar que, no Sul do Brasil, existem Departamentos de Farmacologia que compartilham e incorporam os principais projetos e objetivos de ponta das ciências cognitivas e neurobiológicas em nível mundial, tendo, assim, acesso às maiores revistas de ciências cognitivas publicadas e conhecidas internacionalmente. A esse respeito, um de meus informantes diz que @s membr@s do laboratório de Neuropsicofarmacologia publicam unicamente nas revistas internacionais de neurociências, sendo que a mais importante revista brasileira de farmacologia, *Jornal Brasileiro de Farmacologia e terapêutica experimental*, publica trabalhos tradicionais relativos às subáreas da Farmacologia da Dor, Febre e da Inflamação. Assim, ele acrescenta, a maioria d@s adept@s das neurociências prefere publicar nas grandes revistas cognitivas internacionais.

Nas dinâmicas de formação e de desenvolvimento de áreas de excelência acadêmica, a relação deste departamento com o campo das Neurociências parece de grande importância, devido ao papel fundamental deste campo na nossa sociedade. As Ciências do Cérebro e a Psicologia Cognitiva encontram-se, hoje, entre os setores de ponta e mais poderosos no campo científico. Conforme destaca Catherine Vidal (2011), vivemos, hoje, numa época de neurofilia: a “rapidez com a qual as ciências do cérebro vão insinuando-se na sociedade é chocante. O ‘neuro’ está em qualquer lugar: neuroeconomia, neuromarketing, neurofilosofia, neuroginástica [...], neurojustiça” (p. 50) e, com certeza, também na Neuro(psico)farmacologia. Em nossa hipótese, existiria uma relação entre os laboratórios mais conceituados, situados nos polos de excelência da Farmacologia, e o desenvolvimento de projetos internacionais da área das Neurociências.

Sobre o impacto do fator de *gênero* na atuação da vida destes Departamentos, uma das minhas interlocutoras, professora de Farmacologia e situada na alta hierarquia acadêmica, salienta que o fato de ser mulher não constituiria um problema. Ao contrário, conforme ela explica, “hoje há mais mulheres na ciência”, quase o dobro dos homens. Ela nos informa que no laboratório de Neurofarmacologia que ela dirige, há três homens e sete mulheres. “Este é um fenômeno natural, pois as mulheres têm superado o número de homens em Ciência no mundo todo por diferentes razões” (Idem) – acrescenta. Outra das minhas informantes, coordenadora da Pós-Graduação numa universidade menor, responde que “em relação ao gênero no sentido de homens e mulheres, no laboratório não há nenhuma diferença” (Entrevista do dia 14/06/2013).

Consideramos estas respostas como particularmente representativas das dificuldades encontradas ao introduzir, com nossas interlocutoras, o fator de gênero e a pergunta sobre o lugar ocupado pelas mulheres no campo da ciência.



Muitos estudos têm recentemente analisado a persistência de uma predominância masculina nas áreas das Ciências Exatas e das Ciências Biomédicas, apesar de o número de jovens mulheres pesquisadoras (mestrandas ou doutorandas) ter aumentado nestes últimos anos. Assim, pode-se constatar que

há uma forte presença de jovens mulheres como pesquisadoras de Iniciação Científica em todas as áreas de conhecimento, inclusive naquelas consideradas mais masculinas, mas o seu número decresce gradativamente em todas as áreas contando-se com menos de 10% de pesquisadoras seniores (PEDRO, 2010, p. 5).

As jovens mulheres estudantes na iniciação científica, no Mestrado e no Doutorado, são maioria em todos os Departamentos pesquisados, mesmo onde o número de mulheres professoras é inferior ao número de homens, como no Departamento maior e mais conceituado. Neste caso, as jovens pesquisadoras são maioria em vários dos laboratórios deste departamento, como o laboratório de Neurofarmacologia, de Neuropsicofarmacologia e de Farmacologia do Músculo Liso. Salientamos que @s estudantes que trabalham nos laboratórios mencionados são tod@s bolsistas, pois, como nos contou um dos informantes, pelas regras de excelência científica, @s estudantes podem ascender ao Mestrado e ao Doutorado somente se tiverem bolsas (CAPES, CNPq, FAPESC), pois precisam se dedicar plenamente à sua pesquisa.

Nestes últimos anos, vários projetos na área de Farmacologia foram aprovados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), que constitui uma das mais importantes agências de fomento à pesquisa no Sul do Brasil: trata-se dos trabalhos do Professor Calixto² e da Professora Do Valle Nicolau³, em 2010, e do Professor Schroder Prediger⁴, em 2011, tod@s da UFSC. Entre os projetos aprovados neste período pela FAPESC, mencionamos, também, o projeto de Geisson Marcos Nardi⁵, Professor da Universidade do

² “Novos mecanismos envolvidos no controle dos processos inflamatórios, dolorosos e neurodegenerativos e caracterização dos mecanismos de ação de compostos de plantas medicinais com atividade anti-inflamatórias e antinociceptiva” (EDITAL 04/2010).

³ “Produção de matrizes nanofibras biologicamente ativas para regeneração de tecido neural e epitelial” (EDITAL 04/2010).

⁴ “Investigação dos receptores A24 para adenosina como alvo terapêutico para o tratamento dos sintomas motores e não motores da doença de Parkinson” (EDITAL FAPESC-CNPq para jovens pesquisadores, 04/2011).

⁵ “Compreendendo as alterações no sistema renina-angiotensina durante as fases iniciais da sepse” (EDITAL FAPESC-CNPq para jovens pesquisadores, 04/2011).

Oeste Catarinense, que fez Doutorado na UFSC sob a direção do Professor Jamil Assrey. Este levantamento de dados nos permite salientar a importância da FAPESC no desenvolvimento das áreas ligadas particularmente às Ciências da Saúde e Farmacologia.

Acerca do fator de gênero nas agências de financiamento do Estado de Santa Catarina, embora o número de projetos aprovados liderados por mulheres seja um pouco inferior, há, também, casos de editais da FAPESC nos quais o número de mulheres foi igual ou até superior ao dos homens, como no caso do Edital 07/2010. Neste quadro, foram aprovados 33 projetos, 19 dirigidos por pesquisadoras mulheres. Os projetos ganhadores das Ciências Humanas, Sociais e afins foram, também, neste caso, mais numerosos em relação aos projetos das Ciências Experimentais e Exatas. As principais áreas com projetos aprovados liderados por mulheres foram: Educação, História, Relações Internacionais e Direito, Serviço Social, Ciências Farmacêuticas, Design, Zoologia, Comunicação, História Militar, Arquitetura, Arte, Química, Ciências Biológicas e Linguística. As áreas dominadas por homens foram Filosofia, Educação, Política Internacional, Bioética, Psicologia Cognitiva, Agronomia, Ciências da Saúde, Direito, Engenharia Ambiental e da Produção e Letras.

A produção do gênero no laboratório: reflexões sobre as observações no campo

A observação, durante defesas de Mestrado, nos permitiu uma compreensão mais clara das maiores linhas de pesquisa dos laboratórios de Neuropsicofarmacologia e Neurofarmacologia ligados ao maior Departamento investigado. Este Departamento do Sul do país é um dos mais conceituados pela CAPES no Brasil. Descobrimos como as “questões de gênero” estão presentes nas suas linhas de pesquisa, embora estejam baseadas nas experimentações com animais. Destacamos o papel da concepção naturalista e naturalizada do humano que constitui o quadro teórico das Neurociências. Assim, observamos que as pesquisas da área partem do pressuposto geral de que é a Biologia e não a influência social que regula o funcionamento da memória e de outros comportamentos humanos como estresse ou ansiedade. A noção de gênero, que é evocada nestas pesquisas, remete a uma versão principalmente biologizada, que corresponderia ao esquema “o sexo precede e constitui o gênero”, ou seja, o gênero é reduzido à diferença biológico-anatômica. Durante a defesa da dissertação intitulada *Estudo farmacológico, fisiológico e comportamental de ratos tratados com dose subconvulsivante de pilocarpina*



(LEONARDO DE OLIVEIRA GUARNIERI, 2013), aprendemos que, em relação ao uso de modelos animais, existe uma grande diferença entre o papel de machos e fêmeas nas experimentações. “Ratos machos e fêmeas tem desempenhos diferentes” – afirma um dos examinadores da banca – e a consideração do sexo dos animais utilizados nas pesquisas experimentais é muito importante. Continuando, ele afirmou que, no momento em que estes são colocados nos labirintos das experimentações, as fêmeas parecem ser as mais exploradoras e guerreiras. Mas, as fêmeas são, em geral, raramente usadas nos experimentos, pois, sendo sujeitas a ciclos hormonais, pode haver alteração dos resultados das experimentações ou mascaramento de outros dados importantes. O uso das fêmeas demandaria, assim, mais experimentações para incluir as variáveis devidas às diferenças de ciclos hormonais aos quais elas são sujeitas. Por isso, nos explica, depois da defesa, uma estudante de mestrado:

o rato fêmea, como qualquer mamífero de sexo feminino, é submetida a ciclos menstruais. Agora, para testar os efeitos de uma substância, é preciso limitar ao máximo as outras variantes. Se a gente for estudar 50 ratos fêmeas, em distintas fases do ciclo delas, seria impossível controlar os hormônios. Usar as fêmeas para experimentações é mais complicado, leva mais tempo e tem custo mais alto. Assim, para maior praticidade, usamos ratos e camundongos machos, isso simplifica (Entrevista com uma estudante de Farmacologia, 2013).

Em consequência disso, ela acrescenta que, muitas vezes, as fêmeas de camundongos que nascem são mortas, pois elas não servem para experimentações. Porém existem laboratórios como, aquele que ela integra, que usam as fêmeas para experimentos.

Um estudo norte-americano divulgado em 2010, relativo às publicações do ano precedente nas áreas das Ciências Biomédicas, Farmacológicas e das Neurociências, mostrou que as experimentações com camundongos machos são cinco vezes mais frequentes do que com fêmeas. Escrevem @s autores deste estudo:

Nós descobrimos preferências de gênero em favor dos machos em oito das dez disciplinas biológicas analisadas, em particular nas Neurociências (5.5 machos e 1 fêmea), na Farmacologia (5 machos contra 1 fêmea) e na Fisiologia (3.7 machos contra 1 fêmea) (BEERY; ZUCKER, 2010, p. 690).

Entendemos que a “paridade” parece, assim, constituir um problema, também, no campo das experimentações. Estas considerações nos revelam, sobretudo, como o corpo masculino continua sendo, aos olhos da maioria das Ciências

Biomédicas e das Neurociências, o corpo hegemônico, a norma à qual qualquer outro corpo tem que se uniformizar, como atesta, igualmente, o fato de que a maioria dos testes de drogas e remédios e seus efeitos para humanos seja realizada mais com homens do que com mulheres.

Inspirada nas contribuições do debate promovido pelas epistemólogas feministas (Evelyn Fox-Keller, Donna Haraway, Londa Schiebinger, Sandra Harding etc.), diante desse quadro, constatamos que a pesquisa científica não está isenta das influências sociais, dos esquemas, das regras e significações que a nossa sociedade ainda perpetua e reproduz acerca da superioridade masculina. O estudo mencionado de Annalise Beery e Irving Zucker (2010) destaca como a ausência de estudos farmacológicos baseados na diferença dos sexos conduziria a ignorar o diferente impacto que drogas e substâncias têm na saúde de homens e mulheres.

Embora estas pesquisas contribuam para criticar a ausência de uma forma de paridade nos estudos com animais e as implicações que eles têm nas doenças humanas, constatamos como este tipo de abordagem contribui para reinstaurar uma compreensão rigidamente binária dos sexos (*sex-based differences*), centrada na ideia de diferenças sexuais biologicamente constituídas.

Uma lista parcial dos tratos de comportamento sexualmente dimórfico em camundongos inclui comportamentos correntes, atividade ao ar livre, agressividade, preferências de gostos, consumação de comida, performance em testes de aprendizado, resposta a lesões do cérebro [...]. As diferenças sexuais no aprendizado são associadas com diferenças neuro-anatômicas detectáveis a cada nível da análise (BEERY; ZUCKER, 2011, p. 5).

Ou seja, evidenciamos, aqui, uma ambiguidade neste discurso: na hora de advogar a criação de um modelo de ciência equilibrado relativamente ao gênero (*gender balanced Science*), este discurso vai procurar seus argumentos na pressuposição de diferenças biológicas, genéticas e hormonais que separariam, segundo uma divisão bicategorial, as funções e os comportamentos de machos e fêmeas assim como de homens e mulheres.

A importância da diferença de gênero, entendida como diferença biológico-anatômica entre macho e fêmea apareceu, também, em uma das outras defesas de Mestrado à qual tivemos a oportunidade de assistir: o trabalho se intitula *Avaliação temporal dos efeitos do estresse de contenção no frio sobre os comportamentos relacionados à ansiedade e à depressão em duas linhagens de camundongos fêmeas, Swiss e C57 BL/6j* (RENATA CRISTINA NUNES MARCHETTE, 2013). Realizada por uma mestranda do laboratório de Neurofarmacologia, a pesquisa pretendeu dar conta de múltiplas variáveis e foi feita com diversos tipos de

camundongos, com ênfase na diferença entre machos e fêmeas. Cada experimento foi implementado com grupos independentes, mostrando níveis de ansiedade diferentes em relação ao “gênero”, independentemente das linhagens.

As observações de campo realizadas durante esses eventos do Departamento de Farmacologia nos introduziram não somente a questão da presença e do papel das pesquisadoras mulheres, mas, também, a motivação para analisar como os tipos de discursos sobre gênero são produzidos nesses laboratórios. Nessa perspectiva, parece-nos extremamente ilustrativo o caso da defesa de mestrado intitulada *Abordagens farmacológicas do papel da serotonina na função erétil de ratos* (Ana Kelly de Lima e Silva, 2013), na qual se discutiu durante mais de três horas sobre dimensões anatômicas, fisiológicas e farmacológicas da função erétil do pênis do rato. O trabalho foi apresentado por uma mestrandia ligada ao laboratório de Farmacologia do Músculo Liso. Trata-se da primeira dissertação sobre esta temática no seu laboratório, como ela me explicou ao final da defesa.

O quadro interpretativo geral desta pesquisa é o esquema estímulo/resposta que permitiu definir a ereção peniana como um “fenômeno neuro-vascular que ocorre em relação a um estímulo”. Assim, o fenômeno da sexualidade é reduzido à função erétil, regulada por este tipo de modelo mecânico, baseado em comportamentos rígidos e prefixados. Trata-se, neste caso, de estudar a resposta à serotonina para as funções erétil e sexual, a fim de entender o papel desta molécula que atua como neurotransmissor no sistema nervoso central e que regula várias outras funções como o humor, o comportamento, o sono, a tensão e a termo-regulação.

Seria lícito perguntar-se quais são as apostas farmacológicas destes tipos de estudos e quais são as articulações entre o *modelo animal* e a *clínica humana*: a produção de uma variante do Viagra ou uma solução ao dito fenômeno da *andropausa*? Deixamos abertas estas perguntas e limitamo-nos a constatar que se “as ferramentas farmacológicas são úteis para entender a fisiologia”, conforme destaca um dos membros da última banca, o estudo das disfunções eréteis, principalmente ligadas a doenças neurológicas ou também à idade, vem marcar e definir um critério mais ou menos explicitado da normalidade/anormalidade sexual desta função. Ou seja, o discurso produzido, neste caso, sobre gênero e sobre o que pode ser definido como uma masculinidade funcional e ativa, pressuporia a afirmação de uma normalidade definida em termos médicos ou farmacológicos.

No Brasil, o estudo de Fabiola Rohden tem destacado o papel normalizador do diagnóstico de disfunção erétil no quadro da nova medicalização da sexualidade no século XX. No quadro deste processo de medicalização, prioritariamente focado na sexualidade masculina e na relação com a idade e com os mitos modernos de uma plena eficiência, atividade e performance físicas, define-se a

disfunção erétil – nova versão totalmente fisiológica da antiga noção de impotência que incorporava fatores psicológicos – como “uma doença orgânica tratável e também um problema de saúde pública” (RHODEN, 2009, p. 98). A autora enfatiza a criação da “medicina sexual”, cuja consequência fundamental é o desenvolvimento de uma “farmacologia sexual” (RHODEN, 2009, p. 100) voltada ao controle do corpo masculino e a manter os padrões de virilidade em uma época na qual a identidade masculina parece mais incerta, imprevisível e vulnerável. Nesta ótica, a produção de conhecimento no campo farmacológico não está isenta de implicações e consequências no plano social e na reprodução de modelos sócio-sexuais dominantes. Como no caso da última defesa observada, a redução da sexualidade humana (neste caso a masculina) a funções anatômico-biológicas como a ereção forma o pressuposto fundamental destas pesquisas.

Definimos nosso olhar sobre a ciência e sobre os discursos afirmados nos laboratórios que estudamos como sociológico e de gênero, ou seja, centrado no caráter histórico e socialmente construído das produções teóricas, dos discursos e dos conceitos científicos. Neste campo, são pioneiros os trabalhos de Ludwik Fleck relativos às noções de saúde e enfermidade, normalidade e anormalidade nas Ciências Biomédicas. Nesta perspectiva, a produção de conhecimento científico é considerada como uma instituição histórica e como o conjunto de múltiplas práticas e elaborações teóricas (LÖWY, 2000). O tipo de abordagem que estamos defendendo aqui está em oposição ao discurso, hoje majoritário, das Neurociências e da Psicologia Comportamental – que estrutura o discurso padrão do campo científico que estamos investigando – como expressão de um novo realismo e reducionismo biológico que pretende explicar o ser humano a partir de modelos animais e dentro de esquemas pré-constituídos, como as noções de *função*, de *resposta* aos estímulos e de *transmissão de informações*.

Elementos de análises teóricas

Conforme destacam Bruno Latour e Steve Woolgar (1997), no texto *A vida de laboratório*, pode-se estudar o trabalho da ciência do ponto de vista antropológico, pode-se fazer uma etnografia dos laboratórios e da sua produção de discursos em torno dos chamados “fatos científicos”. Consideramos que não somente este tipo de enfoque é possível, mas necessário, hoje, em particular, para desnaturalizar e desmistificar o discurso científico. Ou seja, o campo da ciência não é um campo intocável e quase sagrado, acessível unicamente para envolvidos no trabalho, para os expertos, que teriam o privilégio de falar sobre os dados da

Ciência. Nem os discursos que ela produz encarnam e reproduzem uma suposta natureza das coisas, pois são produções humanas históricas. Retomando a posição epistemológica de Ludwik Fleck, a bióloga e historiadora da ciência Ilana Löwy (1988) afirma que “os fatos científicos não existem lá na natureza aguardando para serem descobertos por observadores objetivos e intercambiáveis. Ao contrário, eles emergem como o resultado final de um processo social: a gênese e o desenvolvimento de um fato científico” (p. 135).

O olhar sociológico sobre a ciência vem, assim, desconstruir as fronteiras entre o científico e pré-científico, entre o campo da certeza objetiva e o campo opinável da cultura.

Nesta perspectiva, cada laboratório científico é considerado como produtor de uma “cultura em termos antropológicos” (LATOURET, 1997, p. 49) ou de um paradigma científico, no sentido de Thomas Khun, quando este pressupõe uma visão do mundo “socialmente estabelecida” (1962). Mais precisamente, nas palavras de Latour (1997), o laboratório é “uma mistura complexa de crenças, hábitos, tradições orais e práticas” (p. 49).

O trabalho de Latour, como o de Pierre Bourdieu, sobre o campo científico, nos permite afirmar que este é, também, um campo de relações de poder. A ciência não é um domínio de puras ideias abstratas, um campo neutro do saber, mas “um lugar de luta mais ou menos desigual” (BOURDIEU, 1983, p. 136) de tensões que envolvem formas diferentes de dominação. Esta perspectiva permite considerar as implicações políticas contidas em qualquer discurso científico. Contestando o ideal *logicista* que pretendia chegar a uma fundação universal e necessária da ciência a partir de regras supostamente imutáveis, Bourdieu (2001; 2008) compreende o trabalho científico como parte do mundo histórico e social “com suas regras, constrangimentos, estratégias, artifícios, efeitos de domínio, traças, roubos de ideias etc.” (p. 13). A vida do laboratório aparece, dessa forma, menos incontaminada, imparcial e mais ligada às lógicas sociais e aos imperativos econômicos. Competência e autoridade, capital cultural e posição de dominação desvelam-se, assim, como destaca Bourdieu no livro *Os Usos sociais da ciência*, como duas faces da mesma medalha na definição não somente das

regras do jogo, mas também [de] suas regularidades, [d]as regras segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, [d]as regras que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, que é brilhante ou ultrapassado, e o que é mais compensador publicar no *American Journal* de tal ou tal do que na *Revue Française* disso e daquilo (BOURDIEU, 2003, p. 27).

Nem Latour (1997) nem Bourdieu (2008) levaram em conta, de maneira explícita, as implicações do gênero na constituição dos campos científicos. No



entanto, como destaca Luzinete Simões Minella (2012), esta perspectiva permite “uma desmistificação do campo científico” (p. 7) e, como tal, “pode ser entrelaçada à crítica feminista à Ciência, na medida em que permite pensar na formação científica como instância originalmente ocupada por veteranos brancos e de sexo masculino, oriundos de classes médias e altas” (1997).

Retomamos uma referência do texto de Latour (1997), que nos parece particularmente interessante, para contestar e desconstruir tanto as relações de poder dentro do próprio campo científico, como as dicotomias e os binômios nos quais estas se apoiam.

Ou bem é possível fazer uma Antropologia do verdadeiro, assim como do falso, do científico como do pré-científico, do presente como do passado, ou então é absolutamente inútil dedicar-se à Antropologia, que nunca passaria de um meio perverso de desprezar os vencidos, dando a impressão de respeitá-los... (LATOUR, 1997, p. 23).

Consideramos este texto como importante para definir o papel de uma perspectiva antropológica engajada que, neste sentido, pareceria acercar-se das críticas levantadas pela epistemologia feminista e, particularmente, da sua contestação de qualquer forma de saber dicotômico.

No texto sobre os “Saberes localizados”, Donna Haraway (1995) define a nova tarefa de uma epistemologia feminista como maneira de superar a dicotomia entre “eles”, os cientistas masculinos supostamente detentores de um saber universal, e “nós”, os outros, cujo ponto de vista ficaria limitado e não atingiria o universal (HARAWAY, 1995). Trata-se, assim, de desconstruir a divisão entre a posição de um saber universal, certo e legítimo, e o que é considerado como pré-científico, não científico e não igualmente legítimo, no plano do saber. Contudo, a epistemologia feminista não sugere com isso que a ciência deveria abdicar de seus critérios de rigor metodológico e das regras epistemológicas que a constituem.

Trata-se de construir uma nova ideia de *objetividade* que não reproduza a presunção de neutralidade da tradição clássica da Ciência. Conforme destaca Evelyn Fox-Keller (2001), o objetivo da teoria feminista não é a eliminação da objetividade e da racionalidade, mas a sua integração em uma autorreflexão crítica capaz de redefinir o campo e os limites do esforço humano para o conhecimento do mundo.

Apesar das análises críticas das cientistas feministas sobre a necessidade de reformular a noção de objetividade (HARDING, 1993) para além das dimensões de neutralidade e imparcialidade, tais dimensões seguem sendo identificadas como critérios e garantias de cientificidade da pesquisa. Em particular,



consideramos que a imposição de critérios definidos e uniformes para as publicações em revistas qualificadas ao nível internacional (*qualis*) contribuiu para reinstalar a ideia de objetividade como imparcialidade de ideias e teorias, cuja garantia de cientificidade seria dada pela adesão a estas regras e pelo fator de impacto quantificável da revista.

Quando pergunto para um de meus informantes o que produz o valor de um documento escrito aos olhos da comunidade científica, ele responde que é o fato de este documento seguir o método científico, ou seja, ser reconhecível e compartilhável em qualquer departamento e por qualquer pesquisador no mundo que conseguir reproduzir, replicar os resultados. Ele acrescenta que tem uma regra de objetividade e neutralidade na ciência:

Isso, então, quer dizer que quanto maior é o impacto, o fator de impacto de uma revista, quanto maior é a confiança, a ética, a certeza de que aquilo foi feito dentro das normas. Eu acredito que nem todo o mundo concorde com estas normas, mas as segue porque é a única possibilidade de conseguir publicar... e isso varia de revista para revista... o número de regras. E quanto mais a revista é importante, mais rigorosa ela é, mais controle e mais documentos ela exige para aceitar o trabalho (Entrevista com informante, 2013).

Meu informante reconhece que esta visão da ciência não garante a uniformidade. No entanto, os critérios de excelência científica impõem regras, de maneira universal, supostamente necessárias para manter o nível de qualidade e ter acesso aos recursos financeiros ligados às áreas de excelência acadêmica. A ideia do caráter único, universal e transnacional da ciência, hoje defendida pelo modelo da excelência acadêmica foi, porém, uma criação histórica entre o século XIX e o século XX, que se manifestou na imagem da ciência como atividade neutra e universal conduzida por observadores supostamente imparciais. A internacionalização da ciência e a fabricação do universal correspondem a um programa histórico-cultural que nós devemos levar em conta. Nas palavras de Ilana Löwy (2000), “os historiadores das ciências estudaram como os cientistas fabricaram o universal através da difusão de instrumentos e práticas. Conforme eles destacam, os conhecimentos científicos circulam não porque eles são universais, mas eles são universais enquanto circulam” (p. 145).

Avaliamos que estas regras – impostas pelos regimes internacionalizados da excelência acadêmica – contribuem para *des-historicizar* e despolitizar novamente o conceito de objetividade científica, ocultando as dinâmicas sociais e históricas que presidem à sua produção. A epistemologia feminista privilegiou uma visão politicamente engajada e democrática da ciência, em oposição à ideia de que

“os princípios de pesquisa a-históricos possam garantir uma representação mais perfeita do mundo” (HARDING, 2001, p. 131).

Levando em conta, como Nancy Hartsock, as considerações de teóricas do ponto de vista (*stand-point*), Sandra Harding (2001) destaca como “a vida política está presente na ciência enquanto instituição e sistema de pensamento” (p. 131).

Este tipo de consciência do caráter social e historicamente situado das produções científicas é necessário para conseguir um novo critério de objetividade que ela chama *objetividade forte* (HARDING, 1993). Agora, é essa mesma consciência, este mesmo engajamento político da atividade científica que parece se perder por trás das novas “políticas” ligadas à criação de polos de excelência acadêmica.

É, então, o “mercado acadêmico” ou mercado das universidades que vai definir as regras de excelência: publicações em revistas de alto fator de impacto (*high impact fator*), carreiras meteóricas, rapidez, perfis lineares e sem reorientações nem hesitações (FASSA; KRADOLFER, 2012). Conforme destacam Fari-naz Fassa e Sabine Kradolfer, a imposição destes critérios em nível internacional contribui para dificultar o acesso de mulheres aos cargos de professoras. A partir de um estudo realizado nas universidades suíças, cujos resultados ilustram uma situação compartilhada no contexto da excelência acadêmica mundial, estas pesquisadoras mostram as implicações das lógicas da excelência e da qualificação acadêmicas que exigem uma dedicação total à profissão com a reprodução dos “papéis sexuais” (*scripts sexués*) mais tradicionais, baseados nos preconceitos que associam as mulheres, antes de tudo, com o lugar de mães, sejam reais ou potenciais (FASSA; KRADOLFER, 2012, p. 11).

A visão feminista rejeita este modelo da ciência centrado na presunção de eficácia, funcionalidade e na procura de uma objetividade supostamente imparcial de dados imediatos e evidentes atingidos por um sujeito universal (*evidence-based Sciences*). Ela procura, ao contrário, interrogar o estatuto do conhecimento científico, de sua suposta neutralidade, assim como o estatuto do sujeito que, a partir de um determinado contexto, produz esses conceitos e “valores”. Pode-se dizer, então, que o próprio discurso acadêmico da excelência e a normatividade que ele encarna são um produto histórico da nossa época e da sociedade neoliberal dominante centrada na prioridade do mercado, na lógica empresarial e de competição.

Uma epistemologia atravessada por preocupações feministas deve pensar a ciência como uma instituição social e histórica, portanto, o conhecimento como resultante de um pensamento mutável e instável no curso da história humana. Contra o ideal dominante do saber, a epistemologia feminista reivindica um saber aberto, incompleto e não perfeitamente acabado.



Não passa de delírio imaginar que o feminismo chegue a uma teoria perfeita, a um paradigma de ciência normal com pressupostos conceituais e metodológicos aceitos por todas as correntes. As categorias analíticas feministas devem ser instáveis – teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais (HARDING, 1993, p. 11).

Isso implica pensar o caráter situado e parcial da ciência, as relações entre saberes e poderes, a ideia de que as produções científicas não estão fora do mundo social e que elas têm um valor político, o privilégio epistemológico das posições minoritárias e a importância da vivência histórica e social das mulheres.

Criticando um saber desencarnado e “absoluto” que, como a figura de um *panóptico*, pretenderia atingir um olhar de completude, indicamos, conforme coloca Donna Haraway (1995), o caminho de um empirismo crítico feminista como ferramenta epistemológica de nossa pesquisa. A ideia de “saberes localizados” significa que o saber está sempre encarnado, ligado a um ponto de vista corporal. Esta referência à corporalidade do conhecimento não implica voltar para a natureza, mas resgatar a dimensão sociotemporal definida – histórica e socialmente – do saber. Como destaca Carla Cabral (2006), devemos entender este conhecimento situado “como um conhecimento que é o saber constituído nas relações sociais e históricas, nas relações desiguais de poder em que estiveram implicadas as mulheres” (p. 90).

Conclusões

Seguimos, então, nesta pesquisa, a dupla linha metodológica da crítica levantada pela epistemologia feminista e pela pesquisa antropológica. Introduzindo a categoria *gênero* como uma ferramenta de análise crítica, nosso olhar focalizou tanto a presença de mulheres nos departamentos analisados como a produção de discursos de gênero por parte de professor@s cientistas. Os resultados da pesquisa de campo e as observações conduzidas durante as defesas de Mestrado mostram que a construção de um discurso relativo a questões ligadas ao gênero caracteriza vários dos laboratórios estudados, embora a noção de gênero seja tratada segundo a ótica naturalista das neurociências e centrada na diferença macho/fêmea como realidade biológica originária e supostamente inscrita na “objetividade das coisas”.

As entrevistas realizadas com professor@s que atuam nessa área, as conversas informais com estudantes e os registros feitos durante as defesas de Mestrado nos permitiram constatar como os departamentos estudados, e, particularmente,

aquilo que mais se inscreve na dimensão da excelência, tentam acompanhar os debates internacionais mais importantes e atuais nas áreas das Ciências Biomédicas, Farmacológicas e Cognitivas, inclusive relacionadas às questões de “paridade” nas experimentações com animais.

A análise de dados levantados por meio do site destas faculdades, em relação a@s egress@s, às incursões ao campo e aos contatos estabelecidos com jovens pesquisadoras no Mestrado e no Doutorado permitiram constatar que o número de mulheres mestres e doutoras nesta área de pesquisa está crescendo. Porém, particularmente nos centros reconhecidos como de excelência, o número de mulheres no corpo docente e em cargos de chefia é pequeno em relação ao número de mulheres que ingressam nas graduações, configurando-se entre 20% e 30%.

As ferramentas teóricas da epistemologia feminista nos permitiram, por outra parte, analisar as lógicas atuais da excelência acadêmica, enquanto estas representam a fundamental aposta dos departamentos estudados. Argumentamos como o pensamento feminista da ciência parece contestar os mais importantes critérios e princípios nos quais se fundamenta esta lógica da excelência acadêmica baseada na competição, na eficácia e produtividade de pesquisador@s, na suposta objetividade dos *qualis* e na completude dos resultados obtidos, abrindo, desta forma, a possibilidade de uma ciência mais reflexiva e crítica de seus próprios fundamentos.

Referências

BEAUD, Stéphane; WEBER Florence. *Guide de l'enquête de terrain*. Paris: La Découverte, 2010[1997].

BEERY, Annaliese; ZUCKER, Irving. “Males still dominates animals Studies”. *Nature*, n. 465, p. 690, 2010.

_____. “Sex Bias in Neuroscience and Biomedical Research”. *Neuroscience and Biobehavioural Reviews*, v. 35, n. 3, p. 565-572, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: EDUNESP (FEU), 2003.

_____. “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

_____. *Para uma sociologia da Ciência*. Lisboa: Edições 70, 2008.

CABRAL, Carla. “Pela tela, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado”. *Cadernos Pagu*, n. 27, p. 63-97, 2006.

CIARAMELLI, Fabio. *La distruzione del Desiderio. Il narcisismo all'epoca del consumo di massa*. Bari: Dedalo, 2000.

FASSA, Farinaz; KRADOLFER, Sabine. “Le professorat universitaire: une sélection genrée masquée par des critères d'excellence?”. *Lives working paper*, FNSRS, 2012. [versão informática]

FOX-KELLER, Evelyne. “El feminismo y la ciencia”. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Cathrine (Compiladoras). *Nuevas direcciones*. Buenos Aires: Los estudios de mujeres, 2001. p. 141-159.

FREIRE, Angela. “O viés androcentrico em Biologia”. In: COSTA, Alcântara; SARDENBERG, Maria Cecilia. *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: EDUFBA, 2002.

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados, a questão da Ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista”. *Revista Estudos Feministas*, n. 1, p. 7-31, 1993.

_____. “El feminismo, la ciencia e las críticas antiluministas”. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Cathrine (Compiladoras). *Nuevas direcciones*. Buenos Aires: Los Estudios de Mujeres, 2001. p. 107-140.

_____. “Rethinking Stand-point Epistemology: What is Strong Objectivity?”. In: ALCOFF, Linda; POTTERJEDS, Elizabeth. *Feminist Epistemologies*. New York: Routledge, 1993.

KLANOVITZ, Luciana. “Gênero e Engenharia: um estudo histórico qualiquantitativo da inserção, permanência e produção de mulheres no Sul do Brasil”, 2010. FAZENDO GÊNERO 9. Disponível em: <http://www.academia.edu/413455/Genero_e_engenharias_um_estudo_historico_qualiquantitativo_da_insercao_permanencia_e_producao_cientifica_de_mulheres_no_sul_do_Brasil_Gender_and_Engineering>.

LÖWY, Ilana. “Ludwig Fleck on the construction of medical knowledge”. *Sociology of Health and Illness*, v. 10, n. 2, p. 133-155, jun. 1988.

_____. “Universalité de La science et connaissance situées”. In: GARDEY, Delphine;

LÖWY, Ilana. *L'invention du naturel. Les sciences et La fabrication Du féminin et du masculin*. Paris: Editions des Archives Contemporaines, 2000. p. 137-150.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório. A produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MINELLA, Luzinete. “Mulheres no campo da medicina no Nordeste e no Sul do Brasil: interseções de gênero, gerações, classe, etnia”. Projeto de Pesquisa, PPGICH/UFSC, 2012.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. “Pesquisas em versus pesquisas com seres humanos”. In: VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro. *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Flumisense, 2004.

REA, Caterina. *Corpi senza frontiere. Il sesso come questione politica*. Bari: Il Dedalo, 2012.

RODHEN, Fabiola. “Diferenças de gênero e medicalização da sexualidade na criação do diagnóstico das disfunções sexuais”. *Revista Estudos Feministas*, v. 17, n. 1, p. 89-109, janeiro-abril 2009.

SOUZA, Edna Marinho Perilli de. *A importância da Neurociência na aprendizagem cognitiva para alunos do 1ª ao 5ª ano do ensino fundamental*. Apresentação de monografia à AVM Faculdade Integrada como obtenção do grau de especialista em Neurociência Pedagógica, Rio de Janeiro, 2014.

VIDAL, Cathrine. “Neurosexisme”. *Ravages*, n. 6, p. 43-50, septiembere 2001.

[VOLTA AO SUMÁRIO]

SOBRE AUTORAS E AUTORES



BETINA STEFANELLO LIMA

Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1999), especialista em Antropologia na Universidade Católica de Brasília (2005), mestrado em História na área de Relações de Gênero pela Universidade de Brasília (2008), doutorado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (2017), no tema Gênero e Ciências. É analista em Ciência e Tecnologia no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico desde 2002 e pesquisadora sobre gênero, ciências e tecnologias; estudos feministas; participação das mulheres nas ciências e tecnologias, epistemologia feminista, ações afirmativas, equidade de gênero na C&T.

BRUNA KLÖPPEL

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS/UFRGS) e do Grupo de Pesquisa Ciências na Vida (UFRGS). Foi bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), de 2011 a 2014. Realizou e realiza pesquisas nas temáticas: história da Antropologia, gênero e ciências, Antropologia da ciência e tecnologia.

CANDICE VIDAL E SOUZA

Concluiu a graduação em Ciências Sociais na Universidade de Brasília (1992) e o Mestrado em Antropologia Social no PGDAN/ UnB (1996). É doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (2003). Atualmente é Professora Adjunta IV do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas

Gerais, instituição na qual trabalha desde 2002. Publicou *A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro* (Editora UFG, 1997) e *Repórteres e reportagens no jornalismo brasileiro* (Editora FGV, 2003). Atua principalmente nos seguintes temas: construção da nação, pensamento social brasileiro, identidade regional, história da Antropologia, espaço e identidades, antropologia das mobilidades contemporâneas (com ênfase em mobilidades femininas).

CARLA GIOVANA CABRAL

Professora da área de Ciência, Tecnologia e Sociedade na Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFRN) e Ensino de Ciências Naturais e Matemática (PPGECNM/UFRN). Coordena o Pandora – Grupo de Pesquisa Democracia e Gênero em Ciência e Tecnologia. Coordenou a Rede Ibero-Americana de Ciência, Tecnologia e Gênero no Brasil, um projeto do Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (Cyted) no período 2013-2016. Desde 2011, atua como uma das coordenadoras da Formação de Professores/as em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) no Rio Grande do Norte. Tem pesquisado e escrito sobre gênero e educação, estudos feministas da ciência e da tecnologia e educação científica e tecnológica.

CATERINA ALESSANDRA REA

Professora Adjunta no Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, BA. É doutora em filosofia na Université de Louvain-la-Neuve (2007). Em 2009, conseguiu o mestrado em “Clinique du corps et anthropologie psychanalytique” pela Université de Paris 7 e trabalhou sobre as relações entre Antropologia filosófica, Psicanálise e Estudos de Gênero. Nestas áreas, publicou vários ensaios e três livros: *Dénaturaliser le corps. De l'opacité charnelle à l'énigme de la pulsion* (L'Harmattan, 2009), *Psychanalyse sans Oedipe. Antigone, genre et subversion* (L'Harmattan, Paris, 2010 [com Daniel Beaune]) e *Corpi senza frontiera. Il sesso come questione politica* (com Dedalo, Bari, 2012). Entre 2012 e 2013, atuou como pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas na área de Estudos de Gênero e integrou o Núcleo Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordena o Grupo de Pesquisa FEMPOS/Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias anti-hegemônicas na UNILAB. Desde 2019 integra o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPG-NEIM) da Universidade Federal da Bahia.

FERNANDA AZEREDO DE MORAES

É bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2009) e mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Foi professora colaboradora de Ciências Sociais no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) entre 2013 e 2014 e professora colaboradora de Antropologia no Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná (DEAN/UFPR) entre 2015 e 2016. Doutoranda em Antropologia Social e Etnologia na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris). Tem experiência na área de Sociologia e Antropologia com ênfase em estudos de gênero, teoria feminista, estudos de masculinidade, Antropologia da ciência e história da Antropologia.

FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES

É Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia e coordenador do Gir@ – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação. Mestre em Educação pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (2007). Doutor em Ciências Humanas, área de Estudos de Gênero, pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011) (com estágio doutoral no Center for Lesbian and Gay Studies – CLAGS da City University of New York – CUNY) e integrante do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS). Possui pós-doutorado em Estudos de Gênero (PPGICH/UFSC), em Anthropologie Sociale (EHESS/Toulouse) e em Antropologia da Educação (PPGAS/UFSC). Em 2019, foi professor visitante júnior com bolsa CAPES na Chaire de Recherche sur Homophobie da Université du Québec à Montréal. Seus interesses de pesquisa são as políticas públicas de gênero e sexualidades, bem como práticas de associativismo em movimentos LGBTTTT e feministas. Suas áreas principais de interesse são ensino de gênero, sexualidades e Antropologia.

FRANCINE PEREIRA REBELO

É doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. É mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, vinculada ao Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI). Também é titulada como Maîtrise de Sciences Humaines et Sociales (mention strategie do développement culture – master 1) pela Université d'Avignon et Pays du Vaucluse, Avignon, França. É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina, onde atuou como pesquisadora, com bolsa PIBIC, no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), Laboratório de Antropologia Social e com bolsa PIBID, vinculada ao Departamento de Sociologia. Tem interesse em relações de gênero, sexualidades, feminismo e etnologia indígena. É membra efetiva da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) desde 2018.

GIOVANNA LÍCIA ROCHA TRIÑANES AVEIRO

Mestra pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, linha 3 – análise das mídias – da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, com orientação do Prof. Dr. José Luiz Aidar Prado. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011), com habilitação em licenciatura. Foi bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS).

JULIA MOURA GODINHO

Bacharela em Museologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Museum Studies pela University of Leicester, no Reino Unido. Atuou como pesquisadora com bolsa de Iniciação Científica (CNPq/PIBIC/UFSC) do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), do Laboratório de Antropologia Social, na UFSC, durante sua graduação entre 2011 e 2014. Tem experiência na área de relações de gênero e sexualidades, desenvolvendo pesquisas sobre gênero, arte e Museologia.

ILANA LÖWY

Ilana Löwy é bióloga de formação, historiadora das ciências biomédicas e feminista. Trabalha como diretora de pesquisa na unidade CERMES-3 (Centre de recherche médecine, sciences, santé, santé mentale, société, Incerm-CNRS-EHESS), em Paris. É associada ao Departamento de Global Health and Social Medicine do King's College de Londres, do Departamento de História da Ciência da Universidade de Harvard e da FIOCRUZ, no Rio de Janeiro. Seus interesses de pesquisa são a imunologia, a virologia e a intersecção entre biomedicina e estudos de gênero. Entre suas principais publicações, mencionamos *Between Bench and Bedside: Science, Healing and Interleukin-2 in a Cancer Ward* (Harvard UP, 1996); *Virus, moustiques et modernité: Science, politique et la fièvre jaune au Brésil* (Archives d'Histoire Contemporaine, 2001); *L'emprise du genre: Masculinité, féminité, inégalité* (La Dispute, 2005); *Preventive Strikes: Women, Precancer, and Prophylactic Surgery* (Johns Hopkins UP, 2009) e *A Woman's Disease: A History of Cervical Cancer* (Oxford UP, 2011).

IZABELA LIZ SCHLINDWEIN

Possui doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina com em estágio doutoral no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim, associada ao Núcleo de Identidades de

Gênero e Subjetividades (NIGS) do Laboratório de Antropologia Social da UFSC. É graduada em Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (2002) e mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (2011). Cientista convidada no Leibniz Center for Agricultural Landscape Research (ZALF), Müncheberg, Alemanha. Atua com o desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados a gênero e etnia, com foco em métodos qualitativos que estimulem a participação e capacitação das comunidades rurais de países em desenvolvimento.

LUCIANA ROSAR FORNAZARI KLANOVICZ

Coordenadora do Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG) da Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), Paraná. Pesquisadora visitante no Lateinamerika Institut, Freie Universität Berlin, em 2017. Docente e orientadora no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (Doutorado e Mestrado). Professora Adjunta do Departamento de História da Unicentro. Doutora em História (UFSC, 2008), com pós-doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC, 2011) e em Gênero e Ciência (Freie Universität Berlin, 2017). É líder do Grupo de Pesquisa Corpo e Gênero na História (CNPq) e coordena projetos financiados por órgãos como CNPq, Capes e Fundação Araucária. Seus interesses de pesquisa são estudos de gênero e ciência, história e relações de gênero, corpo e história ambiental, mídias e feminismos comunitários. É mãe e teve filho durante o doutorado.

LUZINETE SIMÕES MINELLA

Graduada (1972) e mestre em Ciências Sociais pela UFBA (1977), doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM, 1989). Realizou estágio de pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp, 1998). Atualmente é Professora Adjunta aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuando como professora voluntária no PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas, onde coordenou a área de Estudos de Gênero. Integra a equipe do Instituto de Estudos de Gênero (IEG). Publicou vários artigos em periódicos de ampla circulação, livros e trabalhos completos em anais de eventos. Atuou diversas vezes na coordenação editorial da Revista Estudos Feministas (REF). É membra da Rede Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Género. Tem realizado pesquisas principalmente nas seguintes áreas: participação das mulheres nas ciências, (na interface com a crítica feminista à ciência, os estudos sociais da ciência e a história da ciência); gênero e saúde reprodutiva; gênero e infância; saúde mental. Orientou trabalhos de conclusão de curso e tem orientado dissertações e teses, principalmente nessas áreas.

MARIA MARGARET LOPES

Possui graduação em Geologia pela Universidade de São Paulo (1980), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1988), doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1993) e Livre Docência em História das Ciências pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Realizou estágio de doutoramento na Smithsonian Institution, Washington (1993), pós-doutoramento em História das ciências na University of Louisiana (EUA, 1997), com apoio da FAPESP, e no Museu Etnográfico da Universidad de Buenos Aires (1998), com apoio da Rockefeller Foundation. Professora Associada MS-5 do Instituto de Geociências da UNICAMP de 1986 a 2009, é orientadora de pesquisas de mestrado e doutorado. Foi coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (2000-2004), coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino e História das Ciências da Terra (2006-2007), assessora-técnica da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (2007-2009), investigadora no Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência CEHFCi-FCT, na Universidade de Évora, Portugal (2009-2011), e diretora do Museu de Astronomia e Ciências Afins MAST-MCTI, no Rio de Janeiro (2011-2012). Bolsista PQ 1-D do CNPq, atualmente é investigadora associada do ICH-CEHFCi, Portugal, e do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – UNICAMP, pesquisadora colaboradora sênior do Programa de Ciências da Informação da UnB e orientadora plena do Programa Interunidades em Museologia MAE-USP. Tem experiência na área de História, especialmente em História das Ciências, atuando, sobretudo, nos seguintes temas: história das ciências e da tecnologia no Brasil e América Latina, história das ciências geológicas e paleontológicas no Brasil e América Latina, gênero em história das ciências e tecnologias, história dos museus de ciências e tecnologias.

MIRIAM PILLAR GROSSI

Professora Titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atual Presidente da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (2019-2020). Coordenadora Geral do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC. Ocupou a cátedra Ruth Cardoso junto à Columbia University de janeiro a maio de 2017, com apoio da Fulbright/CAPES. Doutora em Anthropologie Sociale et Culturelle – Université de Paris V (1988), com estágios pós-doutorais no Laboratoire d'Anthropologie Sociale do Collège de France (1996-1998), na University of California-Berkeley e EHESS (2009-2010). Atua nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e Interdisciplinar em Ciências Humanas e nos cursos de graduação em Antropologia e Ciências Sociais da UFSC. Coordenadora geral do Congresso Mundial

de Antropologia (18th IUAES World Congress). Foi vice-presidente da IUAES (International Union of Anthropological and Ethnological Sciences 2013-2018), Presidente da ABA – Associação Brasileira de Antropologia (gestão 2004-2006), representante da Área de Antropologia na CAPES e da Grande área de Humanas no CTC da CAPES (triênio 2001-2004).


TANIA PÉREZ-BUSTOS

Doutora em Educação, com mestrado em Estudos de Desenvolvimento e antropologia e comunicadora social com educação universitária. Professora Associada da Escola de Estudos de Gênero da Universidade Nacional da Colômbia. Como acadêmica feminista que estuda ciência e tecnologia, trabalhou e publicou, em espanhol, francês e inglês, diálogos de conhecimento e práticas de produção de conhecimento que relacionam o conhecimento técnico-científico e o conhecimento popular de diferentes tipos. Desde 2014 seu trabalho de pesquisa tem se concentrado na análise de processos artesanais de produção têxtil – como conhecimento e tecnologias de cuidado. Sua experiência de campo foi desenvolvida em países do sul, principalmente Índia e Colômbia, mas também estabeleceu redes de colaboração e reflexão acadêmica com universidades no Brasil, México, Argentina, Reino Unido, Suécia, Finlândia e Alemanha.

VINICIUS KAUÊ FERREIRA

Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador associado ao Institut Interdisciplinaire d'Anthropologie du Contemporain (IIAC), grupo Laboratoire d'Anthropologie des Institutions et des Organisations Sociales (LAIOS), da mesma instituição. Doutor em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Mestre em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris (2013). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011), vinculado ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) dessa mesma universidade, onde é atualmente pesquisador associado. Membro da Commission on Migration of the International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES). É editor-fundador da Revista Novos Debates, da Associação Brasileira de Antropologia.

[VOLTA AO SUMÁRIO]



Esta obra foi composta nas tipologias Optima e Minion Pro
no formato 16 x 23 cm, mancha de 12,5 x 21 cm
A impressão se fez sobre papel Pólen Soft 80g,
capa em papel Cartão Supremo 250g,
no outono de 2020 pela Editora e Gráfica Copiart.

Este livro reúne reflexões de pesquisadoras/es de diferentes gerações que, vindas/os de múltiplos horizontes intelectuais e acadêmicos, interrogam os campos da ciência e da produção de conhecimento científico desde a ótica teórica feminista. A maioria destas contribuições foi apresentada durante a *Jornada Gênero e Ciências*, organizada pelo NIGS (Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades), na Universidade Federal de Santa Catarina, nos dias 04 e 05 de julho 2013, com o apoio financeiro da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), sendo, em parte, resultados de pesquisas desenvolvidas em diferentes projetos individuais e coletivos financiados pelo CNPq e CAPES sobre esta temática e desenvolvidos, em sua grande maioria, na UFSC.

No livro, estruturado em quatro partes, buscamos analisar tanto a posição de mulheres nas ciências sociais e humanas, nas ciências biomédicas e nas engenharias, como a produção e reprodução de representações e discursos sobre gênero nestas disciplinas. É nossa intenção evitar a reprodução de formas de dualismo, separação e hierarquização entre estas áreas de conhecimento, sendo que este dualismo se tornou, na história da ciência e da epistemologia, um motivo de exclusão das mulheres de determinadas áreas, as das chamadas ciências exatas e experimentais. Contestando estas históricas divisões, o conjunto de textos aqui apresentados pensa o campo da ciência como um campo de relações de poder, de hierarquias e desigualdades socialmente definidas.



ISBN: 978-65-86602-03-6

